

ção da agricultura. Nesse sentido, as "fronteiras do biodiesel" seriam, entre outras coisas, fronteiras da tecnologia agrícola, das racionalidades técnico-científica e mercantil, já que a realização plena da reprodução ampliada do capital não pode prescindir de um certo nível de participação da agricultura familiar no processo. Entretanto, a aparente valorização do pequeno agricultor não exclui tensões e divergências pois, de acordo com as palavras do saudoso professor Milton Santos, onde se instala o capital, se instala, também, a contradição.

Os diferentes ângulos explorados nos artigos, como as escalas de política energética, a expansão do cultivo de oleaginosas para a produção do biodiesel, o contravertido processo de modernização dos estabelecimentos familiares e de "transferência de tecnologia" para os agricultores, os entraves ao licenciamento ambiental dos assentamentos rurais, as características e as particularidades da agricultura familiar, entre outros, conservam entre si uma unidade: o papel central que o Programa Selo Combustível Social ocupa em cada uma dessas dimensões da problemática. Por outro lado, a questão se revelou resistente ao esgotamento e, além de reveladoras conclusões, os artigos presentes nesse livro suscitam novos questionamentos.

"A energia é, cada vez mais, um tema crítico para todos os países do mundo, especialmente considerando que uma das principais matrizes energéticas está baseada nos combustíveis fósseis não renováveis e altamente poluentes. Dessa forma, cresce a busca pelo uso de fontes alternativas. Nesse contexto, nos últimos anos, um debate vem ganhando destaque no cenário internacional, qual seja, a produção dos agrocombustíveis. No Brasil, com a criação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), em 2004, o debate ganhou novos contornos. O tema é atual, complexo e polêmico. Indubitavelmente, não há como aperfeiçoar os caminhos possíveis para a compreensão da sociedade e do território brasileiros sem entrar nessa seara. (...) algumas das questões chaves que orientam o debate:

- Será que o PNPB é o caminho para a soberania energética para o Brasil, ou se trata de mais uma face do capital, mais um produto ideológico, mais um mito como tantos outros já criados?
- A partir dos processos que estão sendo gestados pelos principais conglomerados associados às redes do agronegócio, é condizente pensarmos que será possível a expansão do biodiesel com a inserção não excludente dos camponeses?
- Qual o alcance das políticas de produção do biodiesel sem a mudança das formas de produção e consumo nas quais está centrada a sociedade atual? (...)"

Prefácio de Denise Elias
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

ISBN: 978-85-89667-43-2



9 788589 667432

NOVAS FRONTEIRAS DO BIODIESEL NA AMAZÔNIA: LIMITES E DESAFIOS DA INCORPORAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

NOVAS FRONTEIRAS DO BIODIESEL NA AMAZÔNIA: LIMITES E DESAFIOS DA INCORPORAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA



Organizadores:

Julia Adão Bernardes
Luís Angelo dos Santos Aracri



Entre os dias 18 e 20 de agosto de 2010, foi realizado em Cuiabá o Seminário Regional "Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: Limites e Desafios da Incorporação da Pequena Produção Agrícola", organizado pelo Núcleo de Estudos Geoambientais do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUCLAMB/UFRJ) em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e com a Universidade Federal de Goiás (UFG/JATAÍ), contando com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

O referido evento foi a culminância de um projeto homônimo de pesquisa iniciado em 2007 e do qual participaram, majoritariamente, a equipe de doutores, mestres e estudantes de graduação do NUCLAMB/UFRJ, além de docentes e alunos das outras instituições de ensino supracitadas, com o propósito de debater os "limites e desafios" da incorporação da pequena produção agrícola à produção de biocombustíveis no Brasil. O presente livro, que leva o mesmo nome de projeto e do seminário, traz aos leitores uma síntese dessas discussões.

O viés privilegiado foi o da análise crítica da técnica como eixo orientador do processo de moderniza-

NOVAS FRONTEIRAS DO
BIODIESEL
NA AMAZÔNIA:
LIMITES E DESAFIOS DA INCORPORAÇÃO DA
PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

NOVAS FRONTEIRAS DO
B I O D I E S E L
NA AMAZÔNIA:
LIMITES E DESAFIOS DA INCORPORAÇÃO DA
PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

1ª edição

Organização:

Júlia Adão Bernardes
Luís Angelo dos Santos Aracri



Rio de Janeiro
2011

NOVAS FRONTEIRAS DO BODIESEL NA AMAZÔNIA:
LIMITES E DESAFIOS DA INCORPORAÇÃO DA
PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Copyright © 2011 Arquimedes Edições
Todos os direitos reservados

Capa e editoração: Loreine Araujo
Revisão: Luiza Ribeiro

CIP-Brasil. Catalogação na fonte, RJ.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros

N824

Novas fronteiras do biodiesel na amazônia : limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola / organização Júlia Adão Bernardes, Luís Angelo dos Santos Aracri. - Rio de Janeiro : Arquimedes, 2011.

80p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-89667-43-2

1. Energia - Fontes alternativas - Amazônia. 2. Recursos energéticos - Amazônia. 3. Biodiesel - Amazônia. I. Bernardes, Júlia Adão, 1933-. II. Aracri, Luís Angelo dos Santos.

11-2051. CDD: 333.79809811

CDU: 620.91(811)

14.04.11 14.04.11

Edição:



Arquimedes Martins Celestino Edições e Serviços Gráficos Ltda.
Av. Marechal Floriano, 38 / 705 • Centro
20080-007 • Rio de Janeiro • RJ • Brasil
Tel./Fax: (55 21) 2253-3879
www.arquimedesedicoes.com.br • edicoes@arqedit.com.br

Sumário

Os Autores	7
Prefácio	11
<i>Denise Elias</i>	
Apresentação	23
<i>Júlia Adão Bernardes</i>	
<i>Luís Angelo dos Santos Aracri</i>	
Capítulo 1	
Escalas de política energética: o programa nacional de biodiesel	27
<i>Gisela Aquino Pires do Rio</i>	
Capítulo 2	
Os agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa e familiar	47
<i>Ariovaldo Umbelino de Oliveira</i>	
Capítulo 3	
Políticas públicas, Selo Combustível Social e território usado	65
<i>Júlia Adão Bernardes</i>	
Capítulo 4	
Limites à modernização da agricultura familiar em Mato Grosso no marco do programa Selo Combustível Social	77
<i>Luís Angelo dos Santos Aracri</i>	
Capítulo 5	
O programa Selo Combustível Social no coração do agronegócio brasileiro: primeiras reflexões	91
<i>Marília Leite Cafezeiro</i>	

Capítulo 6	
Agricultura familiar mato-grossense e sua inserção na cadeia do biodiesel: limitações e possibilidades.....	103
<i>Onélia Carmem Rossetto</i>	
Capítulo 7	
O biodiesel e o Selo Combustível Social: dificuldades de implementação em Mato Grosso.....	127
<i>Jorge Luiz Gomes Monteiro</i>	
<i>Anderson Alves Pinto</i>	
Capítulo 8	
Licenciamento ambiental em assentamentos na Amazônia Mato-grossense incorporados à cadeia produtiva do biodiesel: uma aproximação	145
<i>Nely Tocantins</i>	
<i>Joaquim Correa Ribeiro</i>	
Capítulo 9	
A agricultura familiar e a produção de soja para o biodiesel em Goiás	161
<i>Dimas Moraes Peixinho</i>	
<i>Iraci Scopel</i>	
Capítulo 10	
O Selo Social no âmbito da produção de biodiesel no Nordeste.....	177
<i>José Bertoldo Brandão Filho</i>	
Capítulo 11	
Entrevista: O BIODIESEL E O SELO SOCIAL	
Nilfo Wandscheer – Pres. do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde	197
Entrevistador: <i>Lourenço Passeri Lavrado da Silva Moreira</i>	

Os Autores

Anderson Alves Pinto é mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Castelo Branco e em Gestão Estratégica Corporativa pela Universidade Católica de Brasília. Oficial do Exército Brasileiro, no posto de Major de Artilharia, servindo no Comando da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada em Cuiabá-MT. E-mail: yanakaruka@yahoo.com.br

Ariovaldo Umbelino de Oliveira é doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), professor titular de Geografia Agrária – FFLCH-USP e professor visitante nacional sênior – CAPES/UFT, pesquisador nível 1A do CNPq. E-mail: ariovaldo.umbelino@gmail.com

Dimas Moraes Peixinho é doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rio de Janeiro, professor adjunto do Departamento de Geografia da UFG/Campus de Jataí, coordenador do Mestrado em Geografia e pesquisador do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB). E-mail: dimaspeixinho@yahoo.com.br

Gisela Aquino Pires do Rio é doutora em Sócio Economia do Desenvolvimento pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França, professora associada no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do CNPq. Coordena o Núcleo de Pesquisas em Geografia Econômica e Sustentabilidade. E-mail: gprio@globo.com

Iraci Scopel é agrônomo, doutor em Ciências Florestais pela Universidade Federal do Paraná, pós-doutor em Recursos Hídricos pelo CPAC/EMBRAPA, professor associado do Departamento de Geografia da UFG/Campus de Jataí e sub-coordenador do Mestrado em Geografia. E-mail: iraciscopel@gmail.com

Joaquim Correa Ribeiro é doutorando em Geografia Física na Universidade Federal Fluminense (CAPES/UFF/UNEMAT), mestre em Agricultura Tropical pela Universidade Federal de Mato Grosso (FAMEV/UFMT), professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT/Cáceres), pesquisador do Projeto Bases Compartilhadas de Dados sobre a Amazônia (BCDAM). Membro do Laboratório de Cartografia e Geoprocessamento (LACAGEOP/UNEMAT) e do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT E-mail: correaribeiro@terra.com.br

Jorge Luiz Gomes Monteiro é doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rio de Janeiro, professor associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso/Campus Rondonópolis, pesquisador do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB). E-mail: jorgeluizgomesmonteiro@gmail.com

José Bertoldo Brandão Filho é mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, especialista em Políticas Territoriais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Faculdade da Região dos Lagos: Instituto Superior de Educação (FERLAGOS). Pesquisador da Fundação Municipal de Meio Ambiente, Pesquisa, Ciência e Tecnologia de Arraial do Cabo e do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB). E-mail: jobran1@hotmail.com

Júlia Adão Bernardes é doutora em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona, professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora colaboradora do Departamento de Geografia da UFRJ, professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, coordenadora do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) e pesquisadora 1C do CNPq. E-mail: julia.rlk@terra.com.br; julia.rlk@gmail.com

Lourenço Passeri Lavrado da Silva Moreira é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB). E-mail: lourencomoreira@hotmail.com

Luís Angelo dos Santos Aracri é doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, professor adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora — UFJF e pesquisador do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB). E-mail: luis.aracri@ufjf.edu.br

Marília Leite Cafezeiro é doutoranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e membro do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB). E-mail: marília.cafezeiro@ifrj.edu.br

Nely Tocantins é doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), professora adjunta do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre Áreas Protegidas (GEAPRO/UFMT) e membro do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal — GECA/UFMT. E-mail: nelytocantins@gmail.com

Onélia Carmem Rossetto é doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), professora adjunta do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso e coordenadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal — GECA/UFMT. E-mail: carmemrossetto@gmail.com

Prefácio

A energia é, cada vez mais, um tema crítico para todos os países do mundo, especialmente considerando que uma das principais matrizes energéticas está baseada nos combustíveis fósseis não renováveis e altamente poluentes. Dessa forma, cresce a busca pelo uso de fontes alternativas. Nesse contexto, nos últimos anos, um debate vem ganhando destaque no cenário internacional, qual seja, a produção dos agrocombustíveis.

No Brasil, com a criação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), em 2004, o debate ganhou novos contornos. O tema é atual, complexo e polêmico. Indubitavelmente, não há como aperfeiçoar os caminhos possíveis para a compreensão da sociedade e do território brasileiros sem entrar nessa seara. Nesse sentido, também no campo das ciências humanas multiplicam-se os estudos e pesquisas tendo os agrocombustíveis em seu âmago. Esse é, portanto, um dos temas importantes para a Geografia, e não só brasileira.

É exatamente de uma dessas pesquisas, liderada pela geógrafa Júlia Adão Bernardes, que resulta o presente livro. Entre as atividades promovidas a partir dessa pesquisa, tivemos o seminário intitulado “Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola”, ocorrido na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá (MT), de 18 a 20 de agosto de 2010.

Foram três dias de apresentações e debates. Os participantes foram contemplados com as falas de diferentes sujeitos sociais envolvidos com o tema, estabelecendo-se o “diálogo entre saberes”, como disse a professora Júlia na sua fala de abertura, especialmente representantes de instituições públicas gestoras do PNPB; representantes dos pequenos agricultores; pesquisadores da universidade, da pesquisa pura à pesquisa aplicada; e profissionais mais próximos ao terceiro setor.

Os textos que compõem o livro foram apresentados e debatidos nesse seminário. Da mesma forma, parte do presente prefácio reflete minha palestra de encerramento. Essa, a partir de orientações da coordenação do livro, deveria seguir a trilha de um relato, de uma síntese dos principais temas discutidos, a partir do conteúdo das palestras e debates realizados.

Para mim, e imagino para os que estiveram presentes ao seminário, assim como para os leitores dos textos dessa coletânea, ficaram esclarecidas as principais diretrizes

do PNPB, assim como foram respondidas uma série de questões sobre as quais pairavam dúvidas. Mas, ao mesmo tempo, uma série de outras questões e inquietações foi suscitada.

Naturalmente, fazer a síntese de tudo que foi discutido não é das tarefas mais fáceis. Como estratégia para a organização das ideias, durante minha fala no seminário e agora para esse prefácio, busquei levantar algumas dessas questões que foram suscitadas a partir dos debates e da leitura dos textos, que seriam como questões norteadoras para pensar não só a síntese sobre o tema, mas também o que me parece muito importante, a agenda de pesquisa para melhor compreendê-lo.

Dessa forma, visando continuar o debate e chegar ao âmago dos processos mais importantes inerentes ao incremento da produção de biodiesel, apresento, na sequência, três grandes questões: será que o PNPB é o caminho para a soberania energética para o Brasil, ou se trata de mais uma face do capital, mais um produto ideológico, mais um mito como tantos outros já criados? A partir dos processos que estão sendo gestados pelos principais conglomerados associados às redes do agronegócio, é condizente pensarmos que será possível a expansão do biodiesel com a inserção não excludente dos camponeses? Qual o alcance das políticas de produção do biodiesel sem a mudança das formas de produção e consumo nos quais está centrada a sociedade atual?

Essas, acredito, são algumas das questões chave para orientar o debate sobre a produção dos agrocombustíveis em geral. O objetivo é não só apresentar elementos visando avançar na compreensão do tema, mas, e principalmente, buscar incrementar o debate sobre o mesmo, o qual está apenas começando.

Se considerarmos o conteúdo das falas e dos debates, agora refletidos nos textos da corrente coletânea, muito embora não se trate de uma questão maniqueísta, foi possível observar grupos com pontos antagônicos entre si. Entre os pontos apresentados como positivos, muito embora tenham sido defendidos por um número menor de participantes, o biodiesel propiciará a geração de emprego; a melhoria das condições ambientais e dos problemas climáticos do planeta, diminuindo o efeito estufa; o desenvolvimento regional; a inclusão social; a liderança mundial do Brasil na produção de um combustível renovável, entre outros.

Entre os principais pontos apresentados como negativos, teríamos que os programas de produção de agrocombustíveis, de uma maneira geral, são danosos à soberania alimentar, pois prejudicam a produção de alimentos; aumentam a concentração fundiária, assim como a erosão genética com a destruição da biodiversidade; a desarticulação

das políticas públicas e a indefinição do papel de algumas instituições públicas; que uma parte dos camponeses passa por uma sujeição formal aos grandes capitais etc. Esses e outros aspectos são encontrados em vários dos textos que compõem a coletânea.

É importante lembrar que o Brasil tem uma das mais desenvolvidas tecnologias de produção de energia renovável. No que tange à política energética, o Estado brasileiro manteve, especialmente desde meados da década de 1970 e por mais de uma década, notadamente com a implantação do Proálcool, uma política de incentivos para o setor de produção de álcool combustível (etanol), a partir da cana-de-açúcar. O etanol tem sido o biocombustível número um na política brasileira de incentivo a energias alternativas ao petróleo.

Efetivamente, os programas e projetos inerentes à produção de agrocombustível a partir da cana-de-açúcar são emblemáticos para tentarmos melhor entender um pouco do que vem ocorrendo hoje com esta nova febre dos agrocombustíveis, incluindo o biodiesel. Parece importante destacar que, apesar de todo sucesso tecnológico a partir do Proálcool, ele foi responsável por um dos mais significativos processos de concentração econômica, de concentração da terra, de expulsão de milhares de pequenos agricultores que não conseguiram permanecer no campo, por inúmeros e complexos impactos ambientais, entre tantas outras mazelas.

Nesse ponto parece-me importante destacar que os principais processos associados à reestruturação produtiva da agricultura brasileira nos últimos quarenta anos, que promove uma expansão extraordinária da agricultura capitalista, podem também ser arrolados para o caso do biodiesel. Alguns parecem mesmo ser incrementados com a nova febre dos agrocombustíveis.

Poderíamos começar destacando o acirramento da territorialização do grande capital no campo, aumentando a participação de empresas, de grandes conglomerados, nacionais e multinacionais, de forma veloz e complexa, tendo entre seus objetivos a produção de mercadorias para o consumo globalizado, aqui em destaque os agrocombustíveis.

A esse processo se associa uma nova dinâmica do mercado de terras, com agravamento da concentração fundiária, com o crescimento do preço da terra e, naturalmente, não só as terras utilizadas para a produção dos agrocombustíveis, afetando, com toda certeza, a produção e os preços dos alimentos, o que, em última instância, afeta a soberania alimentar. Tais processos, por sua vez, alteram os regimes de exploração da terra, uma vez que as formas de uso e ocupação da terra estão diretamente ligadas à forma de propriedade.

Poderíamos também afirmar que o PNPB tem contribuído para a ocupação dos antigos “lugares de reserva”, pois aumenta a necessidade de maiores áreas para a produção das monoculturas e, naturalmente, isso leva à ocupação de novas áreas antes não utilizadas para esse tipo de agricultura.

Essas e outras questões são trabalhadas em vários dos textos que compõem essa coletânea, tal como no de *Júlia Adão Bernardes*, que objetiva identificar e analisar determinadas ações e práticas do setor público e privado voltadas para a inserção da produção agrícola familiar no PNPB. Para a autora, não resta dúvida que o programa vem tendo sucesso na tentativa de construção de uma imagem para projetar o país no mundo como produtor de energia limpa que gera benefícios globais. Mas, quanto ao papel da agricultura familiar e da inclusão social, as respostas foram menos satisfatórias. No conjunto das políticas energéticas, o diferencial do biodiesel é a inserção econômica e social dos pequenos agricultores, meta que está longe de ser alcançada. É exatamente a forma e o significado dessa inserção, da chamada inclusão social, e o estabelecimento das novas relações que são trabalhadas no texto pela autora.

Afirma que a implantação das políticas públicas do PNPB aprofunda as desigualdades, gerando maiores oportunidades e lucros que são apropriados pelo capital hegemônico. Enquanto as políticas do PNPB beneficiam os empresários com melhores condições de financiamento e favorecem a redução das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS, o acesso da agricultura familiar se limita aos escassos recursos do PRONAF. Conclui a autora que se trata, neste caso, da articulação de grupos com distintos níveis de recursos, de acesso a técnicas e produtividade, a escalas de produção, a crédito, ao armazenamento, ao conhecimento do funcionamento do mercado, significando diferentes níveis de rentabilidade e de poder.

Como em qualquer estudo, é importante buscar contextualizar as atuais políticas de produção dos agrocombustíveis, aqui incluído o PNPB, dentro de um histórico da evolução das políticas públicas e da matriz energética. Neste particular, o artigo de *Gisela A. Pires do Rio* é emblemático. Nele a autora discute escalas de política energética tendo como ponto de partida o exame de tendências de longo prazo, expressas na ideia de transição energética. Segurança do abastecimento interno, diversificação da matriz energética, interconexão de redes de energia e regime de comercialização de combustíveis são analisados como condicionantes de mudanças na estrutura energética. Finaliza com a análise do PNPB como exemplo de ação política que pretende contribuir para a diversificação da matriz energética e condicionar, em parte, a tran-

sição energética. Ao final da discussão apresentada, são destacados alguns pontos que a autora considera essenciais no que diz respeito às escalas de política energética para compreender a articulação entre os processos de construção da transição energética e a dinâmica territorial.

Parece também adequado buscar desconstruir o que me parece ser alguns dos novos mitos, das novas ideologias associados ao debate dos agrocombustíveis. Junto com a enxurrada de notícias sobre o agrocombustível, vêm alguns outros debates, tais como sobre: a sustentabilidade ambiental; a inclusão social; a criação de postos de trabalho; a distribuição de renda nas regiões mais pobres do país, entre outros. Há mesmo quem defenda que o biodiesel contribuirá para a consolidação da política de Reforma Agrária.

Um desses mitos diz respeito à adequada atuação do Estado. O Estado tem atuado como agente gestor e mediador da política do PNPB e, apesar de apresentarem certa desarticulação entre si, são várias as instituições envolvidas com a política do biodiesel, tais como a Embrapa, a Petrobras, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) etc.

Isso se dá de forma ativa, através das várias políticas públicas específicas envolvidas com a política do biodiesel, tais como a de pesquisa para a cadeia do biodiesel, os incentivos para a construção de usinas, as isenções fiscais, a garantia de mercado através dos leilões da ANP etc. Da mesma forma, o Estado é o principal articulador da atual configuração do setor de pesquisa e produção de biocombustíveis (do etanol e do biodiesel). Está à frente da coordenação do módulo de Desenvolvimento Tecnológico do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, que objetiva organizar e fomentar a base tecnológica existente no país e norteá-la para gerar resultados que atendam às demandas do PNPB, tais como aumentar a produtividade e a competitividade na cadeia produtiva do biodiesel.

Mas, a ação do Estado se dá também de maneira passiva, especialmente quando deixa de intervir, por exemplo, para a não consolidação dos processos de concentração econômica e da terra já visíveis também a partir da produção de biodiesel. Dessa forma, já se pode perceber que continua a dar um amplo amparo para os setores econômicos considerados competitivos para atuar no biodiesel. Citando trecho do texto da professora Júlia, poderíamos dizer que “o Estado cresceu muito mais para reger as novas manipulações normativas do que para tratar dos direitos”.

Esse ponto é destacado, entre outros, no texto de *Onélia Carmem Rossetto*. Nele, a autora tem como objetivo traçar o perfil da pequena produção rural familiar em

Mato Grosso no contexto da implantação do PNPB, resgatando o debate acerca da subordinação da agricultura familiar à indústria através do Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como identificação às empresas que comprovarem a compra de parte da matéria-prima, utilizada na indústria de biodiesel.

Nesse cenário, busca ressaltar a trajetória histórica da agricultura familiar em Mato Grosso e, em seguida, volta à análise para o processo de inserção do agricultor familiar na cadeia de biocombustíveis, enfatizando a discussão sobre a relação estabelecida entre o produtor rural familiar e as corporações nacionais e multinacionais, ressaltando o papel do Estado como agente mediador e gestor da política do PNPB em Mato Grosso.

Para a autora, existe um elevado nível de dependência entre o produtor rural familiar e a indústria processadora do biodiesel, principalmente porque essa última, além de detentora do capital, conta com o apoio total e irrestrito do poder público local e estadual. Da mesma forma, a inserção do agricultor familiar no PNPB via selo social é vista, pelas empresas, quase como uma formalidade burocrática, facilmente administrada por meio da terceirização do serviço, o que contraria o principal objetivo do PNPB. Assim, algumas empresas processadoras de biodiesel *contratam* (grifo da autora) o Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos pequenos produtores rurais familiares para se beneficiarem do Selo Social. Para a autora, tal fato é possibilitado pela ausência de certas organizações na proteção dos interesses dos pequenos produtores rurais e, como as políticas públicas, de forma geral, carecem de instrumentos de gestão, tal ação permanece na impunidade e o poder público e o capital privado são coniventes com a situação.

O PNPB é fortemente baseado no discurso da inclusão social, uma vez que se trata de um “combustível social”, pois ajuda a promover a inclusão social através de mecanismos de geração de renda no campo para a agricultura familiar. Parece-me que vários dos dados apresentados mostram o quanto é falaciosa essa questão de ter na inclusão social o mote para a defesa do PNPB nas suas bases atuais. Apesar do pouco tempo do programa, vários dos textos da presente coletânea deixam claro que a agricultura familiar vem sendo utilizada muito mais para dar legitimidade ao programa, através da distribuição de certificados de “combustível social”.

O que se observa em segmentos agrícolas onde houve integração da produção da agricultura familiar à agroindústria do biodiesel, é que há um processo de submissão

total desses agricultores, uma vez que se cria um mercado oligopsônico, o que possibilita apenas a reprodução simples desses trabalhadores, que muitas vezes se convertem em meros fornecedores de força de trabalho à agroindústria, mesmo mantendo a propriedade da terra ou, em outros casos, simplesmente arrendando a terra. O risco de dependência perante grandes empresas agrícolas, que controlam o processamento e a distribuição da produção do biodiesel são evidentes e podem ser encontrados em vários dos textos que compõem essa coletânea.

Poderíamos citar, por exemplo, o texto de *Luís Angelo dos Santos Aracri*. Nele o autor analisa como vem se desenvolvendo o processo de modernização das unidades de produção familiar em Mato Grosso no marco do programa Selo Combustível Social e os limites e contradições que lhes são inerentes. A ênfase se dá na relação assimétrica entre o pequeno produtor e as empresas nacionais e multinacionais do segmento agroindustrial, da qual decorre uma crescente dissociação entre a propriedade da terra e/ou dos meios de trabalho e o controle da produção.

O autor conclui que, ao vincular a distribuição e a oferta de bens e serviços necessários à produção com o financiamento, empresas compradoras de matéria-prima para a produção de biodiesel incrementam seus lucros monopolistas. Este poder de disposição lhes permite impor normas e parâmetros à produção familiar, podendo com esta prática determinar o que produzir (soja), o quanto produzir (com o estabelecimento das quantidades que deverão ser entregues pelo agricultor para pagar o pacote) e como produzir (que insumos e métodos de produção deverão ser empregados). Conclui, então, que em Mato Grosso a modernização da agricultura familiar nos termos estabelecidos pelo “selo social” não passaria de um engodo e tem, entre suas consequências, a ampliação da hegemonia do capital monopolista nas áreas rurais.

No mesmo caminho vai o texto de *Marília Leite Cafezeiro*. Nele, a autora tem como objetivo refletir a respeito da inserção dos pequenos produtores familiares na produção do biodiesel, na área consolidada da soja nos municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Nova Mutum e Diamantino, todos em Mato Grosso. Tais reflexões partem da caracterização do agronegócio e de seu funcionamento em rede, quando procura estabelecer nexos entre essa discussão e as possibilidades oferecidas pelo PNPB e a realidade dos pequenos produtores. A autora conclui que apesar do esforço para se manterem da sua produção, o pequeno produtor está totalmente dependente das empresas privadas, tanto pelo nível técnico exigido, quanto pela dificuldade de acesso aos mercados.

Vale lembrar que parte importante do discurso em defesa do PNPB se associa à possibilidade de redenção que poderá trazer à região Nordeste do Brasil, em especial aos pequenos agricultores do semiárido. O texto de *José Bertoldo Brandão Filho* é emblemático para analisarmos esse ponto, pois aborda uma experiência de produção de biodiesel no município de Quixadá, no semiárido do Estado do Ceará.

No artigo, o autor analisa a sustentabilidade socioeconômica da produção familiar no Nordeste a partir das relações que se estabelecem com a grande empresa pública, a Petrobras, que possui uma indústria de produção de biodiesel a partir da mamona instalada nesse município, no atual contexto de divisão territorial do trabalho e de reprodução do capital. Avalia, o autor, a importância dessa empresa no que tange às mudanças que vêm ocorrendo em termos de inclusão da agricultura familiar e questiona os limites dessa inclusão no que se refere à cidadania e independência política e econômica.

Para o autor, o selo social, através do biodiesel, tem como essência a inserção de territórios e pequenos produtores familiares, como produtores e consumidores, nas novas formas de reprodução do capital, na atual divisão territorial do trabalho. Afirma que as atuais formas de “inclusão” do campesinato são profundamente dependentes de políticas governamentais sob o comando dos interesses hegemônicos políticos e econômicos dos grupos que atuam em macro escalas territoriais. Segundo ainda palavras do autor, os agentes políticos e econômicos locais ou nacionais não demonstram interesse em resolver as questões estruturais que implicam em exclusão dos trabalhadores rurais e as saídas conjunturais podem apenas resultar em medidas para minimizar os conflitos e viabilizar o modelo de desenvolvimento dominante.

Há indícios de que a expansão da produção de agroenergia é de grande interesse para as empresas esmagadoras de soja que têm hegemonia no ramo, produtoras de organismos geneticamente modificados, pois esperam obter maior aceitação do público se difundirem os produtos transgênicos como fontes de energia “limpa”. São várias as evidências de acordos entre as grandes esmagadoras de soja, as transnacionais do comércio de cereais e as empresas de petróleo, alianças que deverão amarrar ainda mais a produção e venda dos agrocombustíveis, associando transgênicos, processamento, transporte e agrocombustível, formando um verdadeiro império, acirrando o processo de concentração econômica, como pode também ser visto em vários dos textos que seguem. Dessa forma, outro mito inerente ao biodiesel parece ser o da viabilidade econômica para a agricultura familiar.

Que poder terão os pequenos agricultores para se contrapor à atual concentração e internacionalização do setor que já está se mostrando no Brasil através de uma verdadeira avalanche de fusões e aquisições bancadas pelo capital externo? Como pensar em viabilidade econômica do biodiesel a partir da pequena agricultura com algumas grandes multinacionais assumindo os principais postos de maiores produtores do país?

Entre os processos que nos parecem estar sendo reforçados com a expansão da produção de culturas voltadas aos agrocombustíveis de uma maneira geral, incluindo o biodiesel, teríamos o fortalecimento das redes do agronegócio, que englobam todas as etapas do processo produtivo e operam articulados em diferentes níveis de escala. Como resultado teríamos a exacerbação da seletividade dos investimentos produtivos e a organização do território a partir de imposições do mercado, denotando diversos arranjos territoriais produtivos.

Assim como em outras produções agrícolas capitalistas, a produção do biodiesel também vem se mostrando espacialmente seletiva, como pode ser visto, por exemplo, no texto de *Jorge Luiz Gomes Monteiro e Anderson Alves Pinto*. Nesse artigo, os autores têm por objetivo compreender a integração do setor industrial com a agricultura familiar do Sul do Estado de Mato Grosso, para a produção do biodiesel, procurando verificar os artifícios utilizados pela indústria para obtenção do selo combustível social, bem como as consequências advindas das Instruções Normativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário na estruturação dos espaços produtivos voltados para o atendimento do PNPB. Entre as conclusões dos autores está a evidente seletividade espacial que é a marca da produção de biodiesel no Estado. Para eles, como o percentual de aquisição de produção da agricultura familiar do Centro-Oeste é o menor entre as regiões para obtenção do selo social, o Estado atrai maior concentração de empresas produtoras de biodiesel. Deste modo, as unidades industriais apresentam menor dependência do pequeno produtor, operando em sua quase totalidade com matérias-primas provenientes do grande, o que reduz custos, devido à escala em que operam.

Dessa forma, penso que podemos dizer que a história econômica, política e social do país parece não deixar dúvidas que essas áreas e as populações que as ocupam sofrerão o impacto dessa onda de expansão com os agrocombustíveis e, com toda certeza, contrariando ainda mais as aspirações pela reforma agrária. Tudo vem indicando que os novos territórios de produção de agrocombustível se mostram como novos territórios de exclusão e de reprodução das desigualdades socioespaciais.

Entre os textos que corroboram com tais afirmações, temos o de *Dimas Moraes Peixinho e Iraci Scopel*. Analisam a inserção da produção de soja na agricultura familiar para gerar biodiesel e as implicações que essa produção acarreta aos seus produtores, enquanto grupo social, tendo a microrregião Sudoeste de Goiás, principal região produtora de soja do Estado, como objeto de análise. Apresentam algumas articulações e parcerias que vêm se dando por parte de cooperativas visando à organização dos agricultores familiares para a produção de soja voltada a tal finalidade, mostrando, inclusive, uma expansão da sojicultura nas áreas dos assentamentos. Esse movimento crescente, destacam, alterou a organização da produção dos assentados, que na sua maioria produziam leite e alimentos como principal atividade, passando agora à produção de soja.

Para os autores, está claro que tal expansão é decorrente das exigências da política do selo do combustível social. Da mesma forma que os Estados que apresentam a maior produção de biodiesel, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Goiás, estão nas regiões Centro-Oeste e Sul, o que mostra que, apesar dos incentivos maiores para as regiões Nordeste e Norte, o que está determinando a produção do biodiesel é a localização das empresas processadoras e a cultura da soja como matéria-prima. Dessa forma, afirmam, o caráter de correção de desequilíbrios regionais não surtiu efeito, pois a produção está ocorrendo justamente nas regiões onde o padrão técnico está consolidado. Da mesma forma, verifica-se que, apesar de melhorar a remuneração da produção, muitos assentados, especialmente os que não dispõem de recursos financeiros, estão vendendo ou terceirizando a exploração das suas áreas, criando assim, um processo de concentração da propriedade dentro dos próprios assentamentos.

A propaganda dos agrocombustíveis e do biodiesel em especial como um “combustível verde” ou “energia limpa” tem sido amplamente difundida no Brasil. Mas os dados mostram que cerca de 80% do biodiesel nacional é produzido a partir da soja e, como todos sabem, essa é uma cultura produzida em grande escala, intensiva, de capital, com utilização de um sistema técnico agrícola altamente mecanizado, com ampla utilização de insumos químicos, com inúmeros problemas ao meio ambiente, aos recursos hídricos, uma das culturas mais associadas à polêmica utilização dos transgênicos etc. Vale lembrar, também, que as grandes esmagadoras de soja que hoje estão à frente da produção de biodiesel a partir da soja tiveram como importante matriz energética, em alguns dos antigos “lugares de reserva”, tal como no cerrado nordestino, a madeira desse bioma. Dessa forma, somente esses exemplos são suficientes para dizer

que associar a produção do biodiesel hoje no Brasil à sustentabilidade ambiental soa como uma grande falácia.

Associado a essa complexa teia que envolve a questão ambiental, temos o texto de *Nely Tocantins e Joaquim Correa Ribeiro*, que aborda o tema do licenciamento ambiental em assentamentos rurais que participam do PNPB, que não inclui nenhuma regulamentação ambiental específica. O recorte espacial do estudo abarca a porção mato-grossense do bioma amazônico. Abordam os vários aspectos que envolvem tais licenciamentos e destacam que, além da exigência de contratação da produção da agricultura familiar pelas usinas e a contrapartida de fornecimento de assistência técnica e celebração de acordo comercial com os agricultores, o Selo Combustível Social não prevê nenhum critério ambiental ou outro mecanismo de monitoramento socioambiental.

O livro conta, também, com uma entrevista com o *Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde (STRLRV)*, no Mato Grosso, realizada por Lourenço Passeri Moreira. A entrevista gira em torno da discussão sobre alguns dos vários aspectos polêmicos que envolvem a agricultura familiar e o biodiesel e, em vários momentos da mesma, o sindicalista revela, a partir de algumas das mazelas do programa, sua posição contrária ao modelo adotado como uma alternativa para a agricultura familiar.

Por tudo que está apresentado nos textos, acreditamos que a expansão da produção de agrocombustíveis de uma maneira geral coloca em risco vários tipos de soberania: alimentar, tecnológica, energética e a própria soberania nacional, se é que já a tivemos algum dia. Parece importante destacar que não basta mudar a matriz energética, há também que mudar o sistema de consumo, o modelo de sociedade e em última instância, o próprio modo de produção. Dessa forma, discutir novas fontes de energia implica, em primeiro lugar, refletir a serviço de quem estará esta nova matriz. A construção de uma nova matriz energética deve levar em conta quem se beneficiará ou a qual propósito servirá.

Esse ponto nos faz citar um dos destaques do texto de *Ariovaldo Umbelino de Oliveira*. Apresenta o que considera serem os principais dilemas da agricultura camponesa familiar entre produzir alimentos ou agrocombustíveis, quando destaca: o deslocamento da produção do setor alimentar para o setor industrial, o que traz, inevitavelmente, falta do produto e seu conseqüente aumento de preço; a forte relação existente entre o agronegócio no Brasil e o mercado mundial, ou seja, a partir do momento,

como ocorre na atualidade com o etanol e o açúcar, o setor passará a exportar o biodiesel. Isto quer dizer que haverá redução da oferta no mercado interno, com conseqüente desabastecimento. Para ele, hoje, esta questão não aparece devido ao biodiesel estar relacionado às políticas nacionais de segurança energética, portanto, não se trata ainda de uma *commodity*.

Segue apresentando o que considera ser um terceiro dilema, que seria a atual crise mundial dos alimentos. Destaca que as políticas neoliberais aplicadas à agricultura e ao comércio mundial de alimentos são responsáveis pela crise que se abateu sobre os alimentos na atualidade. Ela é o resultado da total incapacidade do mercado para construir uma política mundial de segurança ou de soberania alimentar. Trata-se, portanto, de uma crise estrutural, ou seja, o capitalismo é incapaz de garantir oferta de alimentos para toda a humanidade. Termina destacando que a dedução lógica desta política que transforma alimento em agrocombustível será o aumento crescente da crise mundial dos alimentos.

Diante dos debates e dos textos que seguem, a produção dos agrocombustíveis parece estar mantendo intocáveis antigos traços estruturais da sociedade brasileira, tal como a da concentração fundiária e da estrutura de poder. Dessa forma, o cenário próximo que podemos imaginar não é dos mais animadores, pois parece ser de aumento das históricas desigualdades socioespaciais.

Para encerrar, gostaria de parabenizar a professora Júlia por ter nos brindado com suas pesquisas, com o seminário, assim como com a presente coletânea, os quais nos deixam repletos de inquietações, de dúvidas e de questões não só sobre a incorporação dos pequenos agricultores ao PNPB, mas sobre a atual expansão da produção dos agrocombustíveis no país. Considero isso muito positivo, pois é sinal de que cumprem a função de incentivar que continuemos estudando, pesquisando, questionando, pois falta ainda muita pesquisa para a Geografia do presente melhor compreender a sociedade e o território brasileiros.

Denise Elias

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Apresentação

Entre os dias 18 e 20 de agosto de 2010 foi realizado em Cuiabá o Seminário Regional **“Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: Limites e Desafios da Incorporação da Pequena Produção Agrícola”**, organizado pelo Núcleo de Estudos Geoambientais do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUCLAMB/UFRJ) em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e com a Universidade Federal de Goiás (UFG/JATAÍ), contando com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). O Auditório Vangil Pinto Silva, situado no *campus* sede da UFMT, foi o palco do encontro entre a academia, o poder público e os pequenos agricultores familiares, representados por suas associações, cooperativas, sindicatos, federações, com o propósito de discutir os (des)caminhos da atual política de inclusão da agricultura familiar na cadeia de produção de biodiesel na forma do Programa Selo Combustível Social do governo federal.

O referido evento foi a culminância de um projeto homônimo de pesquisa iniciada em 2007 e do qual participaram, majoritariamente, a equipe de doutores, mestres e estudantes de graduação do NUCLAMB/UFRJ, além de docentes e alunos das outras instituições de ensino supracitadas. Com o propósito de debater os “limites e desafios” da incorporação da pequena produção agrícola à produção de biocombustíveis no Brasil, o seminário foi organizado de forma a estimular a consolidação de uma pedagogia que incorporasse os aportes da teoria geográfica à compreensão desse fenômeno de indiscutível relevância social. A pesquisa que sustentou a concepção do seminário priorizou o estudo da inserção do estado de Mato Grosso na escala nacional, na qual operam instituições responsáveis pela promoção de transformações econômicas, políticas e sociais que atualmente impactam a escala regional. Entretanto, houve espaço para que outras realidades regionais viessem à tona, contribuindo para a construção de um rico painel. O presente livro, que leva o mesmo nome de projeto e do seminário, traz aos leitores uma síntese dessas discussões.

O viés privilegiado foi o da análise crítica da técnica como eixo orientador do processo de modernização da agricultura. Nesse sentido, as “fronteiras do biodiesel” seriam, entre outras coisas, fronteiras da tecnologia agrícola, das racionalidades técnico-científica e mercantil, já que a realização plena da reprodução ampliada do capital não pode prescindir de um certo nível de participação da agricultura familiar no processo. Entretanto, a aparente valorização do pequeno agricultor não exclui tensões e divergências pois, de acordo com as palavras do saudoso professor Milton Santos, onde se instala o capital se instala, também, a contradição.

Segundo José de Souza Martins, a fronteira é lugar de encontros e desencontros: de um lado, a fronteira do biodiesel “descobre” a agricultura familiar; de outro, temos duas temporalidades distintas em conflito, cada uma com seus projetos, racionalidades e técnicas próprios. Todavia, o conflito não se estabelece a partir do puro e simples contato entre temporalidades diferentes – na verdade, o que provoca o “choque” é a rápida e poderosa difusão da tecnologia, que produz e aprofunda a exclusão dos tempos não dominantes, além de funcionar como um autêntico “Cavalo de Tróia” que penetra nos territórios da agricultura familiar, modifica as relações homem/natureza que aí tinham lugar e possibilita o controle do trabalho, do excedente econômico e do próprio espaço pelo grande capital. Logo, a fronteira também é o *locus* do conflito entre espacialidades, entre diferentes modos de se perceber, ocupar, utilizar e vivenciar o espaço geográfico.

Os artigos contidos neste livro analisam esse processo sob diferentes ângulos, embora conservem entre si uma unidade. Ao longo do percurso, os autores exploraram diferentes “territórios”: as escalas de política energética, a expansão do cultivo de oleaginosas para a produção do biodiesel, o controvertido processo de modernização dos estabelecimentos familiares e de “transferência de tecnologia” para os agricultores, os entraves ao licenciamento ambiental dos assentamentos rurais, as características e as particularidades da agricultura familiar etc. Entretanto, o que os une é o papel central que o Programa Selo Combustível Social ocupa em cada uma dessas dimensões da problemática em tela. Por outro lado, cremos que apesar da diversidade de enfoques possíveis, a questão se revelou resistente ao esgotamento – além de reveladoras conclusões, os artigos aqui presentes suscitam novos questionamentos.

Cabe aqui valorizar a função da universidade na produção e socialização do conhecimento, significando valorizar a experiência advinda do trabalho de campo que sustenta esta pesquisa, que nos posiciona contra a abstração dos determinantes

espaciais, econômicos e políticos da realidade da pequena produção agrícola familiar. A realização deste trabalho árduo de reflexão crítica e de produção de conhecimento não teria sido viável sem a colaboração de pessoas e instituições que tiveram um papel crucial, sendo impossível concebê-lo sem tamanho suporte. Ao CNPq, agradecemos os recursos que possibilitaram a investigação em trabalhos de campo realizados em todo o estado de Mato Grosso, parte de Goiás e em Quixadá (CE), incluindo passagens e diárias, bem como a concretização do Seminário Regional e a publicação do presente volume. Somos gratos, também, aos colegas das demais universidades envolvidas pela troca de ideias e reflexão conjunta e, no caso da UFMT, pelo apoio logístico e operacional.

Não podemos deixar de registrar nosso “muito obrigado” às pessoas e entidades que nos forneceram valiosas informações, sem as quais as análises contidas neste livro não teriam a mesma riqueza, como o Diretor de Suprimento Agrícola da Petrobras Biocombustível, Jânio Luis da Rosa, o Gerente Setorial de Suprimentos da Usina de Biodiesel de Quixadá, Paulo Roberto Moreira Dias, a Secretária de Agricultura de Quixadá, além de presidentes de associações, cooperativas e outros órgãos representantes da agricultura familiar de Mato Grosso, Goiás e Quixadá.

Finalmente, gostaríamos de registrar nossos agradecimentos especiais e afetuosos aos professores Denise Elias e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, dois dos maiores nomes da geografia agrária brasileira, tanto por aceitarem o convite para participar do seminário quanto por contribuírem, respectivamente, com um prefácio e um artigo para este livro. A participação e o envolvimento de dois geógrafos que nos orgulham e nos inspiram certamente agregou um valor incalculável a este trabalho.

Júlia Adão Bernardes
Luís Angelo dos Santos Aracri

Escalas de política energética: o programa nacional de biodiesel

Gisela A. Pires do Rio

Introdução

Questão que está no centro do cenário brasileiro de política energética, cuja relevância não se observava desde os dois choques do petróleo na década de 1970, a “transição energética”, não sendo preocupação recente, envolve transformações de longo prazo. Manifesta-se em três vertentes principais: equilíbrio da oferta interna de energia – que mobiliza investimentos em escala considerável tanto na exploração de petróleo e gás natural em águas profundas e ultraprofundas como na construção de grandes usinas hidroelétricas –, projeção no cenário internacional por meio do desenvolvimento da cadeia¹ de biocombustíveis, etanol e biodiesel em particular, mas também de outras fontes renováveis, e ampliação de conexões para a integração energética sulamericana.

De modo distinto aos planos e programas de política energética elaborados na década de 1970, em meio à crise internacional provocada pelo primeiro choque do petróleo e agudizada pelo aumento da taxa internacional de juros, a atual política é concebida em contexto de maior dinamismo econômico interno, porém marcado por gargalos, como deficiências de infraestrutura para transmissão de eletricidade a longa distância e o sucateamento das redes de distribuição, tributário, em parte, da redução de investimentos ao longo da década de 1980, e das privatizações ocorridas na década seguinte. No plano internacional, riscos, catástrofes e acidentes ambien-

1 Define-se cadeia energética como transformações e conversões sucessivas de fontes energéticas primárias, indispensáveis à satisfação de necessidades em energia. Envolve distribuição geográfica da produção, sua organização, funcionamento e transferências entre unidades de produção e distribuição.

tais pressionam para a adoção de rotas tecnológicas e padrões de consumo menos intensivos em energia.

Mudanças dessa natureza impõem escolhas e escalas políticas claras. A tomada de consciência em relação às preocupações ambientais por parcela da população sem, contudo, encontrar eco na elaboração e ritmo de implementação de projetos de geração de energia alternativa torna ainda mais sensível o tema da transição energética. As resistências aos projetos das hidroelétricas de Jirau e Santo Antonio, localizadas no Rio Madeira, e à usina de Belo Monte, no Rio Xingu, de um lado; os protestos contra a expansão da cana de açúcar e as tensões entre setores da agroenergia e da produção de alimentos, assim como a diplomacia do gás, do etanol e do biodiesel ilustram o jogo de escalas ao qual estão submetidas as opções de política energética.

Neste trabalho, discutimos escalas de política energética tendo como ponto de partida o exame de tendências de longo prazo, aqui expressas na ideia de transição energética. Os objetivos daquela política – segurança do abastecimento interno, diversificação da matriz energética, interconexão de redes de energia e regime de comercialização de combustíveis – são analisados como condicionantes de mudanças na estrutura energética. Finalizamos com a análise do Programa Nacional de Biodiesel como exemplo de ação política que pretende contribuir para a diversificação da matriz energética e condicionar, em parte, a transição energética.

Transição energética: contestações e incertezas no longo prazo

A ideia de transição energética sugere mudança, passagem de determinado estado de organização para outro, tal como paisagens e espaços de transição que remetem à transformação lenta e gradual com índices variados de sinalização (BRUNET et al., 1992). A primeira associação é, sem dúvida, com a transição demográfica caracterizada pela evolução divergente do comportamento de taxas de natalidade e mortalidade: tendência de continuidade de elevada taxa no primeiro caso e baixa acentuada no segundo. Relacionado às teorias de modernização, opondo o arcaísmo de elevados níveis de fertilidade natural à modernidade da conquista de melhores condições de vida, esse modelo de análise apresenta, segundo alguns autores, muitos inconvenientes no que diz respeito ao tempo necessário para que se realize a transição, e à própria ideia de estagnação no estado de coisas, após sua realização (LEVY e LUSSAULT, 2003).

Uma longa transição energética consiste em mudança ampla e radical dos recursos e tecnologias envolvidos na **geração de energia** bem como nos padrões de

produção e consumo relacionados aos demais setores econômicos e às condições de vida da população. Assim definida, duas questões-chave emergem. A primeira diz respeito ao conjunto de inovações periféricas ao sistema energético propriamente dito. Na transição da biomassa para o carvão, que durou do século XV ao século XVIII, por exemplo, o sistema de rotação de culturas propiciou maior disponibilidade de energia, o que representou, segundo Debeir et al. (1993), ganhos de produtividade significativos. De modo semelhante, a intensificação do uso de carvão na Inglaterra precede a Revolução Industrial. Nas palavras de Chevalier (2004: 83), “a transformação do modelo energético secular baseado na lenha, no vento e na água foi progressivamente transformado pela utilização do carvão”. Ao mesmo tempo, a escolha da cadeia carvão constituiu, por um lado, solução técnica e econômica para o problema de escassez e crise de madeira e, por outro, problema social, em função de duras e precárias condições de trabalho que vigoram, até o presente, na exploração de carvão mineral (CHEVALIER, 2004).

Com todos os problemas e restrições de natureza social e econômica, a dominância do carvão na matriz energética mundial prevaleceu até meados da década de 1960, quando o petróleo passou a ser o combustível de referência para determinação dos preços e dos sistemas técnicos de produção, circulação e consumo. Importa notar que desde fins do século XIX tanto o petróleo como a hidroeletricidade disputavam mercado com o carvão (CHEVALIER, 2004, DEBEIR et al, 1993). Essa transição está, portanto, vinculada à reestruturação técnica e econômica que paulatinamente reduziu a dependência de carvão de atividades que se desenvolveram com base em tecnologias mais modernas, principalmente nas economias norte-americana e europeia.

Completar a substituição entre fontes de energia não consistiu em evolução contínua, ao contrário, foi um processo bastante desigual em extensão, intensidade e velocidade, assim como entre as diferentes regiões. Alguns setores puderam realizar mais rapidamente a conversão para empregar outras fontes. O que caracterizou, porém, a forte expansão do parque industrial americano no pós-guerra foi, sem dúvida, a relativa facilidade com que o aparelho produtivo pôde ser estruturado tendo o petróleo como fonte dominante.

A segunda questão-chave está relacionada ao conteúdo energético dos combustíveis. Tanto a transição da biomassa para o carvão mineral como, posteriormente, a mudança deste para o petróleo, foram realizadas pela substituição de um combustível de menor conteúdo energético para outro de maior conteúdo. Enquanto no caso do carvão

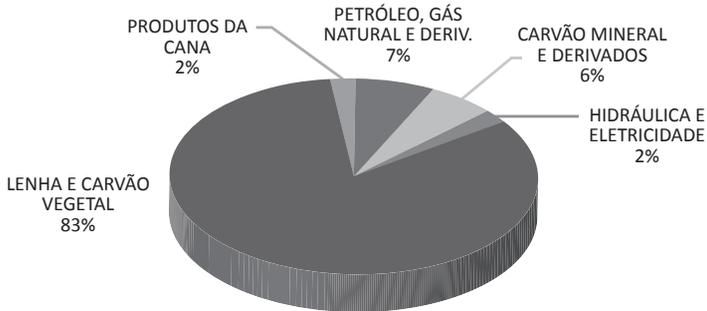
a relação energia por unidade produzida é da ordem de 25 a 30 MJ/kg², a mesma relação na extração do petróleo é de 42 MJ/kg (CHEVALIER, 2004). Essa relação explica o ritmo diferenciado e as repercussões em termos de custos, capacidade técnica e adequação da infraestrutura necessária para completar o processo de transição energética. Foram, portanto, características como facilidade de transporte e armazenamento a menores custos e conteúdo energético mais elevado quando comparado àquele do carvão que agilizaram a segunda transição energética. Não se pode perder de vista, contudo, que a transição não é exclusivamente tributária dos avanços das fronteiras científicas e de inovações tecnológicas, mas é igualmente da adequação do aparato produtivo vinculado ao energético predominante na matriz de cada país (EGLER, 1992) em determinado período. Em que pesem ressalvas sobre a importância da participação do carvão mineral na matriz energética de países como a China e a Índia, a inversão do energético de referência foi completada, em escala mundial, na primeira metade do século XX (PIRES DO RIO, 1989).

Cabe lembrar que a noção de transição não implica em desaparecimento ou substituição por completo de um energético por outro. De modo distinto ao petróleo, o padrão de localização das reservas de carvão é muito mais concentrado. China, Índia, Rússia, Austrália e Estados Unidos representam aproximadamente 75% das reservas mundiais de carvão. Ao mesmo tempo, as restrições para transporte a longas distâncias dessa fonte e nas quantidades necessárias para sua transformação e geração de eletricidade são mais significativas que aquelas relacionadas ao petróleo. O carvão permanece, no entanto, como principal fonte para a geração de eletricidade: 41% da produção mundial³.

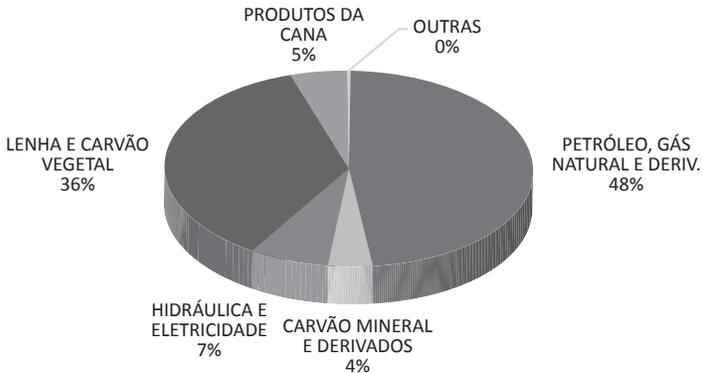
Considerando a definição bastante genérica de transição energética como processo amplo, porém lento, de mudanças e rupturas nos padrões de geração e consumo de energia, é possível observar no Brasil, assim como ocorreu em outros países, resultados de política energética que retratam um padrão de transição. São notáveis as mudanças na estrutura da Oferta Interna de Energia, assinaladas pelos gráficos 1, 2 e 3: inversão da importância da participação relativa da lenha e do petróleo, diversificação de fontes de energia primária na oferta interna, e importância crescente da participação relativa da biomassa, principalmente dos produtos da cana. Considerando as projeções para 2030, o consumo de energia seria predominantemente assegurado pelo petróleo, gás natural, hidroeletricidade e cana-de-açúcar (TOLMASQUIM et al, 2007).

2 MJ/kg Megajoule por quilograma, isto é 1 milhão de joules por quilograma de carvão. Quanto maior a quantidade de energia gerada por quilograma, maior o conteúdo energético da fonte de energia.

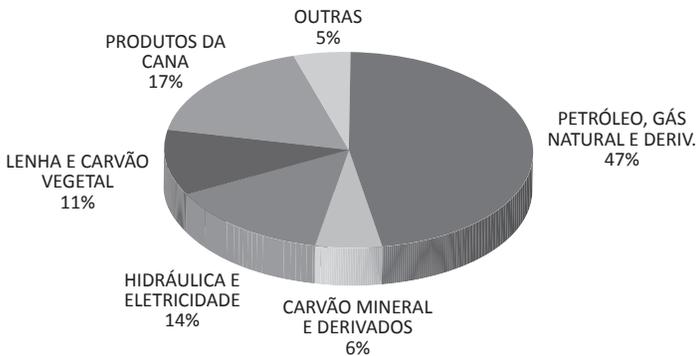
3 Informações BP Global 2008. www.bp.com

Gráfico 1: Brasil: Oferta Interna de Energia, 1940

Fonte: Balanço Energético Nacional, 2009.

Gráfico 2: Brasil: Oferta Interna de Energia, 1975

Fonte: Balanço Energético Nacional, 2009.

Gráfico 3: Brasil: Oferta Interna de Energia, 2008

Fonte: Balanço Energético Nacional, 2009.

No período considerado (1940-2008), observam-se duas tendências importantes. A primeira está associada à expansão e modernização do parque industrial entre 1940-1975. Reflete-se essa tendência na substituição de uma fonte de energia considerada tradicional e menos eficiente (lenha) para uma fonte mais eficiente (petróleo). Considerando que a demanda interna, no período assinalado, continuou crescendo em razão dos níveis de investimentos na ampliação do parque industrial, da extensão das redes de energia elétrica, assim como da própria consolidação do Sistema Integrado Nacional, e de elevadas taxas de urbanização, a mudança na matriz antecipou as pressões dessa demanda. Em termos de mudança estrutural, foi na década de 1950 que o setor industrial passou a comandar o consumo de energia, este até então tributário dos setores residencial e de transportes (PIRES DO RIO, 1989). Entre 1970 e 1990, a taxa anual de crescimento do setor industrial foi de 9,7% aa e entre 1990 e 2008 foi de 8,2% aa, enquanto no setor residencial, apesar do aumento efetivo do número de consumidores, as taxas foram, respectivamente, de 2 e 1% aa (TOLMASQUIM et al, 2007). Todavia, o ritmo de crescimento do consumo de eletricidade desses setores tende a equiparar-se.

Mais do que substituição, as mudanças ocorridas entre 1975 e 2008 indicam diversificação de fontes no provisionamento com vistas à garantia de manutenção da oferta interna de energia. Esse processo é caracterizado pelo substancial aumento dos produtos da cana e da hidroeletricidade. Ainda que marginal, a categoria denominada “outras fontes de energia” engloba tanto a energia de origem nuclear, como fontes alternativas, tais como a solar e, principalmente, eólica. É importante lembrar que o início do período conta ainda com os resultados do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979). Concentrando investimentos na oferta de petróleo e hidroeletricidade, o II PND obteve êxito no deslocamento do gargalo no setor de transportes, induzindo a substituição da gasolina pelo diesel nos veículos para transporte de carga, na intensificação do uso de eletricidade em setores industriais intensivos em energia, nos subsídios tarifários aos setores eletrointensivos e na tributação sobre combustíveis (PIRES DO RIO, 1994; 1995).

Após a crise econômica na década de 1980, as mudanças no marco regulatório do setor energético e o retorno dos investimentos na oferta de energia conduziram à diversificação da matriz, retratada na situação em 2008. A mudança no regime de exploração, com a quebra do monopólio da exploração de petróleo, obrigou a Petrobrás a definir novos vetores estratégicos: expansão das reservas, fortalecimento da capaci-

tação tecnológica, ampliação de sua base logística e da área de negócios para incluir outros energéticos. A escala dessas mudanças mais recentes é ampla. Implica, de fato, em nova institucionalidade (EGLER e PIRES DO RIO, 2009) cujos desafios para as regiões nas diferentes cadeias energéticas são consideráveis: maior número e diversidade de agentes envolvidos tanto na produção de combustíveis fósseis, como de agroenergéticos e, não menos importante, na proteção ambiental.

Matriz energética: entre expansão da oferta de combustíveis fósseis e diversificação

As decisões de política energética envolvem considerável nível de incertezas associadas à rigidez que caracteriza os investimentos em todos os segmentos da cadeia energética. Longo tempo de maturação e funcionalização dos espaços utilizados, quer para geração de eletricidade, quer para exploração de fontes fósseis, como petróleo, gás natural e carvão, ou ainda nas extensas áreas destinadas à exploração de culturas para a produção de combustíveis são características que exigem mecanismos adaptativos e sem grandes rupturas associados a investimentos em redes de circulação e logística de grande porte.

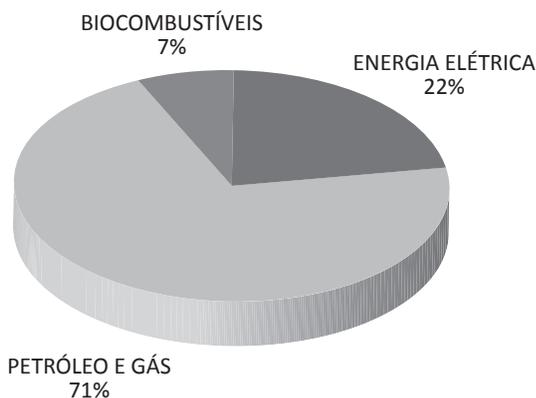
Embora as relações entre disponibilidade, consumo de energia e níveis de desenvolvimento tenham sido amplamente analisadas (GEORGE, 1950; FOLEY, 1992; entre muitos outros), o desigual acesso às fontes consideradas modernas, às redes de distribuição, aos equipamentos mais eficientes e às condições de inserção de pequenos produtores familiares na produção de biocombustíveis permanecem como desafios que dão contornos específicos à questão energética em suas diferentes escalas.

A estrutura da oferta interna de energia vem se diversificando, embora seja possível observar a predominância das energias fósseis que correspondem a pouco mais de 50% da oferta de energia primária no país⁴. Esse percentual não pode ser negligenciado. Transcorridos setenta anos entre a situação indicada no gráfico 1 e aquela expressa no terceiro, inércias técnicas e institucionais atuam como mecanismos adaptativos para evitar rupturas drásticas (PIRES DO RIO, 1989). As fontes de inércia técnica estão relacionadas ao condicionamento do aparelho produtivo e do sistema de transportes a determinados combustíveis, enquanto as segundas referem-se ao aparato ins-

4 A título de comparação, na Alemanha carvão, petróleo e gás representam 80,4% da oferta de energia primária; nos Estados Unidos 85,6%; enquanto na China, apenas o carvão representa 65,8% da oferta de energia primária.

titucional que canaliza recursos para as fontes dominantes e determina a trajetória, a velocidade e a extensão da transição (PIRES DO RIO, 1989). Em síntese, a inflexão da transição anteriormente esboçada, sob efeito da ação institucional, reflete prioridades de investimento (Gráfico 4) que parecem contestar compromissos mais amplos assumidos pelo país, como, por exemplo, a adesão ao Protocolo de Quioto.

Gráfico 4: Brasil: Previsão de Investimentos na Oferta de Energia, 2019



Fonte: EPE, 2010: Plano Decenal de Energia 2019.

Em recente previsão de investimentos para ampliação da oferta interna de energia, o Plano Decenal de Expansão de Energia 2019, diretamente relacionado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), concentra a maior parte dos recursos financeiros em dois setores principais: energia elétrica e petróleo (Gráfico 4). Uma vez mais: inércia técnica e institucional marcam profundamente a transição em curso, pois os investimentos programados prolongam o papel estruturante do petróleo na matriz energética.

No caso do Brasil, se há transição em curso, ela parece constituir-se menos numa questão técnica e mais numa disputa entre agentes por posições no sistema energético: os mais diferentes agentes produzem distintos modelos para diversificar a matriz energética e definir a via tecnológica da transição. Os investimentos na oferta de petróleo e gás, previstos no Plano Decenal de Energia, e os recentes anúncios de novas descobertas na bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro, indicam, no médio prazo, o fortalecimento de fontes geradoras de inércia que suavizam a inflexão da trajetória da transição e tolhem o potencial de crescimento da participação de fontes alternativas na matriz energética. Em outros termos, há um triplo desafio: aumento da demanda por energia, o caráter não renovável das energias fósseis que dominam a matriz energética e as mudanças climáticas globais.

Entre as possíveis expressões de bifurcação estão: aumento da eficiência dos equipamentos, racionalização do consumo e posição de cada agente nesse sistema. O resultado da combinação desses elementos irá condicionar a opção política que marcará a transição para uma economia com menor intensidade energética e de baixo carbono (EGLER, 1992).

Trata-se igualmente de políticas de gestão do território, evolução da sociedade, pesquisa e desenvolvimento, que necessariamente terão efeito no longo prazo. Dentre essas políticas, investimentos em inovações, aqui e ali, que contribuem para o redimensionamento da utilização de energias fósseis em determinados setores, vêm sendo privilegiados. É nesse contexto que situamos o valor estratégico adquirido pela biomassa e pela possibilidade de ampliação da produção de biodiesel. Os efeitos do conjunto dessas mudanças sobre o uso da terra e sobre a (re)funcionalização de algumas regiões é bastante importante. Como foi analisada por Egler e Pires do Rio (2009), a concentração da exploração de petróleo na bacia de Campos e a possível expansão da exploração das reservas localizadas na camada pré-sal vêm alterando a posição de alguns lugares na estrutura regional, como, por exemplo, Macaé, município que abriga a maior parte das atividades de apoio logístico à exploração *offshore*. Inserção em redes globais e transformações intensas na estrutura econômica do município alteraram a funcionalidade não apenas desse, mas também de municípios vizinhos.

No caso de uso de biomassa para a produção de biocombustíveis, a extensão do cultivo de oleaginosas e a formação de complexos agroenergéticos estariam na origem de regiões funcionais competitivas (CASTILLO, 2007). Contudo, de modo distinto ao de considerar tais regiões exclusivamente “atreladas ao mercado externo” (CASTILLO, 2007: 38), aproveitando-se do “sistema logístico de redes extravertidas” (CASTILLO, 2004), as regiões possuem, no nosso entender, dupla inserção funcional: mercado internacional de grãos e mercado doméstico de combustíveis. Este último constitui, na atualidade, o principal destino para o biodiesel. Em ambos os casos, a inserção em redes globais, mesmo naquelas regiões onde a produção é destinada a abastecer o mercado doméstico, enfraquece a mediação das escalas de governo no nível estadual.

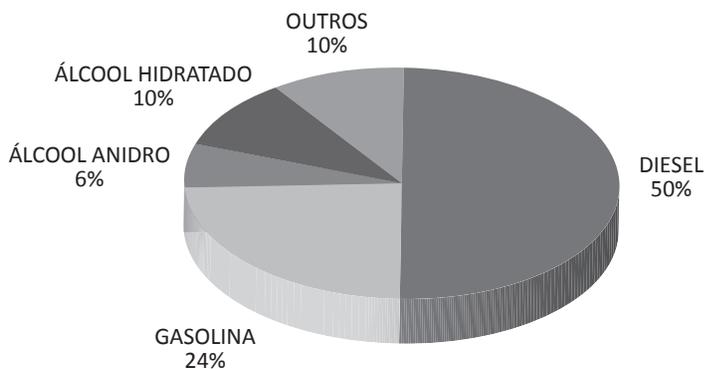
Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: riscos de uma opção

Antecede a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel os planos e programas do início da década de 1980 em resposta aos dois choques do petróleo. Tanto o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL de 1975), como o Plano de Produção de Óleos Vegetais para fins Energéticos (PRO-ÓLEO de 1980)

datam desse período. Naquela ocasião, a resolução número 7 do Conselho Nacional de Energia definiu como objetivos do PRO-ÓLEO a mistura em até 30% de óleos vegetais no diesel e o incentivo à pesquisa em alternativas tecnológicas (PIRES DO RIO, 1989).

Desde 1980, portanto, o aproveitamento da biomassa para fins energéticos era contemplado nas diretrizes da política nacional de energia. Soja, mamona, amendoim, girassol e dendê foram objeto de programas específicos, além dos dois anteriormente mencionados. Os imediatos resultados do PROALCOOL, como a competitividade econômica frente à gasolina, fizeram com que esse programa recebesse mais atenção e investimentos em detrimento dos de óleos vegetais. Tanto naquela ocasião como nos dias atuais, o uso de biocombustíveis tem como principal mercado o setor de transportes (Gráfico 5). Como no passado, o objetivo de redução do elevado consumo de combustíveis derivados de petróleo encontra-se na origem desses planos e programas em decorrência do reatamento na balança comercial.

Gráfico 5: Brasil: Matriz de Combustíveis Veículos, 2007



Fonte: Balanço Energético Nacional, 2009.

O marco legal que regula a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira é a Lei 11097/2005. A mistura voluntária de 2% de biodiesel ao combustível utilizado nos motores de ciclo diesel, principalmente nos veículos de transportes de cargas e passageiros, foi inicialmente prevista até 2007, quando se tornaria obrigatória. No segundo momento, de 2008 a 2012 o acréscimo voluntário seria de 5%, tornando-se obrigatório no início de 2013. Esse esquema de progressiva incorporação desse combustível foi modificado pela antecipação de algumas das metas. Retomados projetos que empregavam oleaginosas, como algodão, palma, mamona, girassol, amendoim e

soja, considerado o potencial de produção das regiões do país, apenas a soja apresentava produção em escala suficiente para atender à demanda induzida pelo Programa (MDA, 2006).

Para assegurar mercado, estimular a produção de biodiesel, regular preços e quantidades, assegurar a inserção de pequenos agricultores na cadeia agroenergética que tem peculiaridades na vinculação produtores-unidades industriais-comercialização foi criado o sistema de leilões de compra controlados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). Nesses leilões, empresas que obtivessem o Selo Combustível Social poderiam disputar a maior parcela dos lotes de compra. Nos quatro leilões iniciais, estima-se que 205 mil famílias de agricultores familiares tenham tido sua produção adquirida pelas empresas participantes⁵.

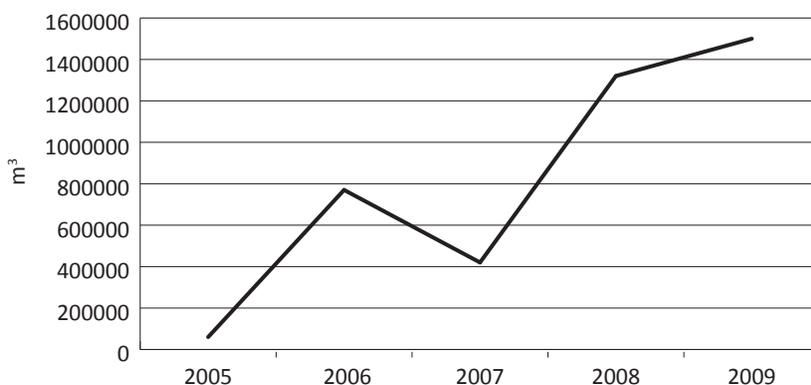
Entre 2005 e 2007, período durante o qual foram realizados pela ANP os primeiros cinco leilões, a mistura de 2% era de caráter opcional. Em julho de 2008, a mistura obrigatória passou de 2 para 3%. Essa última norma vigorou entre o oitavo e o décimo terceiro leilão. Em julho de 2009, do décimo quarto ao décimo quinto, a mistura passou a ser de 4%. Essas variações são resultado de decisões do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que antecipou a meta da obrigatoriedade da mistura de 2% em relação ao prazo previsto quando da implantação do PNPB, assim como a última antecipação que tornou obrigatória a mistura de 5%, em janeiro de 2010. O efeito principal de tais medidas foi a redução nas importações de diesel. Cada uma dessas antecipações significou aumento efetivo da quantidade produzida. A mudança da mistura de 2 para 3% representou um aumento de 800 milhões para 1,2 bilhão de litros na produção.

Embora não haja relação direta entre o percentual obrigatório empregado na mistura do biodiesel ao diesel e o ano civil, optou-se por apresentar a evolução da comercialização do biodiesel anualmente, sem considerar os efeitos da sazonalidade que interferem no volume negociado nos leilões promovidos pela ANP (Gráfico 6). A tendência ao aumento do volume negociado significa crescimento do consumo aparente do biodiesel. Nesse sentido, as antecipações assinaladas representam abertura e ampliação efetiva do mercado doméstico para esse combustível. A queda no volume negociado entre 2006 e 2007 corresponde ao período de elevação dos preços da soja no mercado internacional e relativo desequilíbrio entre capacidade de produção e demanda.

5 Disponível em http://www.biodiesel.gov.br/docs/Folder_biodiesel_portugues_paginado.pdf. Acesso em maio de 2010.

As características da comercialização do biodiesel são bastante específicas em relação a outros combustíveis. Nos contratos de leilões está determinado o lugar de entrega. Essa característica implica que empresas que disponham de maior número de unidades de produção participem dos leilões indicando vários lugares de entrega da produção e, portanto, vendendo, a preços variáveis, quantidades diferentes para serem entregues em distintos locais. Ou seja, uma mesma empresa com unidades de produção localizadas em diferentes municípios das distintas Unidades da Federação oferece quantidades específicas produzidas por cada unidade de produção. Concretamente: a empresa que possua três unidades de produção localizadas, por exemplo, em Mato Grosso, Goiás e Bahia, pode oferecer, por ocasião do leilão, 15.000 m³ dos quais 5.000 m³ serão entregues por cada uma das unidades. Como o mecanismo de leilões implica em negociação para entrega futura da produção, os efeitos sobre a área plantada são amplamente conhecidos.

Gráfico 6: Brasil: Volume de Biodiesel Arrematado nos Leilões ANP



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do MDA.

O PNPB tem por objetivo a incorporação da agricultura familiar na matriz energética. O instrumento para atingi-lo foi a certificação com o Selo Combustível Social. Em termos bastante gerais, essa incorporação é estruturada de modo semelhante a um programa de fomento tradicional. Para a empresa que adquirir percentual estipulado de outra matéria-prima segundo a região onde está localizada a planta de biodiesel, o programa assegura acesso, em condições facilitadas, a financiamento, prioridade para participar nos leilões de compra promovidos pela ANP⁶, e redução de tributos. Aos

6 Os leilões realizados pela Petrobras para compra de biodiesel são, em geral, destinados à formação de estoques da Companhia.

produtores familiares, a empresa deve assegurar assistência técnica e segurança na compra da matéria-prima. Os percentuais de aquisição de matéria-prima não foram os mesmos segundo as regiões: enquanto no Centro-Oeste foi estabelecido em 10%, no Nordeste foram 50% e nas regiões Sudeste e Sul 30% (MDA). A comercialização é, todavia, restrita: a produção é vendida exclusivamente para refinarias e distribuidoras no país. Em 2009, a Instrução Normativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário alterou o percentual de aquisição de matéria-prima do agricultor familiar para fins de concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social em 10% até a safra de 2009/2010, e 15% a partir da safra de 2010/2011 para as regiões Norte e Centro-Oeste; e 30% para as aquisições provenientes das regiões Sul, Sudeste e Semi-Árido⁷.

Outra característica do Selo é sua atribuição para cada unidade de uma mesma empresa. Os grandes grupos que participam dos leilões (Gráfico 7) possuem usinas localizadas em diferentes municípios. Uma empresa que possua cinco unidades pode possuir selos em duas delas. Desse modo, apenas essas duas unidades poderão participar do leilão voltado exclusivamente para empresas com o Selo Combustível Social, enquanto as demais unidades poderão participar do leilão reservado às usinas sem selo. A concessão do selo não é, entretanto, definitiva. Uma empresa pode ter uma de suas concessões suspensa. Este foi o caso, por exemplo, no início de 2010, quando quatro usinas (Itaquara, Itaquí, Cateús e Floriano) da empresa Brasil Ecodiesel (BED) perderam o Selo⁸. Porém, sempre há a possibilidade de recuperação da certificação. Ainda que essa recuperação seja lenta, a Brasil Ecodiesel possui duas unidades, uma localizada em Porto Nacional (TO) e outra em Rosário do Sul (RS), que constavam da lista de empresas com Selo Combustível Social publicada pelo MDA e atualizada em maio do mesmo ano, portanto aptas a participar de futuros leilões.

O volume negociado, a escala dos investimentos e o apoio logístico necessário à produção suscitam indagações a respeito da efetiva participação da agricultura familiar e dos pequenos produtores familiares de oleaginosas na cadeia agroenergética. O Gráfico 7 ilustra esse aspecto: 80% do biodiesel negociado nos leilões promovidos pela ANP são comprados exclusivamente de empresas certificadas com o Selo Combustível Social⁹. Como está indicado, as 22 empresas que dispõem do Selo são grandes grupos

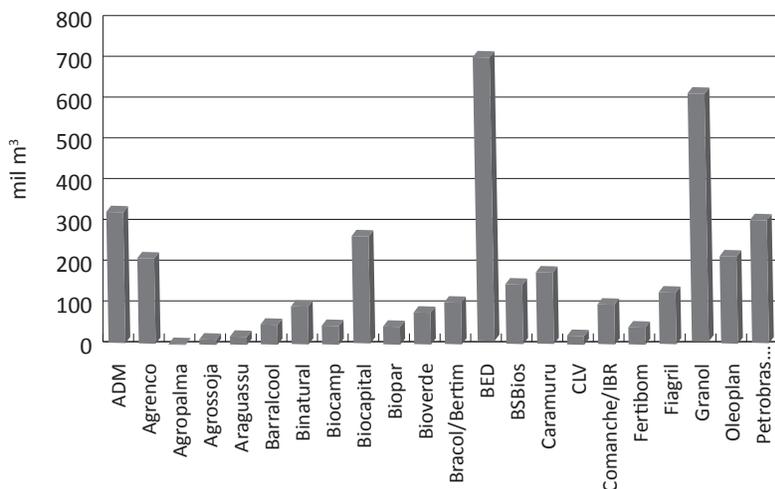
7 Instrução Normativa n. 1 de 19 de fevereiro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União n. 37 de 25 de fevereiro de 2009.

8 Ver em <http://www.noticiasagricolas.com.br/noticias>. de 05/03/2010. e *Valor Online* 05/05/2010.

9 Os 20% restantes são adquiridos de unidades produtivas ou empresas que não dispõem do Selo.

multinacionais como ADM e Agrenco, grandes grupos nacionais como Granol, Biocapital e Petrobras Biodiesel ou ainda grupos de porte médio, de capital regional como a Fiagril, com sede em Lucas do Rio Verde, MT.

Gráfico 7: Brasil: Capacidade de Produção de Empresas com Selo Combustível – Social 2010



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

É inegável que o PNPB impulsionou investimentos na ampliação da capacidade de produção de biodiesel, o que explica em grande medida o número de empresas com capacidade superior a 100 mil m³/ano. Destaca-se no gráfico quatro categorias de empresas. Acima de 500 mil m³/ano, apenas duas empresas, Brasil Ecodiesel e Granol. A segunda categoria, cuja capacidade de produção está entre 150 e 500 mil m³/ano, é composta pelas empresas ADM-Brasil, Agrenco, Biocapital, BSBios, Caramuru, Oleoplan e Petrobras Biocombustíveis. Entre 100 mil m³/ano e 150 mil m³/ano estão as empresas Binatural, Bracol, Comanche e Fiagril. O quarto grupo é composto pelas demais empresas que apresentam capacidade de produção inferior a 100 mil m³.

Podemos ilustrar as diferentes escalas que são mobilizadas pelo PNPB, considerando a composição acionária e a estrutura espacial de diferentes empresas representativas das primeiras três categorias. Embora o nível de detalhe obtido para cada uma delas seja distinto, algumas características retratam os padrões esperados de uso da terra e níveis diferenciados de inserção e controle do mercado doméstico de biocombustíveis.

Chama atenção a empresa Brasil Ecodiesel (BED), que com capacidade de produção de 723.600 m³ anuais constitui caso a parte. Com unidades nos municípios de Itaquí (MA), Porto Nacional (TO), Rosário do Sul (RS), Iraquara (BA), Crateús (CE) e Floriano (PI), essa empresa iniciou a produção familiar de mamona por meio de convênio com o governo do estado do Piauí. A usina de Floriano foi a primeira unidade a entrar em operação em 2005, seguida pela unidade de Crateús e Iraquara, em 2006, Rosário do Sul e Itaquí, em 2007, que juntas atingem uma capacidade de processamento de cerca de 650 mil m³ ao ano¹⁰. A unidade de Crateús foi desativada três anos após sua inauguração¹¹.

Em sua composição acionária, segundo jornais especializados, é difícil a identificação do grupo que a controla. Inicialmente sua composição identificava como controladora a Eco Green Solutions com sede em Delaware, paraíso fiscal norte americano, o fundo BT Global, gerido pelo Deutsche Bank, mas cujo proprietário seria um segundo fundo com sede nas Ilhas Cayman. Em termo aditivo ao acordo de acionistas de Brasil Ecodiesel Indústria e Comércio de Biocombustíveis e Óleos Vegetais S.A., assinado em 15 de maio de 2008, são mencionados como acionistas principais: Eco Green Solutions LLC, Zartman Services LLC, com sede no estado da Califórnia, Estados Unidos, Boardlock Holdings LLC, Carleton Towers LLC, ambas com sede também em Delaware e Nelson J C da Silveira parte interessada e procurador da Carleton. Nesse acordo, 50% da composição acionária ficaram assim distribuídos: Zartman (19,77%); Boardlock (9,5%), Carleton (10,98%) e Nelson Silveira (9,75%).

Em março de 2010, outra reestruturação societária e financeira foi realizada, transformando a Brasil Ecodiesel em empresa de capital pulverizado, tendo como principal acionista (14% do capital) o Fundo Neo Biodiesel, formado pelos bancos Bradesco, Fibra e BMG, antigos credores, além do Bonsucex Holding (8,14%) e Banco Fator (6,82%) (*Valor Online 18/05/2009*). Resultado daquela reestruturação, a empresa recentemente anunciou redirecionamento estratégico que deixa de priorizar seu projeto de origem: o biodiesel a partir da mamona e soja como principais matérias-primas para priorizar os investimentos em pinhão manso (*Valor Online 23/03/2010*).

A Granol apresenta perfil distinto. Empresa de origem familiar, fundada em 1965, é atualmente sociedade anônima de capital fechado cuja estrutura é compos-

10 Informações no sítio da própria empresa: <http://www.brasilecodiesel.com.br>. Último acesso em maio de 2010.

11 Fonte: <http://www.power.inf.br/site/todas-as-noticias-de-energias-alternativas/1445-usina-de-biodiesel-desativada-no-sertao-dos-inhamuns>. Acesso em maio de 2010.

ta por 58% de capital próprio e 42% de capital de terceiros. Participando desde os primeiros leilões, essa empresa, com sede em São Paulo, tem unidades de produção de óleo em Anápolis (GO), Cachoeira do Sul (RS), Bebedouro, Tupã, Oswaldo Cruz e Junqueirópolis (SP). As unidades de armazenamento estão distribuídas em cinco municípios do estado de São Paulo (Andradina, Birigui, Coroados, Guaíra e José Bonifácio), oito em Goiás (Edéia, Gouveilândia, Itumbiara, Mineiros, Jataí, Rio Verde, São Simão e Silvânia), além de Planura (MG), Baús (MS), Canarana (MT) e Figueirópolis (TO). A essa estrutura de produção vinculam-se atividades de logística que inclui um terminal marítimo no porto de Vitória (ES) e o terminal fluvial no Porto de Pederneiras, no rio Tietê¹². Proximidade de áreas produtoras e de eixos hidroviários como Araguaia-Tocantins¹³, de porto fluvial intermodal caracterizam a estrutura espacial que atende mercados mais amplos: cerca de 80% da produção de óleos destina-se ao mercado doméstico.

A Petrobras Biocombustíveis, empresa subsidiária integral da Petrobras, criada em 2008, tem por objetivo desenvolver a produção de biodiesel e etanol. No que diz respeito à produção de biodiesel, apresenta desde sua origem estrutura multilocalizada de usinas em escala industrial: Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE). Todas as três plantas possuem Selo Combustível Social. A essas unidades será acrescentado o Polo de Extração de Palma, localizado no município de Tailândia (PA). A formação da nova subsidiária está vinculada à estratégia de diversificação horizontal da própria Petrobras que se constitui, na atualidade, numa empresa de energia.

Característica comum entre os dois últimos grupos empresariais considerados é a orientação espacial dos investimentos predominantemente para a região denominada, segundo Bernardes (2009), de “BAMAPITO” (oeste da Bahia, sul dos estados do Piauí e Maranhão e nordeste de Tocantins): é justamente nessa região que os enfrentamentos, conflitos e tensões provocados pela expansão da moderna agricultura estão mais evidentes.

Com sede no município de Lucas do Rio Verde (MT), a Fiagril, criada em 1989 como Fiagril Comércio e Representações Ltda, era voltada para a distribuição de insumos agrícolas. Atualmente, a Fiagril Participações S.A. controla duas outras empresas Fiagril Comércio e Representações Ltda. e Fiagril Agromercantil Ltda.

12 Fonte: <http://www.granol.com.br/FOLDER.pdf>. Último acesso em maio de 2010.

13 Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs) são: Madeira-Amazonas, Arco Norte, Araguaia-Tocantins, Transnordestino, São Francisco, Rede Sudeste, Sul, Sudoeste e Oeste.

Sua área de atuação, seja com o fornecimento de insumos, seja com a participação de produtores familiares, concentra-se na mesorregião denominada Norte Mato-grossense, nos municípios de Sorriso, Sinop, Ipiranga do Norte, Vera, Cláudia, Itanhanga, Nova Mutum, Tapurah, São José do Rio Claro e Santa Rita do Trivelato¹⁴. Estende-se, portanto, ao longo da BR-163 em direção ao norte do estado. Dispõe de uma única usina de biodiesel, inaugurada em 2008, com capacidade para processar 120 mil toneladas ano. Trata-se de empresa de capital regional que disputa mercado de fornecedores, isto é, produtores familiares de oleaginosas, com a Agrosoja, empresa localizada no município de Sorriso.

Os exemplos assinalados e brevemente analisados indicam que a agricultura familiar chamada a integrar a cadeia de biocombustíveis não dispõe de canais de distribuição autônomos desvinculados do complexo agroindustrial ou das grandes empresas de comercialização e distribuição. As escalas de política energética, quando os articula, diz respeito à etapa agrícola do mercado de óleos, que sem os mecanismos de incentivo fiscais e creditícios promovidos pelo PNPB, especialmente o Selo, estariam completamente excluídos dessa alternativa de remuneração.

Considerações finais

Ao final da discussão apresentada, quatro pontos nos parecem essenciais no que diz respeito às escalas de política energética para compreender a articulação entre os processos de construção da transição energética e a dinâmica territorial.

O aumento da capacidade instalada e o volume da demanda a ser atingida se for implementado o Biodiesel 100 (B100) em veículos de passeio e utilitários são indicativos das dificuldades futuras que a agricultura familiar irá encontrar para negociar com as principais empresas produtoras de biodiesel. A escala de produção, a estrutura espacial e sua vinculação aos corredores logísticos significam a busca de inserção em mercados mais amplos que o mercado doméstico, ora dominante como destino da produção de biodiesel.

A estrutura espacial das empresas indica claramente o padrão geográfico do agro-negócio: concentração da localização de usinas nas antigas áreas de agricultura de exportação no estado de São Paulo e nos dois mais recentes eixos de avanço da fronteira agrícola: o primeiro marcado pela BR-163 (Cuiabá-Santarém), que corta o estado de

14 Fonte: <http://www.fiagril.com.br>. Último acesso em maio de 2010.

Mato Grosso e o segundo que segue, *grosso modo*, o traçado da ferrovia Norte-Sul¹⁵, no eixo de desenvolvimento e integração Araguaia-Tocantins, cortando os estados de Goiás e Tocantins para atingir a mais recente fronteira agrícola, localizada na região denominada BAMAPITO. Este padrão reforça, no mercado internacional, a tendência de aprofundamento da divisão territorial do trabalho: Argentina e Brasil, especializando-se, respectivamente, no biodiesel e no etanol.

A extinção dos leilões, inicialmente prevista para 2008, foi adiada e o governo mantém esse sistema assegurando mercado cativo para empresas certificadas com o Selo. Se por um lado a modalidade de aquisição por leilões tende a ser considerada instrumento que assegura, por meio de certificação, a inserção da agricultura familiar nas cadeias agroenergéticas, por outro, não rompe com a assimetria de informação em relação à empresa que adquire a produção dos agricultores familiares. No plano estratégico da Brasil Ecodiesel está confirmada a desativação das usinas de Crateús e Floriano. Os exemplos aqui considerados, ao mesmo tempo em que desvendam a vulnerabilidade a que essa modalidade de inserção expõe a agricultura familiar, indicam a fragilidade no controle de parte da cadeia por agentes com atuação local.

Do ponto de vista da ação pública, a abertura de mercados por políticas públicas não pode constituir o único vetor dos planos e programas, mas a manutenção de canais de inserção e sua permanência. As transformações pretendidas pelo PNPB e as estruturas espaciais que delas decorrem, como, por exemplo, a agricultura familiar chamada a integrar a cadeia de biocombustíveis, ainda não foram capazes de propiciar canais de distribuição autônomos desvinculados do complexo agroindustrial ou das grandes empresas de comercialização e distribuição. O ponto nevrálgico da ação pública reside justamente na construção de escalas para reforçar a capacidade de negociação de agentes econômicos de atuação local, como a agricultura familiar, em mercados mais dinâmicos.

Referências

BERNARDES, J. A.. “Fronteiras da agricultura moderna no cerrado norte/nordeste: descontinuidades e permanências”. In: BERNARDES, J. A. e BRANDÃO FILHO, J. B.

15 Em construção pela empresa Valec, a ferrovia ligará Anápolis, Goiás a Belém. Trechos já construídos asseguram sua conexão com a Estrada de Ferro Carajás, permitindo acesso ao porto de Itaquí, em São Luis. Em 2008, o Governo Federal determinou que a FNS tivesse seu traçado ampliado até a cidade paulista de Panorama.

- (orgs.) *Geografias da soja II. A territorialidade do capital*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- BRUNET, R. et al. *Les mot de la géographie*. Dictionnaire critique. Montpellier/Paris: Reclus/La Documentation Française, 1992.
- CASTILLO, R. “Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro”. In: *Investigaciones Geográficas*. Boletín del Instituto de Geografía. No. 55, dezembro de 2004. Distrito Federal (México): UNAM, p. 79-96.
- CASTILLO, R. “Agronegócio e logística em áreas de cerrado: expressão da agricultura científica globalizada”. In: *Revista da ANPEGE*, v. 3, 2007, 33-43.
- CHEVALIER, J-M. *Les grands batailles de l'énergie*. Paris: Gallimard, 2004.
- DEBEIR, D. et al. *Uma história da energia*. Brasília: Editora da UNB, 2ª ed., 1993.
- EGLER, C. A. G. “Goeconomia da Transição Energética”. *Informativo Corecon*. 1992. Disponível em <http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler>.
- EGLER, C. A. G. e PIRES DO RIO, G. A. “Territórios do petróleo no Brasil: redes globais e governança local”, pp. 239- 256. In : GUIBERT, M; et al. *Le Bassin du Rio de la Plata: intégration régionale et développement local*, Toulouse: Presses Universitaires du Mirail/ Collection Hespérides Amérique, 2009.
- FOLEY, G. *The energy question*. 4ª ed. Londres: Penguin Books, 1992.
- GEORGE, P. *Géographie de l'énergie*. Paris: Librairie de Médicis. 1950.
- LÉVY, J. e LUSSAULT, M. (orgs.): *Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003.
- MARTIN, J-M. *Economie et Politique de l'énergie* Paris: A Colin, 1990.
- MÉRENNE-SCHOUMAKER, B. *Géographie de l'énergie: acteurs, lieux et enjeux*. Paris: Belin, 2007.
- MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Produção e Agronegéria. *Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011*. Brasília: EMBRAPA, 2006. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/portal>.
- PIRES DO RIO, G. A. *Dinâmica do Sistema energético do Brasil: uma abordagem geopolítica*. M. Sc. Planejamento Energético COPPE/ UFRJ, 1989.
- PIRES DO RIO, G. A. *Délocalisation de l'industrie de l'aluminium et géographie industrielle: entre contraintes énergétiques et contraintes environnementales*. Tese. EHESS. Paris, 1994.

PIRES DO RIO, G. A. “A transferência de Plantas de Alumínio: Competitividade Internacional e Restrições Ambientais”. In: ROSA, L. P. *Pesquisas Recentes em Energia e Meio Ambiente*, UFRJ/ COPPE, 1995.

TOLMASQUIM, M. T. et al. “Matriz energética brasileira uma prospectiva”. *Novos estudos*. CEBRAP, n. 79, 2007, 47-69, Nov.

Os agrocombustíveis e os dilemas da agricultura camponesa e familiar¹

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Introdução

A discussão sobre a produção de agrocombustíveis pela agricultura camponesa traz consigo necessariamente o debate entre soberania alimentar e soberania energética. Ou seja, qual é o papel dos camponeses na agricultura capitalista no início do século XXI. Este texto tem por objetivo fazer esse debate e, junto com ele, discutir a opção feita pelo governo brasileiro em relação ao biodiesel. Também será importante mostrar em que bases políticas essa opção foi construída.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, do ponto de vista político, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi ocupado por integrantes petistas da corrente Democracia Socialista (DS). Em segundo lugar, lembrar que depois da demissão do ex-presidente do INCRA, Marcelo Rezende, cuja base de apoio eram os movimentos sócio-territoriais as secretarias daquele ministério ficaram ocupadas apenas pelo setor sindical rural, a saber: CONTAG, FETRAF, CUT Rural etc. Dessa forma, cristalizou-se naquele ministério a opção pelos chamados agricultores(as) familiares. Na verdade a opção veio do governo FHC, quando o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) foi substituído pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1995. Seu objetivo principal estava voltado para os mini e pequenos produtores rurais de forma diferenciada. Ou seja, visava atender àqueles produtores rurais que desenvolviam suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família. Seu objetivo primordial é **“o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao**

1 Trabalho apresentado no Seminário Regional “Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: Limites e Desafios da Incorporação da Pequena Produção Agrícola” – UFMT – Cuiabá/MT – 18 a 20 de agosto de 2010.

produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores”².

O Programa Nacional de Uso do Biodiesel nasceu como proposta de criação de uma política pública para inserção dos então “agricultores(as) familiares” no processo produtivo de matérias primas de oleaginosas. É lógico que o MDA, e mesmo o governo petista como um todo, não atentaram para o significado e consequências desta opção em relação à soberania alimentar e à soberania energética. Assim, chegou-se ao descabro de escrever no Programa Nacional de Agroenergia – 2006/2011 que “a expansão da agroenergia não afetará a produção de alimentos para o consumo interno, principalmente da cesta básica. **Pelo contrário, coprodutos do biodiesel, como torta de soja e de girassol, tendem a complementar a oferta de produtos para a alimentação humana e a animal**”³.

Dessa forma, o “programa do biodiesel” do governo petista é uma espécie de “cereja do bolo” das políticas públicas para converter os camponeses brasileiros em produtores especializados em agrocombustíveis. Esta política veio também acoplada à outra, que é a de transformar a Petrobras na maior empresa mundial de agrocombustíveis. Bolo e cereja completavam assim o viés sindicalista da política pública feita pelo governo sindicalista petista.

Histórico do agrocombustível biodiesel no Brasil

O **biodiesel** é um tipo de **agrocombustível** com características biodegradáveis, que deriva de fontes renováveis através de diferentes processos industriais, tais como o craqueamento, a esterificação ou a transesterificação. No Brasil, em 1980, o pesquisador da Universidade Federal do Ceará, Expedito Parente, registrou a primeira patente do processo industrial da transesterificação – transformação de óleo vegetal em biodiesel.

Esse agrocombustível pode ser obtido a partir de óleos vegetais e gorduras animais. No Brasil há as seguintes espécies vegetais que podem ser utilizadas: soja, giras-

2 (www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm).

3 Plano Nacional de Agroenergia – 2006/2011, Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2006, p. 11.

sol, amendoim, mamona, dendê (palma), babaçu, pinhão manso e nabo forrageiro. Segundo a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, biodiesel é um “biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores à combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil”⁴.

A produção do biodiesel é obtida através da transesterificação, que “consiste numa reação química dos óleos vegetais ou gorduras animais com o álcool comum (etanol) ou o metanol, estimulada por um catalisador, da qual também se extrai a glicerina, produto com aplicações diversas na indústria química”⁵. Além desses dois produtos, no processo industrial pode-se obter também a torta, farelo etc.

Dessa forma, o biodiesel pode substituir total ou parcialmente o óleo diesel derivado do petróleo “em motores ciclodiesel automotivos (de caminhões, tratores, camionetas, automóveis etc.) ou estacionários (geradores de eletricidade, calor etc.)”⁶, podendo ser usado puro ou misturado ao diesel.

A partir de 2003, o biodiesel foi incluído na agenda de políticas públicas prioritárias do governo brasileiro, através da criação de um grupo de trabalho visando realizar estudos sobre a viabilidade deste agrocombustível. O plano de trabalho foi aprovado em dezembro de 2004, estabelecendo diretrizes para a organização da cadeia produtiva, definição das linhas de financiamento, estruturação da base tecnológica e edição do marco regulatório do novo agrocombustível, lançado em janeiro de 2005:

“O **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)** é um programa interministerial do Governo Federal que objetiva a implementação de forma sustentável, tanto técnica, como economicamente, a produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda. Entre as **principais diretrizes do PNPB estão:**

- Implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social;
- Garantir preços competitivos, qualidade e suprimento;
- Produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas e em regiões diversas”⁷.

4 <http://www.biodiesel.gov.br/>.

5 Idem.

6 Ibidem.

7 Ibidem.

O governo organizou a compra do biodiesel através de leilões periódicos como forma de organizar a produção e garantir o abastecimento gradativo do mercado. A Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, estabeleceu a obrigatoriedade da adição de um percentual mínimo de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor, em qualquer parte do território nacional.

Dessa forma, a partir de janeiro de 2008 todo o diesel comercializado no país passou a possuir obrigatoriamente 2% de biodiesel e, a partir de julho do mesmo ano, passou para 3%. Em 2009, o percentual foi elevado para 4%. Porém, embora o percentual de 5% devesse ser atingido somente em 2013, foi a partir de 2010 que este percentual de mistura passou a ser adotado (B5). Quando utilizado puro, o biodiesel é denominado B100.

Em função do caráter social que o governo federal do Brasil implementa neste programa foi criado o **“Selo Combustível Social” a ser concedido às empresas que operarem com a compra da matéria-prima da agricultura familiar**. Assim, o Selo Combustível Social, segundo a Instrução Normativa nº 01, de 05 de julho de 2005, derivou de “um conjunto de medidas específicas visando estimular a inclusão social da agricultura, nessa importante cadeia produtiva”⁸. Entre os benefícios que as empresas produtoras de biodiesel obtiveram estão: melhores condições de financiamento junto ao BNDES e outras instituições financeiras; direito de concorrência em leilões de compra de biodiesel; direito à desoneração de alguns tributos, desde que garantam a compra da matéria-prima, através de preços pré-estabelecidos, oferecendo segurança e garantia aos agricultores familiares.

Os agricultores familiares podem também participar como sócios ou quotistas de empresas que operem como extratoras de óleo ou produzam diretamente biodiesel, ou via associações ou cooperativas de produtores. Os agricultores familiares também têm acesso a linhas de crédito do PRONAF, e podem obter acesso à assistência técnica, fornecida pelas empresas que possuem o Selo Combustível Social.

Entre as regras tributárias do programa do biodiesel estão aquelas relativas ao PIS/PASEP e à COFINS, que variam, desonerando os produtores de acordo com a matéria-prima e regiões do país:

8 Ibidem.

- Para o biodiesel fabricado a partir de mamona ou a palma produzida nas regiões Norte, Nordeste e no Semiárido pela agricultura familiar, a desoneração de PIS/PASEP e COFINS é total, ou seja, a alíquota efetiva é nula (100% de redução em relação à alíquota geral de R\$ 217,96/m³);

- Para o biodiesel fabricado a partir de qualquer matéria-prima que seja produzida pela agricultura familiar, independentemente da região, a alíquota efetiva é R\$ 70,02/m³ (67,9% de redução em relação à alíquota geral);

- Para o biodiesel fabricado a partir de mamona ou a palma produzidas nas regiões Norte, Nordeste e no Semi-Árido pelo agronegócio, a alíquota efetiva é R\$ 151,50/m³ (30,5% de redução em relação à alíquota geral)⁹.

Quanto ao financiamento, cabe ressaltar que o uso comercial do biodiesel recebe apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) através do Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel, que

Prevê financiamento de até 90% dos itens passíveis de apoio para projetos com o Selo Combustível Social e de até 80% para os demais projetos. Os financiamentos são destinados a todas as fases de produção do biodiesel, entre elas a agrícola, a de produção de óleo bruto, a de armazenamento, a de logística, a de beneficiamento de subprodutos e a de aquisição de máquinas e equipamentos homologados para o uso deste combustível. Nas operações diretas para micro, pequenas e médias empresas, os empréstimos serão corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 1% (projetos com o Selo Combustível Social) ou 2% ao ano. Para grandes empresas, cobrará a TJLP mais 2% ao ano (projetos com o Selo) ou 3% ao ano. Em operações indiretas, os juros serão idênticos, mas acrescidos da remuneração do banco repassador. O BNDES também ampliou em 25% o prazo total de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos com motores homologados para utilizar, pelo menos, 20% de biodiesel ou óleo vegetal bruto adicionado ao diesel. Essa operação inclui veículos de transporte de passageiros e de carga, tratores,

9 Ibidem.

colheitadeiras e geradores. Também será flexibilizado o percentual de garantias reais, reduzindo-se os atuais 130% para 100% do valor do financiamento. Além disso, existe a possibilidade de dispensa de garantias reais e pessoais quando houver contrato longo prazo de compra e venda de biodiesel. A produção de matéria-prima para o biodiesel pela agricultura familiar também conta com linhas de financiamento do PRONAF, que colocará à disposição desse segmento, em 2005, R\$ 100 milhões, com possibilidade do valor ser aumentado. As taxas de juros do PRONAF variam de 1% a 4%¹⁰.

Dessa forma, o governo federal, através do BB BIODIESEL – Programa BB de Apoio à Produção e Uso de Biodiesel, procura “apoiar a produção, a comercialização e o uso do biodiesel como fonte de energia renovável e atividade geradora de emprego e renda”¹¹. Em relação ao setor produtivo, o programa

beneficiará os diversos componentes da cadeia produtiva do biodiesel de forma sistêmica: a) Na produção agrícola, com linhas de crédito de custeio, investimento e comercialização, disponíveis para financiamento ao produtor rural familiar e empresarial. b) Na industrialização: BNDES Biodiesel, Pronaf Agroindústria, Prodecoop, Crédito Agroindustrial (aquisição de matéria-prima), além das linhas disponíveis para o setor industrial. O principal critério a ser considerado pelo Banco na concessão do crédito, além das exigências específicas de cada linha, é a garantia de comercialização tanto da produção agrícola quanto do biodiesel¹².

Como o programa está em seu início, observando-se o zoneamento agrícola e a aptidão regional, foram priorizadas as culturas do dendê, da mamona, da soja, do algodão (caroço), do girassol e do nabo forrageiro.

Embora o programa deste agrocombustível tenha objetivos iniciais apenas de abastecer o mercado interno, uma vez que o país ainda importa 10% do diesel consumido, ele é visto a médio e longo prazo como produto que o Brasil poderá incluir em suas pautas de exportação. Neste particular, o programa governamental é claro:

10 Ibidem.

11 Ibidem.

12 Ibidem.

o Brasil apresenta reais condições para se tornar um dos maiores produtores de biodiesel do mundo por dispor de solo e clima adequados ao cultivo de oleaginosas. Assim, além de assegurar o suprimento interno, o biodiesel produzido no Brasil tem grande potencial de exportação. Este combustível já é utilizado comercialmente nos Estados Unidos e em países da União Europeia. A Alemanha é responsável por mais da metade da produção europeia de combustíveis e já conta com centenas de postos que vendem o biodiesel puro (B100), com plena garantia dos fabricantes de veículos¹³.

A produção nacional de biodiesel

Embora o programa federal de produção do biodiesel tenha ainda poucos anos de existência, cabe esclarecer que os primeiros resultados já começaram a aparecer. Assim, a cadeia produtiva do biodiesel se estruturou rapidamente e o país já está entre os maiores produtores e consumidores desse agrocombustível. O Brasil tem atualmente 54 usinas em operação comercial, das quais 13 estão com suas atividades paralisadas, 15 em construção e 16 em estudo. É de 5,4 bilhões de litros a capacidade instalada da indústria, o que representa um volume bem superior aos 2,2 bilhões de litros exigidos pela mistura de 5% de biodiesel ao diesel comercializado no mercado interno brasileiro. A produção anual saltou de 736 mil litros em 2005 para 69 milhões em 2006, depois alcançou 404 milhões em 2007. A partir de 2008 superou a barreira do bilhão, chegando a 1,1. Em 2009 a produção foi de 1,6 bilhão e, em 2010, superou a casa dos 2,2 bilhões de litros.

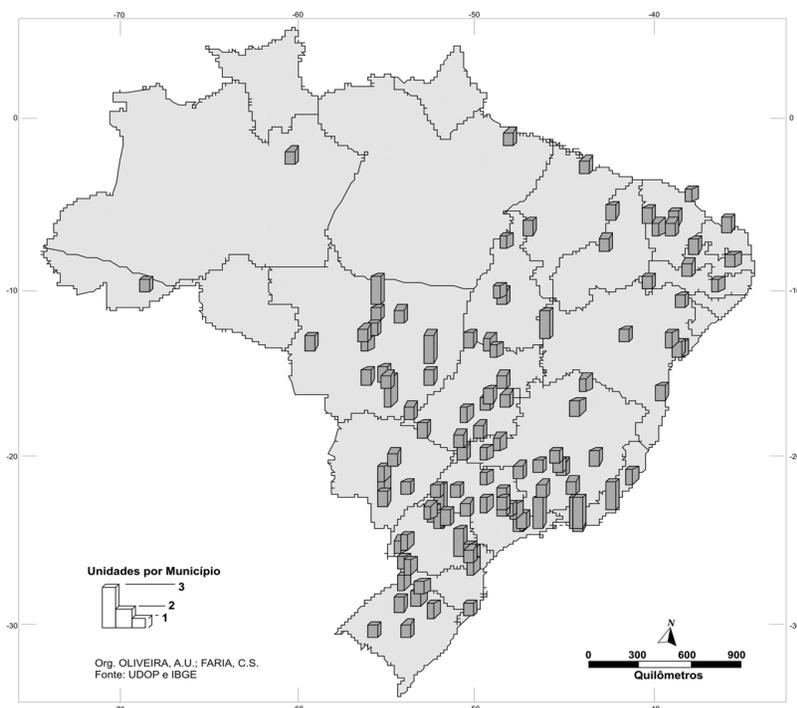
Em 2010 o Brasil possuía 29 unidades industriais, ou seja, 53,7% do total, que já eram detentoras do Selo Combustível Social expedido pelo MDA. Dessa forma, de acordo com o governo,

a participação da agricultura familiar já representa a inclusão de aproximadamente 100 mil famílias entre os produtores que ofertam 20% de toda a matéria-prima empregadas na produção nacional deste agrocombustível.

13 Ibidem.

Atualmente, a agricultura familiar responde por 18% da produção total da soja, que se constitui na principal oleaginosa na produção de biodiesel no Brasil. Na região Nordeste do Brasil, está concentrada 93% da produção de mamona que hoje é direcionada para a indústria de cosméticos, lubrificantes e agora para as unidades produtoras de biodiesel. Cerca de 29 mil agricultores familiares da Bahia e Sergipe produzem cerca de 49 mil toneladas de grãos para a primeira usina de biodiesel da Petrobras, inaugurada em Candeias (BA). Deste total, 31 mil toneladas são de mamona e 18 de girassol, o que equivale ao consumo de 58% do total de compra da matéria-prima adquirida da agricultura familiar¹⁴.

Mapa 1 – Brasil: Unidades de Biodiesel



Mesmo com todo apoio e incentivos do governo brasileiro, a maior parte das indústrias utilizam como matéria-prima o óleo de soja, deixando vulnerável o preço

14 Ibidem.

do biodiesel às oscilações dos preços internacionais desse grão. A esta questão soma-se, também, a baixa produção de girassol, dendê, mamona etc. O mapa 1 apresenta a distribuição das unidades de biodiesel no país.

As principais empresas produtoras de biodiesel

As dez principais empresas produtoras de biodiesel no Brasil foram responsáveis pela produção de 81% do biodiesel em 2010. Ou seja, há no mercado produtor deste agrocombustível uma forte concentração. A tabela 1 traz a relação das dez maiores empresas em produção em 2010.

Tabela 1 – Principais empresas produtoras de biodiesel 2010

Posição	Empresa	Estados	Produção	%
1	Granol	GO/RS	778	16,02
2	Brasil Ecodiesel	RS/BA/MA/TO	556	11,45
3	ADM	MT	535	11,02
4	Oleoplan	RS	419	8,63
5	Caramuru	GO	402	8,28
6	BSBios	RS/PR	339	6,98
7	Petrobras	MG/BA/CE	301	6,20
8	Biocapital	SP	268	5,52
9	JBSDiesel	SP	239	4,92
10	Bioverde	SP	101	2,08
Sub-Total			3.938	81,10
TOTAL			4.856	100

Fonte: ANP (2010).

A seguir pode-se observar as fotos de duas plantas industriais de biodiesel, uma em funcionamento e outra fechada, revelando a situação ainda difícil do programa.

Brasil Ecodiesel – Porto Nacional-TO (em funcionamento)



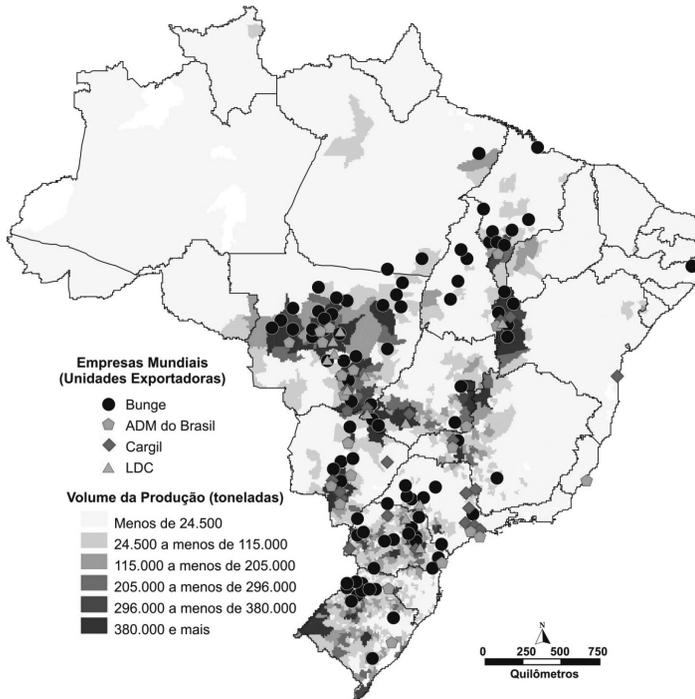
BIO – Brazilian Italian de Biocombustível - Barra do Garças - MT (paralisada)



O mapa 2 contém a produção de cereais, leguminosas, oleaginosas e as quatro principais empresas mundiais - ADM, Cargill,

Bunge e LDC - que atuam no setor de grãos através de suas unidades exportadoras no ano de 2007.

Mapa 2 — Brasil: produção de cereais, leguminosas e oleaginosas e empresas mundiais — 2007



Org. INSTITUTO IANDE - OLIVEIRA, A.U.; FARIA, C.S.
Fonte: MDIC e IBGE

Os dilemas da agricultura camponesa familiar entre produzir alimentos ou agrocombustíveis

O principal dilema da transformação da agricultura camponesa familiar tradicional produtora de alimentos para a população em geral, tem a ver com a produção e oferta de alimentos. A análise dos dados das tabelas 2 e 3, relativos ao consumo mundial e brasileiro de óleos vegetais, permite verificar que a maioria do consumo dos mesmos se dá no setor alimentar, 80% em termos mundiais e 85% no caso brasileiro. Assim, o deslocamento da produção do setor alimentar para o setor industrial, vai inevitavelmente, trazer falta do produto e seu conseqüente aumento de preço. Este fato já vem ocorrendo

no mundo desde 2008, em decorrência do aumento crescente da produção de etanol de milho nos USA e de óleo de palma e colza/canola para produção de biodiesel na Europa.

Tabela 2 – Consumo Mundial de Óleos Vegetais segundo os usos – em mil toneladas

	Alimentar	Industrial	Total
Palma	27.531	8.788	36.319
Soja	33.153	2488	35.641
Girassol	9.821	512	10.333
Amendoim	4.932	24	4.956
Colza / Canola	1.292	4.917	4.917
Algodão	4.474	208	4.682
Palmiste	1.195	3.015	4.210
Côco	1.791	1.374	3.165
Oliva	2.871	53	2.924
Total	85.768	21.379	107.147

Fonte: USDA – 2007.

Tabela 3 – Consumo de Óleos Vegetais no Brasil segundo os usos – em mil toneladas

	Alimentar	Industrial	Total
Soja	3.021	270	3.291
Algodão	171	84	255
Palma	39	165	201
Palmiste	0	79	79
Girassol	52	0	52
Oliva	32	0	32
Amendoim	11	0	11
Total	3.326	398	3.924

Fonte: USDA – 2007.

Um segundo dilema envolve a forte relação existente entre a produção agrícola capitalista no Brasil, hoje denominada de agronegócio, e o mercado mundial. Ou seja, a partir do momento, como ocorre na atualidade com o etanol e o açúcar, que existir demanda mundial, o setor passará a exportar o biodiesel. Isto quer dizer que haverá redução da oferta no mercado interno, com conseqüente desabastecimento. Hoje esta questão não aparece devido ao biodiesel estar relacionado a políticas nacionais de segurança energética, portanto, não se trata ainda de uma *commodity*.

O grau de desenvolvimento da capacidade de transformação do setor sojeiro do Brasil, na atualidade está condicionado fundamentalmente pelo mercado mundial desta oleaginosa. Vale lembrar que nesta última década a China tem se constituído como grande mercado comprador da soja brasileira. Assim, o Brasil ocupa o segundo lugar na produção mundial da soja, como mostra a tabela 4.

Tabela 4 – Principais países produtores de soja, em milhões de toneladas

	1998/99	99/00	2000/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07	07/08	08/09
Estados Unidos	74.60	72.22	75.06	78.67	75.01	66.78	85.01	83.37	86.77	72.86	80.54
Brasil	30.77	32.34	38.43	41.92	52.02	49.79	52.30	55.03	58.39	61.00	57.00
Argentina	20.00	21.20	27.20	30.00	35.50	33.00	39.00	40.50	48.80	46.20	43.00
China	15.15	14.29	15.40	15.41	16.51	15.39	17.40	16.35	15.97	14.00	16.80
Índia	6.00	5.20	5.25	5.40	4.00	6.80	5.85	6.30	7.69	9.30	10.00
Paraguai	3.05	2.90	3.40	3.55	4.50	3.91	4.05	4.00	6.20	6.80	4.00
Demais Países	9.72	9.84	9.18	8.31	9.26	9.63	11.41	12.38	12.83	10.72	11.94
Mundo	159.29	157.99	173.92	183.26	196.80	185.30	215.03	217.93	236.65	220.88	223.27

Fonte: USDA.

Os dados relativos às exportações dos principais produtos brasileiros em 2009 mostram a soja em 1º lugar e, no caso dos seus derivados, o farelo em 5º lugar e o óleo em 28º. Trata-se, assim, de um setor produtivo de porte mundial e que tem respondido positivamente aos aumentos da demanda deste mercado.

No caso do setor algodoeiro, como informado anteriormente em relação à soja, o grau de desenvolvimento da capacidade de sua transformação está na dependência da demanda mundial. É dessa forma que o algodão está entre os dados relativos às exportações dos principais produtos brasileiros, ocupando o 34º lugar. Trata-se, assim, de um setor produtivo de porte mundial e que também tem oscilado, às vezes positivamente ou mesmo negativamente, aos aumentos da demanda deste mercado.

Um terceiro exemplo ocorre com o dendê (palma). Sua produção no Brasil está também principalmente voltada para o mercado interno e para a produção de óleo comestível, embora o país já o exporte através do porto de Belém (PA). Só recentemente, em função do programa do biodiesel, é que estão aparecendo plantações deste agrocombustível para a produção de biodiesel. Inclusive, o governo brasileiro tem um programa específico para expandir esta cultura, particularmente, no estado do Pará, e é conveniente que se registre, em plena Amazônia brasileira, onde as exportações de dendê (palma) já ocupam o 23º lugar na pauta de exportações.

Deve-se destacar também a produção de amêndoa de babaçu no Brasil. Ela é feita há longo tempo pelas mulheres quebradeiras de coco, tratando-se de uma atividade extrativa vegetal da Mata dos Cocais, que existe sobretudo no Maranhão e está voltada para os mercados internos e externos. As exportações se fazem pelo porto de São Luís, no estado do Maranhão, onde as exportações de óleo de babaçu, embora reduzidas, ocupam o 25º lugar na pauta de exportações.

Dessa forma, o uso dessas matérias primas para a produção do biodiesel constituem exemplos reais que poderão deslocar produtores de alimentos voltados especialmente para o mercado interno, para produção de agrocombustíveis voltados para o mundo.

Considerações finais

Nestas considerações finais cabe destacar a atual crise mundial dos alimentos. As políticas neoliberais aplicadas à agricultura e ao comércio mundial de alimentos são responsáveis pela crise que se abateu sobre os alimentos na atualidade. Ela é, portanto, o resultado da total incapacidade do mercado para construir uma política mundial de segurança ou de soberania alimentar. Vários são os fatores para explicá-la.

Em primeiro lugar, deve-se destacar que, depois da criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do advento da revolução

verde, o mundo capitalista adotou um mecanismo de controle da produção de alimentos baseado no sistema de estoques. Esta sistemática tinha por objetivo garantir excedentes agrícolas alimentares que permitissem simultaneamente garantir a oferta de alimentos, diante do fantasma da fome, e a regulação de seus preços contra as ações especulativas dos *players* capitalistas (jogadores do mercado das bolsas de mercadorias e valores). Com o neoliberalismo, depois da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), o sistema adotado é aquele da colocação dos estoques no mercado e do império absoluto do livre comércio. Ou seja, o mercado através da disponibilidade dos estoques seria o regulador da oferta da produção de alimentos. Essa mudança revela na atualidade sua consequência: a crise.

É curioso que esta crise está ocorrendo em um momento em que está crescendo a produção mundial de alimentos. Os indicadores desse crescimento aparecem na safra mundial de 2007/8, por exemplo, na produção de trigo, que foi de 606,7 milhões de toneladas contra a produção de 592,9 milhões de toneladas na safra 2006/7, um crescimento, portanto, de 2,3%. O milho, por sua vez, apresentou uma produção de 772,2 milhões de toneladas na safra 2007/8 contra 705,3 milhões na safra 2006/7, conseguindo assim, um crescimento de 9,4%. O arroz passou de 420,6 milhões de toneladas na safra 2006/7 para 425,3 milhões na safra 2007/8, alcançando também um aumento de 1,8%. Também a soma dos demais grãos, exceto a soja, apresentou elevação da produção em 3,9%, passando de 275,6 milhões de toneladas na safra de 2006/7 para 286,5 milhões na safra 2007/8. A soja foi o único grão a conhecer redução de 7,2% na produção entre 2006/7 e 2007/8, quando passou de 237,7 para 219,9 milhões de toneladas, respectivamente.

Entretanto, quanto aos estoques, ocorreu exatamente o processo inverso: o decréscimo. Em relação ao trigo, por exemplo, ocorreu uma redução de 9,9%, ou seja, caiu de 124,9 para 112,5 milhões de toneladas entre a safra de 2006/7 e 2007/8. Os estoques mundiais de milho também caíram 4,8%, quer dizer, passaram de 108,2 para 102,9 milhões de toneladas entre as mesmas safras. Os estoques de soja baixaram em 22%, caindo de 63,3 para 49,3 milhões de toneladas. Os demais grãos, exceto o arroz, também tiveram seus estoques reduzidos em 16,6%, passando de 29,5 para 24,6 milhões de toneladas. Apenas os estoques de arroz conseguiram crescer 1,2%, subindo de 76,1 para 77,1 milhões de toneladas.

Trata-se, portanto, de uma crise estrutural, o capitalismo é incapaz de garantir oferta de alimentos para toda a humanidade. Com a crise revela-se também, o fracasso

do império da agroquímica na agricultura com seus agrotóxicos e a falência antecipada da transgenia com a alternativa biológica da garantia de aumento crescente da produção de alimentos.

Com a redução dos estoques de alimentos e da elevação de seus preços, os fundos de investimentos, que sofreram violentas perdas com as *subprime*, no mercado financeiro e imobiliário norte-americano em 2008, passaram a investir no mercado futuro, das *commodities* (milho, soja, trigo e arroz, principalmente). Este processo meramente especulativo atua no controle privado dos estoques e sobre a possibilidade de oferta de alimentos no mercado futuro. Dessa forma, todas as *commodities* têm já preços finais ascendentes.

Em simultaneidade com estes dois processos, articula-se a segunda causa em importância: a opção norte-americana pela produção do etanol a partir do milho, assim como o caminho seguido pelos países da União Européia em produzir o biodiesel a partir de grãos e óleo de palma. É óbvio, que o efeito desta opção dos EUA, hoje o maior produtor mundial de etanol, fez com que uma parte do milho destinado à alimentação humana e à produção de ração animal fosse destinada à produção de etanol. Este aumento rápido do consumo do milho gerou mecanismos especulativos na queda dos estoques. Essa queda, por sua vez, puxou para cima consigo os preços da soja, trigo e arroz.

A terceira causa decorreu do aumento do preço do petróleo. Como todos sabem, a produção de grãos na revolução verde estava assentada no setor agroquímico e, evidentemente, este é comandado pela lógica do preço do petróleo. Com a subida do seu preço, sobem os agroquímicos e também o custo da produção agropecuária e, conseqüentemente, esta pressão atua no sentido do aumento dos preços dos alimentos.

Em quarto lugar, aparece o aumento do consumo de alimentos, particularmente devido à melhoria das condições de vida de algumas populações, sobretudo da China e da Índia. Estes dois países, principalmente a China, têm ampliado a importação de alimentos, principalmente de soja em grão e óleo de soja, e exportado arroz e milho. A Índia tem se destacado particularmente como exportador de arroz e milho.

No caso brasileiro, como consequência da crise mundial e da elevação dos preços internacionais do trigo, associados ao bloqueio estabelecido pela Argentina em relação às exportações deste cereal, seu preço e de seus derivados estão aumentando no país. O Brasil é o maior importador mundial de trigo, consome mais de 10 milhões de toneladas, produz apenas 3 milhões e tem que importar 7 milhões, que têm vindo dos EUA e Canadá, com preços elevados e frete aumentado.

Com relação ao preço do feijão, seu aumento desde 2008 decorreu do aumento do preço do milho e da soja, pois os capitalistas converteram a área de produção de feijão em terra para cultivo do milho, que tinha preços mais vantajosos no mercado mundial em função da escalada provocada pelo etanol americano, que atingiu também a soja, a qual, na falta do milho, o substituiu na ração animal – não na alimentação humana. No caso do arroz, os estoques de que o Brasil dispõe são baixíssimos, 10% da demanda, mas a perspectiva de safra, já praticamente colhida, momentaneamente não sinaliza uma situação de falta do produto, embora seu preço no mercado interno já tenha subido.

No plano do mercado interno brasileiro, desde 1992 o país não aumenta a área plantada de feijão, nem a de arroz e nem a de mandioca, que são os três alimentos básicos da população brasileira. Quando há falta, importa-se. Dessa forma, como não há estoques suficientes no país, e os preços no mercado mundial estão elevados, e em parte as exportações bloqueadas, continuarão a falta e os preços altos dos alimentos no país.

Assim, a dedução lógica desta política que transforma alimento em agrocombustível será o aumento crescente da crise mundial dos alimentos. É por isso que a bomba está armada. Na atualidade, a produção nacional de biodiesel consome em milhões de toneladas, 1.880 de soja, 293 de sebo bovino, 59 de algodão e 118 de outras matérias primas. As previsões sobre a necessidade de produção dessas matérias primas também em milhões de toneladas, para atender às demandas do Programa Nacional de Biodiesel para o B10 é de 4.227 de soja, 336 de sebo bovino, 161 de algodão e 837 de outras matérias-primas. E para o B20 são exponenciais: 10.025 de soja, 414 de sebo bovino, 501 de algodão e 3.381 de outras matérias primas.

Urge começar a desarmar a bomba que levará a uma maior crise dos alimentos, e a sociedade tem que refletir sobre os equívocos dessa alternativa.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS (ANP). “Biodiesel: estratégias para produção e uso no Brasil”. In: *Biodiesel: estratégias para produção e uso no Brasil*. São Paulo: Unicorp, 26-27, abr. 2005.

- FIAN INTERNACIONAL, *Os Agrocombustíveis no Brasil*, 2008, Disponível em www.ob-servatoriodoagronegocio.com.br/page41/files/InfFianAgrocfinal.pdf.
- KNOTHE, G., KRAHL, J., GERPEN, J.V., RAMOS, L. P. *Manual de Biodiesel*. São Paulo: Editora Edgard Blucher, 2006, 352p.
- OLIVEIRA, A. U. . “Os agrocombustíveis e a produção de alimentos”. In: 12º *Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Caminando en una América Latina en Transformación. Montevideo: Universidad de La Republica, 2009. v. 1. p. 01-15.
- OLIVEIRA, A. U. . *A Amazônia e a nova Geografia da produção da soja*. Terra Livre. São Paulo: v. 26, p. 13-43, 2006.
- OLIVEIRA, A. U. . *Agrocombustíveis e a Produção de Alimentos*. Folha de São Paulo. São Paulo-SP, p. 3 - 3, 17 abril, 2008.
- OLIVEIRA, A. U. *Etanol, o novo mito do agronegócio*. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo-SP, p. 5 - 6, 17 abr. 2007.
- O Que é Biodiesel? – Disponível em: www.biodieselbr.com.
- RAMOS, L. P. et al. *Biodiesel: Um Projeto de sustentabilidade econômica e sócio-ambiental para o Brasil*. Revista biotecnologia & desenvolvimento, São Paulo, v. 31, jul./dez., 2003.
- REPÓRTER BRASIL (ONG) *O Brasil dos Agrocombustíveis: Impactos das Lavouras sobre a Terra, o Meio e a Sociedade – Gordura Animal, Dendê, Algodão, Pinhão-Manso, Girassol e Canola – 2009*; Centro de Monitoramento dos Agrocombustíveis, disponível em: www.reporterbrasil.org.br.
- SUAREZ, P. A. Z.; MENEGHETTI, S. P. M. 70º Aniversário do biodiesel em 2007: Evolução histórica e situação atual no Brasil. *Química Nova*, São Paulo, v. 30, n. 8, 2007. Disponível em: quimicanova.s bq.org.br.

Políticas públicas, Selo Combustível Social e território usado¹

Júlia Adão Bernardes

Introdução

Na segunda metade do século XX grandes transformações ocorreram no planeta, tornando o mundo mais unificado em função de novas condições científicas e técnicas, permitindo conhecê-lo como nunca antes foi possível. Nesse contexto emergiu a chamada “revolução ambiental”, que promoveu significativas transformações no comportamento da sociedade, na organização política e econômica e na visão de mundo.

A partir dessas mudanças, a dimensão ambiental e o uso dos recursos naturais passaram a constituir argumentos que se transformaram em fatores de competitividade, recebendo maior atenção dos gestores de políticas públicas. Assim, a dimensão ambiental, associada à territorial, tem sido atrelada aos objetivos de redução das desigualdades sociais (BONNAL, 2007).

Nesse âmbito, o presente trabalho objetiva identificar e analisar determinadas ações e práticas do setor público e privado, voltadas para a inserção da produção agrícola familiar no Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB), responsáveis por alterações no processo de reorganização social e territorial.

A expansão do PNPB envolve, de um lado, os órgãos e agências públicas que colaboram na estruturação da cadeia e os atores privados identificados nos produtores de biodiesel e seus grupos de interesse; por outro, os pequenos produtores familiares com seus movimentos sociais e suas organizações de classe. Deve-se considerar que os

1 Gostaria de agradecer a valiosa contribuição da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro na elaboração deste capítulo, seja através dos cursos ministrados, aos quais tive o privilégio de assistir, ou das inúmeras conversas informais.

diferentes arranjos institucionais conduzem a determinados tipos de desempenho, de políticas e de repercussões territoriais.

Algumas questões vêm orientando o desenvolvimento da pesquisa. Partindo do pressuposto de que o selo social entrou na agenda política possivelmente porque o poder público assumiu que algo devia ser feito para mudar as condições da agricultura familiar, indaga-se em que medida vem se construindo uma consciência coletiva sobre o problema? Como o novo ambiente institucional e as novas variáveis reorientam as alianças entre os atores de diferentes grupos de interesse? Como tais políticas públicas impactam o território?

Políticas públicas: ações e práticas

O Programa Nacional de Produção de Biodiesel, lançado em dezembro de 2004, objetivava criar, desenvolver e consolidar a cadeia produtiva e o mercado de biodiesel no país, fortalecer no exterior a imagem do Brasil enquanto produtor de energia limpa e renovável e promover o fortalecimento da agricultura familiar.

Do ponto de vista da expansão e consolidação da indústria produtora de biodiesel, o programa obteve respostas positivas. Em 2008, com pouco mais de quatro anos de existência, o país contava com cinquenta e seis unidades com capacidade instalada para produzir 2,9 bilhões de litros/ano, destacando-se o estado de Mato Grosso como um dos maiores produtores, em 2010, com 23 empresas funcionando com capacidade estimada de 1.252.303 m³/ano ou 1,25 bilhões litros/ano. Nos leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e da Petrobras foram negociados aproximadamente 1,8 bilhão de litros entre 2005 e junho de 2008 (BUAINAIN e GARCIA: 2008). Deve-se assinalar que a adição de biodiesel ao combustível fóssil, que se situava em 2010 em 5%, proporcionou significativa economia de divisas uma vez que o Brasil importa expressivo volume de diesel mineral.

Não resta dúvida que o programa vem tendo sucesso na tentativa de construção de uma imagem para projetar o país no mundo como produtor de energia limpa que gera benefícios globais. Quanto ao papel da agricultura familiar e sua inclusão social, que deveria contribuir com significativa oferta de matéria-prima, as respostas foram menos satisfatórias. No conjunto das políticas energéticas, o diferencial do biodiesel é exatamente a inserção econômica e social dos pequenos agricultores, meta que está longe de ser alcançada.

Celina Souza (2003) afirma “que a análise de política pública é, por definição, estudar o governo em ação”. Vamos, portanto, começar falando de algumas práticas

da ação política nas atuais circunstâncias do programa, que envolvem um conjunto de valores que regem a experiência política.

As formas de organização para conduzir as propostas do PNPB supõem em primeiro lugar forças de convencimento, que são forças legitimadoras do poder, que inclui o estabelecimento de relações sociais. Gramsci, interpretando Maquiavel, afirma que o poder público é uma articulação governo/povo, por isso o governo tem que se colar ao povo e ter poder de convencimento.

O poder público valeu-se dos instrumentos de implantação e de manutenção das políticas para conseguir as conquistas de adesão: em primeiro lugar dos empresários, para garantir o projeto do biocombustível, em segundo lugar da agricultura familiar, sendo estabelecidas regras e regulamentações para garantir as formas de produzir, as quais constituem mecanismos de reprodução do poder. Deve-se levar em conta que ganhar o poder não é tudo, é preciso permanecer nele, mas para isso é necessário dar respostas a quem ajudou a chegar e a permanecer nele, e tanto empresários como pequenos agricultores contribuíram para isso, embora de formas distintas.

Assim sendo, o governo planejou a ação, sistematizou-a, tentando implantar o Selo Biocombustível Social, desencadeando o combate contra a exclusão. A ideia de combate está presente no planejamento do PNPB, sendo a pobreza o foco rebelde a ser combatido. Nesse contexto, a preservação da imagem do poder público é importante: é preciso ser admirado, apoiado, o que pode ser traduzido em práticas como a valorização dos mais capazes, a recompensa aos mais ativos, o que constitui mecanismos de poder representados pelo próprio ato de dar, fazer escolhas, selecionar, estabelecer hierarquias. O problema, como assinala Tânia Fisher (2004:2), é que o uso da ação social como imagem “não pode se esgotar nisso e não pode ser dominado por isso”. Deve-se ressaltar que tais práticas não significam necessariamente estar contribuindo para maiores níveis de igualdade.

Convencer os produtores industriais da importância e vantagens da nova atividade econômica foi tarefa mais fácil. Difícil foi convencê-los a trabalhar com a agricultura familiar, o que fez com que os caminhos traçados pelo PNPB tomassem outro rumo. Como assinala Georges Flexor, “a pressão dos produtores de biodiesel e a correlação de forças econômicas e políticas envolvidas no PNPB, dentro e fora do governo, somadas às preocupações quanto à sobrevivência do programa, induziram a adoção de uma estratégia que priorizou a garantia da oferta do biocombustível” (FLEXOR, 2010: 2).

Dimensão conflituosa das políticas públicas

No final de 2007, o Ministro do Desenvolvimento Agrário Guilherme Cassel afirmava no Portal do Governo Brasileiro que, no projeto de renovação da matriz tecnológica, posto em marcha em 2005, o programa de produção do biodiesel, apresentava como diferencial a inclusão social. Acrescentava que, apesar do preconceito injusto e da descrença quanto à eficiência da agricultura familiar, esta participava nesse período com 162 mil hectares de oleaginosas, com 100 mil famílias, os agricultores se capacitaram, aprenderam a plantar novas culturas e possuíam renda extra, o que proporcionava maior segurança ao campo, que experimentava novas relações de produção. É exatamente o significado desse êxito e do estabelecimento dessas novas relações que nos interessa trabalhar aqui.

Tais aspectos remetem-nos a visões mais amplas do exercício do poder, ou seja, à sua dimensão conflituosa. Segundo Romano (2007), “as políticas públicas devem ser entendidas como ações ou propostas de regulação dos múltiplos problemas e contradições que afrontam a sociedade”. Apresentam uma dimensão conflituosa no que se refere à locação de recursos e oportunidades entre os diferentes grupos sociais e seus interesses, devendo-se levar em conta as diferentes escalas de análise, as quais envolvem distintos níveis de distribuição do poder.

A dimensão conflituosa das políticas públicas pode ser traduzida, no caso das políticas do PNPB, na extrema desigualdade no acesso aos recursos por parte dos diferentes segmentos sociais. O PNPB envolve a alocação de volumosos recursos que beneficiam substancial número de pessoas, estabelecendo relações de poder extremamente assimétricas, envolvendo distintos níveis de interesse, promovendo impactos específicos, favorecendo o surgimento de relações e estruturas clientelistas, tendo presente certo nível de conflito.

Em termos de recursos, a distância entre os donos das empresas e os agricultores familiares já é considerável, independente das alocações de recursos decorrentes das referidas políticas governamentais, uma vez que os empresários dispõem do poder de disposição (WEBER, 1997), do poder de dispor de recursos físicos, humanos, de recursos de capital e técnicos. Entretanto, qual é a tática das empresas? Ainda que a disposição das forças produtivas no território, no caso dos pequenos, seja menos favorável, dispondo no atual momento histórico de escassos recursos físicos, técnicos, humanos e de capital, ainda assim e, apesar disso, a grande produção industrial utiliza

as condições dos pequenos produtores a seu favor. Ou seja, como acontecia no velho complexo latifúndio/minifúndio, a estrutura dominante hoje também se apropria da pequena produção.

Portanto, a implantação das políticas públicas do PNPB aprofunda as desigualdades, gerando maiores oportunidades e lucros que são apropriados pelo capital hegemônico, devendo-se ter em conta que o capital já acumulado facilita a acumulação de outros capitais, pois a acumulação num campo fortalece a acumulação no outro.

Enquanto as políticas do PNPB beneficiam os empresários com melhores condições de financiamento e favorecem a redução das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS, o acesso da agricultura familiar se limita aos escassos recursos do PRONAF. Trata-se, neste caso, da articulação de grupos com distintos níveis de recursos, de acesso a técnicas e produtividade, a escalas de produção, a crédito, ao armazenamento, ao conhecimento do funcionamento do mercado, significando diferentes níveis de rentabilidade e de poder, o que acentua e aprofunda as desigualdades.

A articulação entre grupos com recursos, oportunidades, possibilidades e níveis de rentabilidade tão heterogêneos, impulsionados por interesses distintos, gera conflitos de diversas ordens e/ou pactos. O conflito se expressa na imposição do tipo de matéria-prima a ser utilizada, selecionada segundo as necessidades e conveniências da indústria, na imposição das formas de cultivo, das técnicas, do preço estabelecido, enfim, nos contratos assinados e na liberdade do empresário em buscar o selo social em outras regiões. A grande questão que se coloca é a autonomia do pequeno produtor para produzir e comercializar, pois quem é hegemônico estabelece as condições e as relações, e convence a sociedade de que seu projeto é o melhor.

Não obstante, os pequenos também elaboram suas estratégias, fazendo pactos em determinadas circunstâncias, ao ceder o selo social, através da entrega da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), com o aval de certas entidades da categoria, o que pode corresponder simplesmente ao “arrendamento da terra”, que passa a ser utilizada por empresas terceirizadas sob a responsabilidade do empresário, ou a não haver nenhum uso da terra, ou ainda a ser cultivada com matérias-primas que não serão utilizadas para a produção do biodiesel, como a mamona. Com frequência o pequeno produtor recebe sementes pouco produtivas e assistência técnica inadequada, variando tais condições segundo as diferentes regiões, onde se encontram produtores familiares em situações extremamente diversificadas, implicando em diferentes resultados (ABRAMOVAY e MAGALHÃES, 2007).

Em outras palavras, a aquisição da DAP acaba representando enorme oportunidade de construção de mais poder para os produtores de biodiesel. Num contexto em que o pequeno não tem autonomia para produzir e comercializar, em que novas relações se estabelecem, cabe indagar: em que medida a estrutura dominante mais uma vez se apropria da pequena produção? Não obstante, é fundamental compreender que a manipulação do poder por parte dos grupos hegemônicos faz parte da atual fase de aceleração da modernização.

Portanto, as relações de poder assimétricas permitem perceber que as instituições/regras políticas e econômicas funcionam como mediadoras que levam as políticas públicas para diferentes direções, privilegiando determinados grupos ou interesses de forma desproporcional.

Políticas públicas e território usado

Vale destacar a dimensão territorial no contexto do PNPB. Santos e Silveira (2003: 247) nos falam do território utilizado como categoria de análise: “quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”. Para os autores é assim que nos defrontamos com o território vivo, que nos revela as ações presentes constituídas em práticas, que nos revela sua historicidade resultante “da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações” (2003: 248).

A ilustração de tal argumentação pode ser feita com referência à questão da eficiência nos territórios da agricultura familiar, devendo-se levar em conta que o território que eles querem manter é o território utilizado, praticado, vivido, que é o que eles conhecem, e é nele e a partir dele que querem as novas conquistas.

É um território que tem condicionantes: de localização, tamanho, limites de escala de produção, condições físicas inadequadas, solos que exigem recuperação, dificuldades de acesso à água etc. Tudo isso associado à falta de recursos financeiros e de organização, não tendo familiaridade com relações contratuais, significando incerteza na produção e elevação dos custos.

É neste sentido que compreendemos as ações do PNPB, que contém uma dimensão altamente modernizadora ao instituir um programa inovador que incrementa o dinamismo industrial dos territórios, com reflexos na agricultura moderna. Programa que, simultaneamente, tentam integrar os pequenos agricultores familiares, induzin-

do a transformações em alguns territórios, embora em escala restrita, favorecendo a emergência de conflitos, associados àqueles agricultores que, em número crescente, buscam administrar o cotidiano (RIBEIRO, 2005). Tais conflitos se manifestam na recusa a fazer parcerias que envolvam matérias-primas mal remuneradas, que driblem o cumprimento das normas por parte dos grandes produtores, como acontece com a maior parte dos produtores de biodiesel em Mato Grosso.

Hoje, como no passado, embora assumindo novas formas, as lutas pela apropriação do território se fazem presentes. Se antes eram nos confrontos entre latifúndio e minifúndio, hoje ocorrem entre grandes empresas e agricultura familiar, no âmbito do programa do biodiesel e do selo social. Nesses confrontos “emerge o rico universo de relações que têm origem nos confrontos entre códigos de conduta e, em termos amplos, entre a concepção dominante da ordem social e os numerosos outros ordenamentos das práticas sociais que se opõem e resistem a esta concepção” (RIBEIRO, 2005: 95).

No contexto dos movimentos de resistência da agricultura familiar a dimensão territorial se expressa nas dificuldades do uso da técnica, que se origina “na experiência da escassez”. Ribeiro nos diz que “são os que experimentam a escassez que precisam desvendar as múltiplas ações permitidas pelo espaço herdado e costurar projetos num tecido social esgarçado e precário” (RIBEIRO, 2005: 97).

Deve-se levar em conta que, certos usos, que dizem respeito ao valor de uso, como a agricultura de subsistência, configuram lugares, como é o caso de parcelas significativas de agricultores familiares. Lefebvre (1969) nos lembra que as ações do homem lento são orientadas pelo valor de uso, possibilitando transformar as lutas de apropriação “em caminhos para a transformação do território em obra coletiva” (RIBEIRO, 2005: 108).

Contudo, programas como o PNPB exigem configurações territoriais relacionadas com a produção de valores de troca, submetidas ao movimento do mercado. A viabilização de tal tarefa suscita o diálogo entre culturas distintas no sentido da apropriação dos recursos do território. Nesta empreitada o diálogo é controlado pelos agentes hegemônicos, devendo-se ressaltar que a força detida pela ação hegemônica influencia a (des)organização da vida coletiva, (des)institucionalizando as relações e aprisionando o Estado em aspectos relacionados à garantia de investimentos e lucro (RIBEIRO, 2005).

Na medida em que a ordem global deve ser acatada, o lugar para a solidariedade é menor. Nesse sentido, é possível afirmar que a crescente interpenetração entre inte-

resses empresariais e ações do Estado está mais voltada para a eficácia da gestão do que para a justiça social

Para Bourdieu, as práticas praticadas criam relações e as relações criam práticas. A agricultura familiar tem valores próprios acumulados por um conjunto de práticas. É nesse sentido que Milton Santos (1994) nos fala do espaço praticado, do homem lento orientado pela consciência do futuro, do homem que resiste e que, apesar de não ter as condições da modernidade, de não ter a mediação da técnica, é um desbravador do espaço enquanto base para a sobrevivência; o autor nos fala de um homem lento, que mesmo não dominando o saber moderno também poder fazer outro território e levar a mudanças.

“Selo combustível” e inclusão social

Em entrevista à Revista Biodiesel (2010), Rovaris afirma que “o governo apostava numa participação de agricultores familiares na ordem de 100 a 200 mil famílias. Hoje, não passa de 60 mil”, o que nos leva a pensar que, compreender os processos de inclusão/exclusão, implica compreender suas origens, suas formas de manifestação e seu lugar no modelo de desenvolvimento econômico. Como assinala Weber (1997), o modelo de desenvolvimento leva a extremos de progresso tecnológico e bem-estar para alguns setores e a extremos de privação e marginalização social para outros, pois o objetivo é a própria economia, é o lucro, é a acumulação capitalista.

Por outro lado, Martins (2002) nos lembra que a sociedade é um processo contínuo de estruturação/desestruturação, de inclusão/exclusão, de sair de um jeito e entrar de outro. Portanto, os processos sociais da agricultura familiar devem ser refletidos em relação à totalidade que lhes dá sentido, que revela os aspectos visíveis e ocultos. Constitui-se o processo social nas relações que os homens travam com os outros e consigo mesmo, através das alterações de suas condições de existência, logo, de suas relações sociais.

O que nos interessa aqui é que as práticas das políticas públicas voltadas para a inclusão dos pequenos produtores agrícolas deveriam ter como centro a produção do ser social e sua consciência. Perguntamos: em que medida a vontade coletiva e seu saber prático vem participando na articulação do projeto governamental? Qual o nível de autonomia do pequeno agricultor familiar na relação com o produtor de biodiesel? Quais as suas possibilidades de emancipação?

Autonomia quer dizer entendimento do projeto, e o agricultor familiar só entende o projeto quando é sujeito da ação, quando o projeto se relaciona com o senti-

do da vida dele. Na medida em que o pequeno produtor familiar não participou da concepção do selo social do PNPB, não foi sujeito da ação, não tem entendimento da ação, também não pode ter autonomia. Conseqüentemente, não tem autonomia para impor o preço, para decidir sobre a matéria-prima que vai utilizar, sobre as formas de produzir etc.

E o que o Estado brasileiro está fazendo como garantia de cidadania? No caso do PNPB há um recuo do Estado, embora seus agentes afirmem o contrário. O Estado cresceu muito mais para regar as novas manipulações normativas do que para tratar dos direitos. O “eu tenho direito” não cresceu, os direitos não cresceram, cresceram as políticas redistributivas, mas não cresceu o sujeito de direito, não cresceu como cidadão, cresceu como receptáculo de políticas públicas, cresceu como clientela, como estatística, servindo por vezes como instrumento de manipulação. Cidadania é conquistada, não é dada, não é oferecida com o cartão do seguro da produção, com o talão de cheque para utilizar o banco, com o empréstimo da máquina para preparar a terra. Quando a cidadania é dada, é manipulação, significa manter o sujeito político no lugar que ocupa. O importante é exatamente perceber o que mantém o sujeito político no lugar que ocupa. Portanto, as políticas do PNPB aparecem menos como formas de participação, aparecem mais como privilégios do que como direitos.

Ao refletir sobre o poder de disposição em Weber (1997), pode-se pensar como não só o governo mas também o capital, dispõem das pessoas na hora que necessitam em função do seu poder de dominar. Ribeiro (2004) nos lembra que o déspota, que não aparece enquanto tal, organiza as coisas por nós, o que de certa forma é bastante confortável para nós, porque nos acomodamos nessa situação, já que qualquer mudança é difícil, tem seu preço; tal situação acaba sustentando o sujeito político no lugar onde ele está, uma vez que é muito complicado mudar aquela situação onde ele se encontra.

Para que os pequenos produtores tenham sucesso diretamente por eles, para se transformarem, para produzir de fato, para aprender, para superar as dificuldades, para se organizar, precisam conquistar poder. Entretanto, é preciso mantê-los fracos para que não tenham o poder, e assim possam permanecer com o empresário, com o Estado.

Uma coisa é os agricultores familiares tentarem apreender a dinâmica desse novo movimento dirigido a eles, e outra coisa é pensar que sua adesão significa que adquiriram consciência; por terem uma posição muito subordinada, têm mais dificuldade para perceber os mecanismos de funcionamento. Romper com estruturas herdadas que levam à inação implica não somente romper com estruturas econômicas, mas com

superestruturas, o que envolve um conjunto de códigos culturais que podem ou não acessar essas estruturas econômicas.

O conhecimento que temos da parte destrutiva do selo social nos leva a examinar também a sua face construtiva, uma vez que destruição e construção constituem pares dialéticos. Em outras palavras, a mesma sociedade que exclui, também inclui. Deve-se ter em conta que a realidade da agricultura familiar não se resume em um monte de problemas a serem resolvidos, mas é também fruto do trabalho, e esse outro lado precisa ser traduzido. Quando o agricultor se encontra no limite da sobrevivência, como é o caso de muitos no sertão nordestino, qualquer oferta ajuda a mantê-lo vivo e a novidade lhe dá novo ânimo. Entretanto, não foi a empresa privada do biodiesel a responsável por promover uma cadeia de suprimentos nessa região, mas essa árdua tarefa coube à empresa pública, à Petrobras. Como enfatiza José de Souza Martins, “o desenvolvimento econômico gera um desenvolvimento social muito aquém de suas possibilidades, negando-se na perversidade das exclusões sociais”. Muito mais do que distribuição econômica, da renda, o fundamental é a distribuição dos recursos sociais, culturais, políticos, sendo a questão mais social do que econômica.

Considerações finais

Trabalhar com o social num país que, segundo o Atlas de Exclusão Social (2004) ocupava o 109º lugar no conjunto de 175 países pesquisados há alguns anos atrás, apesar do forte crescimento econômico que o elevou à posição de 8ª maior economia mundial, constitui um enorme desafio.

No contexto de ampliação dos programas sociais, não se pode negar os impactos sociais positivos das ações da Petrobras no PNPB no Nordeste, articulando organizações governamentais em diferentes escalas, mobilizando comunidades, gerando um pouco mais de trabalho e de renda. Ainda que tais ações não solucionem o problema da desigualdade, essas ações existem para esse momento e para os problemas que visualizamos nas atuais circunstâncias.

Hoje, as relações dos agricultores familiares articuladas tanto com as instituições públicas, como com as privadas, é uma relação complexa e geradora de conflitos. Com o tempo, certamente os problemas mudarão, possivelmente as atuais ações não terão mais sentido e outras se farão necessárias. Como recorda a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, “é preciso agir no presente numa articulação com o passado, reconhecendo o passado no presente e alargando o presente em relação ao futuro” (2010).

Para finalizar, gostaria de dizer que a discussão sobre a temática apenas se inicia, suscitando muitas dúvidas e inquietações, revelando que “falta muita pesquisa para a geografia do presente melhor compreender o Brasil”, como anunciou Denise Elias na conferência de encerramento do Seminário Regional sobre o biodiesel e o selo social.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo e MAGALHÃES, Reginaldo. “O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais”. Apresentado na *Conferência da Associação Internacional de Economia Alimentar e Agroindustrial (AIEA2)*, Londrina, 2007.
- BONNAL, Philippe. “Territorialidade, sustentabilidade e desenvolvimento: conseguimos conviver com processos sociais diferenciados e contraditórios?” *Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura*. Rio de Janeiro, CPDA, nº 7, set, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz. “Biodiesel sem a agricultura familiar?” In: *O Estado de São Paulo*, 12 de agosto de 2008.
- ELIAS, Denise. “Novas formas/novos sistemas: a geografia do presente”. Conferência de Encerramento do Seminário Regional “*Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola*”, Cuiabá, 18 a 20 de agosto de 2010.
- FISCHER, Tânia. “Poderes locais, desenvolvimento e gestão”. In: *Revista Associação Brasileira para o desenvolvimento de lideranças (ABDL)*, São Paulo, 2004.
- _____. Tânia Fischer fala sobre o poder das organizações locais. In: Gilberto Dimenstein, *Jornalismo Comunitário*, FOLHA ONLINE, entrevista em 17/12/2004.
- FLEXOR, Georges. O Programa Nacional de Biodiesel: avanços e limites. In: *Carta Maior*, 16/06/2010.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Documentos, 1969.
- LIMA, M. do Socorro Bezerra de. *Políticas públicas e território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no sul do Amazonas*. Tese de doutorado. UFRRJ/ ICHS/Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais/CPDA, 2008.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário”. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. *Formas em Crise: utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

- _____. “Prefácio”. In: BERNARDES, Júlia Adão e ARRUIZZO, Roberta Carvalho. *Novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.
- _____. Notas de cursos ministrados no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), em 2004, 2005 e 2006.
- ROMANO, Jorge. *Políticas públicas: um olhar sobre os estudos na agricultura brasileira*. Tese de doutorado, CPDA, Rio de Janeiro, 2007.
- ROVARIS, Antoninho. *Revista Biodiesel*, ano 3, nº 16, abr/mai 2010.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SOUZA, Celina. “Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.18, nº 51, 2003.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura, 1997.

Limites à modernização da agricultura familiar em Mato Grosso no marco do programa Selo Combustível Social

Luís Angelo dos Santos Aracri

Introdução

Ao mencionar as palavras proferidas por Ignacy Sachs em uma conferência na Universidade de São Paulo em 2007, Porto-Gonçalves oportunamente chamou a atenção para um curioso fato: “o aumento dos preços do petróleo fizera pelo aquecimento global o que os ambientalistas não haviam conseguido fazer nos últimos trinta anos”¹. A partir desta constatação, o geógrafo brasileiro, professor da Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ), destaca que a “causa do aquecimento global” foi apropriada por setores econômicos que até bem pouco tempo atrás não mediam esforços para desqualificar aqueles que denunciavam o problema: os grandes produtores de petróleo e os latifúndios empresariais monocultores². Entretanto, esta “mudança de credo”, isto é, a conversão dos “algozes do meio ambiente” em ávidos defensores da sustentabilidade socioambiental e das mudanças na matriz energética está longe de ser um paradoxo.

No presente estudo, estamos de acordo com a perspectiva que inscreve a questão agroenergética no âmbito da lógica do capitalismo, isto é, precisamos levar em conta as condições gerais da produção agrícola como fator de acumulação³. Em outras palavras, significa que devemos situar a produção de combustíveis agrocarburentes no processo de expansão, nas diversas escalas, do modelo agrário consagrado pelo sistema econômico contemporâneo, a monocultura, defendida por certos atores hegemônicos como resposta a uma dupla exigência: a necessidade de uma produção aumentada e mais “eficaz” para atender os processos de transformação e uniformização dos

1 Porto-Gonçalves, 2008.

2 Ibid.

3 Houtard, 2010.

hábitos alimentares decorrentes do fenômeno da “mundialização” e o fornecimento de matérias-primas para indústrias não alimentícias, incluindo a de combustíveis verdes⁴.

Segundo este ponto de vista, o processamento industrial dos produtos agrícolas possibilita tanto a racionalização do tempo de produção quanto a integração da distribuição aos circuitos internacionais, tal como ocorre com os produtos industriais, o que permite a criação de um mercado agrícola mundial. Entretanto, as desventuras desse modelo permanecem omitidas no discurso dominante. As externalidades econômicas (custo coletivo da urbanização), sociais (resistências dos grupos alijados da posse da terra) e ambientais (desmatamento; poluição dos solos, das águas e da atmosfera) não são levadas em conta⁵.

Além disso, à medida em que a agricultura se industrializa, cada unidade de produção deixa de ser independente ou autossuficiente e se converte em uma peça de cada vez menor margem de decisão nos negócios controlados pelo segmento agroindustrial. Por isso, as relações de preços, que são favoráveis aos produtos industriais, tiram das mãos do agricultor a maior parte do valor agregado do produto e a transfere para as agroindústrias⁶. Cabe destacar ainda que a agricultura gera um valor agregado inferior àquele produzido pela indústria em razão de algumas tendências praticamente inescapáveis: baixa demanda elástica, condições reprimidas de aumento da produção, amortizações em médio ou longo prazo, concorrência através de preços e relação custo/benefício reduzida⁷. Finalmente, a prioridade à exportação, o emprego de inovações tecnológicas, a falta de acesso ao crédito dos pequenos agricultores e a concentração da propriedade geram uma dicotomia entre um reduzido círculo de “produtores eficazes” e um grande contingente de agricultores ou trabalhadores rurais excluídos ou precariamente incluídos⁸.

Todos estes limites e problemas relativos à reprodução do modelo em tela comprometem o processo de acumulação do capital. Daí a necessidade de se buscar novas fronteiras para a agricultura, o que só é possível com o aumento da demanda. Se de um lado a “satisfação quantitativa das necessidades em alimentação do imenso gru-

4 Ibid.

5 Ibid.

6 Riechmann, 2003.

7 Houtard, 2010, op. cit.

8 Ibid.

po da população mundial que não consegue saciar a sua fome”⁹ não se estabeleceu como opção prioritária para a sobrevivência desse modo de produção, de outro sua ampliação vem sendo garantida tanto por uma diversificação produtiva estimulada pelas mudanças qualitativas da demanda (consumo de carnes industrializadas, por exemplo) quanto pela emergência de um mercado não alimentar para diversos tipos de indústrias, dentre elas as de agrocarburentes.

Todavia, a competição pelo acesso a estes mercados possui um importante componente diferenciador. Se num passado não tão distante a competitividade se baseava única e simplesmente na concorrência entre preços e no respeito às leis, hoje a inserção nos mercados contemporâneos depende do credenciamento de produtos e processos de produção em determinados parâmetros socioambientais¹⁰. Nesse sentido, o programa intitulado “Selo Combustível Social”, criado pelo Governo Federal no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, vem ganhando destaque no debate sobre o modo como o Estado, através de políticas públicas, vem estimulando esta nova fronteira no Brasil.

Entretanto, cabe destacar que o processo em pauta inclui o incentivo à expansão de uma outra fronteira, a das inovações técnicas, já que a reprodução desse modelo baseado numa agricultura científica globalizada¹¹ depende do prolongamento de certos padrões de “eficiência” e “produtividade” às unidades de produção familiar, entendidas como aquelas que se distinguem da empresa capitalista típica porque realizam e/ou organizam sua produção por meio da força de trabalho familiar e porque não visam – pelo menos não prioritariamente – a reprodução ampliada do capital¹².

No presente artigo nos propomos a analisar como vem se desenvolvendo o processo de modernização das unidades de produção familiar em Mato Grosso no marco do programa Selo Combustível Social e os limites e contradições que lhes são inerentes. Nossa ênfase se dá na relação assimétrica entre o pequeno produtor e as empresas nacionais e multinacionais do segmento agroindustrial, da qual decorre uma crescente dissociação entre a propriedade da terra e/ou dos meios de trabalho e o controle da produção¹³.

9 Ibid., p. 214.

10 Abramovay, 2009.

11 Santos, 2000.

12 Medeiros, 2007.

13 Aracri, 2010.

1. Marcos institucionais

A reprodução, em cada período histórico, do esquema de alocação do trabalho social e da repartição dos produtos entre os diferentes departamentos da produção – processo que os economistas denominam de *regime de acumulação* – depende de forças institucionais que sirvam como coerção ou incentivo para que os agentes privados se conformem com tal configuração, constituindo portanto um *modo de regulação*¹⁴. Em um estudo realizado anteriormente, vimos que algumas dessas forças institucionais se apresentam sob forma de marcos legais e políticas públicas que estimulam e induzem a modernização da agricultura em diferentes escalas¹⁵. Nesse sentido, neste tópico comentaremos em linhas gerais os principais marcos relativos ao enquadramento institucional da agricultura familiar (PRONAF), à criação de uma política pública de produção e uso de biodiesel (PNPB) e à inclusão social e produtiva de pequenos agricultores na cadeia de produção de combustíveis agrocarburentes (Selo Combustível Social).

O PRONAF, sigla para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, foi instituído pelo Governo Federal em 1995 objetivando um reconhecimento social positivo do pequeno produtor através da construção e reconstrução de quadros institucionais “cujas operações básicas orientavam outras formas de intervenção social, sob a modalidade assistência técnica e creditícia”¹⁶. O programa tem como objetivo explícito a integração dos produtores familiares à cadeia de agronegócios, o que possibilitaria a agregação de valor aos produtos e às propriedades, bem como a *modernização do sistema produtivo e a profissionalização dos agricultores*. Com relação a estes dois últimos aspectos, o PRONAF conta com o subprograma Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que objetiva a geração de renda através do fomento a diversas atividades, dentre elas a produção de biocombustíveis¹⁷. A Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), que atua no Ministério de Desenvolvimento Agrário, foi criada para atender estas demandas.

De acordo com o programa, somente serão beneficiados pelos subprogramas creditícios e de assistência técnica os agricultores que apresentarem a Declaração de

14 Lipietz, 1988.

15 Aracri, 2010, op. cit.

16 Neves, 2007, p. 212.

17 As demais atividades compreendidas pelo ATER são turismo rural, agroindústria, produção de plantas medicinais, formação de cadeias produtivas e seguros agrícola, de preços e contra calamidade por secas.

Aptidão ao PRONAF (DAP), um documento emitido por instituições e órgãos oficiais autorizados e concedido àqueles que se enquadrem nas seguintes situações: a) exploração da terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; b) residência na propriedade ou em localidade próxima; c) posse de até quatro módulos fiscais para a agricultura e de seis para a pecuária (em Mato Grosso os módulos variam entre 30 e 100 ha segundo a região¹⁸); d) a base de exploração do estabelecimento é o trabalho familiar; e) renda bruta familiar anual entre R\$ 2.000 e R\$ 60.000.

Por sua vez, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), lançado em 2004, instituiu o uso obrigatório do biodiesel no país e estabeleceu inicialmente a adição de um teor de 2% ao diesel comum¹⁹. No período compreendido entre 2005 e 2007, esta categoria de combustíveis agrocaburantes foi estimulada através de leilões públicos cujos volumes envolvidos eram coerentes com a oferta. Durante esta fase ocorreu a organização dos agentes da cadeia produtiva, como agricultores, empresas, distribuidores, laboratórios e órgãos de regulação e fomento²⁰.

O PNPB possui um componente de inclusão social, o subprograma “Selo Combustível Social”, que consiste na concessão de um certificado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) aos produtores industriais de biodiesel que cumpram os seguintes requisitos sociais: assistência técnica aos produtores familiares de oleaginosas e aquisição de volumes mínimos de matérias-primas provenientes da agricultura familiar. Os contratos são firmados com a participação de uma instituição mediadora que represente os agricultores (que devem ser possuidores da DAP), como um sindicato ou cooperativa. A política do “selo social” se baseia no chamado “modelo tributário”, isto é, isenção total (no caso da matéria-prima ter sido obtida nas regiões Norte, Nordeste e semiárida) ou parcial (se a origem das oleaginosas for as demais regiões do país) de tributos federais.

Nitidamente percebe-se que do ponto de vista da modernização do sistema produtivo familiar o “selo social” representa, entre outras coisas, a transferência de parte da assistência técnica ao pequeno produtor para o setor privado, neste caso representado pelas agroindústrias. Desse modo, mais do que apenas uma fronteira de produção orientada para o atendimento de uma demanda não alimentar emergente, a agricultura familiar se converte, também, numa fronteira das inovações agrícolas.

18 SEPLAN-MT, 2009.

19 Este percentual foi aumentado para 3% em 2008.

20 Campos e Carmélio, 2009.

2. A força de um modelo

2.1 Agricultura familiar em MT: um espaço “periférico” frente ao domínio territorial da agricultura empresarial

O agronegócio encontrou um terreno fértil para prosperar em Mato Grosso desde a introdução do cultivo da soja na década de 1970 através de programas governamentais que construíram o substrato do processo de desenvolvimento que se iniciava no Brasil Central e que tinham como propósito atender à demanda em expansão dos centros urbanos e incentivar a exportação de produtos não tradicionais²¹. Além disso, o Centro-Oeste oferecia vantagens locacionais que possibilitavam o aumento de escala e, conseqüentemente, o crescimento dos volumes de produção e de negócios. Sendo a soja um produto susceptível à agregação de valor através da transformação, a expansão das lavouras garantiu a estabilidade no fornecimento de matéria-prima, atraindo agroindústrias processadoras que produziam óleo e farelo de soja. Em contrapartida, a soja conquistou – e continua conquistando – espaços que outrora pertenciam à cultura do arroz, às lavouras de subsistência e à pecuária extensiva.

A escala do “modelo” implantado em Mato Grosso estabeleceu profundas relações com a grande propriedade, transformando a agricultura familiar num espaço “periférico”. O estado registra uma forte concentração fundiária refletida nos números fornecidos pela Secretaria de Planejamento de Mato Grosso (SEPLAN-MT): cerca de 82% da área total dos estabelecimentos rurais do estado é constituída pelos grupos de área compreendidos entre 1.000 e 10.000 ha (isto equivale a 7% do *número total de estabelecimentos*), enquanto que as unidades de produção familiar, que não ultrapassam 400 ha, estão incluídas no *range* das propriedades entre 10 e menos de 1.000 ha, o que corresponde tão somente a 17% da área total de estabelecimentos.

Segundo a SEPLAN-MT, existem ações no estado voltadas para o assentamento de produtores rurais e que são conduzidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT). Atualmente existem 150 glebas, cuja área total é estimada em 4.370.000 ha. Estas glebas estão concentradas, em sua maior parte, no entorno da BR-158 (principalmente nos municípios de Nova Xavantina e Vila Rica), na porção norte da BR-163 (compre-

21 Bernardes, 1996.

endida entre Sorriso e Guarantã do Norte) e no entorno da BR-174 (na divisa com o estado de Rondônia). O que chama a atenção é que esses assentamentos se situam, via de regra, em regiões onde a expansão da soja ainda é fraca ou inexistente, ao contrário das áreas consolidadas da monocultura, nas quais são escassos ou inexistentes projetos de reforma agrária. Entretanto, o fato de muitos dos assentamentos em Mato Grosso serem de criação recente dificulta a integração de um contingente significativo de pequenos produtores, pois muitos destes não conseguem obter a DAP porque o processo de regularização fundiária ainda não está concluído.

É importante frisar que apesar do seu caráter periférico em relação à centralidade da agricultura empresarial, a agricultura familiar em Mato Grosso vem cumprindo, através do programa Selo Combustível Social, a função de fronteira para o capital, dadas as necessidades de reprodução e autoexpansão deste último. Portanto, a incorporação das pequenas unidades de produção ao agronegócio supre essa exigência como uma via de mão dupla: como mercado fornecedor complementar de matérias-primas para a agroindústria, incluindo a de combustíveis agrocarbúntes, e como mercado consumidor potencial da indústria para a agricultura.

2.2 A soja como carro-chefe

Uma das críticas recorrentes ao programa brasileiro de incentivo à produção e uso de biocombustíveis é que o emprego da soja como principal matéria-prima representaria uma escolha equivocada, haja vista sua baixa produtividade em termos de óleo²². Entretanto, para o capital agroindustrial a soja oferece vantagens à competitividade das empresas:

a cadeia produtiva da soja está bastante estruturada no país e é resultado de mais de quarenta anos de pesquisas, investimentos e desenvolvimento do mercado. Por conta disso, dispõe de uma estrutura de produção, armazenagem, transporte, processamento e consumo bem estabelecida, além de ser uma das principais “*commodities no mercado internacional*”²³.

Isto representa para a grande maioria dos produtores de biodiesel, nacionais ou estrangeiros, uma redução considerável de custos operacionais e logísticos. Além

22 Campos e Carmélio, 2009, op. cit.

23 Ibid., p. 71 (grifo nosso).

disso, o Programa Selo Combustível Social vem possibilitando o credenciamento da produção dentro dos parâmetros socioambientais exigidos principalmente pelos mercados externos, o que vem estimulando empresas multinacionais, como por exemplo a ADM (Archer Daniel Midlands), a investir na produção de combustíveis agrocarrburantes em Mato Grosso e na compra de matéria-prima da agricultura familiar para conseguirem o selo.

Esta competição vem sendo estimulada por uma demanda crescente de produtos derivados da soja nos mercados interno e externo. No mercado interno, além das cotas de biodiesel estipuladas pelo PNPB, que é na verdade uma demanda recente, há um consumo elevado do óleo comestível e uma produtividade muito alta de grãos que desencadeou uma demanda estável do produto para a indústria de rações, o que vem incentivando a diversificação da cadeia produtiva com a participação de outros segmentos, como a bovinocultura de corte, a avicultura e a suinocultura. Aliás, a demanda pelo farelo de soja, matéria base para a nutrição animal, se estende também para o mercado externo. Nesse sentido, o produto “nobre” e cobiçado não seria o óleo combustível, mas sim o farelo, pois sua utilização na produção de rações adiciona valor à produção de carnes. Logo, a produção de biodiesel e o selo social representam, para muitas das empresas instaladas em Mato Grosso, meios para suprir esta grande demanda, conter um eventual aumento da capacidade ociosa nas plantas industriais²⁴ e reduzir custos através dos benefícios tributários.

Entretanto, o foco na soja vem dificultando a inclusão da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel. Dada a grande escala com a qual se produz os grãos em Mato Grosso, o cultivo da soja exige um alto nível técnico, pois se trata de uma atividade intensiva de capital. De um lado, além de necessitar de grandes investimentos em capital constante (máquinas e implementos agrícolas), o custo do capital variável (fertilizantes, defensivos, sementes e combustível) é elevado, o que subordina o produtor ao financiamento; de outro, lavouras muito tecnificadas demandam trabalho mais qualificado. No tópico a seguir, examinaremos em detalhes os efeitos da expansão desse modelo nos territórios da produção familiar.

24 Segundo Campos e Carmélio (2009), no país há uma capacidade ociosa de aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de óleo que, se ativadas, podem atender o mercado de biodiesel sem comprometer o mercado de óleo comestível já consolidado.

3. Modernização da agricultura familiar ou subordinação à lógica do capital?

Segundo os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), Mato Grosso possui 2.351 estabelecimentos da agricultura familiar produzindo soja. No estado, é a terceira maior cultura vegetal entre as unidades de produção familiar, ficando atrás apenas do milho em grão (5.887 estabelecimentos) e da mandioca (5.764 estabelecimentos). Estes dados se refletem nos números sobre o financiamento. Conforme a Tabela 1 a seguir, a agricultura familiar se mostra extremamente dependente de linhas de crédito:

Tabela 1: Estabelecimentos que receberam financiamento em Mato Grosso (2006)

Estabelecimentos	Estabelecimentos que obtiveram financiamento – por finalidade			
	Investimento	Custeio	Comercialização	Manutenção do estabelecimento
Agricultura familiar	5.359	5.683	84	1.217
Não familiar	1.389	3.051	68	468
Totais	6.748	8.734	152	1.685

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

O financiamento é a via principal de acesso à técnica, pois é através das linhas de crédito que os produtores obtêm máquinas e insumos, que são exigidos em níveis quantitativos e qualitativos significativos no caso das lavouras de soja. Atualmente, a maior parte do financiamento para a produção dessa oleaginosa é de origem privada. Diversas agroindústrias operam com o sistema de “equivalência-produto”, no qual os negócios utilizam a matéria-prima como moeda de troca. O sistema foi introduzido em Mato Grosso pela Bunge, uma firma multinacional de origem holandesa, e o modelo hoje é seguido por diversas empresas.

O sistema de equivalência-produto consiste numa linha de crédito na qual a empresa oferece ao produtor um “pacote” de produtos e serviços, a saber: sementes, fertilizantes, ajuste de maquinário, transporte da matéria-prima, armazenamento e assistência técnica. No caso de alguns agricultores não disporem de maquinário próprio, os serviços podem incluir ainda a terceirização de máquinas e implementos. A dívida dos produtores com as empresas é quitada com o “pagamento” de uma quantia pré-estabelecida de sacas de soja que cobre o valor do pacote.

Através desse sistema, essas empresas controlam nas escalas local e regional a

distribuição de recursos técnicos e financeiros que satisfazem as necessidades da produção, o que significa dizer que possuem *poder de disposição*. Considerando o elevado grau de dependência da pequena produção em relação ao financiamento e da assistência técnica, esta condição aprofunda a relação de dominação e exploração que o capital exerce sobre a agricultura familiar.

Para entendermos melhor os mecanismos de subordinação da agricultura, apresentamos o caso da Fiagril Participações S/A, que possui uma usina de biodiesel no município de Lucas do Rio Verde, na área de influência da rodovia BR-163, com capacidade para a produção de 135 milhões de litros/ano. Através do financiamento, a empresa fornece produtos de outras empresas, como adubos químicos, defensivos agrícolas e sementes, e oferece assistência técnica (Quadro 1).

Quadro 1: Produtos e serviços oferecidos pelo financiamento da Fiagril

Defensivos	Sementes	Fertilizantes	Assistência técnica
Agripec	Monsanto	Fertipar	Ajuste do maquinário
DVA	Pioneer	Península	Histórico de produção
Syngenta	Fundação MT		Análise de solo
	Agromen		Adubo aplicado

Elaborado a partir de informações obtidas em trabalho de campo pelo autor em 09/2008.

Ao vincular a distribuição e a oferta de bens e serviços necessários à produção com o financiamento, empresas compradoras de matéria-prima para a produção de biodiesel como a Fiagril incrementam desse modo seus lucros monopolistas. Este poder de disposição lhes permite estabelecer – ou melhor, impor – normas e parâmetros à produção familiar, podendo com esta prática determinar o que produzir (soja), o quanto produzir (com o estabelecimento das quantidades que deverão ser entregues pelo agricultor para pagar o pacote) e como produzir (que insumos e métodos de produção deverão ser empregados).

Mas essas empresas não concentram apenas a distribuição dos recursos financeiros e técnicos. As firmas também possuem o monopólio do saber-fazer em culturas altamente exigentes de trabalho mais qualificado, como a soja. Logo, o acesso a este tipo de trabalho fica restrito às empresas ou aos produtores grandes e mais bem capitalizados. A mão-de-obra familiar não é, via de regra, suficientemente qualificada para

manejar eficazmente as inovações agrícolas. Isto significa que os pequenos agricultores tornam-se dependentes da assistência técnica que seus credores oferecem.

Isto tem duas grandes consequências. A primeira é que se estabelece uma dissociação de novo tipo entre a propriedade dos meios de produção, que podem ou não pertencer ao trabalhador rural, e o controle da produção nas suas diversas etapas (plantio, colheita, transporte, armazenamento), com este se transferindo cada vez mais para as empresas. A segunda consequência é que a assistência técnica oferecida por essas firmas é, na verdade, um serviço agregado ao financiamento e que é totalmente executado por elas ou por outras empresas subcontratadas, portanto não há transferência de tecnologia para a mão-de-obra familiar. Logo, não há de fato uma “modernização” das unidades de produção familiar, nem tampouco a “profissionalização” desses agricultores. É como se as terras em que vivem e/ou trabalham fossem arrendadas para as agroindústrias, embora o processo, na sua aparência, assuma a forma de “compra” de matéria-prima produzida pela agricultura familiar.

Trocando em miúdos, a soja é produzida em estabelecimentos familiares, mas não necessariamente pela força de trabalho familiar. Ou seja, explora-se a terra sem a exploração direta do trabalho camponês, como outrora se fazia. Desse modo, se tem, de um lado, a garantia do fornecimento da matéria-prima que será utilizada *também* para a produção de óleo combustível sem comprometer a produção de óleo comestível ou, principalmente, de farelo de soja, e, de outro, a expansão da fronteira de produtos da indústria para a agricultura e de serviços de apoio à produção.

Considerações finais

Se o programa Selo Combustível Social tinha como proposta estender objetivos que já constavam no PRONAF, como a integração da agricultura familiar à cadeia de agronegócios, vinculando o processo de profissionalização dos pequenos produtores e de modernização de seus estabelecimentos a uma política de produção e disseminação do uso de combustíveis verdes, esta, por sua vez, vem encontrando em Mato Grosso sérias limitações decorrentes da predominância de uma estrutura produtiva centrada numa matéria-prima cuja viabilidade econômica encontra-se profundamente dependente de economias de escala, fortemente baseada na grande propriedade e subordinada à lógica do capital financeiro.

Os dados sobre a estrutura fundiária em Mato Grosso indicam que agricultura familiar perdeu espaços para a agricultura empresarial, cujo reflexo é um violento de-

sequilíbrio territorial. É nesse sentido que afirmamos neste trabalho que a produção familiar constitui um “espaço periférico”. Porém, trata-se de um espaço à disposição do capital como uma espécie de “reserva espacial” ou fronteira para produtos e serviços.

Entretanto, como vimos neste breve estudo, estender a monocultura para os estabelecimentos familiares, ainda que sob o manto de uma política pública de incentivo à responsabilidade socioambiental das indústrias produtoras de biodiesel e de “inclusão produtiva”, não significa necessariamente tornar moderno o pequeno produtor, nem tampouco agregar valor à sua propriedade. Conforme constatado em nossas pesquisas, por parte das empresas privadas a “assistência técnica” não é um mecanismo de transferência de tecnologia para o produtor rural, mas, sim, um serviço agregado ao pacote técnico oferecido por essas firmas nos contratos de financiamento. Esta simbiose entre os capitais comercial e financeiro vem possibilitando tanto a difusão espacial dos recursos técnicos, o que não quer dizer que estejam integralmente sob o domínio dos agricultores familiares, quanto o controle da terra como meio de produção pelas agroindústrias.

Tal prática representa uma nova forma de dominação no campo: se antes a exploração da terra estava vinculada à exploração do trabalho camponês pelos proprietários, como no arrendamento do tipo clássico, agora é perfeitamente possível que empresas que não possuem um hectare sequer explorem as unidades de produção dispensando a mão-de-obra familiar. Isto surge como resultado da subordinação da agricultura à indústria, que, aliás, vem sendo reforçada pelas políticas de incentivo à produção de biodiesel. Assim sendo, dissocia-se cada vez mais a propriedade da terra e/ou dos meios de produção do pleno controle da produtividade agrícola. Como consequência, se amplia a hegemonia do capital monopolista nas áreas rurais.

Além disso, a divisão que existe entre o reduzido círculo de produtores bem capitalizados, tidos como mais “modernos” e “eficientes”, e uma grande massa de agricultores e trabalhadores rurais não verdadeiramente incluídos, persiste. Portanto, em Mato Grosso a modernização da agricultura familiar nos termos estabelecidos pelo “selo social” não passaria de um engodo.

Referências

ABRAMOVAY, R. “Introdução”. In: ABRAMOVAY, R. (org.). *Biocombustíveis*. A energia da controversa. São Paulo: Senac, 2009, p. 9-18.

- ARACRI, L. A. *Sistemas de produção agrícola e meio técnico-científico-informacional*. A difusão da agricultura de precisão e a modernização do espaço agrário em Mato Grosso. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 246 p.
- BERNARDES, Júlia A. “As estratégias do capital no complexo da soja”. In: CASTRO, Iná E., GOMES, Paulo César da C. e CORRÊA, Roberto L.(orgs.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 325-365.
- CAMPOS, A. A. de e CARMÉLIO, E. de C. “Construir a diversidade da matriz energética: o biodiesel no Brasil”. In: ABRAMOVAY, R. (org.). *Biocombustíveis*. A energia da controversa. São Paulo: Senac, 2009, p. 59-97.
- HOUTARD, F. *Agroenergia*. Solução para o clima ou saída da crise para o capital? Petrópolis: Vozes, 2010, 324 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- LIPIETZ, A. *Miragens e milagres*. Problemas da industrialização do terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1988, 231 p.
- MEDEIROS, R. M. “A produção familiar e suas diversas formas de representação”. In: MARAFON, G., RUA, J. e RIBEIRO, M. A. (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007, p. 169-178.
- NEVES, D. P. “Agricultura familiar: quantos ancoradouros!”. In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M. I. M. e SUZUKI, J. C. (orgs.). *Geografia agrária*. Teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 211-270 p.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. “Outra verdade inconveniente: a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna”. In: OLIVEIRA, M. P. de, COELHO, M. C. N. e CORRÊA, A. de M. (orgs.). *O Brasil, a América Latina e o mundo*. Espacialidades contemporâneas. Volume I. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, p. 181-229.
- RIECHMANN, J. *Cuidar la (T)tierra*. Políticas alimentarias y sostenibles para entrar en el siglo XXI. Barcelona: Icaria Editorial, 2003, 620 p.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE MATO GROSSO. *Zoneamento sócio-econômico-ecológico: caderno de consolidação dos dados secundários*. Dinâmica econômica: situação fundiária e agropecuária estadual. Cuiabá: SEPLAN-MT, 2009.

O programa Selo Combustível Social no coração do agronegócio brasileiro: primeiras reflexões

Marília Leite Cafezeiro

Introdução

Em 2004 o Governo Federal criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), cujo foco era implantar a produção de biodiesel no país aliada a duas preocupações fundamentais: diminuir gradativamente o consumo de combustíveis geradores de gases-estufa e proporcionar a inclusão da pequena produção familiar na produção de matérias-primas para estas indústrias.

Tal política foi elaborada diante de um contexto internacional extremamente favorável. Desde a Convenção do Clima¹, no bojo das discussões da ECO-92, intensificam-se as reuniões internacionais com o intuito de minimizar os efeitos das emissões de gases-estufa na atmosfera. A discussão a respeito da utilização da biomassa como combustível se insere neste contexto. A questão do compromisso com a redução de tais gases vem ocupando a mídia desde então e culmina com o Protocolo de Kyoto (1997), quando os países presentes, com exceção dos Estados Unidos, assumem o compromisso de reduzir suas emissões (BERNARDES e FERREIRA, 2003).

O objetivo deste trabalho é refletir a respeito da inserção dos pequenos produtores familiares na produção do biodiesel, na área consolidada da soja, no estado de Mato Grosso. Estas reflexões partem da caracterização do agronegócio e de seu funcionamento em rede, aglutinando no ambiente “competências complementares” no sentido de diminuir os custos e aumentar a competitividade dos produtos. Através de uma revisão conceitual, procuramos estabelecer nexos entre o que vem sendo discutido sobre o agronegócio, as possibilidades oferecidas pelo Programa Nacional de Pro-

1 www.onu-brasil.org.br/doc_clima.php. (acesso em 03/11/2010).

dução e Uso de Biodiesel (PNPB) e a realidade dos pequenos produtores pesquisada através de trabalho de campo realizado em julho de 2008 nos municípios de Lucas do Rio Verde, Sorriso, Nova Mutum e Diamantino.

Reflexões teóricas preliminares

Lefebvre aponta que o espaço desempenha uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade, uma lógica, um sistema. O espaço é compreendido como representação e como representado, como resultado de práticas sociais e como promotor das mesmas, como meio e mediação. Portanto, o espaço é um instrumento político, intencionalmente manipulado: pode impor coesão, dissimulando contradições da realidade, e coerência, ao possibilitar uma regulação almejada. Na complexidade do mundo moderno, o espaço é essencial para a reprodução das relações sociais de produção e isto se efetua em todas as esferas da vida: economia, política, relações sociais, cultura etc. (LEFEBVRE, 2008). Muitas destas relações estão marcadas pela política, pelos interesses dos grupos sociais, tornando-se também relações de poder. Por isso, é importante percebermos as interações entre as duas categorias: espaço e território.

No caso da agricultura moderna, a totalidade se estabelece a partir do vínculo entre esta atividade estabelecida no território brasileiro e suas conexões com as demandas locais, nacionais e internacionais. As novas necessidades desta atividade imprimem sobre os espaços valorizações, viabilizadas a partir das infraestruturas locais, entre elas, o nível técnico existente no lugar. As atividades modernas impõem adequações espaciais, baseadas num outro patamar técnico. Este novo padrão técnico será essencial no sentido de criar nos lugares as condições – inclusive no que se refere a uma divisão técnica e social do trabalho – para sua inserção de modo competitivo na economia internacional. Deste modo, tais espaços apropriados e reorganizados passam a desempenhar um novo papel diante de uma nova ordem internacional diretamente dependente de sua materialidade (BERNARDES, 2005). Portanto, o espaço da agricultura moderna deve ser abordado também sob a perspectiva do território, já que ao implementar as condições materiais para a realização de quaisquer atividades econômicas são realizadas escolhas e estas se traduzem em condições específicas de produção e trabalho que podem beneficiar a todos ou a alguns grupos sociais. É neste sentido que tratamos o espaço do agronegócio como território, já que entendemos que ele se organiza também em função das relações de poder que estruturam suas atividades.

Também não é demais ressaltar os vínculos entre a modernização das atividades econômicas e as exigências do mercado mundial, no que se refere tanto ao tipo de produto, quanto à qualidade e quantidade dos mesmos. Deste modo, não só a organização da produção se vincula às exigências internacionais, como também a organização urbana e a do trabalho dependem dessas normas. Por isso, para que possamos compreender as mudanças locais é necessário compreendermos também suas relações nas demais escalas, ou seja, nos âmbitos regional, nacional e internacional. Conforme Castro, as escalas “são um artifício metodológico que permite abordar o fenômeno numa perspectiva adequada”: os fenômenos políticos modernos estão inseridos no contexto complexo do mundo contemporâneo e esta complexidade não pode ser apreendida através de uma abordagem uniescalar (CASTRO, 2005). Sublinha-se que muito do que não é visível numa escala passa a ser compreendido, se o olhar estiver também sendo realizado nas outras, proporcionando novas possibilidades de ação (HARVEY, 2004).

Conforme mencionamos anteriormente, as modernizações necessárias à reprodução ampliada do capital utilizam o espaço como mediador: ao se implementarem em diferentes lugares e em todas as escalas, tais mudanças promovem e são promovidas por diferentes atores, que criam no espaço desigualdades que se articulam e geram novas divisões sociais e técnicas do trabalho. Neste mundo de intensa competitividade, as técnicas atuam no sentido de aumentar a produtividade local. Os Estados, instituições e agentes produtivos locais e extralocais criam as condições necessárias para a organização das forças produtivas, interferindo na capacidade de criação/adoção de técnicas e demais infraestruturas necessárias à circulação e reprodução do capital (BERNARDES, 1995). Por isso, para entendermos os territórios, é preciso compreender seus sistemas técnicos (SANTOS, 1997). Para este autor, a técnica nunca aparece só e jamais funciona isoladamente. Há sempre a necessidade de uma coesão espacial, uma integração funcional ou uma solidariedade. Esses sistemas técnicos pressupõem também formas de relacionamento entre os homens, promovidas através da informação e do discurso. Esses ambientes simbólicos necessários para a justificativa e o sucesso de tais ações são denominados de *psicosfera* (SANTOS, 1997). Em muitos lugares, os sistemas técnicos podem ser apontados como “invasores”, já que unificam e permitem os processos globais sem considerar as necessidades locais. Tais sistemas dependem diretamente de normas que asseguram a imposição de uma técnica, uma política e uma economia interessantes à ordem hegemônica.

Por isso, o espaço deve ser entendido como um sistema de objetos e um sistema de ações: os objetos, criados pela pesquisa científica inclusive, necessitam de uma formação específica, sem a qual eles não funcionam. São objetos programados para o trabalho hegemônico, visto como aquele de maior produtividade. São objetos intencionais, porque impõem um papel estranho e alienante a ser desempenhado. A criação desses objetos é histórica, mas sua utilização e seu envelhecimento precoce são opções políticas. Os objetos e as ações criam arranjos territoriais eficientes, segundo a lógica da acumulação de capital. No que se refere às ações, elas podem ser implementadas pelos Estados, organizações internacionais, instituições financeiras, entre outros atores submetidos à ordem hegemônica, responsáveis pela circulação universal da mais-valia. É importante ressaltar que este uso é seletivo e gerador de escassez, porque atende diretamente às normas e às necessidades das empresas e não da população local (SANTOS, 1997).

Em *Espaço e Método*, Santos sugere a compreensão do espaço através de quatro categorias: *forma, função, estrutura e processo* (SANTOS, 1985), que serão utilizadas a seguir para o entendimento da organização espacial do agronegócio no estado do Mato Grosso. Ao observarmos a *forma* espacial apresentada, salta aos olhos a paisagem que surpreende pela monotonia da monocultura, realizada em grandes latifúndios, com uso intensivo de tecnologia.

A partir dos anos 1960, o crescimento industrial brasileiro e o aumento da urbanização, aliados ao contexto internacional (necessidade de venda de tecnologias) provocaram a modernização do espaço rural, através da formação dos complexos agroindustriais (CAIs). Este *processo* se assentou sobre três pilares: a) um padrão de desenvolvimento tecnológico, denominado “revolução verde”; b) a inserção da agricultura brasileira no mercado internacional e c) a regulação financeira promovida pelo Estado (MAZZALI, 2000). A participação da agricultura brasileira no comércio exterior passa a se dar com uma maior diversificação de produtos e uma maior elaboração dos mesmos, o que ocorre paralelamente à necessidade de substituir produtos antes importados como os considerados produtos-meios para a agricultura (produtos agrícolas e agroindustriais). Para isso, houve a transformação da base técnica da produção rural, com a utilização de mais insumos diversificados e a internalização de sua produção, além da adoção das inovações tecnológicas da revolução verde: máquinas e implementos agrícolas, insumos químicos e sementes selecionadas. Soma-se aos objetivos anteriormente mencionados o de tornar a agricultura menos dependente das condi-

ções naturais através dos insumos e bens de capital gerados pela indústria: de um lado, a produção de tratores e fertilizantes, de outro a modernização da agricultura voltada para os mercados interno e externo. É assim que, principalmente no Centro-Sul do país, ocorre a transformação da tecnologia industrial, a formação de um mercado nacional e a ampliação da concorrência oligopolista sem haver uma homogeneização espacial, já que o acesso à terra e às condições de produção permaneceram concentrados. Pode-se afirmar que este espaço passou a se destinar a uma nova *função* mas, para isto, foi necessário todo um *processo* de adequações de sua materialidade, transformada essencialmente em sua base técnica. Deste modo, neste período, manteve-se nas regiões Norte e Nordeste o papel de reservatório de terras, recursos da floresta e de mão-de-obra (MAZZALI, 2000).

No ambiente promovido pelos CAIs ocorreu a fusão de interesses industriais, comerciais e bancários com aqueles de parte do setor agrícola que pode efetuar tais modernizações, aliados ao papel do Estado. Naquele momento, o Estado foi fundamental na regulação das condições de reprodução do capital na agricultura, desonerando o processo produtivo privado e estimulando a adoção da revolução verde.

Após as décadas de 1980/90, mudanças na ordem internacional e nacional afetam esse *processo* e sua *estrutura* se adéqua. A instabilidade das trocas comerciais e dos fluxos de capitais aumenta a incerteza nas relações econômicas. O surgimento de novos centros econômicos no mundo e a internacionalização da produção e dos mercados criou processos complexos como os de globalização/integração econômicas que ocorrem simultaneamente aos de regionalização/fragmentação das relações políticas e econômicas no âmbito mundial (HAESBAERT, 2004). Como resposta à crise que atinge o setor público, muitos estados adotam medidas de cunho neoliberal, desassentando o tripé que caracterizou a modernização conservadora (a aliança entre Estado, capital privado nacional e capital internacional). Entre as medidas adotadas pelos Estados estão o choque monetário para reduzir a inflação, as privatizações, as desregulamentações dos mercados, sua flexibilização e as mudanças na organização do trabalho, conduzindo ao que alguns autores denominam “Estado Mínimo”. Todas estas medidas, somadas à privatização crescente dos fluxos de tecnologia internacionais, acirraram a competição econômica.

A adoção das inovações vinculadas às áreas de biotecnologia, microeletrônica e tecnologia da informação promovidas sobretudo pelo setor privado possibilitou alterações radicais nos métodos de concepção, produção, comercialização, distribuição e

financiamento das atividades agropecuárias e se tornou essencial para a integração dos lugares nessa nova ordem econômica internacional. A exigência, por parte principalmente dos mercados internacionais de uma maior padronização, qualidade e estabilidade da oferta dos produtos impôs a adequação das atividades produtivas no âmbito local, resultando numa nova organização espacial e do trabalho, mais eficiente para a ordem hegemônica. Assim, no que se refere ao espaço, impõe-se, de fato, nas áreas onde predominam as atividades agropecuárias, o meio técnico-científico-informacional, que possibilita estes moldes de produção agrícola, de indústria, armazenamento, transmissão de informações, finanças e trabalho (SANTOS, 1997; ELIAS, 2007).

Mazzali conclui que os CAIs, a partir dos anos 1990, não dão conta da explicação do espaço produtivo rural, principalmente por estarem assentados em relações bem definidas e não flexíveis, a partir da matriz insumo-produto. O autor aponta que o atual processo de organização do espaço agrário ocorre através de um modelo de organização em rede, baseado na flexibilidade do trabalho, no enxugamento administrativo, no estreitamento das relações entre fornecedores, distribuidores e clientes, na consolidação de alianças entre concorrentes, tudo isto voltado para a criação de um ambiente favorável aos negócios, fortemente alicerçado no meio técnico-científico-informacional.

Para o autor, a fase atual do *processo* se caracteriza pela conjugação de esforços no sentido de criar “competências complementares”, proporcionando maior competitividade a todo o conjunto: desde o acesso às tecnologias até as novas formas de financiamento. Assim, o “ambiente” de negócios deixa de ser um dado externo, consolidado, para se transformar numa variável, que pode ser construída através da articulação em rede dos agentes econômicos (MAZZALI, 2000).

Esta estrutura de “competências complementares” é nítida nas margens da BR-163, especialmente no trecho onde se concentra o agronegócio: áreas de monocultura predominantemente de soja, mas também de milho, algodão e girassol se intercalam com os silos, aviários, suinocultura e indústrias como a Perdigão e a Sadia², voltadas para o beneficiamento destes produtos. Estas mesmas indústrias, muitas vezes, já investiram em atividades diretamente ligadas à agricultura, mas, neste momento, objetivam seus negócios, aprimorando-os e diminuindo os custos, ao mesmo tempo em que criam espaços para que outros atores participem destas atividades.

2 Hoje unidas na Brasil Foods.

Diversas empresas dirigem-se a estes espaços no sentido de provê-los de um suporte técnico mais adequado: representantes de maquinário para a agricultura, de insumos, de materiais para isolamento térmico de aviário e assim se cria o ambiente de “competências complementares” ao qual se refere Mazzali. Acrescenta-se que, na política, muitos dos secretários do estado e dos municípios também são produtores diretamente ligados ao agronegócio, o que aumenta a capacidade de reversão de recursos públicos para esta atividade.

O biodiesel e o agronegócio

A partir de 2005, o contexto internacional se apresenta bastante favorável às iniciativas de produção de biocombustíveis. Isto se torna ainda mais evidente a partir de fevereiro de 2007, quando a comunidade científica internacional alerta para a irreversibilidade do aquecimento global, através do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas das Nações Unidas. Segundo o Painel, cerca de 90% do aumento da temperatura da Terra se deve à concentração excessiva de gases-estufa, provocado pelo uso intensivo de combustíveis fósseis, queima de florestas, a própria atividade agropecuária etc.

A vocação do país para a produção dos biocombustíveis suscitou diversos questionamentos, tanto favoráveis quanto contrários a tais políticas. Discussões a respeito da capacidade ou não de os biocombustíveis reduzirem as emissões de gases-estufa, somadas à questão do uso da terra e da água, do desmatamento e das condições de produção tornaram-se cada vez mais presentes na mídia nos últimos anos. O Governo Federal, pretendendo aliar as necessidades internas às demandas externas, lançou a “Política Nacional de Biocombustíveis” do Ministério de Minas e Energia, conforme brevemente expomos a seguir.

Este documento sublinha as condições naturais e geográficas do país que, somadas à tecnologia já conhecida, permitem um custo de produção relativamente baixo, tanto para a produção de etanol quanto para a produção de biodiesel. Acrescenta como positivo as perspectivas no futuro próximo: demanda crescente e a preocupação rigorosa com o meio ambiente no mercado mundial, o aumento do comércio mundial e o avanço na produtividade através de novas oleaginosas e de novos métodos produtivos.

Os principais motivos que justificam a instauração de uma política nacional para a produção dos biocombustíveis se apoiam na questão ambiental e social:

Na queima de combustíveis derivados de petróleo, o CO₂ vai para a atmosfera e contribui para o efeito estufa. Na queima de biomassa, o CO₂ liberado é parte daquele que foi capturado da atmosfera no processo de fotossíntese. A agroenergia é uma oportunidade para fixar o homem à terra, produzir combustível limpo e gerar emprego e renda ao homem do campo (Política Nacional de Biocombustíveis, 2006: 26).

A intenção do Governo Federal de incentivar a produção de biocombustíveis se concretiza principalmente através de seu marco regulatório (a Lei 11.097/2005) e do programa “Selo Combustível Social”. Esta lei determina um percentual crescente de biodiesel a ser acrescentado ao diesel, sendo a partir de janeiro de 2010 este percentual estabelecido em 5%.

O selo social expressa a intenção do Governo Federal de incluir a pequena produção familiar como fornecedora de matérias-primas para a produção do biodiesel. Segundo Abramovay (2007: 2),

Este vínculo declarado entre a oferta de matérias-primas para a produção de biocombustível e a geração de renda pela agricultura familiar – sob o patrocínio do Estado, sob a operacionalização de empresas privadas e com a legitimação contratual por parte do sindicalismo – **parece ser inédito, no plano internacional. E no próprio Brasil é a primeira vez que se organiza uma política em que o Estado cria condições para que parte importante da oferta de matéria-prima para uma determinada indústria venha de unidades produtivas que, sem esta intervenção, dificilmente teriam participação expressiva no mercado.** (grifos nossos)

Sabe-se que a intensificação da produção de biocombustíveis trará fortes modificações de ordem ambiental, social e espacial, assim como exigirá das áreas voltadas para esta produção adequações e modernizações. O Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel cria condições incomuns neste contexto, já que vincula a grande empresa ao produtor familiar: cabe, nesta política, aos empresários usineiros a compra de parte da matéria-prima utilizada para a produção do biodiesel de pequenos produtores, o que garantirá às empresas acesso aos leilões da Petrobras e aos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Considerando a distribuição das usinas no país, é impressionante o número de empresas autorizadas a produzir biodiesel no estado de Mato Grosso. Das 64 empresas autorizadas até novembro de 2010, 22 concentram-se neste estado, o que equivale a 34% do total, de acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP). Das 22 empre-

sas, nove possuem o selo social, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ainda, segundo a ANP, 83,84% do biodiesel brasileiro utilizam a soja como matéria-prima, e isto se dá especialmente em Mato Grosso, maior produtor deste grão. Como se sabe, o plantio de soja é realizado com uma tecnologia sofisticada, inacessível aos pequenos produtores. Então, cabe a pergunta: como vem se dando a inclusão do pequeno produtor no biodiesel fabricado a partir da soja nesse estado?

A partir de entrevistas realizadas com alguns representantes do agronegócio nas cidades de Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, ficou claro o interesse dos grandes produtores pelo biodiesel. Segundo eles, Mato Grosso produz a soja mais barata do mundo. Utilizar o óleo de soja para a produção de biodiesel parece ter sido uma opção para as oscilações de preço do mercado. Acrescentam-se os incentivos públicos para a construção de usinas, as isenções fiscais e o mercado já garantido através dos leilões da ANP: todas estas ações governamentais criam um grande interesse pelo investimento neste setor. Talvez a grande contradição do negócio seja o “selo social”, justamente pela divergência de interesses entre os grandes produtores e os assentados.

Para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde, um dos municípios localizados na área concentrada da produção de soja e onde se localiza uma das grandes usinas de produção do biodiesel do estado (a Fiagril), o selo social é um “mistério”. Segundo a entidade, a cidade foi criada como assentamento, mas hoje são 800 produtores médios e não há agricultura familiar. Além disso, existe uma cultura de “se tornar um grande produtor”, o que faz com que muitos pequenos se filiem ao sindicato patronal e se cadastrem como empregadores. O sindicato se negou a assinar o contrato da Fiagril para a obtenção do selo social, já que não há agricultores familiares no município. Um informante da entidade sugere a presença de “laranjas” que emprestam o CPF (Cadastro de Pessoa Física) para regularizar o lote e assim acontece o PNPB.

Na usina de biodiesel da Fiagril, percebemos o elevado nível técnico, que se soma à pesquisa quanto à melhor matéria-prima para a produção do óleo. São três tanques de dois milhões de litros de biodiesel, sendo um só para o sebo, pois há problemas de entupimento com o resíduo. A empresa disponibiliza quatro técnicos para dar apoio aos pequenos produtores e argumenta que não utilizam o pinhão manso por causa do tempo de amadurecimento, o que requer colheita manual. A Fiagril confirmou a inexistência de contratos com o sindicato de Lucas do Rio Verde e assumiu que seus acordos se realizam com assentados de Ipiranga do Norte, Itanhangá, Sorriso, Nova Mutum, Tapurah, Tabaporã, Sinop, Vera e Claudia. Nestes, a tecnologia é vendida aos

pequenos produtores, quase sempre na forma de empréstimos, sob contratos individuais: são pacotes de 38 mil toneladas de sementes, defensivos e fertilizantes para pequenos produtores de até 100 hectares.

Segundo a empresa, 20% da matéria-prima utilizada vêm de pequenos produtores e um dos problemas apontados é que, com a valorização da soja, muitos não cumpriram o contrato e preferiram vender para o mercado e não para o biodiesel. Este depoimento despertou em nossa equipe a dúvida do que é a parceria de assistência técnica do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel: se é uma parceria para possibilitar o cultivo aos pequenos agricultores ou se é mais uma forma de financiamento, o que agrava a dependência dos pequenos em relação aos grandes produtores.

Para a direção da empresa a grande esperança é a exportação do biodiesel, mas o aumento do preço das *commodities* traz preocupações com relação à viabilidade. Em 2005, o biodiesel se apresentava como um bom negócio, já que eles produziam a soja mais barata do Brasil e consumiam o diesel mais caro. Para a empresa, o preço atual nos leilões da ANP está abaixo do custo e, por isso, no momento da entrevista, o óleo da soja para outros fins era mais lucrativo. Além disso, o preço dos fertilizantes pulou de US\$ 350 por tonelada para US\$ 850, o que também encareceu o produto final.

Uma experiência com pequenos produtores

No município de Diamantino, uma iniciativa que se apresentou como interessante para os assentados foi o cultivo do pinhão manso. Até o momento da pesquisa³, não havia ainda possibilidades técnicas para a mecanização deste cultivo. Por isso, o emprego intensivo de mão-de-obra era necessário, já que o tempo de amadurecimento é irregular, o que impõe a colheita manual. O uso do pinhão se justifica pelo seu teor de óleo, mesmo assim, estavam sendo realizados estudos para a colheita mecânica na Fazenda da Bioauto (empresa que vem fazendo investimentos nesta matéria-prima). Os assentados estavam entusiasmados com a expectativa do pinhão e viam como positiva a possibilidade de aliar o cultivo deste produto ao de alimentos. Entretanto, isto só poderia se realizar nos primeiros anos, já que em três anos haveria sombra sobre as lavouras, além do fato de que muitos cultivos tradicionais da agricultura familiar

3 A pesquisa de campo foi realizada em julho de 2008. Em agosto de 2010, tivemos a notícia de que a empresa Bioauto já conseguira adaptar uma colheitadora de café. Segundo o informante da empresa, Sr. Paulo Chagas, o relacionamento com os assentados e, principalmente com alguns sindicatos, estava ficando cada vez mais difícil.

(como a banana e a mandioca) são proibidos por competirem com o sistema radicular do pinhão manso.

Os assentados já tinham financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Bioauto fornecia a limpeza da área, as primeiras mudas, adubo, sementes e calcário, mas este investimento seria descontado nas primeiras colheitas. A partir das entrevistas realizadas, o que foi possível apreender nesta experiência, foi a insegurança do pequeno produtor. Ele já entra no negócio com dívidas e ainda há muita instabilidade no sucesso do empreendimento. Para as empresas, tais experimentos representam a inserção em novos nichos do mercado. Para os pequenos produtores, tais cultivos são sua condição de sobrevivência.

Considerações finais

É difícil conceber a inclusão dos pequenos produtores desta região do agronegócio, mesmo com uma política que lhes seja favorável. A maior contradição parece ser que esta atividade, para ser lucrativa neste modelo, onde os critérios são estabelecidos pelo mercado internacional, necessita da concentração de terras e do investimento técnico. É com base nesta estrutura que se consegue atingir uma escala de produção que acaba por baratear os custos.

Entretanto, produzir desta forma é inviável para o agricultor familiar. Para Alentejano, apesar do incremento do número de assentamentos no governo Lula, estes se localizam predominantemente nas áreas de fronteira agrícola. Trata-se de uma política que visa a não confrontação com o agronegócio, ao mesmo tempo em que se utiliza de terras mais baratas, muitas vezes públicas ou estaduais. Por outro lado, a conquista da terra é vista como “ilusão de autonomia”, já que a partir dela outros mecanismos de subordinação passam a dominar, como as questões relativas ao acesso à técnica e a inserção nos mercados de produtos, serviços e trabalho (ALENTEJANO, 2007). Foi o que pudemos inferir das entrevistas com os assentados: apesar do esforço para se manterem da sua produção, o pequeno produtor estava totalmente dependente das empresas privadas, tanto pelo nível técnico exigido, quanto pela dificuldade de acesso aos mercados.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reinaldo. “O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais”. In: www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigoscientificos/2007. Acessado em 20/08/2010.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. “Os movimentos sociais rurais e a teoria geográfica”. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- BERNARDES, Júlia Adão. “Mudanças técnicas e espaço: uma proposta de investigação”. In: CASTRO, Iná E. de; COSTA GOMES, Paulo Cesar e CORRÊA, Roberto Lobato. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BERNARDES, Júlia Adão e FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. “Sociedade e Natureza”. In: CUNHA, Sandra Baptista da e GUERRA, Antonio José Teixeira (orgs.). *A questão ambiental – diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- CASTRO, Iná Elias. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- ELIAS, Denise. “O meio técnico-científico-internacional e a reorganização do espaço agrário nacional”. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- Empresas com selo social. In: www.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286313. Acessado em 13/09/2010.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MAZZALI, Leonel. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo agroindustrial à organização “em rede”*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- Política Nacional de Biocombustíveis. In: Ministério das Minas e Energia, www.mme.gov.br. Acessado em 10/06/2010.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica tempo razão emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

Agricultura familiar mato-grossense e sua inserção na cadeia do biodiesel: limitações e possibilidades

Onélia Carmem Rossetto

Palavras iniciais

O presente artigo tem por objetivo traçar o perfil da pequena produção rural familiar em Mato Grosso no contexto da implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)¹, resgatando o debate acerca da subordinação da agricultura familiar à indústria através do Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como identificação às empresas que comprovarem a compra de parte da matéria-prima, utilizada na indústria de biodiesel. Em contrapartida, as indústrias se comprometem a fornecer assistência técnica e capacitação a esses produtores rurais familiares.

A conquista deste selo é de suma importância para as indústrias transformadoras de matéria-prima vegetal, haja vista que, ao obtê-lo, estas passam a ter prioridade nos leilões da Agência Nacional de Petróleo (ANP), os quais são divididos em dois lotes. O primeiro, com 80% da oferta de demanda, está acessível apenas para quem possui o Selo Combustível Social, ou seja, para quem compra parte da matéria-prima de pequenos produtores. Os outros 20% do leilão estão abertos para as empresas que não possuem o selo. Inicialmente, em Mato Grosso, havia a obrigatoriedade de que as indústrias comprassem 10% da matéria-prima de produtores familiares; atualmente cogita-se que, para manter o Selo Social, 15% das oleaginosas deverão ter a referida procedência (BRASIL, 2010).

Segundo o PNPB, as vantagens para a indústria de biodiesel residem no pagamento de alíquotas do PIS/PASEP e COFINS com coeficientes de redução diferenciados,

¹ Lei nº 11.097 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005).

acesso a melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a instituições financeiras credenciadas, como o Banco da Amazônia (BASA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil (BB).

Na ótica do poder público, o produtor familiar inserido no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e integrado à cadeia de biocombustíveis estaria fortalecendo sua capacidade de geração de renda, melhorando sua qualidade de vida e sendo incluído socialmente.

Os conceitos de agricultor familiar, camponês e pequeno produtor rural apresentam-se em uma série de trabalhos nas mais diversas matrizes teóricas. Sendo assim, neste estudo optou-se por limitar a abordagem acerca dessa temática, adotando o seguinte conceito².

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o número de estabelecimentos da agricultura familiar em Mato Grosso era de 86.167, que ocupavam uma área de 4.884.212 hectares; por outro lado, 26.811 estabelecimentos foram classificados como sendo de agricultura não familiar, ocupando uma área de 42.921.302 hectares (IBGE, 2009). Tais informações estatísticas denotam a elevada concentração de terras no estado e a supremacia das grandes áreas monocultoras voltadas para o cultivo de produtos de exportação.

Estimulado pelo PNPB, o estado de Mato Grosso busca viabilizar a integração das grandes empresas processadoras de matéria-prima para a fabricação de biocombustíveis com as unidades produtivas familiares. Dessa forma, almeja-se o desenvolvimento da agricultura via indústria, revelando tal fato que

2 Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006 (BRASIL, 2006).

... o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura (...). Isso se deu igualmente também porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele, às vezes, produza exclusivamente para a indústria (OLIVEIRA, 2004: 41-2).

Diante da complexidade das relações que se estabelecem a partir do atrelamento da pequena produção rural familiar à indústria, é importante investigar suas características, haja vista que são dois polos que atuam com lógicas diferentes: a agricultura familiar, baseada na reprodução do seu modo de vida, e as corporações nacionais e transnacionais, centradas no acúmulo de capital. Tais empresas são entendidas por Silva (2003) como corporações em redes, empresas multilocalizadas e multifuncionais, interagindo com outras empresas e grupos sociais, a fim de obter ganhos de eficiência.

Nesse cenário, este texto busca, na primeira seção, ressaltar a trajetória histórica da agricultura familiar em Mato Grosso e, na segunda, a atenção está voltada para a análise do processo de inserção do agricultor familiar na cadeia de bicomustíveis, enfatizando a discussão sobre a relação estabelecida entre o produtor rural familiar e as corporações nacionais e multinacionais, ressaltando o papel do Estado como agente mediador e gestor da política do PNPB em Mato Grosso.

Breve trajetória dos agricultores familiares em Mato Grosso

A agricultura familiar vem desempenhando importante papel nos ciclos econômicos do estado de Mato Grosso, mantendo suas características intrínsecas e incorporando novas formas de adaptação para se manter ativa no processo produtivo e, ainda, reproduzir-se socialmente.

O espaço geográfico mato-grossense começa a ser habitado por populações não índias no século XVIII, através do ciclo econômico da mineração. As regiões auríferas dos rios Coxipó e Cuiabá não tinham produção de culturas agrícolas, cabendo seu abastecimento às roças localizadas em sítios próximos. Lenharo (1982) registra nessa época a presença de pequenas propriedades, localizadas próximas a Cuiabá, especializadas na produção mercantil de abastecimento urbano. As espécies cultivadas eram principalmente a cana-de-açúcar, que transformavam em açúcar e aguardente, o feijão, o milho, a mandioca e a criação de porcos e galinhas.

As primeiras indústrias mato-grossenses foram as de cana-de-açúcar, por volta de 1727, quando já existiam os primeiros canais e moendas em Chapada dos Guimarães. A mão-de-obra das indústrias nessa época era composta por indígenas, negros escravizados e trabalhadores brancos pobres que residiam na própria usina, denominados de não-arranchados ou permanentes. Estes trabalhadores abasteciam as mesas dos proprietários e as suas próprias mesas por meio das lavouras de subsistência (CORRÊA FILHO, 2002).

Dourado (2007), ao retratar a história dos migrantes nordestinos rumo a Poxoréu, importante área mineradora do início do século XX, relata que as viagens demoravam muito tempo, até anos, pois os retirantes utilizavam como meios de transporte carroças e cavalos em locais inóspitos e sem estradas. Durante o percurso, estabeleciam-se em alguns locais cultivando roças na beira dos caminhos, sendo os principais produtos arroz, milho, mandioca, feijão e batata doce. Após a colheita a viagem prosseguia. Tais práticas originaram algumas propriedades rurais permanentes na beira das estradas e a formação de uma camada social, denominada *sitiantes*, diferente daqueles que eram *transeuntes*, os *roceiros* temporários.

No século XX, o percurso da análise toma como orientação o movimento de expansão capitalista e o importante papel desempenhado pelas rodovias federais BR-364, que liga Cuiabá a Porto Velho, e a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, ao longo das quais os produtores familiares edificavam suas casas e suas roças, impulsionados pelo Estado, por meio das ações das colonizadoras oficiais e particulares.

A partir de 1960 a modernização da agricultura consolida-se no Brasil e ocorre a sua efetiva subordinação à indústria. Tal fato realizou-se pela ação de políticas governamentais que incentivaram a criação de indústrias, de implementos e insumos básicos com capital nacional e internacional. Nesse momento histórico, o Estado também cria incentivos ao consumo, via política de crédito subsidiado, difusão de pacotes tecnológicos e facilidade de aquisição de terras, principalmente nas áreas de fronteiras.

Nas palavras de Silva (2003: 21), “ a fronteira capitalista em áreas de domínio das atividades agrícolas e pecuárias, implica a instalação de latifúndios, empresas agrícolas, a inserção das propriedades menores aos mecanismos de acumulação, bem como a expropriação do campesinato e de grupos sociais diversos”. Esse processo em Mato Grosso foi impulsionado por ações que integravam o Estado e empresas particulares denominadas colonizadoras.

Na década de 70 o espaço agrário Norte Mato-grossense passa a ser ocupado por levas de migrantes de pequenos produtores rurais trazidos por colonizadoras particulares. Moreno (2007) afirma que, nas décadas de 70/80, foram implantados, através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), 268 projetos de colonização empresarial, dos quais 84,9% agropecuários, 6,8%, industriais, 2,26% setoriais e serviços básicos e 1,89% agroindustriais.

A colonização oficial dirigida buscava efetivar a ocupação das áreas de fronteira agrícola com pequenas e médias propriedades para amenizar a pressão demográfica no Centro-Sul e Nordeste devido à modernização da agricultura. Tal política deve-se à situação dos agricultores residentes no Sul do país, onde se fortalecia o movimento dos trabalhadores rurais, que exigia a reforma agrária. Participavam desses movimentos pessoas desapropriadas pela construção das barragens, filhos de colonos minifundiários organizados em cooperativas, famílias de produtores rurais que ocupavam áreas de reservas indígenas, enfim, trabalhadores expulsos de áreas de tensão social.

Como no Sul do país as famílias vinham crescendo e as terras eram escassas, a esperança de obter porções maiores a preços baratos impulsionava os movimentos migratórios de agricultores com algum capital, e outros descapitalizados, que ganhavam a vida como meeiros e arrendatários no Centro-Sul. Tal parcela de agricultores vendia sua força de trabalho no processo de expansão da fronteira agrícola, acreditando que poderiam transformar-se em proprietários.

Oliveira (1991: 20) menciona os projetos de colonização particulares e descreve a ação dos latifundiários onde “o dinheiro obtido pela venda da terra loteada – a renda da terra – vai ser transformado em capital para o fazendeiro/latifundiário loteador”. Ao analisar o processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, o autor ressalta que o capital não se expande por todos os lugares, tendo como única forma o trabalho assalariado, “ao contrário, ele o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas” (*op. cit.*: 20).

Na ótica do colonizador, os pequenos proprietários, preferencialmente capitalizados, eram essenciais na fase de *amansar a terra* (grifo nosso), onde as condições de vida e de trabalho eram inóspitas e difíceis. Na fase subsequente, após a valorização das terras, o mercado ficava aberto para investidores de maior poder aquisitivo. Os colonizadores da fronteira agrícola mato-grossense utilizavam estratégias eficazes

para fixar o colono à terra e torná-lo produtivo e obediente. A ideologia disseminada buscava estabelecer laços de interdependência, indicando claramente que naquela área ninguém resistiria sozinho, pois o vínculo com as colonizadoras, grandes empresas capitalistas, era imprescindível, sob a ameaça de não receber a assistência social e ser largado à própria sorte, na mira dos grileiros, jagunços e da própria polícia (GUIMARÃES NETO, 2002).

O produtor rural familiar ocupava as margens da BR-163 subordinado aos empreendedores detentores de capital e da terra, principal meio de produção, criando vários municípios, entre eles Sinop³ e Alta Floresta. Os incentivos fiscais concedidos para as empresas particulares, via isenção de impostos e monopólio de grandes extensão de terra, estimulavam as colonizadoras a induzirem a vinda de produtores rurais familiares de diversas regiões do país.

Nesse contexto, surge a colonizadora privada Integração, Desenvolvimento e Colonização S/A (INDECO S/A), responsável pela colonização de Alta Floresta. Guimarães Neto (2002), ao analisar o processo de consolidação de Alta Floresta, afirma que a empresa colonizadora buscava o tipo ideal de colono, principalmente na fase de implantação dos projetos, representado pelo “pequeno proprietário empobrecido do sul ou o agricultor de tradição, ou seja, aquele que detinha um saber acumulado de como lidar com a lavoura, mas, especialmente o agricultor que também possuía outra capacidade – a de ter participado da abertura da fronteira agrícola do Paraná” (*op. cit.*: 102).

Os migrantes que eram trazidos por essas empresas plantavam o tipo de produto agrícola imposto pela colonizadora. A opção era feita considerando-se as experiências agrícolas anteriores dos produtores rurais e da própria colonizadora, que afirmava investir em estudos técnicos sobre a viabilidade do plantio. Tais estudos eram realizados, entre outras instituições, pela Empresa Mato-grossense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMPAER/MT). Entretanto, as experiências agrícolas nem sempre resultavam em boas safras. Quando as lavouras não produziam o esperado, os colonos arcavam com as despesas e demais ônus. Oliveira (1983) destaca o caso de Sinop, onde a necessidade de mecanização e utilização de insumos agropecuários,

3 O município de Sinop, localizado no eixo da BR-163, foi idealizado em 1971 por uma empresa privada denominada Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – SINOP, que adquiriu terras da Gleba Celeste com fins especulativos para efeito de comercialização. A área foi dividida em partes que originaram posteriormente os municípios de Sinop (1979), Claudia (1985), Vera (1986) e Santa Carmem (1991).

vinculada às condições do solo e clima, levou ao fracasso a lavoura cafeeira e os colonos começaram a retornar para os seus locais de origem.

Caso semelhante ocorreu em Alta Floresta, onde os produtores rurais familiares plantavam o café e o cacau – culturas tradicionalmente voltadas para exportação – e guaraná, arroz, feijão, milho, banana, mamão, além da produção de suínos, frangos e ovos. Entretanto, o despreparo dos agricultores em lidar com as condições de solo e clima na Amazônia mato-grossense, a baixa capitalização, a mão-de-obra inflacionada por causa dos garimpos, além da precária assistência técnica, contribuíram para o fracasso das lavouras cafeeira e cacauera. Como consequência, muitos camponeses perderam tudo o que investiram e, endividados, sem alternativas, subiram em busca de terras no Pará. Outros começaram a plantar pasto e a sobreviver com a venda de madeiras da região.

Para Guimarães Neto (2002), o que deve ser destacado nessa situação, não é o conhecimento inadequado do agricultor que veio do sul, mas a inadequação das culturas agrícolas que a empresa colonizadora determinara como ideais para os solos da Amazônia mato-grossense.

Arruda (1997) relata que, em 1975, após o fracasso da safra de café em Sinop, os camponeses buscavam realizar a migração de retorno para os seus locais de origem. Na tentativa de impedir tal ação, a Colonizadora SINOP S/A, instalou uma usina de álcool anidro de mandioca, estimulando os agricultores a cultivarem a referida espécie vegetal. Nesse momento histórico, a política do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) direcionava incentivos fiscais para estimular o plantio de matérias-primas para combustíveis que substituíssem a gasolina, reduzindo assim a importação do petróleo.

A empresa colonizadora alegava que a mandioca, de fácil cultivo em pequenas propriedades, fixaria os agricultores à terra, além de ser uma planta nativa da Amazônia, portanto, adaptável às condições de clima e solo. Entretanto, a cultura da mandioca no solo arenoso e permeável não prosperou, e alguns produtores voltaram a migrar buscando novas áreas, enquanto outros foram para as zonas urbanas vender a sua força de trabalho como assalariados.

Experiências mal sucedidas foram comuns nessa época. Castro et al. (2002) analisam os Projetos de Assentamentos Conjuntos (PAC) às margens da rodovia federal BR-163⁴. Os

4 Projetos analisados por Castro *et al.*: Peixoto de Azevedo (1980, município de Guarantã do Norte), Ranchão (1980, município de Nobres), Braço Sul (1981, município de Guarantã do Norte),

PACs resultavam de uma parceria entre o governo federal, através do INCRA, com as cooperativas agropecuárias de pequenos produtores rurais do Centro-Sul do país. O INCRA, que dispunha de vastas áreas de terras em Mato Grosso, visava disciplinar a participação das cooperativas agropecuárias nos programas de colonização da Amazônia, transferindo os agricultores minifundiários associados para as áreas beneficiadas pela construção de grandes rodovias, assentando agricultores sem terra e migrantes. Segundo os autores, as cooperativas, originárias do Sul desconheciam as condições técnicas necessárias para o manejo do solo, e os órgãos de assistência técnica públicos e particulares não contribuíram para o entendimento das condições ambientais, colaborando para o insucesso das safras agrícolas.

Oliveira analisa a questão da terra e o desenvolvimento do capitalismo, enfatizando o processo de expropriação e exploração dos pequenos produtores rurais, afirmando que “ao realizar a expropriação do trabalhador, o capital cria as condições sociais para mostrar a outra face do seu processo de reprodução: a exploração do trabalhador que já foi expropriado” (OLIVEIRA, 1991: 111).

Cabe destacar que os produtores rurais, que migraram para as áreas de expansão da fronteira agrícola mato-grossense, já tinham passado por condições de expropriação em outros espaços geográficos e, dessa forma, se reproduziam e sobreviviam mediante a criação de estratégias, seja a proletarianização via trabalho assalariado, a ilusão do enriquecimento rápido nos garimpos, ou como agentes de abertura de outras fronteiras agrícolas.

Os produtores rurais familiares, provenientes de diversas regiões do país, contribuíram para a construção do espaço geográfico mato-grossense, onde imprimiram as suas marcas e se consolidaram como classe social heterogênea no processo de apropriação da renda da terra pelo capital.

No bojo das transformações inerentes a esse processo, os agricultores familiares influenciaram no arranjo espacial do município de Rondonópolis, localizado no eixo das BR-364 e BR-163, onde começam a chegar a partir de 1950, vindos principalmente de São Paulo, trazidos por colonizadoras que ofereciam terras a preços baixos.

Tesoro (1993) ressalta que durante a década de 1950 o espaço geográfico do município era composto por sítios de 20 a 50 hectares, loteados no sistema de colônias, onde o governo do estado deixava projetado o lugar para a construção da vila, para que

as pessoas que ali residissem ficassem próximas às suas roças. Os produtores familiares descapitalizados recebiam auxílio dos comerciantes que financiavam as lavouras, trocando sementes, inseticidas, produtos alimentícios como açúcar, banha, sabão, café, sal entre outros, pelos produtos agrícolas cultivados na região de Rondonópolis: arroz, feijão, mandioca, produtos de horticultura, além de galinhas e porcos.

No final dos anos 60, grande número de empresários paulistas, fazendeiros do Triângulo Mineiro e, em menor número, gaúchos e paranaenses, adquiriram terras agricultáveis e passaram a fazer experiências de plantio nas regiões de cerrado. Devido às suas condições pedológicas, os solos de cerrado necessitavam de altos investimentos em insumos e maquinários. Com isso a alternativa economicamente mais viável era o plantio de pasto e a produção agropecuária. Assim, os grandes e médios produtores passaram a arrendar suas terras aos produtores familiares que, como arrendatários, cultivavam lavouras por dois ou três anos, e quando o solo mostrava-se enfraquecido, abriam novas roças em outros locais e, nos lugares antigos, plantavam o capim, formando os talhões.

Os contratos eram, na verdade, acordos firmados oralmente. Aos proprietários de terras caberia a autorização de uso, enquanto que às famílias de arrendatários vindas da região Nordeste e do estado de Goiás caberia a derrubada da mata, o plantio e a colheita. Os agricultores familiares tinham a liberdade de vender a safra para qualquer comprador, todavia deveriam pagar em média 15% da produção ao proprietário da terra. O capim deveria ser plantado no último ano de arrendamento; assim, as pastagens estariam formadas a baixos custos para os proprietários ao término do contrato.

Inseridos de forma subordinada ao capital nos diversos ciclos econômicos do estado de Mato Grosso, o perfil dos agricultores familiares foi sendo delineado nos sucessivos momentos históricos. Atualmente a identidade desses atores sociais é representada pelos ribeirinhos, habitantes das comunidades tradicionais, remanescentes de quilombos e assentados da reforma agrária, que têm como obstáculo comum a sustentabilidade econômica das propriedades rurais e a sua reprodução como classe social.

Nesse contexto, o PNPB e o Selo Combustível Social apresentam múltiplas facetas, embora a sujeição ao capital e a ausência de proteção aos direitos dos pequenos produtores sejam características presentes em todas as fases da construção do espaço geográfico mato-grossense.

Agricultura familiar mato-grossense e sua inserção na cadeia do biodiesel: pontos e contrapontos

As políticas públicas específicas para a agricultura familiar no contexto nacional são ainda bastante recentes. Nos últimos anos ganharam importância o PRONAF e, no bojo do PNPB, o Selo Combustível Social.

No âmbito estadual foi criado em outubro de 2003 o Programa de Biocombustíveis do Estado de Mato Grosso (PROBIOMAT), que tinha entre outros objetivos a criação de alternativas de emprego e renda no campo e na cidade, com ênfase na agricultura familiar, o desenvolvimento da produção e o uso de biocombustíveis derivados de matérias-primas regionais, gerando emprego e renda nas diferentes regiões do estado. A estratégia adotada pelo programa priorizava o estímulo à produção de oleaginosas na escala familiar associativa, pretendendo organizar ações em escala local para implementar o Programa Brasileiro de Biodiesel (PROBIODIESEL)⁵.

O PROBIOMAT apoiou projetos de pesquisas desenvolvidos em universidades do estado, como a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com financiamentos garantidos pela Fundação de Amparo a Pesquisa de Mato Grosso (FAPEMAT). Diversos tipos de experimentações foram efetuados, entretanto não ocorreu nenhuma ação que possibilitasse efetivamente a inclusão do agricultor familiar. Atualmente o PROBIOMAT encontra-se esquecido pelos gestores públicos. A descontinuidade das políticas públicas influencia sobremaneira na sua efetivação e, no caso do PROBIOMAT, observa-se que não foram utilizados instrumentos de gestão, tampouco o programa foi acompanhado por um processo de avaliação contínua, possibilitando revisões e o restabelecimento de prioridades.

Os agricultores familiares, no âmbito da política estadual, começaram a integrar-se às indústrias mais por iniciativa do capital privado do que por ações do governo. A presença da empresa privada impulsionando políticas públicas é recorrente, haja vista, que na época de expansão das fronteiras agrícolas no estado, as colonizadoras concretizaram a ocupação e o reordenamento do espaço geográfico.

No Brasil, a subordinação do produtor rural à indústria remonta a meados dos anos 60, quando houve uma redefinição dessa relação, a partir do desenvolvimento

5 Instituído através da Portaria MCT n.º 702 de 30 de outubro de 2002 (Estado de Mato Grosso, 2003).

dos Complexos Agroindustriais (CAIs), onde “a agricultura passa a se reestruturar a partir da sua inclusão imediata no circuito da produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matérias-primas para a transformação industrial” (SORJ, 1986: 11).

Atualmente o PNPB busca integrar o produtor agrícola familiar à indústria de biodiesel por meio da obrigatoriedade do Selo Social, sem o qual as empresas enfrentam restrições para participar dos leilões da Agência Nacional de Petróleo, única entidade autorizada no país a comercializar esse produto. Em Mato Grosso, as empresas que possuíam selo social em abril de 2010 são apresentadas no quadro 1, destacando-se as Mesorregiões Sudeste e Norte Mato-grossense.

Quadro 1: Empresas processadoras de matéria-prima para o biodiesel que possuíam selo social em 31/03/2010 – Mato Grosso

Nome da Empresa	Município	Mesorregião/Microrregião
ADM do Brasil	Rondonópolis	Sudeste Mato-grossense / Rondonópolis
Transportadora Caiabini Ltda.	Rondonópolis	Sudeste Mato-grossense / Rondonópolis
Araguassú Óleos Vegetais, Indústria e Comércio S/A	Porto Alegre do Norte	Nordeste Mato-grossense / Norte Araguaia
Agrosoja	Sorriso	Norte Mato-grossense / Alto Teles Pires
Barrácool – Usina Barrácool	Barra do Bugres	Sudoeste Mato-grossense / Tangará da Serra
BIOCAMP Indústria e Comércio	Campo Verde	Sudeste Mato-grossense / Primavera do Leste
BIOPAR – Produção de Biodiesel Parecis Ltda.	Nova Marilândia	Centro-Sul Mato-grossense / Alto Paraguai
FIAGRIL	Lucas do Rio Verde	Norte Mato-grossense / Alto Teles Pires

Fonte: Adaptado de: <http://mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel>: acesso em 22/04/2010.

O selo social se concretiza através de contratos estabelecidos entre a indústria e os agricultores familiares, no qual deverá constar: prazo contratual, valor de compra

e critérios de reajuste do preço contratado, condições de entrega da matéria-prima, salvaguardas de cada parte, identificação e concordância de uma representação dos agricultores que participou das negociações e um termo que assegure por parte da empresa a assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares.

Para comprovar que é agricultor familiar, acessar o PRONAF e integrar-se no PNPB, o produtor familiar necessita de um documento denominado Declaração de Aptidão (DAP)⁶, instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural com o amparo do PRONAF.

A atuação do Estado como agente regulador dessa política é limitada, uma vez que o trabalho de campo evidenciou que quem fornece a DAP é a EMPAER, as Secretarias Municipais de Agricultura ou o Sindicato de Trabalhadores Rurais, mediante a declaração verbal do produtor rural. Os representantes de tais instituições alegam que não possuem logística suficiente para comprovar se a autodeclaração do produtor rural é verdadeira. Assim, a DAP torna-se um instrumento que possibilita a inclusão de produtores que não se enquadram nas exigências da lei.

Dessa forma, recursos são transferidos por meio do crédito concedido aos agricultores e também pelas oportunidades de relação com as indústrias, a exemplo do selo social. A dependência que o agricultor familiar mantinha com o comerciante por meio do crédito pessoal, durante a expansão da fronteira agrícola passa, no modelo do PNPB, a ser dependência do setor bancário, da empresa privada e do próprio Estado como mediador desse processo. Constata-se, também, que os produtores rurais familiares, paulatinamente vão sendo estimulados a cultivar espécies agrícolas com vistas à obtenção de maior rentabilidade em detrimento daquelas voltadas para a autonomia alimentar.

Segundo dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009), as principais culturas agrícolas produzidas pela agricultura familiar em Mato Grosso nesse período são as apresentadas na Tabela 1. Observa-se que, dentre as espécies agrícolas cultivadas pela agricultura familiar, até então, o milho e a soja podem ser utilizados como matéria-prima para o biodiesel, contudo, apesar de ser cultivada em menor número de estabelecimentos, a soja apresenta maior número de hectares em área colhida e maior valor de produção.

6 A DAP é fornecida por órgão ou entidade credenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Tais instituições exigem do produtor seu Cadastro de Pessoa Física – CPF, dados acerca do seu estabelecimento e sua produção: área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho, renda e endereço completo (BRASIL, 2010).

Tabela 1: Principais culturas agrícolas produzidas pela agricultura familiar em Mato Grosso – 2006

Produção vegetal	Número de estabelecimentos	Área colhida (ha)	Valor da Produção (R\$)
Arroz em casca	5012	22.552	17.561.623
Feijão de cor	1292	1.682	1.418.473
Mandioca	8.837	11.460	41.501.147
Milho em grão	8.525	100.810	59.658.100
Soja	944	120.600	109.071.251
Café canephora/grãos	3.306	6.220	8.839.188

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar/ Primeiros Resultados.

Ao confrontar os dados da Tabela 1, que apresenta as principais culturas agrícolas produzidas pela agricultura familiar em Mato Grosso em 2006, com os índices de produção de possíveis matérias-primas para o biodiesel, Tabela 2, observa-se em ambas a supremacia da soja nas mesorregiões Norte Mato-Grossense, principalmente nos municípios de Sorriso, Nova Mutum, Sapezal e no Sudeste Mato-Grossense, nos municípios de Itiquira, Rondonópolis e D. Aquino.

Tabela 2: Produção em toneladas (t) das principais matérias-primas vegetais passíveis de serem utilizadas para a produção de biodiesel, por Mesorregiões de Mato Grosso – 2006

Mesorregiões	Soja (t)	Algodão (t)	Milho (t)
Norte Mato-Grossense	10.849.696	594.515	2.890.471
Nordeste Mato-Grossense	1.624.253	68.757	145.156
Sudoeste Mato-Grossense	231.776	4.551	103.766
Centro-Sul Mato-Grossense	201.713	8.950	117.504
Sudeste Mato-Grossense	2.686.783	761.153	971.526
Total Estadual	15.594.221	1.437.926	4.228.423

Fonte: SEPLAN, Anuário Estatístico de Mato Grosso, 2007.

O plantio e os tratos culturais da soja utilizam tecnologia e força de trabalho mecânica, diminuindo a necessidade de mão-de-obra, cujo objetivo é aumentar a produtividade do solo e minimizar os custos. Nesse cenário, a pequena propriedade agrícola familiar encontra na política do selo social escassas alternativas de sobrevivência entre as corporações que integram a cadeia produtiva do biodiesel.

As dificuldades de integração da agricultura familiar às indústrias de biodiesel são evidenciadas em uma das experiências iniciais de inserção da mesma na cadeia de biodiesel em Mato Grosso. Em julho de 2004 o INCRA, em parceria com a empresa Adequim, integrante do Grupo Biobrás, iniciou um projeto-piloto de plantio de girassol no assentamento 14 de Agosto, localizado entre os municípios de Campo Verde e Dom Aquino. As famílias receberam das empresas as sementes dessa oleaginosa e contaram com a assessoria técnica da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural (SEDER) e da EMPAER. Entretanto, essa experiência não foi bem sucedida, pois as sementes eram de péssima qualidade, a assistência técnica não se efetivou, e os agricultores tiveram grandes prejuízos, revelando que a integração da produção familiar às empresas processadoras do biodiesel é marcada por dificuldades e pela ausência de gestão dos processos, o que fatalmente resulta no insucesso da referida política pública.

Uma outra experiência é a da Biocamp, instalada em Campo Verde, que começou a produzir biodiesel a partir de 2007 e assumiu como parceiros os agricultores familiares do Assentamento 28 de Outubro, localizado no mesmo município, cujos lotes possuem em média 26 hectares cada um. Como essa área individual não interessava à empresa, estimulou os produtores familiares a se unirem para arrendar vários lotes do assentamento para o plantio da soja. Tal ação é ilegal no contexto da política agrária nacional, contudo, os agricultores alegavam que, por estarem localizados em área do agronegócio, onde se utiliza grande quantidade de agrotóxicos, as hortas e a produção de culturas temporárias ficavam prejudicadas.

A Biocamp fez o contrato com a Cooperativa dos Produtores Rurais e ficou responsável pela aquisição dos insumos como calcário, sementes, adubos, inseticidas e herbicidas, além da preparação do solo. Com relação à assistência técnica, a empresa repassaria o dinheiro e a associação deveria contratar a empresa particular que melhor lhe aprovesse. Segundo os assentados, a semente de soja apresentava má qualidade e não tinha vigor para brotar. O agrônomo aconselhava o plantio de cinco sementes por metro, mas germinavam duas ou três, além da presença de formigas que prejudicavam a plantação. Os agricultores entenderam que, como estavam pagando a assistência

técnica, não deveriam ter nenhuma ação, desempenhando o papel de arrendatários, despreocupando-se com os tratos culturais, resultando numa safra insatisfatória.

A Biocamp pagou preços baixos pela produção, exigiu a devolução dos insumos e os assentados ainda ficaram com a despesa da empresa de assistência técnica para pagar. Com o apoio da prefeitura municipal, a Biocamp se propôs a pagar a empresa de assistência técnica, ficando os assentados como seus devedores, tendo que renovar seus contratos por mais um ano e saldar a dívida. Observa-se que o poder público local quando atua é para proteger os interesses do capital privado. Ao assumir a dívida dos proprietários rurais, o poder público estava garantindo que os agricultores continuassem atrelados à empresa.

Para o sucesso do cultivo das oleaginosas se faz necessária assistência técnica. O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), gerido pelo governo federal, criado em 2003, busca assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, sendo executado em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária.

A ATES prevê um técnico para cada 85 famílias. Segundo os produtores do assentamento 28 de Agosto, tal número é insuficiente, pois lá a necessidade é de no mínimo 13 técnicos. A lei permite que empresas públicas ou mesmo as cooperativas contratem assistência técnica de pessoa física ou jurídica, as quais já são pagas no momento do recebimento da primeira parcela do PRONAF. Entretanto, muitos produtores familiares remuneraram o profissional e não recebem a assistência técnica ou a recebem com má qualidade.

Com o insucesso da primeira tentativa de cultivo da soja vinculada a uma empresa de biodiesel, alguns agricultores familiares do Assentamento 28 de Outubro optaram por vender os lotes e migrar, outros continuaram arrendando as áreas para soja e milho. Em 2008, a Cooperativa e a Biocamp voltaram a efetivar contratos, os insumos e a assistência técnica ficaram por conta da empresa, a safra foi boa e as dívidas foram quitadas.

Em Campo Verde e D. Aquino a parceria é realizada com a EMPAER, que atua apenas no momento de elaboração do projeto para requerer o PRONAF, determinando que parte do montante recebido seja destinado ao seu pagamento.

A política do PNPB, especificamente a exigência do Selo Social, requer novas aptidões dos agricultores familiares, principalmente que sejam alfabetizados e tenham noções de administração rural, haja vista que estes passam a ser arrendatários por

meio de contratos que muitas vezes não compreendem. Entretanto, políticas públicas correspondentes não são efetivadas de forma concomitante, a exemplo do funcionamento de setores como capacitação técnica, alfabetização de adultos e a própria gestão da integração da agricultura familiar às empresas. Em outras palavras, é preciso haver lugar para mudanças impulsionadas por políticas públicas paralelas que ultrapassem as de cunho econômico.

Observou-se que existe um elevado nível de dependência entre o produtor rural familiar e a indústria processadora do biodiesel, principalmente porque essa última, além de detentora do capital, conta com o apoio total e irrestrito do poder público local e estadual. Tal fato gera exceções quando os produtores rurais familiares diversificam a produção, tendo mais condições econômicas de sobreviver nos períodos de crise.

No município de Rondonópolis está localizada a empresa ADM, líder mundial na produção de biodiesel. Segundo entrevistas, o Selo Social obtido pela empresa resulta da aquisição da soja, principal matéria-prima, de pequenos produtores dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A ADM alega que as ações que visam à obtenção do selo social são desenvolvidas por uma empresa terceirizada com sede no Paraná, e que os pequenos produtores mato-grossenses não têm condições e nem conhecimento suficientes para produzir em larga escala. Assim, a inserção do agricultor familiar no PNPB via selo social é vista como uma formalidade burocrática, facilmente administrada por meio da terceirização do serviço.

Tais ações contrariam o principal objetivo do PNPB, que busca “a produção e uso do Biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda” (BRASIL, 2010), uma vez que não estabelece nenhuma relação com os agricultores familiares mato-grossenses. Particularmente, no caso das corporações nacionais e transnacionais, o selo social se apresenta como uma espécie de *carga* (grifo nosso), pois o diálogo entre as empresas e os pequenos produtores rurais caracteriza-se por tensões e conflitos, e o Estado não tem atuado de forma satisfatória para mediar as situações apresentadas.

As grandes empresas que se instalam em território mato-grossense criam empregos diretos e indiretos influenciando, sobremaneira, as propriedades rurais familiares, seja pelas transformações na organização produtiva, por meio de modificação das propriedades rurais familiares que passam a produzir as matérias-primas exigidas pelo capital industrial, tais como soja, pinhão manso, entre outros, seja pela absorção da mão-de-obra que deixa de dedicar-se à propriedade rural e passa a proletarianizar-se nos demais segmentos produtivos.

Paulino (2006) esclarece que, quando as propriedades familiares integram-se às indústrias, há uma variedade de regras impostas aos produtores, que são considerados os parceiros ideais, uma vez que têm na família sua base de sustentação, onde a força de trabalho do chefe da família é somada à da esposa e à dos filhos, as quais nem sempre são computadas para efeito de remuneração. Como correlato, a diversificação das propriedades com atividades agrícolas suplementares, além da exigida pela indústria, sustenta a integração empresa – agricultura familiar. Conclui-se que o Estado se exime da responsabilidade de realizar, por exemplo, o fortalecimento da agricultura familiar por meio de subsídios e programas que efetivamente contribuam para a consolidação da reforma agrária e direciona os incentivos fiscais para o capital privado, repassando a ele as suas atribuições.

As normas estabelecidas pelo MDA exigem que os contratos sejam realizados com a concordância de uma representação dos agricultores que participou das negociações, entretanto, segundo o referido órgão, dos 592 agricultores familiares mato-grossenses que forneciam matérias-primas para as usinas em 2010, cerca de 561 realizaram venda direta às empresas processadoras do biodiesel e apenas 31 venderam a matéria-prima via cooperativas.

As cooperativas, associações e sindicatos de produtores rurais, quando ativos, constituem-se em importantes mecanismos de proteção dos interesses dos pequenos produtores rurais. Em Mato Grosso, apesar da existência dessas entidades, constatou-se que algumas empresas processadoras de biodiesel *contratam* (grifo nosso) o Cadastro de Pessoa Física – CPF dos pequenos produtores rurais familiares para se beneficiarem do Selo Social. Tal fato é possibilitado pela ausência dessas organizações na proteção dos interesses dos pequenos produtores rurais, e como as políticas públicas de forma geral, carecem de instrumentos de gestão, tal ação permanece na impunidade e o poder público e o capital privado são coniventes com a situação. Com isso, a desejada inclusão social da agricultura familiar é realizada de forma obscura e ilegal.

Ao analisar as ações do poder público, percebe-se que a gestão do processo apresenta fragilidades nos aspectos pertinentes ao acompanhamento no sentido de instrumentalizar os agricultores e empresários. Constata-se que, com maior frequência, as corporações estão abandonando a parceria com os produtores rurais para o cultivo de oleaginosas alternativas e priorizando a soja, estimulando assim a monocultura. O referido fato remete à preocupação com a autonomia alimentar do país, uma vez que, espécies como a mamona, por exemplo, podem ser cultivadas em consórcio com outras culturas como o feijão, o milho, o arroz e a mandioca, contribuindo para manter

estáveis os preços dos alimentos e, ainda, em caso de safras insatisfatórias, manter o mínimo de renda e qualidade de vida para as famílias.

A garantia da eficiência do PNPB perpassa a simples implantação de novos arranjos tecnológicos, sendo necessária a incorporação dos hábitos e costumes que caracterizam a agricultura familiar, combinando modernidade e tradição, contribuindo assim, na elaboração de soluções específicas para cada situação em que se encontram as diferentes formas de agricultura familiar no país.

Palavras finais

As políticas estatais são indispensáveis para a manutenção da produção agrícola em unidades familiares, contudo, a interação da unidade de produção agrícola familiar com o mercado capitalista não pode anular suas especificidades. O PNPB como política pública que pretende possibilitar a inclusão social da agricultura familiar, necessita reconhecer inicialmente a relevância desses atores sociais como agentes importantes da produção agrícola e legitimá-los do ponto de vista social e político.

Ademais, é preciso considerar a heterogeneidade da agricultura familiar como elemento determinante para a eficiência de políticas, nas articulações entre a indústria e a produção agrícola familiar. É indiscutível que o PNPB abre possibilidades para as empresas processadoras e também para a agricultura familiar, contudo, sua eficácia está relacionada à atuação responsável de diferentes agentes: corporações industriais, organizações associativas dos produtores agrícolas familiares e Estado, neste caso principalmente no âmbito do poder público local.

Referências

- ARRUDA, Zuleika Alves. *Sinop: Território (s) de Múltiplas e Incompletas Reflexões*. 182p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.
- BRASIL. LEI Nº11.097 DE JANEIRO DE 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm. Acesso em 30/03/2010.
- BRASIL. LEI Nº11.326 DE 24 DE JULHO DE 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em 20/02/2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em <http://mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel>. Acesso em 22/04/2010.
- CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete; PRETI, Oreste. A

- Colonização Oficial em Mato Grosso: “A Nata e a Borra da Sociedade”*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
- CORREA FILHO, Virgílio. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002.
- DOURADO, Nileide Souza. *Entre Caminhos e Memórias: Narrativas e Cotidiano de Itinerantes Rumo a Poxoréu – Primeira Metade do Século XX*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde: Política de Colonização no Brasil Contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Agricultura Familiar. Primeiros Resultados*. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009.
- LENHARO, Alcir. *Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização: o Comércio Colonial de Mato Grosso no Contexto da Mineração*. Cuiabá: Imprensa Universitária – PROEDI, 1982.
- MATO GROSSO. *Programa de Biocombustíveis do Estado de Mato Grosso – PROBIO-MAT*. Disponível em <http://www.biodiesel.gov.br/docs/PROBIOMAT.pdf>. Acesso em 30/07/2009.
- MATO GROSSO. *Anuário Estatístico de Mato Grosso 2007*. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – SEPLAN. Cuiabá: Carlini & Caniato Editora, 2008.
- MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso: Política e Mecanismo de Burla 1892-1992*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. “Geografia Agrária: Perspectivas no Início do Século XXI.” In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros (orgs.). *O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- OLIVEIRA, João Mariano. *A Esperança vem na Frente: Contribuição ao Estudo da Pequena Produção em Mato Grosso: o Caso Sinop*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. *Por Uma Geografia dos Camponeses*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

- SILVA, Carlos Alberto Franco da. *Grupo André Maggi: Corporação e Rede em Áreas de Fronteira*. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- TESORO, Luci Léa Lopes Martins. *Rondonópolis – MT: Um Entroncamento de Mão Única – Lembranças e Experiências dos Pioneiros*. São Paulo, 1993.

O biodiesel e o Selo Combustível Social: dificuldades de implementação em Mato Grosso

Jorge Luiz Gomes Monteiro

Anderson Alves Pinto

Introdução

Os combustíveis fósseis permitiram o desenvolvimento da sociedade humana, servindo como a principal forma de energia utilizada pelo homem desde a Revolução Industrial. Entretanto, além de não serem renováveis, ainda ocasionam danos ambientais e à saúde. Graças à tecnologia, houve o desenvolvimento de combustíveis produzidos a partir da biomassa, servindo como alternativa viável aos combustíveis fósseis.

Hoje, os biocombustíveis estão presentes no mundo, cabendo destaque ao Brasil, que possui tais fontes de energia em sua matriz energética. Isto se dá, entre outros motivos, porque “o Brasil, pela sua imensa extensão territorial, associada às excelentes condições climáticas, é considerado um país privilegiado para a exploração da biomassa para fins alimentícios, químicos e energéticos” (FREITAS; PENTEADO, 2006: 63).

Desta forma, o etanol derivado da cana-de-açúcar constitui um excelente substituto da gasolina, sendo utilizado no Brasil há mais de 40 anos. A partir de 2005 ganhou impulso a utilização do biodiesel como alternativa ao diesel de origem fóssil, sendo o seu uso difundido por meio de misturas ao diesel derivado de petróleo.

O biodiesel é produzido a partir de diversas matérias-primas como o óleo vegetal oriundo de diferentes oleaginosas e de gorduras animais e residuais, o que confere várias possibilidades para a sua produção. Entretanto, apesar da diversidade de matéria-prima existente, “até o momento, a maior parte do biodiesel brasileiro foi produzido a partir da soja” (CAMPOS e CARMÉLIO, 2009: 71). A soja chegou a atingir mais de 85% da matéria-prima para conversão em biodiesel e, nesse sentido, Romano (2010: 36) esclarece que “o aumento da produção mundial da soja fez com que os preços caíssem, tornando maior a margem da soja em relação a outras matérias-primas para a indústria do biodiesel”.

Neste contexto, o presente trabalho teve por objetivo compreender a integração do setor industrial com a agricultura familiar do Sul do estado de Mato Grosso, procurando verificar os artifícios utilizados pela indústria do biodiesel para obtenção do Selo Combustível Social, bem como as consequências advindas das Instruções Normativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário na estruturação dos espaços produtivos voltados para o atendimento do Programa.

Evolução da produção de biodiesel no contexto nacional

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) prevê uma base tecnológica, onde se apoiam três pilares básicos: o pilar social que visa a inclusão social, o pilar ambiental, que visa a sustentabilidade ambiental e o pilar mercadológico que se assenta em várias matrizes para a produção do biodiesel. Pode-se atribuir como vantagens desta produção nacional o fato de que “a produção do biodiesel dentro do território emprega mão-de-obra, gera trabalho no campo, diminui a dependência externa por combustíveis e possui um grande potencial para a exportação o que indica a sua importância para o país” (PINTO, 2007: 9). Por conta dessa realidade, a produção de biodiesel no Brasil vem sendo incrementada desde 2005.

Muitos investimentos para a produção de biodiesel foram e estão sendo realizados no país, merecendo destaque, nesse contexto, os empreendimentos que foram realizados na Região Centro-Oeste, mais precisamente no estado de Mato Grosso, tornando-o a unidade da federação com a maior capacidade de produção autorizada de biodiesel. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Mato Grosso detém 25,31% da capacidade de produção autorizada de biodiesel no país, enquanto a Região Centro-Oeste compreende 41,12%. Há expectativa de que em 2010 ocorra produção recorde de biodiesel, com estimativa de 2,5 milhões de m³, o equivalente a 77% de tudo o que já foi produzido no país desde 2005 até 2009¹.

Apesar de possuir a maior capacidade instalada de produção de biodiesel, Mato Grosso vinha aparecendo em segundo lugar na produção nacional, sendo o Rio Grande do Sul o maior produtor de biodiesel nos anos de 2008 e 2009. Na tabela 1 verifica-se que os estados de Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás e São Paulo tiveram aumento expressivo na produção de biodiesel entre 2007 e 2009. Em 2007, os quatro estados citados somavam 50,79% da produção nacional de biodiesel, já em 2009 foram

1 Revista Biodieselbr, Ano 3 nº 17, Junho/Julho de 2010.

responsáveis por 82,44%. No referido período Mato Grosso tinha, em 2007, cerca de 3,75% de participação na produção nacional, passando a responder por 22,82% do biodiesel produzido no Brasil em 2009.

Tabela 1: Produção de Biodiesel – Brasil

	2005		2006		2007		2008		2009	
	m ³	%	m ³	%	m ³	%	m ³	%	m ³	%
RS	0	0,00	0	0,00	42.696	10,56	306.056	26,22	454.189	28,24
MT	0	0,00	13	0,02	15.170	3,75	284.923	24,41	367.009	22,82
GO	0	0,00	10.108	14,65	110.638	27,36	241.364	20,68	268.702	16,71
SP	0	0,00	21.251	30,80	36.885	9,12	185.594	15,90	235.907	14,67
BA	0	0,00	4.238	6,14	70.942	17,55	65.982	5,65	79.941	4,97
CE	0	0,00	1.956	2,83	47.276	11,69	19.208	1,65	49.154	3,06
MG	44	5,98	311	0,45	138	0,03	0,00	0,00	40.271	2,50
TO	0	0,00	0	0,00	22.773	5,63	13.135	1,13	33.547	2,09
MA	0	0,00	0	0,00	23.509	5,81	36.172	3,10	31.195	1,94
PR	26	3,53	100	0,14	12	0,00	7.294	0,62	23.681	1,47
RJ	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	8.201	0,51
RO	0	0,00	0	0,00	99	0,02	228	0,02	4.779	0,30
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4.367	0,27
PI	156	21,20	28.604	41,45	30.474	7,54	4.548	0,39	3.616	0,22
PA	510	69,29	2.421	3,51	3.717	0,92	2.625	0,22	3.494	0,22
Brasil	736	-	69.002	-	404.329	-	1.167.129	-	1.608.053	-

Fonte: Brasil, ANP, 2010. Organizado pelos autores.

Segundo Freitas, vem ocorrendo uma guerra fiscal, na busca da instalação de usinas de biodiesel entre os estados brasileiros, com destaque para Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul, tendo em vista que “uma usina de biodiesel é uma notável fonte de arrecadação de impostos e geração de empregos para o estado em que está instalada” (FREITAS, 2010: 50).

Já em 2010, Mato Grosso assumiu a dianteira da produção, embora o Rio Grande do Sul, Goiás e São Paulo também se destaquem como grandes produtores. Neste ano, os quatro maiores produtores de biodiesel concentram grande parte da produção nacional, somando 80,20% da produção total, participando Mato Grosso com 25,21% da produção nacional, seguido de perto por Rio Grande do Sul (23,77%), Goiás (16,90%) e São Paulo (14,32%).

Cenários da expansão da produção de biodiesel em Mato Grosso

Neste item objetiva-se efetuar uma breve caracterização da dinâmica de produção do biodiesel em Mato Grosso, das condições dessa expansão, identificando as diferenciações espaciais.

A Tabela 2 indica a existência de 22 usinas de biodiesel em 2010, com autorização de produção em Mato Grosso, com destaque para a ADM em Rondonópolis, a Agrenco em Alto Araguaia, a Fiagril em Lucas do Rio Verde e a Cooperbio em Cuiabá, as quais juntas têm a capacidade de produção de quase 850 mil m³ de biodiesel ao ano. A soma da capacidade de produção das usinas em funcionamento em todo o estado perfaz um total superior a 1,32 milhões de m³ de biodiesel ao ano.

Pode-se observar que a localização das usinas se dá em municípios que possuem proximidade a grandes eixos, como a BR-163, rodovia que tem seu traçado passando próximo a 18 usinas do estado, localizadas em Rondonópolis, Campo Verde, Cuiabá, Várzea Grande, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Feliz Natal, Colíder e Terra Nova do Norte.

É interessante frisar que os números da ANP falam somente das usinas que estão autorizadas a funcionar, excluindo as que tiveram a referida autorização revogada ou cancelada, como é o caso da Biobrás/Renobrás, localizada em Dom Aquino, cuja autorização foi cancelada em outubro de 2009. Outra observação pertinente é o caso específico da Agrenco, em Alto Araguaia, que está fora de operação desde 2009, e curiosamente consta como autorizada a funcionar de acordo com informações da ANP.

Fora dessas informações disponibilizadas pela referida Agência, verifica-se que a empresa Óleo Limpo Fernisis² está construindo uma usina no distrito industrial de Cuiabá com capacidade para a produção de 108 mil m³ por ano, com previsão de operar com 26% da capacidade instalada no ano de 2010. A matéria-prima será o óleo residual já purificado, e, caso este não seja suficiente para o alcance das metas de produção, será adquirido óleo de soja degomado da esmagadora Atlas, localizada no distrito industrial de Cuiabá e pertencente ao mesmo grupo empresarial.

2 Segundo o gerente da área de recolhimento e de remoção de impurezas, a empresa Óleo Limpo FERNISIS recolhe óleo residual em cerca de 700 restaurantes e aproximadamente 600 condomínios do aglomerado urbano Cuiabá-Várzea Grande, retirando as impurezas de aproximadamente 60 toneladas de óleo de fritura por mês, tendo como destino até o início de 2010 a usina Caibiense, em Rondonópolis.

Tabela 2: Capacidade de produção autorizada pela ANP das usinas do estado de Mato Grosso – 2010

USINA	MUNICÍPIO	Em metros cúbicos por ano				
		Produção	%	Mesorregião	Produção	%
ADM	Rondonópolis	343.800,00	25,97	Sudeste	736.200,00	55,61
Agrenco	Alto Araguaia	237.600,00	17,95			
Biocamp	Campo Verde	108.000,00	8,16			
Caibiense	Rondonópolis	36.000,00	2,72			
SSIL	Rondonópolis	7.200,00	0,54			
Rondobio	Rondonópolis	3.600,00	0,27			
Cooperbio	Cuiabá	122.400,00	9,25	Centro-Sul	168.480,00	12,73
Biopar	Nova Marilândia	36.000,00	2,72			
Bio Vida	Várzea Grande	6.480,00	0,49			
Bio Óleo	Cuiabá	3.600,00	0,27			
Barrácool	Barra do Bugres	68.565,60	5,18	Sudoeste	68.565,60	5,18
Araguassu	Porto A. do Norte	36.000,00	2,72	Nordeste	36.000,0	2,72
Fiagril	Lucas do Rio Verde	147.585,60	11,15	Norte	314.625,60	23,76
Grupal	Sorriso	43.200,00	3,26			
CLV	Colíder	36.000,00	2,72			
Tauá	Nova Mutum	36.000,00	2,72			
Agrosoja	Sorriso	28.800,00	2,17			
Usíbio	Sinop	7.200,00	0,54			
Coomisa	Sapezal	4.320,00	0,33			
Beira Rio	Terra N. do Norte	4.320,00	0,33			
Cooperfeliz	Feliz Natal	3.600,00	0,27			
Cooperbio	Lucas do R. Verde	3.600,00	0,27			
Total		1.323.871,20	100	-	1.323.871,20	100

Fonte: Brasil, ANP, 2010. Adaptada pelos autores.

Como a produção de biodiesel tem no óleo de soja a sua principal matéria-prima – e em Mato Grosso a produção da soja se desenvolveu principalmente ao longo da referida rodovia – é muito natural que a instalação das usinas tenha seguido o mesmo caminho, em busca não só da soja, como também de esmagadoras que produzem o óleo. Em muitos casos, a indústria processadora de soja acaba instalando uma usina de biodiesel em sua planta industrial, como fizeram a ADM e a Agrenco, caracterizando um modelo de produção verticalizado.

Segundo Bernardes (2005), a BR-163, em seu trecho Cuiabá-Santarém, vem se estruturando como o corredor de exportação da Amazônia, apontando tal realidade que a localização das usinas é fruto de uma análise geográfica realizada pelos empresários, que procuram facilitar o acesso à matéria-prima e ao mercado, buscando, ainda, conforme assinala Lacoste (1988), a maximização de lucros e a organização estratégica do espaço econômico. Entretanto, em Mato Grosso existem sérios óbices para o escoamento da produção, apontando Bernardes (2003) para o problema das redes de transporte ineficientes e seus custos elevados como uma difícil barreira a ser superada.

Todavia, ainda que os obstáculos apontados pesem, a vantagem competitiva de estar próximo à matéria-prima tem sustentado o crescimento da produção de biodiesel em Mato Grosso. Outra razão para o crescimento do setor de biodiesel no estado é que sua produção garante um destino para a soja, possibilitando a venda dos excedentes da citada oleaginosa com valor agregado.

Em âmbito estadual, a Mesorregião Sudeste destaca-se com mais de 55% da capacidade de produção autorizada pela ANP, o que representa 14,07% da capacidade de produção de biodiesel no Brasil em 2010, superior à do estado de São Paulo, que é o quarto maior produtor nacional (Tabela 2).

Na referida mesorregião, o destaque cabe à microrregião de Rondonópolis, com 53,06% da capacidade de produção do conjunto mesorregional, excluindo a usina Biobrás/Renobrás de Dom Aquino, que está com a autorização de produção revogada. Em suma, a microrregião de Rondonópolis tem capacidade para produzir mais de 29,5% do biodiesel mato-grossense, representando pouco mais de 7,46% da capacidade de produção do país, valores muito superiores aos da capacidade de produção instalada da maioria dos estados brasileiros. Isso significa dizer que, além de Mato Grosso, apenas Rio Grande do Sul, Goiás, São Paulo e Bahia possuem capacidade maior de produção de biodiesel que a citada microrregião.

Nessa microrregião o município de Rondonópolis agrega todas as usinas que possuem capacidade de produção autorizada pela ANP, o que demonstra a força econômica do município, que se destaca por ser um ponto estratégico do sudeste mato-grossense, apresentando importante entroncamento rodoviário da BR-163 com a BR-364, que serve como escoadouro de substancial parte da produção agrícola do estado.

Existe a previsão da chegada dos trilhos da Ferronorte (atualmente ALL – América Latina Logística Malha Norte) em Rondonópolis, o que se constituirá em mais uma vantagem logística que pode favorecer novos investimentos ligados a área de bio-

combustíveis, devido à possibilidade de frete mais barato para os grandes centros por via férrea, uma vez que “a integração do espaço através do transporte é um elemento essencial do planejamento capitalista” (SANTOS, 2007: 25). Uma prova contundente disto são os investimentos destinados à instalação de um complexo industrial composto por uma unidade de esmagamento de soja e uma usina de biodiesel da empresa chinesa Noble Group, nas proximidades do futuro terminal, conforme anunciado pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

Como assinala Moreira, “o espaço foi descoberto pelo capital como instrumento de acumulação e poder” (MOREIRA, 2008: 65), procurando o capital produtivo locais onde possa maximizar seus lucros. Nesse sentido, com base em vantagens logísticas somadas ao seu parque agroindustrial, Rondonópolis assume papel de liderança regional, com enorme capacidade de polarização.

O pilar social do PNPB

Dos já referidos pilares básicos do PNPB – o pilar social, o ambiental, e o mercadológico – o presente estudo enfoca o primeiro: o pilar social. O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel prevê a inclusão social por meio do Selo Combustível Social, o qual é considerado como “a principal arma do governo federal para a inclusão social amparada no crescimento do setor de biodiesel” (PIMENTEL, 2008: 23). Este selo é concedido às usinas que comprem matéria-prima da agricultura familiar, promovendo a inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) definiu os percentuais mínimos de aquisição de matéria-prima oriunda da agricultura familiar para que o produtor se enquadrasse no Selo Combustível Social, tendo sido esses números estabelecidos a partir de critérios regionais, no início do Programa. Entretanto, Duarte (2009) esclarece que face à necessidade de adequação à realidade, o MDA estabeleceu novas regras, em fevereiro de 2009, revendo o percentual mínimo de aquisição de matéria-prima proveniente da agricultura familiar e estabelecendo os índices de 30% para as regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Semiárido; e de 10% para a safra 2009/2010 e 15% para a safra 2010/2011, para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Fica, porém, uma dúvida no ar a respeito da real inclusão social que as usinas certificadas com o Selo Combustível Social podem proporcionar à agricultura familiar em Mato Grosso, já que a realidade aponta para a ineficiência do referido selo

como instrumento de inclusão por não atingir os objetivos propostos na criação do mesmo (BEAL, 2008).

Segundo Duarte (2009), o MDA objetivava integrar 200 mil agricultores familiares ao Programa em âmbito nacional, mas devido à pequena participação desse segmento, o governo optou por rever a meta para a metade disso. Verifica-se, contudo, que a previsão para 2009 apontava para o não cumprimento dessa meta, já que as estimativas falavam em menos de 85 mil famílias vinculadas.

Na região Centro-Oeste verifica-se que algumas usinas aderiram ao citado selo, um exemplo disso é a Biocamp, instalada em Campo Verde, cujo planejamento para o acesso ao Selo Combustível Social em 2009 envolvia 50 famílias dos assentamentos Dom Osório, Paulo Freire e 28 de Outubro em Campo Verde, com perspectiva de inclusão de novos produtores.

De acordo com o MDA (2010), as usinas de Mato Grosso que possuem a certificação Selo Combustível Social são: ADM (Rondonópolis), Barrácool (Barra do Bugres), Biocamp (Campo Verde), Araguassu (Porto Alegre do Norte), Biopar (Nova Marilândia), Transportadora Caiense (Rondonópolis), Fiagril (Lucas do Rio Verde) e Agrosoja (Sorriso). Portanto, somente a ADM e a Caiense possuem o Selo Combustível Social em Rondonópolis, sendo que a ADM possui aproximadamente 88,02% da capacidade de produção autorizada do município, correspondendo a cerca de 6,57% dessa capacidade em âmbito nacional, o que a coloca como uma gigante na produção de biodiesel. Assim como a maioria das usinas de biodiesel de Mato Grosso e do Brasil, a ADM também é uma esmagadora de soja, fato que torna natural a utilização do óleo de soja como matéria-prima utilizada³.

Inicialmente a empresa manteve o selo social com pequenos produtores de soja do Rio Grande do Sul e, atualmente, está associada com pequenos produtores de soja, girassol e amendoim do eixo da BR-163 no norte de Mato Grosso. Fica difícil imaginar a integração da agricultura familiar com a produção de biodiesel da ADM, considerando que a cultura da soja, para ser produtiva, necessita de intensa mecanização, o que leva a concluir sobre a necessidade de grandes extensões de terra, configurando-se um verdadeiro paradoxo com a produção da pequena propriedade. Seria realmente possível ao agricultor familiar participar da cadeia de produção de biodiesel a partir do cultivo da soja?

3 Conforme informações do Sr. Arlon Pizzamiglio, Diretor de refino de óleo e biodiesel da ADM Rondonópolis, em agosto de 2007.

A outra usina, pertencente à transportadora Caiبيense, passou a operar com o selo social apenas em 2010, em parceria com um assentamento de Ipiranga do Norte e, o que é óbvio, na produção de soja. A unidade industrial, contudo, produz biodiesel a partir de óleo degomado de soja adquirido das esmagadoras instaladas em Rondonópolis e óleo de algodão produzido na região.

Os diversos caminhos para o selo social

Diferentes mecanismos são utilizados para o acesso ao selo social por parte do setor empresarial, sobretudo em propriedades de reforma agrária situadas em locais cujas condições físicas necessitem de muitos investimentos em equipamentos e conhecimento de técnicas para a plena utilização do potencial produtivo. Isto ocorre, principalmente se o local do assentamento estiver em área que produza grãos com técnicas mais avançadas, pois a falta de geração de renda para o produtor faz com que ele reverta parte de sua propriedade em nova monocultura, como a soja. Assim, o arrendamento constitui-se numa forma de exploração e de geração de recursos. Esse é um dos ambientes em que o selo social encontra caminho aberto.

Os assentamentos implantados no topo das chapadas possuem um modelo de exploração muito semelhante entre si, quando dentro da mesma região. Na implantação, se a superfície da propriedade estiver preparada para exploração, a pastagem predomina por um período, e, num segundo momento, os lotes que foram demarcados passam a se converter em uma paisagem única, em que a parte frontal da propriedade é ocupada pela habitação e, no entorno desta, há o predomínio de uma pequena parcela com pastagem e diminutos cultivos de produtos hortifrutigranjeiros. O restante da propriedade é transformado em uma nova lavoura de grãos, quase sempre pelo processo de arrendamento desse restante para um grande produtor rural das proximidades, ou mesmo, para um parceleiro que se transforma em um médio produtor por arrendamento de parte das propriedades dos demais assentados.

Esse mecanismo ocorre em função de vários fatores, como a falta de tradição e de conhecimento agrícola, ausência de assistência-técnica e/ou financiamento, dificuldade de escoamento etc. Assim, a alternativa econômica para explorar a propriedade acaba se restringindo à cultura de grãos e à pecuária leiteira.

Poder-se-ia argumentar que o selo social do PNPB foi a grande alternativa da política do governo no sentido de viabilizar a agricultura familiar, deslocando-a da produção apenas voltada para a alimentação humana, criando um novo nicho de mer-

cado, agora destinado à produção de matéria-prima para uso energético. O modelo do selo social à primeira vista, tem grande importância social e econômica, já que poderia criar possibilidades para ampliar o uso da mão de obra familiar e otimizar os recursos da propriedade. Isto porque produtos cultivados com o uso intensivo de mão de obra permitiriam aumentar de forma significativa a relação trabalho homem/quantidade de terra. Esse fator, conforme estudos da Embrapa, gira em torno de 15 ha/trabalhador para o caso da mamona e do pinhão manso (NAE, 2005).

Desde a instituição do PNPB, diversas ações foram empreendidas no sentido de viabilizar a produção de matéria-prima em Mato Grosso; mas, até o momento, um dos focos principais da atuação do programa, que é a agricultura familiar, pouca influência sofreu do mesmo. Se de um lado está o produtor da matéria-prima, de outro estão as empresas de biodiesel; resta saber qual a forma de atuação adotada pelo segmento empresarial neste processo, dentre as várias alternativas possíveis:

a – no início do programa, sem regras claras, empresas correram o Brasil e o estado em busca de DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), principalmente de assentados, sem se importar com questões de ordem econômica e logística, sobretudo as usinas localizadas distantes do local do cultivo;

b – empresas menores de biodiesel com interesse apenas na escala local, não se interessaram pelo selo social porque não tinham como meta participar do leilão da ANP;

c – usinas de foco específico de atuação, a exemplo de cooperativas de produtores, não deram muito destaque ao selo social por sua produção estar dirigida para os cooperados;

d – usinas que possuem interesse exclusivamente em grãos, notadamente soja e girassol, utilizam esta matéria-prima porque a comercialização destas *commodities* é mais fácil se for feita no lugar de produção, permitindo assim à usina utilizar grãos mais próximos da unidade industrial. A vantagem do uso da soja também está na facilidade de comercialização do grão, que pode ser adquirido de regiões distantes e aí comercializado, permitindo à empresa usar apenas a DAP do produtor do assentamento. Com isto, atendidas as exigências da ANP para o selo social, a empresa pode adquirir produção mais próxima à fábrica de biodiesel e, assim, reduzir custos de frete. Daí as empresas de maior atuação espacial no PNPB voltadas para o selo social estarem diretamente ligadas à cadeia da soja, quer como *tradings*, quer como produtoras de grãos;

e – há casos em que a empresa produtora utiliza na unidade industrial uma determinada matéria-prima e adquire outra do assentamento, apenas para ter acesso ao selo social, comercializando o que é produzido sem conversão para o biodiesel;

f – empresas que apresentam multifuncionalidade no esmagamento (que podem operar com diversas matérias-primas) possuem nichos variados de atuação espacial, podendo operar tanto nos espaços direcionados à pequena produção quanto nos grandes espaços destinados à produção modernizada de alta produtividade;

g – o financiamento governamental visa sempre o grande produtor de bio-combustível, pouco se preocupando com as indústrias de pequeno porte, que poderiam ter uma atuação mais destacada na escala local. Assim, vê-se que as maiores empresas produtoras de biodiesel têm suas plantas voltadas para certas oleaginosas, como soja e girassol, cujo domínio técnico e tecnológico dos cultivos está nas mãos dos grandes produtores;

h – algumas empresas, na ânsia de conseguir o selo social, aproximam-se e cooptam técnicos do setor agrícola, muitos vinculados ao setor público, que conhecem a região e têm acesso aos produtores de determinado lugar, para, através deste relacionamento, utilizar-se de argumentação no sentido de convencer os produtores a aderir ao programa do biodiesel;

i – como o percentual mínimo estabelecido pela normativa MDA nº 01/2009 “refere-se à região de aquisição”, o capital industrial foi em busca da região onde o percentual da agricultura familiar era menor, como o Centro Oeste, pois a compra do produto do agricultor familiar implica também em um custo de assistência técnica e apoio, fato não verificado com relação ao grande produtor. Este foi um dos motivos que tornou a região Centro-Oeste uma das maiores produtoras de biodiesel.

Em decorrência desta série de fatores fica implícito um processo de seletividade espacial. No PNPB o espaço de produção foi tratado de forma desigual para atender a vertente social. Ao se atribuir um percentual mínimo de aquisição por região, antecipadamente se elegeram os espaços onde a agricultura familiar deveria ter menor participação no Programa. Quando o percentual regional da pequena produção é menor, por extensão, a grande propriedade é mais beneficiada, facilitando a operacionalização da atividade industrial. É oportuno verificar tais problemas na atividade agrícola.

Problemas na agricultura familiar vinculada ao biodiesel

O porquê da escolha do assentamento: no assentamento, já existe certo tipo de organização; há uma concentração de muitos pequenos produtores no mesmo local; ele surgiu, quase sempre, de um movimento social, portanto, os assentados possuem experiência em mobilização; além disso, estão dispostos linearmente ao longo de uma via de comunicação, o que facilita o acesso aos lotes. No assentamento das chapadas os lotes possuem praticamente o mesmo tamanho, não há muita variação do solo, e basta o recuo da cerca no fundo do lote para facilitar a produtividade do trabalho da máquina no plantio e na colheita.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel ainda padece, desde a sua implantação, da dependência de uma matéria-prima específica, a soja, que representa o maior percentual de utilização dentro desta nova matriz energética. Esta situação é um retrato fiel da realidade no país e também em Mato Grosso, apesar de em sua concepção conter uma vertente social.

Se um dos fundamentos do programa tem sustentação na agricultura familiar, como explicar, então, a pequena contribuição da matéria-prima oriunda dessas unidades de produção? O primeiro aspecto está relacionado à própria legislação relativa ao PNPB, a qual, para 2010/11, no Centro-Oeste, define o percentual de 15% de aquisição da agricultura familiar como suficiente para obtenção do selo social.

Em Mato Grosso foram arrolados outros fatores que explicam a incipiente participação da agricultura familiar no processo de operacionalização do programa:

a – titularidade: há rotatividade na terra, principalmente nos assentamentos, onde muitos dos trabalhadores iniciais vendem os lotes e deslocam-se para a área urbana ou para outras regiões;

b – questões de ordem agrônômica: em alguns cultivos ainda não se apresenta grande domínio técnico para diversos ecossistemas do estado. Na zona de transição e de influência amazônica, as variedades plantadas de mamona não eram adequadas e, portanto, não atingiram a expectativa de produtividade. O pinhão manso, por exemplo, perdia as folhas nos meses de seca, levando também à queda da produção. A maturação do pinhão foi outro elemento dificultador da manutenção do cultivo em alguns locais. Foi observado, ainda, que a estação climática definida, com chuva concentrada em uma época do ano, favorecia a proliferação de fungos, diminuindo a produtividade caso não

houvesse conhecimento para o combate. Diferentemente da soja, nos demais cultivos voltados para o biodiesel, quase sempre, a semente utilizada não foi produzida para esta função, ou seja, foi produzida para outro tipo de consumo e não preparada para ser usada como semente;

c – garantia de assistência técnica: em muitos assentamentos a assistência técnica não teve continuidade;

d – comercialização da produção: quando foi possível produzir, não houve a devida comercialização do produto, deixando os produtores sem alternativa. Quando o cultivo consistia em lavoura permanente, como o pinhão manso, culminou com a erradicação completa da mesma;

e – tradição cultural: alguns produtores não possuíam tradição agrícola, o que dificultava sua relação com a lavoura por desconhecimento do trato cultural;

f – adoção de novos paradigmas: a pequena produção, de maneira geral, não trabalha com metas de produtividade. A indústria do biodiesel, por outro lado, quando firma um contrato com o produtor, fornece a semente e a assistência, mas estabelece uma cota mínima de produtividade, possível somente se houver domínio técnico e tecnológico.

A problemática atinge as diversas regiões do estado como um todo, ressaltando a falta de integração entre o setor industrial regional e a produção familiar, fazendo com que certas empresas firmem parcerias com produtores de determinados lugares, alguns a mais de 1.000 km da planta industrial, para obtenção da DAP, a partir da qual pode a empresa reivindicar o selo social. Como o governo ainda aceita a DAP de lugares distantes, a empresa faz uso do documento, podendo chegar a uma situação em que é mais vantajoso, economicamente, incentivar o plantio em determinada área e abandonar os produtores, já que o ganho proporcionado pelo selo social é mais compensador.

Assim, a DAP, que é um forte instrumento de pressão política, principalmente nos pequenos municípios – por permitir o acesso a financiamentos com juros baixos ao pequeno proprietário – passa a constituir-se, também, em poderoso instrumento de manipulação econômica, de transferência de renda do setor rural para o industrial, com a anuência do Estado. A Instrução Normativa do MDA de 2009 objetivou ter maior controle neste processo.

Conforme apresentado a seguir, é interessante observar como a maior região produtora de biodiesel do estado enfrenta as dificuldades em agregar a pequena produção ao setor industrial, tendo por referência a investigação em um assentamento específico.

Assentamento Carimã: um exemplo das dificuldades do Selo Social

O Assentamento Carimã está localizado no centro do município de Rondonópolis, no local denominado Chapadão do Rio Ponte de Pedra e compreende duas estruturas bem definidas: parte de sua paisagem está no topo da chapada, e parte se encontra nas encostas e vales, áreas declivosas, impróprias para a atividade agrícola devido ao solo, declividade e restrições ambientais, o que veio a repercutir no uso da terra.

Tão logo foi implantado, inúmeras experiências foram desenvolvidas objetivando viabilizar a pequena produção. Um ponto se encontrava resolvido quando da ocupação da área pelos produtores que foram assentados no topo da chapada: o local já estava completamente aberto, pois fora utilizado para o cultivo de grãos por muitos anos pelo antigo proprietário, até meados da década de 90. Assim, a barreira física do preparo da terra estava vencida, restando a barreira técnica do domínio das práticas de fertilização e do conhecimento de variedades adaptadas às condições locais. Entretanto, o foco da agricultura familiar é outro; mesmo sendo as condições boas para o cultivo de grãos, para os produtos da agricultura familiar não são as ideais, pois demandam muitos investimentos.

De acordo com Miruska (2001), as dificuldades para se produzir ficaram demonstradas na safra 98/99, quando as principais culturas comerciais apresentaram baixa produtividade, se considerados os níveis anteriormente obtidos pela empresa rural. Esse desestímulo impulsionou a maior parte dos produtores a voltar-se para outras atividades e, mais recentemente, para tentativas de produtos vinculados à produção do biodiesel.

A relação do Assentamento Carimã com indústrias voltadas à produção de óleo remonta ao ano de 2003, quando alguns assentados plantaram aproximadamente 40 hectares de mamona para entregar à empresa Biobrás de Dom Aquino, anteriormente à Lei nº 11.097 de 14 de janeiro de 2005. Apesar da produção ter sido razoável em algumas propriedades, na hora da comercialização não houve mercado para o produto. Como não dispunham de máquina para esmagar, não tiveram como comercializar com outra empresa, ficando praticamente abandonados. No ano de 2004 mantiveram a cultura, também sem sucesso, destinada para a mesma empresa, na tentativa de recuperar a perda do ano anterior.

Em 2007 um produtor chegou a plantar mamona para a Brasil Ecodiesel. A empresa tinha também interesse no plantio de pinhão manso, mas como não forneceu

mente, o projeto não foi avante. Ademais, a iniciativa da empresa ficou restrita apenas a esta ação individual, sem ramificar-se entre outros assentados e, portanto, a proposta foi abandonada.

Em 2008 a usina de biodiesel da Agrenco, em Alto Araguaia, firmou parceria com alguns assentados, fornecendo trator e insumos. A produção foi de aproximadamente 30 toneladas de mamona, mas devido a problemas de natureza jurídica enfrentados pela indústria, os assentados não conseguiram comercializar a produção com a referida empresa. Até então, as tentativas de vincular a produção do assentamento ao Programa do Biodiesel tinham sido infrutíferas.

Deve ser destacado que o assentamento não é aproveitado da mesma forma, devido às características ambientais distintas: todas as tentativas para a produção destinadas à fabricação de óleo, anteriores ao Programa do Biodiesel e após a implantação deste, foram efetuadas nas terras da chapada, onde antes havia a fazenda produtora de soja. Logo o latossolo voltou a atrair a soja, que retornou, agora em terra arrendada. Entretanto, da mesma forma que em outros assentamentos em chapadas, o INCRA impôs restrições com relação ao arrendamento para evitar o retorno da monocultura e o desvirtuamento da reforma agrária. Segundo Elias (2007: 280), “nas áreas onde se expande a agricultura científica, o meio natural e o meio técnico são rapidamente substituídos pelo meio-técnico-científico-informacional, aumentando a proporção da natureza social sobre a primeira natureza.” Assim, a inclusão da produção familiar numa “ilha” cercada de avanço técnico resultará na incorporação desse espaço ao sistema circundante.

No Assentamento Carimã existem aproximadamente 500 hectares propícios à cultura da soja, onde se costuma arrendar em média 18 hectares por produtor, a um preço equivalente a 6 scs/ha de soja, na safra 2009/2010.

Visando contornar a situação, a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis tentou, no final de 2009, intermediar a parceria junto à Usina de Biodiesel da ADM em Rondonópolis, o que também não deu certo, pois a multinacional exigia uma produção mínima de 35 scs/ha de soja. Para o Sr. Alfreu, Presidente da Associação da Gleba Carimã, “isto inviabilizava a parceria, pois a terra do pequeno produtor produz pouco, por isso ela não pode competir com as terras das agropecuárias instaladas no entorno do assentamento, porque os solos das fazendas continuamente passam por um processo de melhoramento na adubação”.

Antes, a grande empresa vinha em busca da escala ampliada de produção, mas, agora, vem à procura da pequena, desde que o agrupamento desta constitua uma es-

cala maior. Ela exige, porém, que haja avanço técnico e aumento de produtividade. Quando o pequeno produtor é submetido a parâmetros da agricultura de elevado nível técnico, ou ele se subordina totalmente ao setor industrial ou sucumbe, muda de cultivo ou de atividade. No PNPB não é diferente, pois, mesmo para novas culturas sem muita tradição, é imposta uma produtividade mínima, e não sendo esta atingida, leva à mudança do que é produzido.

A Secretaria de Agricultura do Município de Rondonópolis, que tem o foco no pequeno produtor, também foi convidada a fazer parte desta nova empreitada para tirar os proprietários da linha do arrendamento, mas considerava que a soja não deveria ser incentivada em assentamento, porque assim se estaria praticando um “arrendamento branco”. Em Rondonópolis, um município com aproximadamente 3.800 agricultores familiares, apenas um, entre os diversos assentamentos e núcleos rurais, atrai a cobiça das indústrias de biodiesel em busca do selo social.

Em agosto de 2010 técnicos da Plural, empresa que ganhou uma licitação do MDA e que contratou pessoal técnico destinado a incentivar e articular pequenos produtores para o PNPB, reuniram-se com produtores do Assentamento Carimã, buscando estimulá-los ao plantio de soja e girassol destinado ao PNPB, vinculado à Biocamp de Campo Verde. Apesar do assentamento na chapada possuir a estrutura geométrica perfeita para tais cultivos, houve pouco interesse por parte dos assentados, provavelmente em função das experiências anteriores mal sucedidas.

Considerações finais

A partir do exposto pode-se inferir que a política social presente no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, em Mato Grosso, não passa de retórica. Como o percentual de aquisição de produção da agricultura familiar do Centro-Oeste é o menor entre as regiões para obtenção do selo social, o estado atrai maior concentração de empresas produtoras de biodiesel. Deste modo, as unidades industriais apresentam menor dependência do pequeno produtor, operando em sua quase totalidade com matérias-primas provenientes do grande, o que reduz custos, devido à escala em que operam.

Este fato determina uma condição obrigatória, pois, se aproximadamente 90% do fornecimento está vinculado a todo o sistema técnico da soja, qual a vantagem de se incentivar o plantio de outras oleaginosas, principalmente se forem culturas permanentes, na medida em que não se estaria retroalimentando os diversos componentes

do circuito da soja? O próprio Estado admite esta condição quando impõe um percentual mínimo por região, baixo para o Centro-Oeste, permitindo que uma usina de biodiesel tenha grupos de fornecedores na escala nacional, variando apenas o percentual de aquisição por região, conforme diretrizes do MDA. Assim, o modelo de intervenção do Estado no território mato-grossense se constitui em uma retomada do que ocorreu nos anos 70/80, quando o espaço foi organizado a partir de vetores externos.

Nas únicas situações em que o selo social foi, de fato, concedido para empresas em Mato Grosso, esteve vinculado a um produtor específico, localizado geograficamente em um ambiente característico, e ressaltando uma condição social, representada não por um produtor qualquer, mas por um agricultor familiar pré-selecionado pelo PNPB. Este é que viabiliza o lucro do setor agroindustrial voltado à produção do biodiesel, no qual a produção agrícola, a circulação de matéria-prima e o beneficiamento não se encontram na mesma escala geográfica. Ocorre assim pouca integração e os objetivos do selo social se resumem a um mero formalismo cartorial.

Referências

- BEAL, Simone Jardim. *A Inserção do Biodiesel na Economia de Mato Grosso*. IV Seminário de Pós-Graduação em Geografia. 24-26, nov. 2008. UFMT/CAPES. Disponível em mídia digital (CD).
- BERNARDES, Júlia Adão. “A Dinâmica do Agronegócio no Cerrado mato-grossense: problemas e desafios”. *Intergeo*. Rondonópolis: UFMT/CUR/ICHS. n. III, v. III, ano IV. 2003.
- _____. “Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense”. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (orgs.). *Geografias da soja – BR-163 – fronteira em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.
- BRASIL, ANP. *Agência Nacional do Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis*. Disponível em <<http://www.anp.gov.br/?id=472>>. Acesso em 06 jul. 2010.
- BRASIL, MDA. *Ministério do Desenvolvimento Agrário*. Empresas com Selo Combustível Social. 20 mai. 2010. Disponível em <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/2286313>>. Acesso em 25 jul. 2010.
- BRASIL, PNPB. *Programa Nacional de Produção e uso de Biodiesel*. Disponível em <<http://www.biodiesel.gov.br/programa.html>> Acesso em 30 jun. 2010.
- CAMPOS, Arnaldo Anacleto de; CARMÉLIO, Edna de Cássia. “Construir a diversidade da matriz energética: o biodiesel no Brasil”. In: ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Biocombustíveis – A energia da controvérsia*. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

- DUARTE, Alice. Longe do ideal. *Revista Biodieselbr*. Curitiba: Impressão Maxigráfica. Ano 2, n. 10, p. 16-17. mai. 2009.
- ELIAS, Denise. “Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos notas teórico-metodológicas”. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FREITAS, Carlos Henrique; PENTEADO, Maurício Salles. *Biodiesel – a energia do futuro*. Monte Alto: Letra Boreal. 2006.
- FREITAS, Rosiane Correia de. “Guerra Fiscal”. *Revista Biodieselbr*. Curitiba: Impressão Maxigráfica. Ano 3, n. 16, p. 50-53. mai. 2010.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para se fazer a guerra*. Tradução de Maria Cecília França, Campinas: Papirus, 1988.
- MIRUSKA, Adilson. *A contabilidade de custo em análise prática – um estudo de caso do Assentamento Carimã*. Monografia (Especialização em Contabilidade). Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2001.
- MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2008.
- NAE – NÚCLEO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Cadernos NAE – Biocombustíveis*. Brasília: NAE/PR, n. 2, jan. 2005.
- NOTAS, “Biodieselbr. 2010: produção recorde.” *Revista Biodieselbr*. Curitiba: Impressão Maxigráfica. Ano 3, n.17, p. 21. jul. 2010.
- _____. “Matéria-Prima: A soja avança.” *Revista Biodieselbr*. Curitiba: Impressão Maxigráfica. Ano 3, n. 17, p. 21. jul. 2010.
- PIMENTEL, Spensy. “O jogo do ganha e perde.” *Revista Biodieselbr*. Curitiba: Impressão Maxigráfica. Ano 1, n. 2, p. 22-26. jan. 2008.
- PINTO, Anderson Alves. *O Biodiesel: de uma questão geopolítica para o Brasil a uma questão estratégica para o estado de Mato Grosso*. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso, 2007.
- ROMANO, Amaryllis. *Revista Biodiesel Internacional*. Curitiba: Ativa Gráfica Editora. Ano 5, n. 46, p. 36. jun. 2010.
- SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

Licenciamento ambiental em assentamentos na Amazônia Mato-grossense incorporados à cadeia produtiva do biodiesel: uma aproximação

Nely Tocantins

Joaquim Correa Ribeiro

Introdução

Este texto inscreve-se no âmbito do projeto de pesquisa “Novas fronteiras do biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola”, desenvolvido pela UFRJ, por meio do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) em parceria com a UFMT (Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA), a UNEMAT e a UFG/Jataí. Aborda-se o tema licenciamento ambiental em assentamentos rurais que participam do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) na porção mato-grossense do bioma amazônico.

Como a legislação do Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), instituída através da Lei Federal n. 11.097/05 (BRASIL, 14/01/05), não inclui nenhuma regulamentação ambiental específica, torna-se necessária uma investigação sobre a esta questão, ainda que se recorra a fontes de informações que forneçam dados aproximados acerca do objeto de pesquisa. Para tanto, se faz necessário um histórico, mesmo que breve, sobre o tema licenciamento ambiental, antes mesmos de abordarmos mais especificamente o problema do licenciamento em assentamentos rurais, deixando-se claro que todas as regras e informações do texto são as mesmas para os assentamentos envolvidos no PNPB.

Breve histórico sobre o licenciamento ambiental

O licenciamento ambiental teve início no Brasil na década de 1970, mesmo antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo o estado de São Paulo o primeiro a possuir uma legislação que antecipou a Lei 997 de 31 de maio de 1976. Entretanto, o Rio de Janeiro foi o estado pioneiro no estabelecimento de um Siste-

ma e Licenciamento de Atividades Poluidoras (SLAP)¹, servindo de referência para a estruturação do licenciamento ambiental de muitos órgãos ambientais brasileiros e, inclusive, para o CONAMA, quando editou a Resolução nº 237/97, que regulamentou o licenciamento ambiental em âmbito nacional.

A Lei n. 6.938/81 (Brasil, 31/08/1981), foi incorporada à política ambiental federal em 1981 como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, tornando obrigatório o licenciamento ambiental em todo o país após sua regulamentação, em 1983 (OLIVEIRA, 2005 *apud* AZEVEDO, 2009).

Na acepção de Azevedo (2009), desde a década de 1990 havia respaldo legal – a Constituição Federal e a Legislação Ambiental Federal – para que os estados elaborassem suas políticas florestais e regulamentassem o Licenciamento Ambiental Rural. Na Amazônia Legal a implementação do procedimento começou pelo estado de Mato Grosso, em 1997, depois de ter sido regulamentado o Código Estadual do Meio Ambiente, aprovado pela Lei Complementar, em 1995.

Naquele mesmo ano, o tema passou a ser discutido pelos órgãos envolvidos com a política agrária já no âmbito federal, muito provavelmente devido às severas críticas às contradições flagradas nas políticas agrária e ambiental vigentes no país, dentre as quais o fato de o maior número de assentamentos ter sido criado justamente em áreas florestais da Amazônia Legal 38/1995, prescrevendo, no artigo 19, a expedição da Licença Ambiental Única (LAU)².

Nesse contexto, desencadearam-se, então, os primeiros debates sobre o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento, o que resultou no estabelecimento da Resolução n. 237 de 19 de dezembro de 1997 pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), segundo a qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) deveria dar início ao processo de licenciamento para sanar as irregularidades dos assentamentos.

Entre 1995 e 2002 foram implantados 1.609 assentamentos na Amazônia Legal, correspondendo a uma área de 14.474.101 ha (INCRA, 2003) e, dos estados que a compunham, Mato Grosso foi o privilegiado pelas políticas de ocupação, tendo sido criado em seu território, principalmente em áreas com fisionomia florestal, o maior número de assentamentos (VARGAS, 2006).

1 Decreto Estadual nº. 1.633, de 21 de dezembro de 1977, em consonância com o Decreto-lei nº. 134, de 16 de junho de 1975.

2 A regulamentação desse instrumento foi feita por meio do Decreto Estadual 1401/1997.

Em 1998 o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que sofriam pressões face aos danos ambientais acarretados pelos assentamentos e pela falta de licenciamento ambiental destes, formaram comissões para que se tomassem medidas de comum acordo.

O INCRA deu início ao processo de inserção da variável ambiental nos seus projetos de reforma agrária, o que resultou na criação do programa “Terra que te quero verde”, celebrado entre esse órgão e o MMA, que se comprometeu, entre outras coisas, a não atender à demanda dos movimentos sociais por terras em Área de Reserva Legal (ARL) ou em Área de Preservação Permanente (APP). Além destes temas, tiveram início discussões sobre o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento e sobre o Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos (PDA)³.

O Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), através da Portaria n. 88/99, orienta as obtenções de terras incidentes nos ecossistemas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica e do Pantanal e proíbe o assentamento de trabalhadores rurais em áreas que necessitam de corte raso em florestas primárias, além de prescrever que a reforma agrária seja executada apenas em áreas antropizadas.

O CONAMA, mediante a Resolução n. 239/97 de 09 de setembro de 1997, menciona no item “Atividades Agropecuárias” os projetos de assentamentos e de colonização como empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, disso tendo resultado a publicação⁴ que estabelece as diretrizes para o licenciamento ambiental de projetos de assentamento de reforma agrária. Ademais, as legislações estaduais pertinentes estabeleceram que o órgão ambiental competente deveria expedir tanto a Licença Prévia (LP) como a Licença de Instalação e Operação (LIO) de tais projetos, contemplando as peculiaridades destes em consonância com os estudos realizados no PDA⁵.

Apesar dos avanços normativos, até o ano de 2003 foi pequeno o índice de assentamentos em processo de licenciamento ou licenciados, fato que conduziu à assinatura de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público Federal (MPF), o MDA, o MMA, o INCRA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (VARGAS, 2006).

3 O plano foi instituído pela Portaria n. 477/99 do INCRA, alterada pela Portaria n.º 1038/02, que aprovou a criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) (VARGAS, 2006).

4 Resolução CONAMA n.º 289 de 25 de outubro, 2001.

5 Previsto na Instrução Normativa do INCRA de 29 abril de 1999.

Mesmo depois da celebração desses acordos, quando da avaliação do MMA sobre a aplicação da Resolução CONAMA 289/01 e do TAC em 2003, conclui-se que, no período compreendido entre os anos 2003 e 2005, somente 718 assentamentos em todo o país se encontravam em processo de licenciamento, indicando a baixa efetividade das medidas propostas (MMA, 2005).

A partir de 2006, o INCRA passou a desenvolver várias ações para a incorporação da gestão ambiental no processo de implantação e desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária. A mais expressiva delas foi a alteração da estrutura regimental do INCRA, criando, na sede da autarquia, a Coordenação-Geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais, com o seu correspondente nas superintendências regionais.

Em dezembro do mesmo ano foi promulgada a Resolução CONAMA n. 387/06 (26/12/2006), reafirmando a necessidade do licenciamento ambiental para projetos de assentamento, porém flexibilizando os documentos necessários para tal, de modo que o processo tivesse início com a apresentação de um Relatório Ambiental Simplificado (RAS), ou até de um laudo agrônômico, conforme a orientação dada pelo órgão ambiental competente (OLMOS et al., 2007).

Definições e objetivos da Resolução 387/06

As definições adotadas neste texto foram apresentadas pela Resolução 387/06, documento no qual a função principal do licenciamento ambiental é a de evitar riscos e danos ao ser humano e ao meio ambiente, aplicando-se as bases do princípio da precaução⁶.

Neste texto adotaram-se as mesmas definições da resolução citada, com o intuito de facilitar seu entendimento, tais como: Licença Prévia (LP), concedida na fase preliminar do planejamento dos projetos de assentamentos, aprovando sua localização e concepção, sua viabilidade ambiental e o estabelecimento dos requisitos básicos a ser atendidos para a próxima etapa; e Licença de Instalação e Operação, que autoriza a implantação e operação dos projetos de assentamento, observada a viabilidade técnica das atividades propostas e as medidas de controle ambiental e demais condicionantes.

Outras definições que compõem a resolução em apreço são o Relatório de Viabilidade Ambiental (RVA), referente a um conjunto de dados e informações apresentadas

6 Termo proposto na Conferência RIO 92, como garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ainda ser identificados. Esse princípio afirma que a ausência da certeza científica formal, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prevêê-lo. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/bioetica/precau.htm>>. Acesso em: 20 de março de 2010.

ao órgão ambiental competente com o objetivo de subsidiar a análise da viabilidade ambiental no pedido da licença prévia para um projeto de assentamentos de reforma agrária, fornecendo a caracterização do imóvel destinado à sua implantação e sua área de influência; e Projeto Ambiental Básico (PAB), que designa um conjunto de dados e informações apresentadas ao órgão ambiental licenciador para subsidiar a análise da viabilidade técnica da solicitação da LIO para a implantação e desenvolvimento de projetos de assentamentos, devendo as informações evidenciadas ter um nível de precisão adequada para caracterizar as atividades a serem desenvolvidas e assegurar a viabilidade técnica e o tratamento pertinente dos impactos ambientais.

Enfim, outros termos são apresentados com o objetivo de aclarar o entendimento das respectivas siglas e objetivos, tais como: Relatório Ambiental Simplificado, um levantamento simplificado dos possíveis impactos ambientais decorrentes da operação de uma atividade sobre a área do projeto e a faixa limítrofe que, a critério do órgão licenciador, poderá ser utilizada para o licenciamento; PDA, que reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos de reforma agrária, observando a diversidade de biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, tornando-se um instrumento básico para a formulação de projetos técnicos e de todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, bem como uma peça fundamental para o monitoramento e a avaliação dessas ações; e Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), um conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, o qual é uma reformulação ou substituição, destinada a garantir ao referido projeto de assentamento o nível desejado de desenvolvimento sustentável a curto e médio prazos.

A Resolução 387/06, mencionada anteriormente, previa também que os projetos implantados ou em fase de implantação até o mês de dezembro de 2003 requeressem a respectiva LIO para fins de regularização da sua situação ambiental, mediante apresentação do PRA. Azevedo (2009), estudando a unidade de análise do licenciamento, destaca a unidade produtiva, ou seja, a propriedade, que por meio de imageamento digital e analógico que acompanha o projeto, possibilita a verificação da existência de passivo e/ou ativo ambiental⁷.

7 Os itens analisados são as áreas de Reserva Legal (RL), definidas com base na tipologia da vegetação, conforme o disposto no artigo 16 da Medida Provisória 2.166-67 de 2001 (Brasil, 24/08/2001), e as Áreas de Preservação Permanente (APP), seguindo-se o disposto no artigo 2º da Lei 4771/65 (Brasil, 15/09/1965), tal como estipula o Código Estadual, que é mais restritivo.

Procedimentos para o requerimento da Licença Ambiental

As legislações federais e estaduais prevêem alguns documentos e informações técnicas necessárias para a implementação do processo de licenciamento ambiental. No entanto, para Leite (2005), as normas que regulamentam essas leis muitas vezes servem apenas para alimentar a burocracia do setor público, dificultando a liberação desse importante instrumento.

Por outro lado, é sabido que o licenciamento ambiental também é obrigatório em todas as propriedades rurais, sejam elas particulares ou fruto de posses, e que, por determinação legal, nenhum projeto de reforma agrária poderá ser realizado sem a Licença Prévia concedida na fase preliminar de planejamento do mesmo, aprovando sua localização, concepção, viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos a serem atendidos na próxima fase do licenciamento.

Nesse sentido, todas as licenças dependem da apresentação de projetos técnicos contendo as medidas de controle ambiental necessárias para que o empreendimento cumpra as normas e os padrões definidos pela respectiva legislação. Sendo assim, o órgão interessado na realização de novos assentamentos deverá seguir os procedimentos legais previstos em lei, que são: a) requerimento da LP; b) cópia da publicação do requerimento da LP; c) Relatório de Viabilidade Ambiental ou laudo agrônômico da área onde vai ser realizado o assentamento; d) declaração por parte do município de que o empreendimento está em conformidade com a legislação de uso e ocupação do solo; e) cópia da matrícula atualizada do imóvel ou documento compatível.

Legalmente, os procedimentos referentes à LIO só podem ser encaminhados depois de liberada a LP para o novo assentamento, fazendo-se necessários a apresentação dos seguintes documentos: a) requerimento da LIO; b) cópia da publicação do pedido da licença; c) cópia da publicação da concessão da LP; d) autorização de supressão de vegetação ou uso alternativo do solo expedido pelo órgão competente, quando for o caso; e) outorga do direito de uso dos recursos hídricos ou da reserva de disponibilidade hídrica concedida pelo órgão gestor de recursos hídricos, quando for o caso; f) Projeto Básico do Assentamento ou PDA; e g) para os casos de regularização, o Plano de Recuperação do Assentamento e a aplicação do TAC.

Na visão de Deebeis (1999), os estudos necessários para o processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, correndo as despesas por conta do empreendedor ou do INCRA no caso de terras não tituladas. Ressalte-se

que esses investigadores serão os responsáveis pelas informações apresentadas, podendo sofrer sanções administrativas, civis e penais se forem constatadas irregularidades.

Com vistas à diminuição da burocracia e à manutenção de canal de diálogo entre os órgãos que tratam do assunto, foi publicada em Mato Grosso a Portaria Conjunta n. 01, de 25 de janeiro de 2008, instrumento que disciplina o processo de Licenciamento Ambiental dos Assentamentos Rurais para fins de Reforma Agrária no estado, presente nos projetos de assentamento realizados pelo INCRA e pelo Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT)⁸.

Os técnicos da SEMA/MT lembram que mesmo antes da edição dessa portaria já se utilizavam as normas federais para os processos que davam entrada no órgão, podendo-se observar que desde 2004 existe demanda para o licenciamento de assentamentos⁹. Os procedimentos exigidos pela Portaria Conjunta SEMA 01/08, já referenciada, para a aquisição da LP e da LAU para os assentamentos, apesar de estarem em consonância com a Resolução 387 do CONAMA, são mais complexos¹⁰.

Azevedo (2009) avalia que, no processo de análise dos mapas de licenciamento ambiental das propriedades rurais, são considerados vários elementos, dentre os quais: a análise das áreas de reserva legal, áreas remanescentes, áreas desmatadas, áreas de reforma e limpeza de pastagens, áreas a serem exploradas, rios, lagos, nascentes e veredas. O uso do solo e os aspectos ambientais são rigorosamente examinados através das imagens de satélite.

8 A portaria levou em consideração a Resolução CONAMA n. 387, de 27 de dezembro de 2006, que define procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária; também considerou os compromissos estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta de 17 de outubro de 2003, firmado, perante o Ministério Público Federal, pelo MDA, MMA e pelo IBAMA; e os termos aditivos, referentes à execução de regras e princípios associados ao dito licenciamento.

9 Dados obtidos em trabalho de campo em setembro de 2008, em Tangará da Serra.

10 Para o requerimento da LP exige-se: a) requerimento padrão da SEMA, com cópia autenticada dos documentos pessoais do responsável legal do órgão legitimado pelo assentamento e cópia da portaria de nomeação; b) publicação do requerimento da LP em periódico de circulação regional/local e no Diário Oficial (original); c) Relatório de Viabilidade Ambiental, conforme roteiro; d) cópia autenticada da matrícula atualizada (máximo de 90 dias) do imóvel ou documento que comprove a propriedade em conformidade com a legislação vigente (a documentação da propriedade não precisa estar obrigatoriamente em nome do INCRA/INTERMAT, pois é apenas uma LP); e) cópia do Requerimento da Avaliação do Potencial Malarígeno, quando o assentamento se localizar em município com incidência de malária; f) croqui de acesso (da sede do município até a propriedade), conforme roteiro da Coordenadoria de Geoprocessamento (COGEO); g) Carta Imagem do Imóvel (nos formatos analógico e digital, conforme roteiro técnico elaborado pela COGEO ou o mapa para a Licença Prévia (LP).

Além dos procedimentos propostos nessas leis, existem outros mecanismos a serem observados, como a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta para aqueles assentamentos que apresentarem *passivo ambiental*, que, por sua vez, cresceu, em função da alteração ocorrida na legislação em 2001, quando a reserva legal de propriedades em área de floresta passou a ser de 80% em vez de 50%.

Os polos de produção de biodiesel

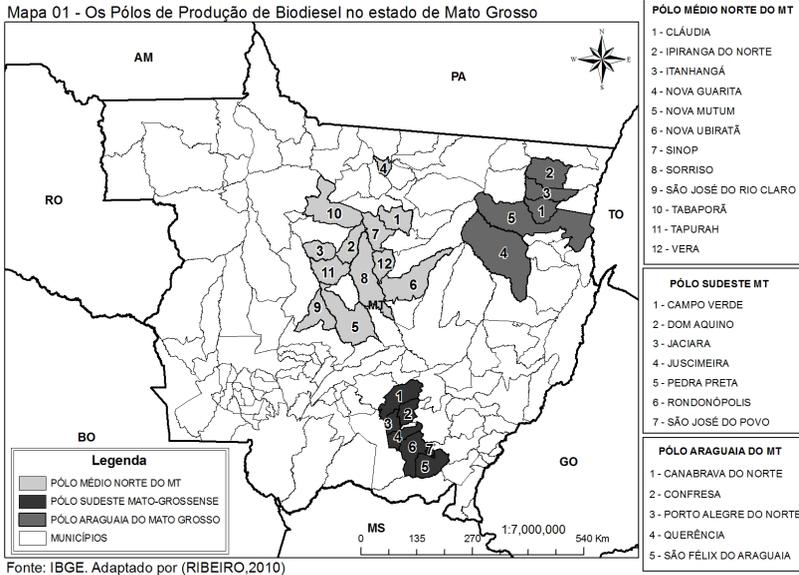
Em 2006 foram estabelecidos pela Secretaria de Agricultura Familiar/MDA os Polos de Produção de Biodiesel, com o objetivo de promover a consolidação de políticas com foco na inclusão social e na viabilidade econômica dessa atividade com a participação da agricultura familiar, por meio do Selo Combustível Social.

O projeto Polos de Produção de Biodiesel foi desenvolvido nas cinco regiões do país e conta com 63 unidades, das quais três no estado de Mato Grosso, elaborado conforme (Mapa 01) a partir das informações obtidas no documento MDA/SAF, englobando 24 municípios, assim distribuídos: 1) o Polo Médio Norte de MT, com 12 municípios: Claudia, Ipiranga do Norte, Itanhangá, Nova Guarita, Nova Mutum, Nova Ubiratã, São José do Rio Claro, Sinop, Sorriso, Tabaporã, Tapurah e Vera; 2) o Polo Sudeste Mato-Grossense, com sete municípios: Campo Verde, Dom Aquino, Jaciara, Juscimeira, Pedra Preta, Rondonópolis e São José do Povo; e 3) o Polo Araguaia do Mato Grosso, com cinco municípios: Cana Brava do Norte, Confresa, Porto Alegre do Norte, Querência e São Félix do Araguaia (Mapa 01).

Sobre a imperiosa necessidade de existência dos polos, o MDA (2010) assim se pronuncia:

[...] os serviços da entidade responsável pelo Projeto Polos de Biodiesel são de grande importância para o efetivo cumprimento das atribuições da SAF/MDA no âmbito do PNPB. A não prestação desse serviço pode provocar a desarticulação e a desmobilização das instituições estratégicas para a organização da base produtiva da agricultura familiar na cadeia de produção de biodiesel, gerando impacto na disponibilidade de oferta de matéria-prima e a capacidade industrial para produção de biodiesel; e na participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional.

A responsabilidade por esses polos, sob a supervisão do MDA, ocorre na forma de prestação de serviços, que, no caso de Mato Grosso, é de responsabilidade da Empresa Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços, de São Paulo. Essas



parcerias são instituídas através de convênios com organizações da sociedade civil encarregadas pela mobilização dos principais atores de cada polo (sindicatos, prefeituras, EMATER, empresas, bancos, ONGs etc.). Todavia, buscando-se na legislação do SAF/MDA¹¹, nenhuma alusão à questão ambiental, como o licenciamento dos assentamentos, é verificada nem mesmo nas parcerias firmadas.

Licenciamento ambiental e o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

A legislação que dá suporte ao PNPB estabelece regras para a obtenção do Selo Combustível Social, que normatiza as relações entre usinas e agricultores familiares, mas não apresenta nenhuma regulamentação ambiental diferenciada para o projeto. Ademais, conforme enfatiza o relatório apresentado pelo Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) (2009-2010, p.3), “Não há, contudo, nenhuma garantia de que a soja produzida com participação de trabalho escravo ou que tenha causado impactos ambientais não componha o biodiesel consumido nas bombas de combustível, ou nossa pauta de exportações”.

11 Disponível em: portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/biodiesel/3762497. Acesso em: 12/05/10.

Nesse documento o CMA analisa alguns aspectos da cultura já consolidada da soja, como é o caso do estado de Mato Grosso, a relação das usinas de biodiesel com a sua cadeia produtiva, as tendências e critérios de sustentabilidade, apontando alguns problemas que permanecem latentes no setor.

Segundo os dados examinados¹², das 48 usinas de biodiesel em funcionamento no país, 42 (87,5%) extraem o biodiesel da soja, sendo 26 (cerca de 54,16% do total) contempladas com o Selo Combustível Social, que previa a compra de matéria-prima da agricultura familiar em troca de incentivos fiscais e da garantia de participação no leilão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em Mato Grosso nove usinas possuem essa certificação: a ADM do Brasil, de Rondonópolis, a Agrosoja, de Sorriso, a Araguassu, de Porto Alegre do Norte, a Barralcool, de Barra do Bugres, a Biocamp, de Campo Verde, a BIOPAR, de Nova Marilândia, a Fiagril, de Lucas do Rio Verde e a Transportadora Caibiense, de Rondonópolis.

Muitas delas, em entrevistas realizadas em trabalho de campo em 2008, informaram adquirir a soja de assentamentos localizados em municípios que estão listados no bioma amazônico. Um dos exemplos é a Usina Fiagril, com sede em Lucas do Rio Verde, na qual 20% da matéria-prima utilizada em seu processo produtivo advém de pequenos produtores rurais dos municípios de Ipiranga do Norte, Itanhangá, Sorriso, Nova Mutum, Tapurah, Tabaporã, Sinop, Vera, Cláudia e Nova Uiratã, os quais comercializam soja e uma pequena quantidade de girassol.

Os apontamentos de Glass (2010) revelam que embargos parciais ou totais realizados pelo IBAMA, nos últimos três anos, em assentamentos, em razão do desmatamento de grandes áreas de floresta amazônica, como Mercedes I/II (Tabaporã), Mercedes V (Ipiranga do Norte), Itanhangá (Tapurah), Pingo D'Água (Querência), Nova Cotriguaçu (Cotriguaçu), não se constituíram em impedimentos para a realização de compras de soja com destino à produção de biodiesel.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005) informa que, além da exigência de contratação da produção da agricultura familiar pelas usinas e a contrapartida de fornecimento de assistência técnica e celebração de acordo comercial com os agricultores, o Selo Combustível Social não prevê nenhum critério ambiental ou outro mecanismo de monitoramento socioambiental.

12 Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/biodiesel/fabricas/usinas-biodiesel.htm>. Acesso em 12/05/10.

Tabela 1: Assentamentos do Bioma Amazônia com protocolos de pedido de LAU à SEMA/MT até 2008

Municípios Bioma Amazônia	Assentamentos	Área (ha)	Data criação	Data protocolo
Nova Bandeirante	Japuranomam	40.047,35	02/07/1999	23/03/2004
Feliz Natal	Ena	30.120,20	26/11/1997	22/11/2004
Tangará da Serra	Antonio Conselheiro	38.403,54	12/12/1997	03/12/2004
Alto Paraguai	Serra da Esperança	25.813,96	09/09/2002	20/12/2004
Colniza	Esscol Sul	26.790,07	20/01/1999	07/10/2005
Colniza	Natal	12.440,57	28/01/1999	07/10/2005
Vera	California	7.514,58	04/06/1998	04/11/2005
Salto do Céu	Cecília Antunes	1.253,95	09/09/2002	21/11/2005
Municípios Bioma Amazônia	Assentamentos	Área (ha)	Data criação	Data protocolo
São José dos Quatro Marcos	Florestan Fernandes	4.551,12	04/09/2000	17/05/2006
Novo Mundo	Araúna	3.541,71	29/03/2004	10/08/2006
Juruena	Vale do Amanhecer	14.500,00	28/12/1998	26/10/2006
São José do Rio Claro	Campinas	13.261,93	07/11/1997	13/11/2006
Diamantino	Diocese	469,00	27/03/2006	16/04/2007
Nortelandia	Raimundo Rocha	5.823,12	10/07/2003	23/04/2007
Barra do Bugres	Cabaças	7.029,45	12/12/2003	31/07/2007
Denise	N. Sra de Fátima	2.770,38	28/05/2005	03/01/2008
Alto Paraguai	Ema	5.056,21	07/11/2006	09/06/2008
Vila Bela	Guaporá	14.380,31	10/12/2001	
Diamantino	Bojuí	15.368,71		

Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Superintendência de Gestão Florestal (2008); Ministério do Meio Ambiente (2008). Organizado por Tocantins (2010).

Corroborando essa constatação, Glass (2010) adverte que ao selo não “competem” verificar o cumprimento da legislação ambiental no que diz respeito às Áreas de Preservação Permanente (APP) e à averbação de Reserva Legal, ou seja, aos quesitos básicos para o licenciamento ambiental. Em termos estruturais, a produção de biodiesel em Mato Grosso enfrenta

uma situação complexa, tanto no que se refere a critérios sociais, ambientais e fundiários, quanto no que tange ao atendimento das exigências postas pelo Selo Combustível Social.

Enquanto as usinas recorrem aos assentamentos e incentivam o cultivo de soja para atingir os 15% de matéria-prima proveniente da agricultura familiar previstos pelo Selo, o INCRA tem tido dificuldades para implementar projetos de desenvolvimento sustentável e regularização ambiental nos assentamentos, instalando uma situação de insegurança social e jurídica, além dos problemas da subsistência dos assentados, irregularidades fundiárias e crimes ambientais (GLASS, 2010).

Com o intuito de conhecer os assentamentos que têm solicitado o licenciamento ambiental no bioma Amazônia, foi elaborada uma tabela (Tabela 1), com base nas informações disponibilizadas pela SEMA/SGF em março de 2010, juntamente com dados da Portaria do MMA n. 96 de 27 de março de 2008, com a listagem dos municípios mato-grossenses localizados no bioma amazônico. Até 2008 haviam requerido licenciamento, representantes de 19 assentamentos localizados em 17 municípios pertencentes ao bioma amazônia, envolvendo 26.064.216,69 ha.

Quanto aos assentamentos rurais, somente o “Assentamento Ena”, localizado a 100 km da sede municipal, no município de Feliz Natal, na bacia hidrográfica do rio Xingu, encontra-se licenciado, enquanto outro, o “Vale do Amanhecer”, localizado no município de Juruena, está em vias de licenciamento, como nos informou um técnico responsável pelo setor na SEMA/SGF.

O Projeto de Assentamento Ena foi criado em 1997, ocupando uma área de 30 mil ha, e o Vale do Amanhecer foi criado em 1998, no Município de Juruena, com 14.500 ha. Ambos foram incorporados a projetos de Organizações Não Governamentais, fato que contribuiu bastante no processo de licenciamento.

Olhares diferenciados sobre a demora na obtenção do licenciamento nos assentamentos

Em entrevista realizada por De Carli (2010), um técnico da SEMA, ao ser questionado sobre as razões que têm impedido a liberação da licença para os assentamentos, incluindo os que participam do PNPB, explicou que, quando existem pendências nos processos e estas não são corrigidas dentro do prazo pelo responsável pelo projeto, este é arquivado e, para ser retomado, deve ser pago e, um novo projeto deve ser elaborado, incluindo as alterações ocorridas nos assentamentos. O depoente acrescenta que, até o ano de 2007, havia 42 processos com pe-

ditos de licenciamento para assentamentos protocolados, sendo que apenas uma licença havia sido expedida.

Com vistas a “agilizar” os processos, alguns deles protocolados há mais de três anos, a SEMA criou portaria¹³ prevendo a formação de equipes para fazer as análises específicas de cada processo, garantindo, desse modo, a padronização, a resolução das pendências e a agilidade na liberação dos licenciamentos desses assentamentos.

A lentidão e a falta de compromisso político dos órgãos ambientais têm gerado duras críticas. Soares (2009) diz que as secretarias estaduais de meio ambiente na região amazônica têm sido alvo de pressão e críticas em decorrência do reduzido número de licenças expedidas, seja para liberação de projetos de desenvolvimento, seja para a criação e implantação de projetos de reforma agrária. A justificativa para a morosidade em expedir as licenças ambientais tem sido atribuída, em grande parte, à precariedade dos relatórios submetidos com esse fim.

A presença de passivo ambiental em muitos assentamentos é também um dos fatores que têm dificultado esse processo. Nesse sentido, a SEMA só libera a LAU mediante a assinatura do TAC, com o INCRA e os assentados assumindo a responsabilidade de recuperar o passivo ambiental. Para tanto, os fiscais desse órgão partem para verificar, no local, se a recuperação das áreas degradadas realmente vem sendo executada. No entendimento do técnico da SEMA “[...] a agilidade na regularização do licenciamento ambiental dos assentamentos da reforma em Mato Grosso depende do INCRA assinar o TAC”.

Para os técnicos entrevistados do INCRA, a falta da LAU nos assentamentos deve-se a vários fatores: a) ausência de profissionais e empresas qualificadas para a elaboração da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); b) falta de recursos, por parte do INCRA, no montante de 16 milhões de reais para licenciar mais de 80 mil famílias no estado; c) excesso de burocracia; d) acúmulo de trabalho; e) *déficit* de recursos humanos; f) projetos protocolados junto à SEMA com pendências; g) interferência política sobre as ações do órgão; h) falta de entendimento por parte dos técnicos da SEMA/MT acerca do processo de reforma agrária.

De acordo com esses técnicos, outro fator que dificultou a regularização fundiária e o licenciamento nos assentamentos da reforma agrária “[foi que] durante o governo de Fernando Henrique o processo permaneceu parado, o governo Lula retomou com

13 Portaria nº 083 de 11 de agosto de 2009, prevendo no artigo 19 a formação de equipes formadas por técnicos do próprio órgão e do INCRA.

força e com urgência devido ao processo acelerado de grilagem de terras e desmatamento ilegal na Amazônia”.

Na opinião do técnico da SEMA/MT responsável pelo licenciamento ambiental, nos assentamentos da reforma agrária “[...] o que dificulta a liberação da licença ambiental nos assentamentos da reforma agrária são as pendências técnicas como falta de documentos e de dados referentes às caracterizações ambientais dos mesmos”. Outro fator indicado pelo entrevistado diz respeito

[à] incompatibilidade existente nos processos do INCRA e do INTERMAT que não atendem ao que está previsto na Portaria Conjunta, o que dificulta a aprovação dos projetos. Os processos que atentarem para todos os procedimentos necessários poderão ter suas licenças liberadas em até três meses a partir da data de protocolo.

Portanto, além da “falta de diálogo entre os órgãos”, apontada como uma das causas da dificuldade de liberação da LAU nos assentamentos da reforma agrária, os técnicos indicam “a falta de compatibilidade entre a legislação federal e estadual”, considerando que “[...] a legislação é complexa [e isso] tem dificultado o processo de licenciamento nos assentamentos da reforma agrária [...]”; para os técnicos do INCRA, a Resolução do CONAMA apresenta critérios mais simplificados e que facilitam o processo burocrático, enquanto a Portaria da SEMA, que disciplina o processo de licenciamento nos assentamentos, é mais complexa.

É possível perceber que cada instituição possui uma visão diferenciada dos fatores responsáveis pela falta de licenciamento nos projetos agrários, revelando a ideologia da própria instituição. Bezerra (2008) explica que essa situação conflituosa entre os órgãos pode estar ocorrendo devido à sobreposição e à contradição entre as normas, gerando um clima de insegurança e de instabilidade jurídica quanto ao licenciamento. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a inexistência de um sistema claramente definido das competências de cada órgão é um dos mais graves problemas da legislação ambiental brasileira e de sua aplicação.

A morosidade e a incompatibilidade técnica e jurídica dos órgãos responsáveis pelo licenciamento em Mato Grosso levaram o IBAMA, em janeiro de 2010, a firmar um Acordo de Cooperação Técnica com o INCRA e a SEMA, no sentido de acelerar o processo de regularização ambiental dos assentamentos da reforma agrária em Mato Grosso, incorporando os assentamentos envolvidos no PNPB. Nesse sentido, o documento transfere ao IBAMA a responsabilidade de realizar o licenciamento em 540 assentamen-

tos, sendo 406 assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e 134 do Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat), atualmente com 0,18% do total licenciado. A competência que se inscrevia em âmbito estadual, passou para o âmbito federal, no intuito de simplificar a tarefa.

Mesmo não havendo previsão para início do processo de legalização ambiental, existe a pretensão, por parte do governo federal, de que entre 10 a 15 desses processos sejam concluídos ainda em 2010, o que representa de 1,85% a 2,7% do total dos assentamentos do estado. Está sendo montada uma equipe que, com base nas imagens de satélites de alta resolução disponibilizada pela SEMA, realizará o cálculo do passivo ambiental dos assentamentos, definindo os condicionantes do licenciamento ambiental.

Considerações finais

As discussões referentes ao licenciamento rural nos assentamentos estão postas desde 1997 e ainda hoje vigoram, haja vista não terem sido resolvidas, muito provavelmente pela complexidade dos aspectos embutidos no conjunto das ações que o constituem, passando pela questão da regularização fundiária, de ingerência e de vontade política, além de outros tantos nomes aos quais possamos associar este último termo.

O reflexo desses fatos recai sobre o número dos licenciamentos obtidos em relação aos assentamentos, incluindo-se aqui os que fazem parte da cadeia produtiva do PNPB, uma vez que a legislação de 2005 não menciona a questão ambiental. Muitos dos processos de solicitação de licenciamento estabelecidos no estado de Mato Grosso continuam, desde o ano de 2004, aguardando para ter suas pendências resolvidas.

Os assentamentos que obtiveram ou encontram-se em vias de conseguir o licenciamento, que são apenas dois, estão de certa forma ligados a Organizações Não Governamentais envolvidas com projetos que desempenham a função de acompanhamento. O órgão ambiental é de certa forma, apontado como o elemento que “emperra” o processo, devido ao excesso de documentação exigida pela legislação. Mas não se deve esquecer, por outro lado, a não menos complexa questão fundiária amazônica.

Em termos estruturais, a produção de biodiesel em Mato Grosso enfrenta uma situação complexa, tanto no que se refere a critérios sociais, ambientais e fundiários, quanto no que tange ao atendimento das exigências postas pelo Selo Combustível Social. Nenhum dos assentamentos que participam do PNPB possui situação diferenciada dos assentamentos que não participam do programa. A experiência com os interlocutores

nos polos de biodiesel poderia ser utilizada também para fomentar algumas alternativas para a questão, como atrelar à legislação do PNPB o selo ambiental.

Referências

- AZEVEDO, A. A. *Legitimação da insustentabilidade? Análise do sistema de licenciamento ambiental de propriedades rurais-SLAPR (Mato Grosso)*. Tese de doutorado. Brasília: CDS/UnB, 2009.
- BEZERRA, F. C. P. *O licenciamento ambiental como instrumento de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável*. Dissertação de mestrado. Natal: PPGD/UFRN, 2008.
- BRASIL. *Resolução CONAMA n. 289 de 25 de outubro de 2001*. Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária. Brasília, 2001.
- _____. *Resolução CONAMA n. 387 de 2006 de 27 de dezembro de 2006*. Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e dá outras providências. Brasília, 2006.
- DE CARLI, S. A. *Licenciamento Ambiental em assentamento da Amazônia mato-grossense e suas implicações. Um estudo de caso na Gleba Ribeirão Grande – Nova Mutum*. Dissertação de mestrado. Cuiabá: PPGG/UFMT, 2010.
- DEEBEIS, Toufic Daher. *Elementos de direito ambiental brasileiro*. São Paulo: Leud, 1999.
- LEITE, P. S. *Licenciamento Ambiental de propriedades rurais para proteção da reserva Legal*. Monografia de especialização. Cuiabá: UFMT, 2005.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Brasília. Disponível em: <www.agricultura.gov.br/>. Acesso em: 10/04/2010.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Agricultura Familiar, 2006. Brasília. Disponível em < www.mda.gov.br/ >. Acesso em: 08/03/10.
- MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA. Brasília, 1999. Disponível em: < www.iterpa.pa.gov.br/files/leis/.../Port._MEEPFN_88_1999.doc >. Acesso em: 12/04/2010.
- OLMOS, F. et al. “Assentamentos de reforma agrária, meio ambiente e unidades de conservação”. CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, V., 17 a 21 de junho de 2007, Foz do Iguaçu. Proceedings... Foz do Iguaçu: 2007. 1 CD-ROM.
- SOARES, J. L. N. “Licenciamento ambiental: para quê?” In: *Boletim diário Ecodebate*. 19/09/2009. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/09/19/licenciamento-ambiental-para-que-artigo-de-jorge-luis-n-soares>. Acesso em 10/04/2010.

VARGAS, L. N. *Vale do Amanhecer, retrato de um assentamento. Modelo de reforma agrária para Amazônia mato-grossense*. Dissertação de mestrado. Cuiabá, Faculdade de Agronomia / UFMT, 2006.

A agricultura familiar e a produção de soja para o biodiesel em Goiás

Dimas Moraes Peixinho

Iraci Scopel

Introdução

Quando o governo federal instituiu o programa de estímulo à produção e uso do biodiesel, em 2005, além da obrigatoriedade da aquisição de matérias-primas da agricultura familiar nos percentuais mínimos de 30% nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul e de 10% das regiões Norte e Centro-Oeste até a safra 2009/2010, e de 15% a partir da safra 2010/2011, estabeleceu que as empresas receberiam, em contrapartida, incentivos fiscais, através do PIS e COFINS, sendo que: a) a mamona ou a palma, produzidas nas regiões Nordeste, Norte e no Semiárido teriam 100% de isenção; b) qualquer matéria-prima produzida pela agricultura familiar, independentemente da região, teria 67,9% da produção adquirida e a mamona ou a palma produzidas pelo agronegócio nas regiões Norte, Nordeste e no Semiárido teriam 30,5%.

Percebe-se que essa política criou, ao mesmo tempo, obrigatoriedade e incentivos fiscais para a aquisição de produtos da agricultura familiar. Fora das regiões Nordeste e Norte não há incentivos para espécies vegetais específicas, valendo, portanto, quaisquer culturas para a produção de biodiesel produzidas pelos agricultores familiares.

Este vínculo declarado entre a oferta de matérias-primas para a produção de biocombustível e a geração de renda pela agricultura familiar – sob o patrocínio do Estado, sob a operacionalização de empresas privadas e com a legitimação contratual por parte do sindicalismo – parece ser inédito, no plano internacional (ABRAMOVAY e MAGALHÃES, 2007: 02).

Na região Centro-Oeste, de forma geral, a produção familiar volta-se para as culturas de alimentos e, entre essas, as culturas de oleaginosas são inexpressivas. No que se refere ao extrativismo, apesar da grande variedade de espécies do Cerrado, a extração de óleos de plantas do Cerrado para abastecer a produção de biodiesel não parece ser viável economicamente, seja pelo custo e/ou pela escala.

Entretanto, a região é a maior produtora de soja do país, cultura que ganhou expressão na produção de biodiesel, mais pela escala de produção do que pelo teor de óleo em si, já que existem outras culturas com maior rendimento. Mas, além da soja não aparecer entre as culturas que possam ser adquiridas do agronegócio com incentivos fiscais, no Centro-Oeste o seu cultivo pela agricultura familiar não foi estimulado, já que o modelo técnico-produtivo e as diretrizes políticas, quando da sua implantação nos cerrados, se voltaram para o incentivo de uma estrutura produtiva empresarial. Na época, os idealizadores desse modelo justificavam que essa cultura só seria viável em áreas acima de 400 hectares, por conta da escala de produção e dos altos investimentos, não sendo viável para a produção familiar. Agora, em Goiás, com o programa do biodiesel, o que não era viável parece ser a saída, ou seja, a produção de soja pela agricultura familiar está em expansão nos assentamentos de reforma agrária e em pequenas propriedades.

Esse fato expõe uma das contradições dessa política, pois ao mesmo tempo em que busca o fortalecimento da agricultura familiar, assegurando a sua participação no programa do biodiesel através do programa Selo Combustível Social, a demanda das empresas tende a descaracterizar o sistema produtivo familiar com a imposição de matérias-primas de seu interesse. Entretanto, se o que se busca é a viabilidade da agricultura familiar, essa política poderia gerar renda para esses produtores, enquanto grupo social, desde que contemplasse produtos característicos deste tipo de agricultura. Dessa forma, coloca-se uma questão importante: em que medida essa política do Selo Combustível Social contribuirá para a promoção da agricultura familiar e como ela poderá alterar as relações de produção no interior desse grupo e, ainda, que tipo de relações as empresas produtoras de biodiesel estabelecerão com os agricultores familiares?

Em Goiás, um número crescente de produtores familiares, especialmente na microrregião Sudoeste de Goiás, está produzindo soja para a produção de biodiesel. A expansão dessa cultura nos assentamentos está associada à articulação entre as empresas processadoras de biodiesel e a COPARPA (Cooperativa Mista do Rio Doce), que

assumiu o papel de mediadora entre os produtores e as empresas. A seguir, analisaremos a inserção da produção de soja na agricultura familiar para gerar biodiesel e as implicações que essa produção acarreta aos seus produtores, enquanto grupo social.

A produção de soja para biodiesel em Goiás

O estado de Goiás figura como o terceiro produtor nacional de biodiesel, depois do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, que lidera a produção. O processamento do biodiesel no estado¹ iniciou-se em 2006 com uma produção de 10.108 m³, sendo que, em 2009, o total aumentou para 268.702 m³, ou seja, a produção cresceu mais de 2.650%, sendo a matéria-prima dessa produção, basicamente, a soja.

Para se compreender a organização da produção de biodiesel em Goiás é preciso situar a produção de soja nas chamadas propriedades familiares, pois no Cerrado, de uma forma geral, diferentemente do Rio Grande do Sul, a sojicultura foi estruturada em grandes propriedades. Em Goiás, apenas 3,3% da produção de soja era cultivada em propriedades enquadradas como agricultura familiar².

Portanto, as empresas processadoras, para cumprir as normas do Selo Combustível Social da política de produção de biodiesel, precisariam adquirir a soja da agricultura familiar. É nesse contexto que no Sudoeste de Goiás, principal região produtora de soja do Estado, os agricultores do assentamento Rio Paraíso vão estruturar o principal núcleo produtor de soja para a produção de biodiesel.

O assentamento Rio Paraíso, localizado no município de Jataí, na sua trajetória, assumiu características que o diferenciam, de forma geral, dos demais assentamentos do estado, especialmente após uma transição entre os primeiros assentados e os atuais proprietários. Em 1989, após um longo processo de ocupação, foram assentadas 176 famílias, em lotes de mais ou menos 30 ha, totalizando uma área de 5.600 hectares. Em meados da década de 1990, 40% dos lotes tinham sido repassados a proprietários que não foram assentados originalmente. Parte desses lotes foi adquirida por sulistas que vieram, no processo de expansão da fronteira agrícola, para as áreas do Cerrado. Tendo a soja como cultura tradicional em seus locais de origem e sendo as áreas propícias ao seu cultivo, esses agricultores introduziram a cultura no assentamento Rio Paraíso. Assim, o assentamento passou a desenvolver duas atividades principais: pecuária leiteira e cultivo de soja, essa última desenvolvida especialmente pelos agricultores “gaúchos”.

1 Dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicomcombustíveis (ANP, 2010).

2 Dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009).

No início da década de 2000, dos 4.300 hectares cultivados no assentamento, 97% eram com soja (KATZER, 2005). Esses dados mostram que, antes da implementação do biodiesel, estes assentados já produziam a soja em volume expressivo.

O cultivo de soja em áreas de assentamentos não se constitui em uma atividade principal, especialmente no Centro-Oeste, pois além da escala de produção, que envolve um modelo produtivo que requer investimentos em máquinas, insumos e conhecimento “gerencial”, de certa forma as políticas estimulam os assentados, na condição de produtores familiares, a se dedicarem à produção de gêneros alimentícios e à criação de animais, endereçada para as demandas do mercado interno. Entretanto, dentro de uma perspectiva própria, a produção de soja no assentamento Rio Paraíso insere-se no mercado convencional dessa *commodity*, já que os produtores familiares vendem a sua produção para as *tradings* ou para uma cooperativa regional. O fato de não contarem com um aporte de recursos direcionados para o apoio à produção e à comercialização, e dadas as constantes oscilações nos custos de produção e nos preços da soja, isto resultou num processo de inadimplência dos agricultores do assentamento, reduzindo o número de produtores e, conseqüentemente, o volume de produção de soja. Essa situação, segundo Gilmar Katzer³, presidente da COPARPA – Cooperativa Mista do Rio Doce, antiga Cooperativa do Assentamento Rio Paraíso, está mudando com a implementação da produção para o biodiesel.

COPARPA: núcleo articulador da produção

A COPARPA foi fundada em 1996 e iniciou suas atividades com sessenta e três cooperados. Inicialmente, a cooperativa montou um laticínio para processar o leite dos seus membros, como principal atividade da associação. Segundo Gilmar Katzer, a cooperativa não exercia, até o início da produção do biodiesel, um papel relevante na organização da produção de soja, pois os agricultores trabalhavam diretamente com as empresas desse setor. A mudança desse cenário é decorrente da estruturação do programa de biodiesel, que abriu, para o movimento social, especialmente, dos sindicatos de trabalhadores rurais e das cooperativas de produtores familiares, a participação na formulação do programa, através do chamado selo social.

Katzer afirma ainda que, “com o Selo Combustível Social todos os contratos e parcerias precisam ser assinados e acompanhados pelo movimento sindical para que

3 Entrevista realizada em 08 de março de 2010.

se mantenha o selo e tenha redução de PIS e COFINS”. Em Goiás, segundo ele, o primeiro contrato foi com a empresa Caramuru. No início pensou-se na produção de mamona e de outras oleaginosas como matéria-prima, pois a ideia era de que apenas cultivava-se soja nas grandes propriedades. Mas, como a Caramuru e a Granol, principais produtoras de biodiesel em Goiás, já possuíam experiência com o processamento da soja, a matéria-prima passou a ser a soja. Entretanto, o que fazer para que a agricultura familiar aderisse à produção de soja para gerar biodiesel?

Segundo o Presidente da COPARPA, “pensou-se, à época, em fazer um diferencial no preço, um *plus*, no início, de um real a mais por cada saca. Mas aí vimos que um real não era tão atrativo. A cooperativa reuniu os nossos produtores e falamos: podemos produzir para o biodiesel, mas queremos mais, e começamos a negociar”. Na safra 2009/2010, os produtores conseguiram um adicional de dois reais por saca para a soja convencional e um real para a soja transgênica. A diferença entre a soja convencional e a transgênica significa um incentivo das empresas para a primeira, por conta do mercado externo e não por causa do biodiesel. O valor adicional ao preço da soja não é uma exigência da política pública do biodiesel, mas faz parte das negociações entre o movimento sindical, conduzido no estado pela FETAEG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás), e as empresas produtoras de biodiesel. Porém, para que a empresa seja certificada com o selo social é preciso que assine um termo de compromisso de cumprimento da exigência do programa do selo social com o movimento sindical. A CONTAG⁴, a nível de Brasil, negociou a estrutura básica dos contratos, um contrato “guarda chuva”, que depois foi adaptado às realidades de cada estado, procurando dessa forma resguardar as particularidades locais. O Ministério do Desenvolvimento Agrário faz a fiscalização do cumprimento dos contratos e os sindicatos locais e as cooperativas acompanham os seus associados.

A assistência técnica é outro fator que motiva a produção de soja para biodiesel, pois as empresas processadoras devem oferecer aos produtores esses serviços, como parte do cumprimento das exigências do selo social. E é justamente na assistência técnica que a cooperativa tem assumido um papel de articulação entre os cooperados e as empresas processadoras de biodiesel.

Além da assistência técnica, os produtores precisam de financiamento que, normalmente, tem sido acessado via PRONAF. Quando o produtor for inadimplente no Banco

4 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

do Brasil, busca-se financiamento junto às empresas processadoras, fato que, pode aumentar o custo dos recursos.

Portanto, verifica-se que o acompanhamento técnico da cooperativa não é só no processo produtivo, mas também na comercialização e na mediação financeira junto ao Banco do Brasil e/ou outras empresas. Assim, participa no processo de negociação com o movimento sindical sobre as condições contratuais com as empresas processadoras, faz a mediação entre os agricultores e as empresas e, ainda atua junto ao banco e/ou agente financiador.

Quando do acompanhamento técnico, na fase de produção, a COPARPA estabeleceu parcerias com as empresas compradoras para a prestação da assistência técnica. Elas pagam, normalmente, 1% a mais sobre o valor da produção adquirida. Para prestar serviços de assistência técnica aos cooperados, a COPARPA dispõe de cinco agrônomos, contratados.

A participação dessa cooperativa na organização dos agricultores familiares para a produção do biodiesel extrapolou o assentamento Rio Paraíso, núcleo inicial da produção de soja. Em março de 2010, a cooperativa já contava com um quadro de 500 cooperados, dos quais 350 produziam soja para o biodiesel e, desses, menos de 70 eram do assentamento. Conforme o presidente da cooperativa, a adesão veio, principalmente, dos assentados.

Observamos que outros locais estavam precisando dessa mesma ajuda. Então pensamos: vamos ganhar dinheiro com eles e eles conosco. E as empresas toparam a ideia de trabalhar juntos. Então hoje nós temos oito/nove assentamentos que trabalhamos juntos: em Perolândia tem dois, o da Lagoa do Bom Fim e o Três Pontes, em Rio Verde tem seis (tem o Água Bonita, o Rio Verdinho, Vaianópolis, o Ponte de Pedra, o Pontal do Buriti), aí tem o nosso aqui – o Rio Paraíso[sic].

Apesar do núcleo de produtores estar nos assentamentos, outros produtores familiares estão aderindo ao programa, especialmente em Rio Verde, onde há um grande contingente de produtores familiares. Conforme o presidente da cooperativa, “diferente de Jataí, que são grandes propriedades, em Rio Verde as propriedades foram sendo divididas por heranças e hoje são chácaras. Tem região lá que parece assentamento, as fazendas foram sendo divididas entre os

filhos e netos. Em Jataí têm uns 500 proprietários familiares e em Rio Verde tem mais de 1000”.

O programa do biodiesel para a cooperativa tornou-se um instrumento importante para o aumento de seu quadro de sócios, que antes do programa tinha menos de 80, limitados aos produtores de leite do assentamento Rio Paraíso. Entretanto, na safra 2009/2010, o número de cooperados ultrapassou os 500, sendo que 350 produzem soja para o biodiesel.

Assim, conforme dados da cooperativa, está havendo uma expansão da sojicultura nas áreas dos assentamentos. Isto altera, de forma geral, as características dessas áreas produtivas. Verifica-se, pois, que esse aumento está relacionado à garantia de compra da produção e à assistência técnica. Há exemplos de produtores que, após abandonarem a atividade por falta de assistência técnica, voltaram a produzir como ocorreu nos assentamentos Rio Verdinho e Vaianópolis.

Com a adesão ao programa, os agricultores acrescentaram a sojicultura às suas atividades, que antes eram, quase exclusivamente, a produção do leite e de algumas espécies de hortifrutigranjeiros. Hoje, conforme testemunho de produtores locais, a soja traz novas tecnologias e provoca uma visão mais empresarial da propriedade. O agricultor sabe agora que precisa de assistência técnica, crédito e conhecimento para a comercialização. “Hoje aqui [no Rio Paraíso] não tem mais ninguém para entrar, todos já entraram” [sic]. A soja já não é mais uma cultura só de “gaúchos”, sintetiza Katzer. “Hoje nós temos goiano, nordestino, mato-grossense, mineiro. Tem pessoas que não tinham a menor noção do que era soja e estão aproveitando essa oportunidade. Aqui na região, a cultura da soja já está bem disseminada. A pessoa olha o vizinho e ele fala, eu ganhei dinheiro, vendo para o biodiesel”. Os agricultores familiares, que não fazem parte de assentamentos também estão aderindo à produção de soja para o biodiesel.

Para o agricultor produzir, dentro da política do selo social, ele precisa ser enquadrado como produtor familiar e, para tanto, exige-se a DAP – Declaração da Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)⁵. Essa portaria, nos seus 66 artigos define as especificidades dos produtores familiares, órgãos emissores, controle social e responsabilidades pelo seu uso. Entre as características de enquadramento estão: a renda, a ligação com as atividades rurais e o tamanho da unidade explorada.

5 A DAP é regulamentada pela Portaria nº 85, de 22 de dezembro de 2008, da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Uma vez enquadrado como produtor familiar pelo tamanho da propriedade e pelo uso, o agricultor fica sujeito à alteração em função de sua renda bruta. Assim, se o valor da sua produção subir, ele pode perder a condição de produtor familiar. Na época da criação do programa, o enquadramento acontecia com agricultores que produziam ao redor de 5.000 sacas de soja, ou seja, para aqueles que possuíam até uns cem hectares. Hoje, em função das oscilações dos preços da soja, agricultores que cultivam apenas 48 hectares podem ficar fora do programa do biodiesel em função da renda. Na época em que foi criado, o enquadramento de todos os produtores era pela mesma renda, 110 mil reais, mas com rebates [descontos] diferentes, mas com 110 mil o produtor comercializava quase 5 mil sacas de soja. Entretanto, o Ministério fixou que 110 mil não é uma renda líquida, é bruta. O fato do rebate ser diferente, segundo Katzer, colocou os agricultores em desvantagem.

Se no produtor de leite que tem uma renda de 300 mil, eles aplicam o rebate de 70%, a renda dele vira 90 mil, aí ele está dentro do enquadramento que é 110 mil. Então, nós queremos um rebate igual para a soja. Porque antes 110 mil dava para comercializar quase 5 mil sacas de soja, hoje um produtor que cultivava uns 10 alqueires está desenquadrado por causa da renda, que ultrapassa o valor [sic].

Para o presidente da COPARPA existem resistências para aumentar o desconto aos produtores de soja porque, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a soja não é produto da agricultura familiar. Esta, na perspectiva governamental, deveria dedicar-se à produção de milho verde, frango caipira, hortaliças etc. Este tipo de visão, segundo ele, “alija o agricultor familiar das vantagens do desenvolvimento tecnológico e determina um maior sacrifício para sua sobrevivência e progresso econômico, o que contradiz os objetivos da criação de possibilidades para a manutenção da agricultura familiar”. Assim, em determinadas circunstâncias, a produção de soja pode ser uma alternativa positiva. Tem um mercado garantido e consegue gerar renda para o produtor familiar.

O processo de enquadramento dos produtores é, atualmente, um ponto de debate nos ajustes do programa. Pois, ao associar os incentivos fiscais e a participação de leilões de aquisição de biodiesel à compra de 10% de matéria-prima da agricultura familiar, podendo ser inclusive a soja, o governo criou uma demanda extra para tal

produto, sem interferir diretamente no seu preço, ou seja, este continua sendo regulado pelo mercado. Desta forma, como o preço da matéria-prima define a renda bruta e esta enquadra o agricultor familiar, o mesmo ficará sujeito ao jogo do mercado. A política pública que deveria protegê-lo não criou mecanismos para resolver esta situação. Por exemplo, o preço da saca de soja variou, na safra 2009/2010, entre 41 e 30 reais, no Sudoeste de Goiás. Assim, um agricultor que produziu 4.000 sacas de soja e conseguiu vender pelo valor de 41 reais a saca, não poderia mais ser enquadrado como agricultor familiar, pois obteria uma renda de 164 mil reais. Com o rebate de 30%, a sua renda cairia para 114.800 reais, ultrapassando os 110 mil do limite. Mas, se vendesse sua produção por 30 reais a saca, obteria 120 mil, deduzindo os 30%, sua renda bruta seria de 84.600 reais, portanto, seria enquadrado como agricultor familiar. Assim, o preço, definido pelo mercado, é que está definindo o enquadramento.

Outro fator, que diz respeito à variação da renda bruta, é a produtividade. Um agricultor para produzir 4.000 sacas de soja, considerando a média de produtividade do assentamento Rio Paraíso, que é de 50 sacas por hectare (ha), teria de cultivar 80 ha. Como ficou demonstrado acima, caso atinja essa média, ele não se enquadraria mais como agricultor familiar. Entretanto, se a produtividade fosse de 45 sacas/ha, mesmo vendendo a produção pelo maior preço, sua renda bruta chegaria a 103.320 reais, enquadrando-o ainda como agricultor familiar. Considerando que essas duas variáveis, preço e produtividade, fogem ao controle do agricultor, pois a primeira é determinada pelo mercado internacional e a segunda depende, especialmente, de condições edafoclimáticas e técnicas, o mecanismo do enquadramento torna-se instável, provocando descontentamentos.

A demanda pelas matérias-primas da agricultura familiar tende a aumentar, pois o governo subiu o percentual de compra de 10 para 15% a partir de 2010, e aumentou também de 3% (B3) para 5% (B5) a adição de biodiesel ao diesel. Essa antecipação para janeiro de 2010, do B3 para o B5, que só deveria acontecer em 2013, indica que o B20 poderá ser também antecipado, o que aumentaria a demanda de produção de biodiesel e, em consequência, de matéria-prima da agricultura familiar. Este cenário indica que: a) o governo terá de aumentar a renda de enquadramento para incorporar produtores médios, alterando a perspectiva de agricultura familiar; b) a agricultura familiar vai ser pressionada, através de “estímulos”, a se integrar à produção das empresas, pois o mercado do biodiesel está em alta. A soja aparece como a matéria-prima principal para a produção do biodiesel e isto, em Goiás, es-

pecialmente no Sudoeste do estado, está associado ao aumento do cultivo em áreas de assentamentos. A COPARPA é o seu principal núcleo de articulação e, conforme o seu presidente, continuará buscando novos integrantes para a produção, dentro e fora dos assentamentos. A cultura da soja exerce um fascínio, pois além de estar imbricada em um modelo técnico produtivo dentro do discurso da modernidade, que pretende romper com o processo produtivo de agricultura camponesa, traz o encantamento da riqueza, da prosperidade, do agricultor como um novo rico: ele, agora, é um sojicultor. Isso não é pouco em uma região em que a soja tornou-se sinônimo de riqueza.

Agricultores familiares: sojicultores do biodiesel

A participação da agricultura familiar na produção de matéria-prima para o biodiesel⁶ é de aproximadamente 20%. A soja responde por mais de 90% desse percentual. A motivação do agricultor familiar para ingressar nesse processo produtivo está na possibilidade de viabilizar financeiramente sua atividade através de mecanismos de produção e comercialização. Assim, o que se produz fica em segundo plano em função do que viabiliza economicamente a sua existência, ou seja, produzir soja ou outra cultura, como por exemplo, arroz, feijão e milho, não é uma opção, mas uma condição imposta pela lógica do capitalismo, onde o lucro escolhe o produto e o produtor. Essa subordinação, especialmente em relação à produção familiar, mostra que, mesmo tendo a terra como meio de produção, e necessidade de produção de alimentos, a sua condição de produtor pode ser “sugada” para processos produtivos demandados pelo mercado, portanto, mais lucrativos.

A produção de soja para biodiesel é uma demanda da agricultura familiar ou da indústria? Está claro que essa relação é decorrente das exigências da política do Selo Combustível Social. Entretanto, a norma política/jurídica não institui a realidade em si, capaz de alterar a subordinação capitalista dentro das relações de produção. Nesta perspectiva, pode-se até viabilizar, economicamente, a produção familiar por um período, mas não se reconhece nisso uma instituição de mecanismos de autonomia para esse grupo social, pois continuam subordinados aos interesses do capital que inclui ou exclui, conforme a lógica do lucro.

O fato do governo, através da política do selo social, estabelecer que as indústrias devam prestar assistência técnica aos agricultores e fazer compensações fiscais significa

6 Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Globo Rural, 04 de abril de 2010).

que esta política está transferindo renda da sociedade, como um todo, para esse grupo social (DIAS, 2007). Portanto, não há uma transferência de parte do lucro das empresas, mas, indiretamente, da sociedade para a agricultura familiar. Do ponto de vista de políticas públicas, é aceitável a mobilização de recursos da sociedade para investir em setores menos favorecidos. Entretanto, pela via da subordinação, esses recursos podem ser apropriados como lucro pelas empresas, tornando sem efeito o propósito da política pública.

A melhoria na remuneração da produção da agricultura familiar, especialmente de alimentos de consumo interno, é condição para a sua permanência e também implica no acesso aos alimentos dos trabalhadores urbanos, pois, há uma vinculação entre a baixa remuneração da produção de alimentos aos produtores como forma de não pressionar os salários urbanos (OLIVEIRA, 1980). Assim, uma redução na produção de alimentos em benefício da produção de matéria-prima para os bicombustíveis, exemplo da soja para o biodiesel, poderá repercutir na redução da oferta de alimentos, o que implicará no aumento do valor dos alimentos, podendo produzir um achatamento dos salários.

Dentro das características apontadas acima, estão aspectos do movimento geral de acumulação do capital e, ao mesmo tempo, aspectos da participação de um grupo social no processo de acumulação. Quando se observa apenas os aspectos da participação do agricultor familiar, fica evidente que sua perspectiva é de melhorar sua condição de vida e sua permanência como produtor, e isto fica claro aos agricultores ao constatarem que a produção e venda da soja para biodiesel aumenta em cerca de 20 a 25% o lucro do produtor. Como afirma Gilmar Katzer: “Esse ano, nós temos 4,5% a mais do que o preço de mercado, mais R\$ 2,00 para a soja convencional e R\$ 1,00 para a soja transgênica. Nós vimos que essa diferença influencia em cerca de 20% a 25% o lucro do produtor”. Na visão e nas palavras de Fábio Göttems, produtor do Assentamento Rio Paraíso: “Dá cerca de R\$ 3,50 por saca. Numa produtividade de 50 sacas por hectares, aumenta em torno de R\$ 150,00 a R\$ 160,00 por hectare. Isso aí é um aumento de lucro”⁷. Como se pode observar nas afirmações dos agricultores, o bônus é um adicional ao lucro e, portanto, um atrativo para o ingresso na atividade de produtor de matéria-prima para o biodiesel.

Entretanto, o pagamento de bônus, conforme afirmam outros assentados, depende da concorrência entre as empresas. Carlos Alberto⁸, produtor do assentamento La-

7 Entrevista ao Globo Rural em abril de 2010.

8 Entrevista realizada em 12 de julho de 2010.

goa do Bom Fim, no município de Perolândia, afirma que: “nos últimos dois anos eu não recebi o adicional de dois reais por saca de soja; me disseram que, como aqui só tinha uma empresa que comprava, ela acabava não pagando”[sic]. No assentamento Rio Verdinho, município de Rio Verde, a assentada Idelma Maria⁹, conta que, na safra 2009/2010, a empresa do Grupo Bertin, que financiou a produção dos assentados, não pagou os 4,5% sobre o valor que ela adiantou aos produtores. A assentada exemplifica dizendo: “vamos supor que minha dívida, referente ao empréstimo que a empresa fez para eu plantar, fosse 400 sacas de soja, e eu entreguei 800 sacas colhidos, a empresa só pagou o adicional de 4,5% sobre os 400 e não sobre os 800 sacos entregues”[sic]. Segundo a assentada, para a safra 2010/2011, os produtores do assentamento estão negociando com outras empresas com o objetivo de receber os adicionais sobre toda a produção e, ainda, pré-determinar o preço de parte da produção da soja, antes da colheita, quando, normalmente, o preço é melhor, por haver ainda uma expectativa de oferta; já no período da safra, as empresas pagam o preço de balcão.

Os exemplos mencionados indicam que, além da subordinação dos produtores familiares às empresas, inerente ao sistema produtivo, elas buscam retirar as “vantagens” decorrentes das exigências das políticas do selo social, seja pelo controle do território, quando uma só empresa adquire a produção, seja pelo controle do financiamento da produção. Essa lógica da apropriação, própria do sistema capitalista, impõe ao subordinado a necessidade de ampliar sempre a sua produção e produtividade como uma forma de compensar essa transferência. Assim, a ideia de produzir cada vez mais se impõe, seja pela necessidade de saldar as dívidas, seja como forma de “aumentar os lucros”.

A adesão de assentados à produção de soja para o biodiesel, no Sudoeste de Goiás, está aumentando, como se afirmou anteriormente. A compreensão dessa realidade requer um aprofundamento maior da pesquisa. É preciso ampliar a construção da análise no sentido de desvendar os imbricamentos entre os interesses das políticas públicas, das empresas, dos produtores familiares, dos mediadores sociais e dos consumidores. A lógica do discurso de que uma boa parceria é a que todos ganham não se aplica ao processo de produção da agricultura familiar para o biodiesel. Entretanto, a margem de esperança desses produtores está na chamada inclusão socioeconômica, pois, historicamente, sempre foram colocados à margem dela. Poder se colocar na condição de

9 Entrevista realizada em 13 de março de 2010.

sujeito, em um processo produtivo, mesmo que em uma correlação de forças desiguais, mostra a importância sociopolítica desse grupo social, pois a subordinação não está no produto em si, mas nos processos produtivos.

Considerações finais

O programa Selo de Combustível Social, associado ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que obriga as empresas processadoras de biodiesel a adquirir matérias-primas da agricultura familiar, introduziu novos elementos na organização desses produtores, que se caracterizam pela produção de alimentos, sendo responsáveis por 70% dos alimentos produzidos no país, conforme Censo da Agricultura Familiar (IBGE, 2006). Essa obrigatoriedade criou um vínculo entre os agricultores familiares e as empresas processadoras, que passaram a depender da produção de matérias-primas oleaginosas, utilizadas na produção de biodiesel.

Ao estabelecer incentivos fiscais diferenciados às culturas de mamona e palma e às regiões Nordeste, Norte e Semiárido, o governo tentou dar uma ênfase regional ao programa. Entretanto, como foi colocado na discussão, a soja tornou-se a principal cultura na produção do biodiesel, apesar do baixo teor de óleo, comparativamente às outras culturas.

Além disso, os estados que apresentam a maior produção de biodiesel, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Goiás, estão nas regiões Centro-Oeste e Sul. Este fato mostra que, apesar dos incentivos maiores para as regiões Nordeste e Norte, o que está determinando a produção do biodiesel é a localização das empresas processadoras e a cultura da soja como matéria-prima. Dessa forma, pode-se afirmar que o caráter de correção de desequilíbrios regionais não surtiu efeito, pois a produção está ocorrendo justamente nas regiões onde o padrão técnico está consolidado.

Do ponto de vista da produção de soja para o biodiesel, diferente dos produtores da Região Sul, especialmente daqueles do estado do Rio Grande do Sul, onde predominam agricultores familiares, os produtores de soja da Região Centro-Oeste não se enquadram nessa categoria, fato que, em um primeiro momento, dificultou a aquisição da matéria-prima. A solução, fora dos processos de burla dos pré-requisitos, foi o incentivo aos agricultores familiares para produzirem soja, especialmente nos assentamentos onde há condições propícias para o cultivo dessa cultura.

Em Goiás, na microrregião do Sudoeste de Goiás, principal região produtora de soja, nos últimos quatro anos o número de produtores assentados produtores de soja

para o biodiesel passou de 40 para 350, conforme dados da COPARPA. Esse movimento crescente alterou a organização da produção dos assentados, que na sua maioria produziam leite e alimentos como principal atividade, passando agora à produção de soja. Verifica-se que, apesar de melhorar a remuneração da produção, muitos assentados, especialmente os que não dispõem de recursos financeiros, estão vendendo ou terceirizando a exploração das suas áreas, criando assim, um processo de concentração da propriedade nos assentamentos.

Pode-se inferir que a crescente adesão de assentados ao programa do biodiesel repercute em diferentes interesses. O esforço para aumentar a produção de biodiesel, na perspectiva da política energética, está em reduzir a nossa dependência da importação de diesel, que soma mais de 50% dos combustíveis usados no país; a perspectiva das empresas processadoras está em ampliar o mercado para o óleo de soja, que é considerado um subproduto no processamento de grãos para a produção de proteínas. Assim, além de aumentar o mercado para o óleo, o preço pago pelo biocombustível é superior ao óleo comestível.

A perspectiva do movimento sindical, que participou na articulação da criação do Selo Combustível Social, está em ganhar espaço na definição de políticas públicas que possam atender interesses de seus representados; a perspectiva de organizações locais, como cooperativas, a exemplo da COPARPA, está em ampliar a sua base de atuação; a perspectiva dos produtores está em aumentar a remuneração de sua produção. Todos esses interesses, dentro de uma lógica capitalista, podem ser convergentes e contraditórios, ao mesmo tempo. Incentivar a produção de matérias-primas para a geração de combustíveis pelo conjunto de produtores de alimentos, certamente terá consequências que impactarão o conjunto da sociedade naquilo que lhe é mais essencial, a alimentação.

Referências

- ABRAMOVAY, R; MAGALHÃES, R. *O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais*. Disponível em: http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2007/Biodiesel_AIEA2_Portugues.pdf. Acesso em: 25.06.2010. p. 1-22.
- ANGARITA, E. E. Y. et al. "Produção de óleos vegetais e biodiesel: tecnologias e análise do ciclo de vida. In: CORTEZ, L. A. B.; LORA, E. E. S.; GÓMEZ, E. O. (Orgs.). *Biomassa para energia*. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2008. p. 531 – 571.

- BERNARDES, J. A. “Circuitos da produção na fronteira agrícola moderna: BR 163 mato-grossense.” In: BERNARDES, J. A.; FILHO, O. L. F. (orgs.). *Geografia da Soja: BR 163 — fronteira em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. p. 13- 37.
- CAMPOS, A. A.; Carmélio, E. de C. “Construir a diversidade da matriz energética: o biodiesel no Brasil.” In: ABRAMOVAY, R. (Org.) *Bicombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: Editora Senac, 2009. p. 59- 97.
- DIAS, G. L. da S. *Um desafio novo: o biodiesel. Estudos Avançados*. 2007, vol. 21, n. 59.
- HOUTART, F. *A agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital?* Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2010. 324p.
- JOSEPH, L. C. R. et al. “Bicombustíveis, livre Mercado e agronegócio: a impossibilidade de se solucionar a crise energética ou de se reduzir o consumo?” In: ZAVALA, A. Z.; PEREIRA, B. D. (Orgs). *Desenvolvimento regional e a economia de mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2009. p. 109-136.
- OLIVEIRA, A. U. “Agricultura e indústria no Brasil”. In: *Anais do 3º Encontro Nacional de Geografia Agrária*. CNPq, Itatiaia/RJ, 1980.
- PEIXINHO, D. M. “A espacialização da soja em Mato Grosso.” In: BERNARDES, J. A.; FILHO, O. L. F. (orgs). *Geografia da Soja: BR 163 — fronteira em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. p. 153-175.
- KATZER, R. T. *Da labuta para a conquista da terra aos labirintos da sojicultura: um olhar sobre o Assentamento Rio Paraíso, em Jataí (GO)*. Dissertação de Mestrado em Geografia. IESA, Universidade Federal de Goiás, 2005.
- O lucro com biodiesel. Globo Rural 04 de abril de 2010. Disponível em: http://globo.rural-tv.globo.com/TVGlobo/Jornalismo/Telejornais/globo.rural/CDA/tvg_cmp_globo.rural_noticia_imprimir/0,28073,340267,00.html. Acesso em 25.06.2010.

O Selo Social no âmbito da produção de biodiesel no Nordeste

José Bertoldo Brandão Filho

Introdução

O atual modelo de desenvolvimento enfrenta novos desafios no sentido de otimizar as relações econômicas, políticas, culturais e socioambientais. Os desequilíbrios ambientais relacionados às alterações climáticas implicaram na movimentação do capital e do Estado para a busca de novas alternativas de produção de energia e de gestão territorial, cujas buscas envolvem pactos sociais, políticos e econômicos, por parte dos principais agentes hegemônicos, no sentido da viabilização dos novos projetos de acumulação. Dentre as principais mudanças em evidência, destacam-se as transformações nos padrões de produção e consumo de energia.

Por ser este setor um dos principais pilares da acumulação capitalista, e sem o qual os meios de produção não poderiam ser postos em movimento, o surgimento de fontes energéticas alternativas em relação à matriz dominante é um fato evidente. Entretanto, o processo de mudança matricial vem engendrando não apenas pactos, mas também conflitos. Existem interesses econômicos e políticos em disputa nas diferentes escalas e que são relativos aos recursos disponíveis e às formações sociais e culturais de cada território. Nesse sentido, as relações entre pequenos produtores rurais familiares com as grandes empresas produtoras de biocombustíveis são processos complexos e que devem ser compreendidas no âmbito do atual paradigma socioeconômico.

As questões que envolvem o planejamento do capital e dos gestores do território, assim como as diferenças de interesses entre os diferentes agentes hegemônicos e não hegemônicos, são questões mais profundas que nem sempre são visíveis na superfície das relações sociais, seja nas formas de articulação entre o pequeno produtor familiar e as empresas, seja com o Estado. Vive-se uma fase em

que a concentração de capital é cada vez mais evidente; logo, tornam-se ainda mais complexas as contradições.

Entretanto, os gestores públicos apresentam saídas no sentido de minimizar os possíveis conflitos entre o processo de acumulação do capital e a exclusão de trabalhadores. Determinadas políticas públicas tentam constituir formas de distribuição de renda e de inclusão de parte desses pequenos produtores rurais.

A articulação entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental constitui um esforço para a solução das diferenças econômicas e sociais e pode assumir formas de políticas públicas que pretendem resolver demandas regionais historicamente reprimidas, tal como ocorre no nordeste brasileiro. Nas regiões mais desenvolvidas, esses problemas se manifestam em níveis diferentes. Essas diferenças regionais devem ser compreendidas no âmbito da lógica do capital, que se traduz através da produção de mais-valia, tida como essência do processo de acumulação, e do desenvolvimento desigual e combinado, que também é fundamental para a sua realização (SMITH, 1988).

No contexto das propostas nacionais de minimização da crise energética e ambiental através da produção de energia renovável, se encontra presente a preocupação com as diferenças econômicas e sociais regionais. A proposta de produção do biodiesel está associada à tentativa de viabilização da inserção social da agricultura familiar, através do programa *Selo Combustível Social* como instrumento de articulação entre interesses econômicos e políticos dos diversos agentes envolvidos, viabilizando o pacto econômico entre empresas produtoras e distribuidoras de biodiesel e os pequenos produtores familiares, tendo o Estado como mediador, na produção de políticas públicas e na gestão do território. Nesse sentido, o selo social se configura como importante instrumento de articulação do desenvolvimento econômico e inclusão social, com vistas à minimização dos desequilíbrios regionais.

Quando se trata da redução das disparidades regionais, o foco passa a ser a Região Nordeste, a qual vem constituindo o alvo preferencial das políticas sociais do atual governo no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Em que medida isso é possível na lógica da competitividade e produtividade essenciais para a reprodução ampliada do capital? Mesmo contando com o apoio de políticas públicas compensatórias, em que condições a pequena produção agrícola familiar consegue ou não se articular com o capital empresarial modernizado e atuante em escala global?

Para Harvey (2005), partindo da visão de Marx nos *Grundrisse*, a solução distributiva de renda no modo de produção capitalista apresenta-se como medida paliativa. A produção, a troca, a distribuição e o consumo são partes de uma totalidade. Os

agentes hegemônicos (que pertencem ao “circuito superior” da economia) controlam todas as partes do processo produtivo, isto é, sua totalidade; os agentes produtivos representados pelos pequenos produtores (situados no chamado “circuito inferior”) apenas dominam os elementos relativos às escalas da vida cotidiana (SANTOS, 1979).

Objetiva-se, neste trabalho, analisar a sustentabilidade socioeconômica da produção familiar no Nordeste a partir das relações que se estabelecem com a grande empresa pública, a Petrobras, no atual contexto de divisão territorial do trabalho e de reprodução do capital. Tendo em vista a necessidade de um recorte espacial representativo, optamos pelo estudo no município de Quixadá, na microrregião de Quixeramobim, no estado do Ceará, no sentido de avaliar a importância da Petrobras no que tange às mudanças que vêm ocorrendo na agricultura familiar. Para analisar a importância das atuais transformações, faz-se necessário entender os processos econômicos e políticos nordestinos a partir da última metade do século XX.

O Nordeste na atual divisão territorial do trabalho

A tentativa mais estruturada de coordenar o desenvolvimento do Nordeste se resolve no movimento de reprodução do capital no Brasil. O particular se esgarça assim num feixe de determinações abstratas, as quais se cruzam para gerá-lo (Francisco de Oliveira, 1982).

Sabe-se que na década de 1950 o nordeste brasileiro foi alvo de importantes políticas públicas regionais que tinham como objetivo sanar parte das desigualdades sociais que o assolava. Entretanto, a questão que norteou essas políticas não era somente a desigualdade social. Os projetos de desenvolvimento industrial e urbano centrados na região Sudeste, no contexto da “Guerra Fria”, moveram o capitalismo em torno de propostas voltadas à redução dos conflitos entre capital e trabalho visando possibilitar a inserção da fase desenvolvimentista do capital no Brasil.

Atualmente, as ações integradas do capital e do Estado visam também possibilitar um modelo de desenvolvimento que possibilite a acumulação no cerne de uma “nova ordem”. Compreender a dinâmica desse processo implica a compreensão e o domínio dos novos problemas, tais como o agravamento da assimetria entre desenvolvimento econômico e social, com base no desenvolvimento científico e tecnológico, o crescimento vertical do consumismo de novos objetos e símbolos, que compõem um novo paradigma econômico desenvolvimentista, que tem como gargalos a sustentabilidade social e ambiental. Portanto, os desequilíbrios regionais e de classe, ao mesmo tempo em que se constituem em problemas para

a acumulação capitalista, também servem como oxigênio para a competitividade e para a sua reprodução.

O crescimento econômico via concentração de capital implica em geração de pobreza que, por sua vez, implica na reprodução da dependência política e econômica das populações nativas e locais em relação à modernização tecnológica do circuito superior. Para Santos (1979), as atividades do circuito inferior não desaparecerão por completo e a pobreza não será erradicada. Entretanto, novas formas de relações se estabelecem entre capital e trabalho sob a mediação do Estado.

A região Nordeste se caracteriza pela existência de níveis de exploração perversas, através das velhas oligarquias, sendo as maiores vítimas os pequenos produtores e trabalhadores rurais. Essas “velhas” formas de acumulação são vistas como obstáculo para um desenvolvimento capitalista moderno, com óticas calcadas em novas relações sociais de produção. Na sua essência, essas formas continuam mantendo “velhas” estruturas históricas de relações que também alimentam a reprodução do capital, visto que este se alimenta das contradições. Ou seja, o que possibilita a acumulação ampliada do capital é a produtividade do trabalho, no cerne dos avanços das novas tecnologias em níveis cada vez mais concentrados. Nesse contexto vêm ocorrendo as atuais formas de desenvolvimento no Nordeste. De acordo com Castro,

“Uma análise das características sociais e econômicas indica que, apesar da modernização e do avanço de setores da economia regional nas últimas décadas, suas questões sociais e políticas permaneceram pouco alteradas. Esta situação coloca uma questão mais geral, ou seja, aquela dos processos que definem ritmos e profundidade de mudanças econômicas e sociais, de modo espacialmente diferenciado” (CASTRO, 1992: 16-17).

A partir do final do século XX, o Nordeste vem acelerando o seu processo de desenvolvimento, entretanto, em que medida esse novo desenvolvimento muda as estruturas oligárquicas e minimiza os históricos problemas da exclusão?

No Ceará, segundo Elias (2005), durante séculos a economia foi alicerçada na pecuária extensiva, na agricultura de subsistência, no extrativismo vegetal e na produção comercial de algodão, mas, nas últimas décadas, é visível a reestruturação econômica e territorial no estado. Assim, com a multiplicação das políticas direcionadas para a viabilização da produção e do consumo globalizados, o território abriu-se às influências exógenas e aos novos signos contemporâneos. A intensificação do capitalismo no campo constitui um dos processos em curso.

Sabe-se que as velhas oligarquias nordestinas perderam espaços governamentais. Entretanto, seus herdeiros políticos continuam exercendo forte influência no comando político e econômico regional. Quase sempre os setores mais progressistas, no sentido da participação popular nas instâncias de governos, necessitam fazer pactos com as oligarquias dominantes, tanto para chegar ao governo como para governar. Ademais, as mudanças de grupos de classes nas instâncias de poder também fazem parte de estratégias para reproduzir os interesses de reprodução do capital em escala global.

No atual contexto há diferenças na reorganização do território, que se manifestam no local como tentativas de adaptação aos atuais processos de reprodução do capital. Assim, o selo social através do programa do biodiesel se insere em um contexto no qual a acumulação capitalista necessita também do Estado na elaboração de políticas que possibilitem “alianças de classes” e articulações de territórios.

O Nordeste apresenta profundas contradições entre pobreza e concentração de renda, entretanto, apesar dos problemas naturais e da pobreza estrutural¹, o sertão Semiárido dispõe de uma área aproximadamente 900 mil km² que reúne grande diversidade de recursos naturais e abriga solos apropriados para desenvolver uma agricultura irrigada em condições competitivas, desde que sejam utilizadas tecnologias modernas e que as novas formas de desenvolvimento sejam compatíveis com as condições culturais locais e com o equilíbrio ecológico. Nesse sentido, evidencia-se que a pequena produção familiar é mais adequada a um modelo econômico de desenvolvimento sustentável, constituindo o selo social, relacionado à produção de biodiesel, um caminho importante.

Solucionar ou minimizar as diferenças sociais e regionais?

O biodiesel é um dos componentes de inclusão social e desenvolvimento regional, no sentido de favorecer a participação da agricultura familiar na cadeia de produção e desenvolver as regiões Norte e Nordeste (com ênfase maior no Semiárido nesta última). De acordo com a Lei 11.116/05, a isenção de tributos federais é total para o biodiesel produzido a partir de qualquer oleaginosa proveniente da agricultura familiar nessas áreas, e parcial se for produzido de qualquer matéria-prima obtida da agricultura familiar para outras regiões do país. O acesso à isenção de tributos federais está, entretanto, condicionado à concessão do Selo Combustível Social às empresas de biodiesel².

1 O Semiárido brasileiro possui uma área de 895.931,3 km², representando 10,5% do território nacional (VIDAL, p. 198 - nota).

2 Dec. 5.297 de 6 de Dezembro de 2004 e Dec. 6.458 de 14 de maio de 2008.

Essas políticas públicas, que se expressam através do selo social do biodiesel, com o objetivo de minimizar as diferenciações sociais e regionais, inserem-se no contexto de uma nova divisão territorial do trabalho, significando articulação de novas formas de acumulação com base na inserção de forças sociais produtivas locais, no sentido de otimizar as relações econômicas, sociais e políticas, em cujo contexto o Nordeste se insere enquanto força produtiva.

Além de garantir a compra da produção na cota estabelecida, o selo social do biodiesel exige que a indústria produtora pague o preço por quilo combinado com antecedência em acordos coletivos e ainda ofereça assistência técnica aos agricultores familiares parceiros. Em contrapartida, a empresa consegue créditos a juros mais baixos e benefícios fiscais. As relações econômicas entre grandes produtores, transformadores de matéria-prima, são mediadas pelo Estado através de leilões coordenados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Os benefícios proporcionados pelo Selo Combustível Social incentivaram a instalação de usinas de biodiesel no Nordeste. Entretanto, em 2009, a Brasil Ecodiesel fechou suas duas unidades em Cratéis (CE) e Floriano (PI). Os motivos do fechamento foram a distância com relação aos centros de produção e baixa oferta regional de oleaginosas. Além disso, a logística deficiente contribuiu para a baixa competitividade dessas usinas.

Outro problema apontado pelas empresas privadas é a concorrência da Petrobras Biocombustível no Nordeste. Essa empresa triplicou sua capacidade de produção na região. Por outro lado, os dirigentes da P BIO afirmam que a responsabilidade da usina estatal com a agricultura familiar é bem maior do que a de qualquer outra usina.

Segundo Freitas, “com a ampliação, a Petrobras poderá se tornar a maior produtora de biodiesel do país” (FREITAS, 2010: 61). No primeiro trimestre de 2008, segundo informações da Petrobras, as usinas de Candeias (BA), Montes Claros (MG) e Quixadá (CE) apresentavam capacidade total de produção em torno de 171 milhões de litros/ano. No primeiro semestre de 2010 as três usinas registravam capacidade conjunta de produção de 326 milhões de litros, com estimativa de 434 milhões de litros no final do mesmo ano.

Por que uma companhia estatal apresenta maiores possibilidades de sucesso do que as empresas privadas? A primeira observação está nas estratégias utilizadas pela Petrobras Biocombustível: para obter o selo social a empresa necessita comprar 50% de sua produção da agricultura familiar, mas não é obrigatório o uso da matéria-prima para a produção de biodiesel. Assim, a empresa compra a mamona e a estoca, sendo a mesma utilizada para produção de um óleo nobre que é muito valorizado pela indústria

ricinoquímica. Em contrapartida, compra soja de outras regiões e a utiliza para produzir o biodiesel. Tal estratégia não a diferencia das demais empresas.

Nesse sentido, a Petrobras garante a sua imagem de compromisso social que, por sua vez, se realiza como capital simbólico e se reflete nos processos eleitorais dos agentes políticos e econômicos hegemônicos. A estatal cumpre as regras estabelecidas pela legislação, mas utiliza-se de outras vantagens, tais como as “vantagens espaciais comparativas”, traduzidas em termos de localização. A unidade industrial de Quixadá se localiza em um entroncamento de vias que conectam vários estados do Nordeste, o que favorece a distribuição do biocombustível no mercado, assim como em relação aos custos do capital fixo, principalmente no que se refere ao preço do solo.

Nas palavras da gerência da Petrobras em Quixadá, a produção do biodiesel somente é viável sob o tripé desenvolvimento econômico, social e ambiental. Entretanto, em cada contexto de acumulação do capital quem dá as regras do jogo para os processos e escolha do modelo de desenvolvimento são as forças econômicas e políticas hegemônicas. Os pequenos produtores e os trabalhadores rurais são apenas objeto desses processos. A agricultura familiar tem um papel importante no conjunto econômico e nas possibilidades de equilíbrio das relações sociais, mas, por sua vez, não tem o controle dos processos.

Vale destacar que na unidade de produção familiar a prioridade se encontra na produção de valores de uso, ou seja: a subsistência dos indivíduos vem em primeiro lugar. Entretanto, essa unidade também se articula com o mercado, a exemplo da produção do biodiesel, produzindo valores de troca, significando estabelecimento de novas relações entre produtores agrícolas e industriais.

Se nos estabelecimentos da produção familiar, quando as relações com o mercado eram limitadas, predominavam relações de solidariedade orgânica, natural, que existiam em função da troca de energia entre seus elementos, atualmente é possível identificar uma solidariedade organizacional, uma vez que sobre ela se impõem arranjos organizacionais, cuja coesão é baseada em origens distantes, que lhes são estranhas³. Essa solidariedade organizacional se vincula ao atual modelo de competitividade, no qual a solidariedade orgânica se debilita. Nesse sentido, a unidade do grupo se fragiliza e, por sua vez, fica mais suscetível aos processos externos de

3 Ver: Martins, José de Souza e Foracchi, Marialice Mencharini. Sociologia e sociedade. Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977, pag. 30; Santos, Milton. A natureza do espaço. Editora Hucitec, 1996, p. 226.

dominação. Tais aspectos revelam a necessidade de criação de novas formas de dominação a cada nova fase de acumulação.

A agricultura familiar no Nordeste

A inclusão da agricultura familiar continua sendo o maior desafio, principalmente na região Nordeste. O governo admite que os incentivos do selo social não foram suficientes para enfrentá-lo, afirma Alice Duarte⁴. De acordo com Abramovay (2009), uma das críticas ao programa do biodiesel refere-se a uma possível sucumbência do seu componente social. O programa foi criado com o objetivo claro de fortalecer a agricultura familiar como um todo e, em especial, a do Nordeste e do Norte.

Em 2007, segundo o autor, o Nordeste produziu 122,82 milhões de litros de biodiesel, participando com 31% da produção nacional, que contou com um total de 402,17 milhões de litros. Cerca de 36 mil agricultores familiares venderam oleaginosas para as indústrias do biodiesel, o que representou 18% do combustível produzido. Entretanto, ainda que se considerem as vantagens em relação às demais regiões no que se refere aos incentivos à produção familiar, o Nordeste produziu menos do que o Sul. Portanto, o desempenho da agricultura familiar, em 2007, foi muito abaixo do esperado. Embora tenham sido contratados cerca de 30 mil agricultores, apenas 5 mil de fato venderam sua produção às empresas de biodiesel (ABRAMOVAY, 2009).

Felipe Bächtold, com base nos dados do IBGE, informa⁵:

A produção de mamona e de girassol recua. (...) As duas culturas tiveram re-cuos em áreas plantadas e em toneladas produzidas da safra 2009 para a de 2010 (...) A produção de girassol caiu 17%, e deve fechar 2010 com 81,6 mil toneladas produzidas. A área cultivada da mamona também encolheu 17%. A estimativa é que haja 137 mil hectares de plantações (...). A produção de biodiesel cresceu no país nos últimos anos, mas baseado na soja, originada no agronegócio de larga escala.

As análises apresentadas tornam evidentes as contradições entre as propostas de integração da pequena agricultura familiar via o programa governamental do PNPB, coordenado pelos agentes institucionais locais, em parceria com as grandes empresas produtoras de biodiesel. Não há possibilidades de igualdades de condições nas relações entre pequeno produtor familiar e grandes empresas produtoras estatais ou privadas, sob a tutela

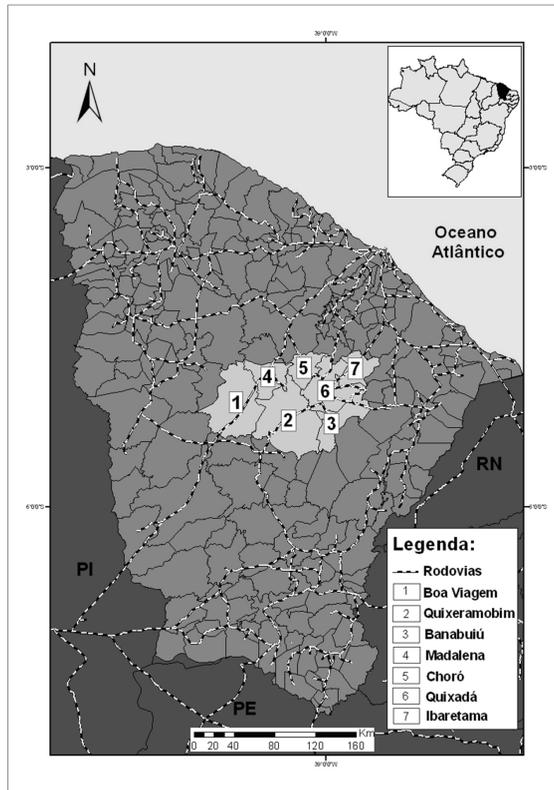
4 Revista Biodieselbr (Dez. 2009/Jan. 2010, p.28).

5 Artigo publicado pela Folha de São Paulo, Commodities, B6 (mercado), em 8 de janeiro de 2011.

do Estado. Os projetos oriundos das instâncias governamentais são, portanto, projetos essencialmente conjunturais e não alteram as estruturas do modo de produção dominante.

Entretanto, no cerne dessas contradições entre inclusão de produtores familiares e desenvolvimento econômico regional do Semiárido nordestino e, na medida em que os diferenciais de ordem natural, histórica, social e cultural constituem obstáculos para a implantação de novas formas de desenvolvimento econômico e social na microrregião do Sertão de Quixeramobim, tais aspectos contraditoriamente também a elegem para ser um dos polos de aplicação do Selo Social do PNPB. O que isso representa para os agentes hegemônicos e para a população objeto da ação desses agentes?

Mapa 1: Microrregião de Quixeramobim/CE



Fonte: IBGE. Elaboração: Fernando Moreira – NUCLAMB/UFRJ.

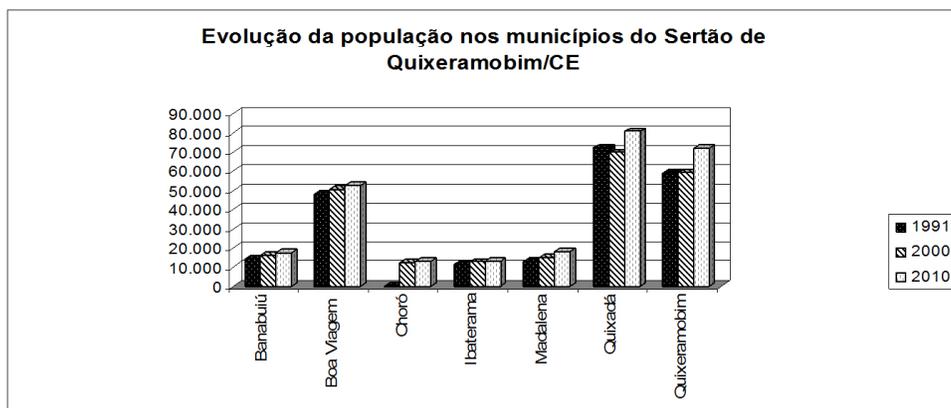
Deve-se destacar que uma das vantagens comparativas no âmbito da logística é a localização da microrregião nas proximidades de Fortaleza (Mapa 1) e sua proximidade

dade do oceano, favorecendo a articulação com outros estados nordestinos e com o Sudeste, o que constitui possibilidades de vantagens competitivas.

Ao analisar as questões que envolvem o biodiesel e o selo social no território nordestino é fundamental identificá-las nas estruturas das relações de poder, uma vez que nesse cerne se estabelecem pactos e conflitos que são regidos pelas mesmas. Para Raffestin (1993, p.164) “toda relação delimita a ação de um campo no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota”. Na microrregião pesquisada observam-se ações integradas, engessadas pelos agentes do Estado e do capital. Em outras palavras, o projeto PNPB é coordenado por representantes do governo municipal, com a participação dos recursos do governo federal e estadual, tendo a Petrobras como principal agente do capital, sendo as mediações entre Estado/capital e agricultores familiares efetuadas pelas instâncias sindicalistas nas várias escalas e associações da categoria.

Ainda segundo Raffestin (1993), a população é a fonte e o fundamento do poder devido à capacidade de inovação ligada ao seu potencial de trabalho. Entretanto, as relações de poder econômico e político relacionam-se ao potencial de articulação da produtividade e da competitividade do território. Isso implica na articulação da utilização de recursos humanos, naturais, técnicos e de capital. Com o objetivo de analisar os recursos humanos microrregionais e o significado dos níveis de evolução da população e suas condições econômicas e sociais, o gráfico 1 e a tabela 1 nos auxiliaram.

Gráfico 1



Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991; 2000 e 2010. Elaboração: Brandão Filho, J.B.

No gráfico 1, comparando-se a evolução da população entre 1991 e 2010, observa-se que o município de Quixadá é o que conta com maior contingente populacional. Entretanto, Quixadá e Quixeramobim aumentaram a população com maiores incrementos entre 2000 e 2010. Deve-se considerar que a fase de maior incremento de desenvolvimento se dá muito recentemente, a partir de 2006, ocorrendo crescimento da população em níveis diferenciados também em outras microrregiões.

No referido gráfico pode-se também observar que a evolução da população entre 1991 e 2000 é relativamente pequena. Isso possivelmente ocorre em função das políticas públicas de maiores impactos sobre o Nordeste ainda não existirem na região do Semiárido no período. A microrregião de Quixeramobim foi grande produtora de algodão até os anos 1970, principalmente em Quixadá. Entretanto, a partir dessa década, não há referência de atividades econômicas que dinamizassem a economia local. Nesse sentido, a microrregião, caracterizada pelo domínio da pobreza, não se configurou como atrativo de capital e de força de trabalho urbana ou rural.

Tabela 1: Evolução da população e população urbana e rural em municípios do Sertão de Quixeramobim

Município	População total			Urbana 2010		Rural 2010	
	2000	2010	Cresc. (%)	População	%	População	%
Banabuiú	16.173	17.320	7,10	8.760	50,58%	8.560	49,42%
Boa Viagem	50.306	52.521	4,40	26.622	50,69%	25.899	49,31%
Choró	12.001	12.853	7,10	3.794	29,51%	9.059	70,49%
Ibaterama	12.561	12.928	2,90	4.449	34,41%	8.479	65,59%
Madalena	14.864	18.086	21,67	8.915	49,29%	9.170	50,71%
Quixadá	69.654	80.605	15,72	57.482	71,31%	23.123	28,69%
Quixeramobim	59.235	71.912	21,40	43.446	60,41%	28.466	39,59%
Totais	234.794	266.224	13.4	153.468	57.6	112.756	42.4

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 2010. Organização: Brandão Filho, J. B.

Na tabela 1, que mostra a evolução da população total entre 2000 e 2010, observa-se crescimento em torno de 13,4% na microrregião do Sertão de Quixeramobim. Os dados

do Censo Demográfico do IBGE indicam que sua população urbana era de 42,20% em 2000. Se considerarmos o seu elevado percentual de população urbana (57,6%) em 2010, pode-se inferir que a região, na sua composição total, se caracteriza enquanto espaço urbano. Entretanto, deve-se destacar a contribuição da economia agrícola na mobilização do espaço urbano, em especial da pequena produção familiar. Esse processo de incremento da população urbana indica mudanças na mobilidade espacial da população em função da dinâmica econômica estabelecida nos últimos anos, apresentando os municípios de Quixadá e Quixeramobim os maiores percentuais de população urbana.

É importante associar à análise dos dados sobre o incremento populacional a interpretação dos indicadores sociais e econômicos. Vale destacar que o IDH do Brasil, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD⁶, nos anos 2000 era de 0,766, passando para 0,812 em 2009. Tratando do Ceará, o mesmo passou de 0,700 para 0,723, podendo as mínimas mudanças ocorridas possivelmente estar associadas às políticas públicas voltadas para o Nordeste, região que continua apresentando os mais baixos índices do Brasil.

Além do IDH, outro dado que constitui referência na constatação das recentes mudanças socioeconômicas é o aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Os resultados revelam que o Nordeste se manteve estável na participação do PIB desde 2005 até 2008, mantendo neste ano 13,1% do total nacional, observando-se maior crescimento em 2008 em relação a 2007 nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. No caso do Piauí, que obteve o melhor resultado, crescendo 8,8%, os ganhos se relacionam com o crescimento da agricultura, principalmente da soja, com valor agregado. O PIB do Ceará, que alcançou o segundo maior crescimento no mesmo ano, em torno de 8,5%, gerou um valor aproximado de 60,1 bilhões de reais, ou seja, 2,0% do PIB nacional, fato vinculado à produção agropecuária, com destaque para a produção de cereais, que cresceu 136% em relação ao ano anterior devido às condições climáticas favoráveis.

Sem dúvida esse crescimento está associado prioritariamente ao avanço da agricultura moderna e secundariamente à inclusão da produção da agricultura familiar voltada para o biodiesel. Os dados do IBGE anunciam para o Ceará variação real acumulada do PIB de 12,8% no período 1995/2002, passando para 32,9% entre 2002/2008, resultando em variação de 49,9% entre 1995 e 2008⁷.

6 O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), utilizado pelo PNUD (**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**) avalia o desenvolvimento humano com base em indicadores sociais, econômicos e ambientais.

7 Informações obtidas do IBGE em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatísticas, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Observa-se que a microrregião do Sertão de Quixeramobim apresentava em 2000 PIB em torno de 403.616 mil reais, o qual evoluiu para 1.116.376 mil reais em 2008⁸. Em que medida esse aumento do Produto Interno Bruto em torno de 176,59% representou melhorias da qualidade de vida da população na mesma proporção? Na região por nós estudada a concentração de renda é um dos fatores estruturais historicamente conhecidos.

Sabe-se que o Nordeste, em especial o Semiárido, apresenta um dos mais baixos índices de qualidade de vida do Brasil. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que através do PNUD avalia o desenvolvimento humano, com base em indicadores sociais, econômicos e ambientais, mostra a microrregião do Sertão de Quixeramobim com um IDH de 0,622, destacando-se o município de Quixadá com o melhor IDH da microrregião (0,673).

Não resta dúvida de que houve uma certa melhoria na qualidade de vida em boa parte do Nordeste nos últimos anos da atual década, já que maior atenção foi dispensada a essa região com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento regional a partir da implementação de políticas públicas para minimizar as diferenças sociais existentes na escala nacional. Entretanto, as mudanças conjunturais têm profundos limites na erradicação das diferenças sociais e econômicas. A Petrobras Biocombustível e o selo social vêm contribuindo para inclusão de parte da população rural, mas as mudanças também implicam em novos níveis de produtividade e competitividade que sejam coerentes com as necessidades dos níveis de acumulação do capital.

A Petrobras Biocombustível: um novo tempo no sertão?

A Petrobras Biocombustível foi criada no contexto de expansão das políticas públicas para a produção de biodiesel como fonte de energia alternativa, isto é, no sentido de reduzir as emissões de CO₂ e da necessidade de políticas sociais que possibilitassem minimizar os desequilíbrios regionais e sociais. Nesse sentido, o pacto social entre Estado, capital e representantes dos pequenos produtores rurais constituía uma alternativa para viabilizar a expansão do capital, modernizando e implementando novas relações de produção.

A referida estatal funciona na microrregião do Sertão de Quixeramobim (CE),

8 IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela21.

em Quixadá (Figura 1), com aproximadamente 130 funcionários. De acordo com as declarações da direção local, a Petrobras tem excelência industrial única no país, mas não determina o que o produtor deve plantar. Em 2010 produziu 96 mil toneladas de biodiesel, mas a matéria-prima produzida na região, a mamona, não foi utilizada.

Figura 1. Petrobrás Biodiesel/Quixadá



Fonte: Trabalho de campo (jan. 2010). Foto do autor.

Segundo a gerência da Petrobras é necessário trabalhar com flexibilidade: se a matéria-prima for competitiva a Petrobras compra. Como a mamona constitui óleo nobre, é vendida para outros fins e substituída por outros óleos como a soja, na produção do biodiesel⁹. Além da produtividade, outro problema é que só interessa para a empresa a compra da produção em grande escala, mas os pequenos produtores não têm condições de fornecer a matéria-prima nos montantes necessários, nem de alcançar produtividade competitiva, embora haja um expressivo número de assentamentos produzindo. Portanto, há enorme distância entre os objetivos da empresa estatal e as reais possibilidades do pequeno produtor.

Os dados do Censo Agropecuário (2006) indicam que os sete municípios da microrregião contam com 22.350 estabelecimentos cadastrados como produ-

⁹ Trabalho de campo, janeiro de 2010.

ção familiar contra 2.723 estabelecimentos não familiares, os quais equivalem a 12,18% do total.

Tabela 2: Produção familiar e não familiar no Sertão de Quixeramobim/CE

Municípios e microrregião	Agricultura familiar		Não familiar	
	Nº de estabelecimentos	Área (ha)	Nº de estabelecimentos	Área (ha)
Banabuiú	1 236	24 101	187	39 131
Boa Viagem	6 568	83 967	613	68 713
Choró	1 570	23 825	121	19 263
Ibaretama	711	27 197	157	34 690
Madalena	1 644	21 364	64	29 788
Quixadá	4 345	55 136	1 022	87 401
Quixeramobim	6 276	61 559	559	105 104
Sertão de Quixeramobim	22 350	297 149	2 723	384 088

Fonte. IBGE – Censo Agropecuário (2006).

Entretanto, ao considerarmos a área, observamos que a agricultura familiar “controla” apenas 297.149 hectares, enquanto a não familiar se estende por 384.088 hectares, detendo os médios e grandes produtores 56,38% das áreas agrícolas da microrregião de Quixeramobim. Nela existem 300 assentamentos com lotes de 10 a 12 hectares, mas muitos produtores detêm apenas 2 ou 3 hectares, cuja preocupação principal é a produção de matéria-prima para o Selo Combustível Social.

A Petrobrás conta com 10 mil pequenos produtores rurais cadastrados, que trabalham com o consórcio de milho, feijão e mamona. Porém, a mamona não pode ser plantada onde há animais, por ser tóxica e venenosa, implicando na separação entre áreas de plantio e de criação de animais. “A mamona solteira, isso a gente não faz aqui”, afirmou um agricultor entrevistado. A estrutura fundiária, o controle da propriedade ou da posse da terra implica no controle político e econômico do território. Portanto, é fundamental analisar o papel da estrutura fundiária no desenvolvimento econômico e social.

Tabela 3: Número e área de estabelecimentos agropecuários segundo grupos de área – 2006

Municípios, micro e Estado/CE	Menos de 10 ha		10 a menos de 50 ha		50 a menos de 100 ha		100 ha e mais	
	Nº Estab.	Área (ha)	Nº Estab.	Área (ha)	Nº Estab.	Área (ha)	Nº Estab.	Área (ha)
Banabuiú	732	1.913	288	6.453	98	6.816	135	48.049
Boa Viagem	4.321	10.922	1.122	25.829	411	27.402	329	83.627
Choró	596	2.067	486	13.266	75	4.873	74	20.381
Ibaretama	344	1.298	280	6.906	86	5.993	153	47.690
Madalena	1.037	2.820	477	11.483	57	3.892	68	21.286
Quixadá	2.335	5.417	915	21.715	329	21.189	300	88.396
Quixeramobim	4.074	10.162	1.128	26.475	219	14.786	276	115.240
Micro – Sertão/Quixeramobim	13.440	34.600	4.696	112.125	1.275	84.951	1.332	449.559
Ceará	257.459	533.763	53.695	1.242.557	14.915	1.022.887	15.510	5.123.007

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006). Elaboração: Brandão Filho, J. B.

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, expressos na tabela 3, na microrregião de Quixeramobim, na categoria de até 10 ha somam-se 53,6% das propriedades com apenas 5,1% da área rural da microrregião; de 10 a menos de 50 ha são 18,7% do número, detendo 16,5% da área; de 50 a 100 ha existem 1.275 propriedades, ou seja, 5,1% do total da microrregião ocupando 12,47% da área total; de 100 a menos de 200 ha, há 686 propriedades, significando que 2,73% ocupam 13,5% do total da área rural microrregional. Somando-se as propriedades de 200 a menos de 1000 ha, as mesmas representam 2,3% ocupando 33% do território rural da microrregião. Na classe de 1.000 a menos de 2.500 ha, existem 53 propriedades, que correspondem a 0,21% do total de propriedades da microrregião e ocupam 10,8% da área total. As propriedades com mais de 2.500 hectares representam 0,5 do número e detêm 9,05% da área total. Assim sendo, a agricultura familiar ocupa a menor parte do território da microrregião de Quixeramobim.

Deve-se salientar nesta micro os valores mais expressivos, tanto no que se refere ao número de estabelecimentos quanto à área, no conjunto dos estratos, dos municípios de Quixeramobim, Quixadá e Boa Viagem. No caso de Quixadá, nosso objeto de pesquisa, 60,19% do número de estabelecimentos e 3,96 % da área se situam na categoria inferior a 10 hectares; no segmento situado entre 10 a menos de 50 hectares encontramos

23,59% do número e 15,88% da área dos estabelecimentos; entre 50 a menos de 100 hectares detectamos 8,48% do número e 15,50% da área e, no extrato superior a 100 hectares situam-se 7,73% do número e 64,66% da área. Tais dados são reveladores do domínio dos pequenos estabelecimentos em número (92,26%) e dos médios e grandes estabelecimentos em área (64,66%) nesse município polo das ações da Petrobras.

Em Quixadá, município polo do desenvolvimento econômico regional da microrregião de Quixeramobim, com a instalação da Petrobras Biocombustível e a ampliação dos complexos educacionais tecnológicos, de nível médio e superiores, com faculdades de medicina, de agronomia, entre outros, além dos cursos técnicos de nível médio, parece implantar-se um novo tempo no território sertanejo.

Figura 2. Entrega do “Seguro Safra” em Quixadá



Fonte: Trabalho de campo (janeiro, 2010). Foto do autor.

Além da dinamização do espaço urbano um novo movimento pode ser percebido no espaço rural, principalmente após a articulação da agricultura familiar ao selo social do PNPB, uma vez que novos patamares de produção passam a ser exigidos, novas técnicas e níveis de produtividade, no contexto das novas formas de gestão implantadas. Nessas novas formas insere-se o Seguro Safra, que garante pagamento de parte da safra ao pequeno produtor no caso de prejuízos em decorrência de problemas

climáticos ou de pragas (Figura 2). Assim sendo, novos sonhos são evidentes, mas as incertezas também são visíveis.

Se avaliarmos a importância dos impulsos de modernização e incentivos ao pequeno produtor rural, o selo social do PNPB como impulsionador de consumo e circulação de pequeno capital no comércio e nos serviços, os dados indicam alguns avanços no processo de inclusão das classes de baixa renda. Por outro lado deve-se questionar os limites dessa inclusão no que se refere à cidadania e independência política e econômica do trabalhador rural.

Considerações finais

O vaivém dialético na busca da compreensão da essência das novas formas de desenvolvimento econômico e social, apresentando a microrregião de Quixeramobim como mostra dessas formas, nos faz inferir que o atual processo de modernização tem como base a reprodução do capital em novos formatos, porém com os objetivos de sempre. Ou seja, as relações capital-trabalho se dão como viés de pactos na construção do modelo desenvolvimentista, que resulta na concentração de capital e de poder por parte dos grupos empresariais globais e tendo o Estado como mediador dessas relações.

Convém destacar que a lógica do desenvolvimento capitalista somente comporta a inclusão dos diferentes tempos, os tempos rápidos do circuito superior do capital e os tempos lentos do circuito inferior (SANTOS, 1994; 1979) para viabilizar a sua reprodução. A participação pouco consultiva e nada deliberativa, por parte dos agentes sociais representantes dos trabalhadores rurais, indica que a hegemonia de fato pertence ao grande capital e ao Estado, fazendo este o papel de agente no sentido de viabilizar os pactos sociais e econômicos e reproduzir a mais-valia necessária ao crescimento acelerado, em níveis incompatíveis com a sustentabilidade social e ambiental, mas sustentável na lógica da acumulação. Como afirmamos na introdução, a lógica é a do desenvolvimento desigual e combinado.

Nossos estudos podem inferir que o selo social, através do biodiesel, tem como essência a inserção de territórios e pequenos produtores familiares, como produtores e consumidores, nas novas formas de reprodução do capital, na atual divisão territorial do trabalho. As atuais formas de “inclusão” do campesinato são profundamente dependentes de políticas governamentais sob o comando dos interesses hegemônicos políticos e econômicos dos grupos que atuam em macro escalas territoriais. Para o pequeno produtor não há alternativas econômicas independentes. Ou produz o que é solicitado

pelo mercado ou migra para as cidades. Estas já estão estranguladas pelos “inchaços” urbanos produzidos no crescimento desordenado anterior. Ademais, também o problema da formação escolar precária o impede de ascender ao trabalho especializado, de acessar as novas tecnologias e de se integrar aos atuais códigos de relações econômicas e sociais que são cada vez mais complexos e, portanto, dominados pelas empresas.

O equilíbrio econômico e político com a reformulação dos arranjos produtivos e territoriais e a inclusão da produção familiar, em um sistema estrutural concentrador é um desafio governamental e social. A construção da cidadania plena e sem dependência é um gargalo para os agentes estatais governamentais e privados, promotores do desenvolvimento econômico, com base no discurso da sustentabilidade. Os acessos à educação de qualidade e às novas tecnologias são fundamentais para a cidadania plena. Isso implica em mudanças estruturais. Os agentes políticos e econômicos locais ou nacionais não demonstram interesse em resolver as questões estruturais que implicam em exclusão dos trabalhadores rurais e as saídas conjunturais podem apenas resultar em medidas para minimizar os conflitos e viabilizar o modelo de desenvolvimento dominante.

Referências

- ABRAMOVAY, R. (org.). *Biocombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: Ed. Senac. 2009.
- _____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Série Estudos Rurais. Campinas, Ed. Unicamp, 1998.
- ALTVATER, E. “As teorias marxistas e os limites do crescimento.” In: PROCÓPIO, A. (orgs). *Os excluídos da Arca de Noé*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.
- AMORIM, P.Q.R. *Perspectiva histórica da cadeia de mamona e a introdução da produção de biodiesel no Semiárido brasileiro sob o enfoque da teoria dos custos de transação*. Monografia em Economia USP-ESALQ, São Paulo. 2005.
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. PNUD, 2000. <http://www.pnud.org.br>.
- BERNARDES, J. A; BRANDÃO FILHO, J. B. (Org.). *Geografias da Soja II: a territorialidade do capital*: Rio de Janeiro: Arquimedes Edições. 2009.
- BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed Bertrand Brasil, 2000.
- BRANDÃO FILHO, J. B. “Dilemas e desafios da pequena produção agrícola frente à expansão do agronegócio no Piauí.” In: BERNARDES, J. A; BRANDÃO FILHO, J. B. (Org.). *Geografias da Soja II: a territorialidade do capital*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

- CASTRO, I. E. de. *O Mito da Necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1992.
- DÁLIA, Wilson Sotero. “O Futuro da Indústria: Biodiesel.” *Coletânea de Artigos*. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília, 2006.
- ELIAS, Denise. “Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário.” In: SILVA, J. B. da et alii. (org.). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.
- ELIAS, D. e FREITAS, Rosiane Correia de. “Mamona: os problemas desta planta para o biocombustível.” *Revista Biodieselbr*, Ano 3, vol. 15, Fev/Mar, 2010.
- BÄCHTOLD, Felipe. “Produção de mamona e de girassol recua”. *Folha de São Paulo. Caderno Mercado*. 8 de janeiro de 2011, p. B6.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume Editora, 2005.
- OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 1982.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SAMPAIO, José Levi Furtado. *Modernização excludente*. Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense. Fortaleza: Edições Rocha, 2002.
- FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- _____. *Técnica, espaço e tempo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.
- _____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record 2010.
- SMITH, N. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand do Brasil, 1988.
- TOPALOV, C. *Estruturas agrárias brasileiras*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1978.
- VIDAL, Francisco Carlos Barqueiro. “A problemática do Semiárido nordestino à luz de Celso Furtado: permanência da pobreza estrutural.” *Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)*, Salvador, 2006.
- VIEIRA, J. N. de S. “O futuro da indústria: biodiesel.” *Coletânea de artigos: A agroenergia e os desafios para a política agrícola no Brasil*. Brasília, 2006.

Entrevista: O BIODIESEL E O SELO SOCIAL

Entrevistado: Nilfo Wandscheer, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde (STRLRV), MT

Entrevistador: Lourenço Passeri L. da S. Moreira, Mestrando do Programa de Pós- Graduação em Geografia da UFRJ

Entrevistador: O que é a agricultura familiar na BR-163 mato-grossense?

Nilfo: Os hoje considerados agricultores familiares nessa região e no entorno, são na maioria assentados. Nós temos uma diferença de instalação em alguns municípios do norte de Mato Grosso, da região de Terra Nova, Colíder, Nova Canaã, Alta Floresta, onde houve uma colonização. Nós trabalhamos com 20 assentamentos, que são agricultores que foram, nos primeiros assentamentos, assentados com cerca de 200 ha, 100 ha. Hoje, os últimos, têm em torno de 70 ha.

Agora tem a questão: quem é considerado agricultor familiar? É também o que possui um módulo de até 400 ha, desde que não esteja trabalhando com trabalhadores registrados em carteira e que esteja trabalhando com mão-de-obra familiar. Desde que assinou carteira para alguém, ele se torna um proprietário, alguém que emprega gente. O módulo mínimo para as chácaras, que a gente fez, não poderia ser inferior a 4 ha. Se uma chácara de 4 ha, hortifrutigranjeira, de repente tem 10 funcionários, também não é considerada uma agricultura familiar porque ela registra esses funcionários e se torna praticamente uma empresa rural. Uma família de agricultores, para ser considerada familiar, poderia ter até um funcionário, temporário, não permanente.

Entrevistador: Nessa região, os agricultores familiares estão concentrados?

Nilfo: Acho que são pequenas ilhas. Há uma concentração de terras nas mãos de poucos, e muitos com pouco. Esses muitos com pouca terra são pequenas ilhas no meio da grande situação da soja e da pecuária.

Tem os grandes pecuaristas, que tem as grandes fazendas de gado e ali no meio pode existir um assentamento. Eu posso citar, por exemplo, o assentamento Veraneio, que corta Colíder e Nova Canaã, o assentamento Santa Luzia, uma pequena ilha no

meio da grande expansão da soja em Tapurah, o Ribeirão Grande, em Nova Mutum. São pequenas concentrações, ilhas de agricultores familiares. Foi uma pequena fazenda desapropriada pelo INCRA e criado um assentamento.

O grande problema que vem se arrastando durante todos esses anos é que a Reforma Agrária não deu certo, parece que foi feita para não dar certo. Para dizer que tudo é vadio, tudo é vagabundo, ninguém trabalha, então não adianta ajudar esse agricultor. Grande parte desses assentamentos, ao acessar o PRONAF, a própria assistência técnica, que deveria acompanhar a aplicação, aprovado o projeto, ajuda a desviar os recursos.

O movimento sindical também não fez sua parte. O sindicato que assentou tinha as famílias como sócias e essas, depois de assentadas, diziam: “pago o sindicato se o sindicato me ajuda”, e o sindicato dizia, “ajudo se pagar a mensalidade.” Quem vai ter razão nessa parte? E hoje nós temos esse grande problema, que tudo virou comercialização: o cara não consegue sobreviver e vende o direito dele. Aí o “grande” começa a comprar 7, 8, 10, 20 lotes, mas no INCRA não consegue legitimar. Tem que deixar no CPF do pequeno ou colocar uma outra família com CPF como “pequeno” agricultor, que se enquadre como cliente da reforma agrária e servir como “laranja”.

Outra questão é que, com esses recursos desviados, ele (o “pequeno”), se tornou inadimplente. Se o governo tentou fazer hoje uma negociação de perdoar, que nem fez com os “grandes”, não conseguiu porque houve uma falta de mobilização desse pessoal para vir no banco e acertar sua situação.

Entrevistador: Como foi divulgado o PNPB na região?

Nilfo: Começou com a própria FETAGRI, com seus sindicatos. Esse programa já veio e se instalou onde tem produção de soja. Não foi para outras regiões que não produzem soja. Foi assim em Lucas, Ipiranga do Norte... Eu queria deixar claro que o sindicato, aqui, nós não assinamos nenhum contrato e não participamos de nenhuma negociação de um contrato com associados para a produção do biodiesel. Eu questiono e não concordo com a forma.

E outra: temos chacareiro, por exemplo, a atividade hortifrutigranjeira. Quando aparecem os produtores (de soja), que nunca chegaram no sindicato, que nunca sabiam que era um lugar para ser agricultor familiar, porque eles estão filiados ao sindicato patronal, porque eles estão cadastrados como produtores... Aí quando vieram aqui para tentar fazer esse programa, eu falei assim: como eu vou assinar uma coisa se eu nem conheço vocês, vocês nunca apareceram? Vocês não eram grandes produtores

que tinham vergonha de dizer que eram pequenos? Então agora no biodiesel vocês estão querendo entrar?

Este sindicato centraliza esta região. Fizeram todos os encontros do biodiesel, toda a negociação, neste auditório. E como a FIAGRIL é uma das principais empresas, eles davam todo o suporte logístico. Eu recebi todo mundo e falei para o secretário da política agrícola, da CONTAG e da FETAGRI: eu questiono, e vocês sabem a minha posição sobre o Biodiesel. Eu defendo outro modelo. Eu duvido que um agricultor assentado, com 70 ha, com 30 abertos, dizer que vai ser uma alternativa para ele produzir soja para o Biodiesel, que vai dar retorno. Aqui em Lucas, há muitos anos se dizia assim: “é inviável um produtor que não tenha 400, 500 ha querer plantar soja, que não tem como ele sobreviver em cima disso”. Agora, voltar e dizer para “pequeno” agricultor, com 30, 40 ha que ele vai ter um retorno econômico...

Entrevistador: Quem fez a aproximação com os agricultores? Como se estabeleceu o contato entre “pequenos” e “grandes”?

Nilfo: Se deu com presidentes de sindicatos, FETAGRI, CONTAG e as empresas. Eu poucas vezes vi produtores, virem junto, sempre eram os dirigentes de sindicato. E eu, por mais que seja colega deles, tem companheiros que eu tenho que deixar bem claro, que eu não confio; então, se eu não confio, imagina o sócio. E essa questão jurídica, um pouco do contrato, a questão técnica, o pacote, tudo foi assessorado pela FETAGRI.

Entrevistador: E quem confere o título de agricultor familiar?

Nilfo: Ele, por si mesmo, pela atividade que exerce. Hoje, no sistema de cadastro do INCRA, pelo CPF se sabe quem é essa pessoa. Acho que hoje não tem como escapar disso, você fez uma escritura, um registro no cartório, alguém lá em Brasília já puxou o CPF e eles sabem que você registrou, que você tem tanta área de terra, já sabem o que você comercializa, vendeu de soja ou de frango caipira. Hoje tudo exige nota, então é fácil para o sistema eles constatarem isso.

Entrevistador: A EMPAER teve algum papel no processo de inserção do pequeno produtor no PNPB?

Nilfo: É o seguinte: a EMPAER pode emitir a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF). Nós, do sindicato, podemos emitir a DAP. Se eu puxar o CPF já está no sistema se a pessoa é agricultor familiar ou não. Mas eu vou ter que avaliar, é uma

declaração: eu, testemunho, provo que ele é produtor e agricultor familiar. Com essa DAP ele entra no PNPB e a empresa tendo 10% de aquisição dos produtores, ela serve como selo social para adquirir os benefícios, os incentivos e tudo.

Entrevistador: Como, nessa região da soja, o pessoal conseguiu a DAP?

Nilfo: Também tem uma validade essa DAP: são dois ou três anos, não tenho certeza agora. Eu, na verdade, não emiti muitas DAP's. Para chácaras sim: a questão da aquisição para o PRONAF. Como eu falei antes, quem deu a DAP foi a EMPAER. Porque, sinceramente, eu tenho medo de dar uma DAP e depois vir uma fiscalização e dizer: “como você deu a DAP para fulano de tal?” Então, se eu como associado não conheço o sítio, qual é a atividade, como eles desenvolvem a atividade, é muito complicado...

No resto da região, o licenciamento e as DAP's não estão saindo porque não fizeram o processo: a SEMA fala para o IBAMA para assinar o TAC – Termo de Ajuste e Conduta – e emitir as DAP's provisórias: uma enrolação até hoje. E nessa enrolação colocam mais um ingrediente de expectativa e que não saiu, só ficou na promessa: foi que os deputados, os políticos, prometeram pela FETAGRI um recurso de R\$ 3 milhões para fazer o georreferenciamento dos assentamentos, e esses recursos, do Governo Federal, já estariam disponíveis. E esse fundo foi dividido em alguns municípios pelos sindicatos. Toda uma questão política. E não saiu. Qual é a desculpa? Diz que o governo do estado não tem que prestar conta de um recurso federal em áreas federais, que são os assentamentos.

Como jogaram essa questão para resolver esse problema de georreferenciamento e do licenciamento? Na verdade, é uma especulação também de empresas de georreferenciamento que querem ganhar muito dinheiro em cima disso. Aqui em Ribeirão Grande, onde tem assentamentos e grandes produtores, quando começaram a fazer o georreferenciamento mudou muita coisa: as divisas, a área, tudo. Deu muito conflito lá. E enquanto tiver litígio, não sai o georreferenciamento.

Entrevistador: Dentre os que já tem a DAP, as propriedades estão georreferenciadas?

Nilfo: A gente sabe que tem um assentamento em Mato Grosso que tem a LAU (Licença Ambiental Única). Como é que um programa do Biodiesel está lá no município de Itanhanga, que tem praticamente 50% dos contratos hoje, e sabendo que em Itanhanga houve várias intervenções da Polícia Federal e do Ministério Público Federal,

e todas as vezes houve ameaça de retomada de terras que foram adquiridas de forma ilegal e comercializadas para grandes produtores que estão plantando soja lá. Mostra claramente porque há tantos contratos lá: porque o assentamento está nas mãos dos grandes. E como agora o PNPB pode ser implementado lá, e outros programas não? Por isso eu tenho minhas dúvidas.

Entrevistador: Como presidente do sindicato, como você tem atuado no que se refere ao PNPB?

Nilfo: Como eu já disse, eu não assinei nenhum contrato porque não é esse o modelo que eu acho que pode ser uma alternativa. Pelo que eu conheço da região, os agricultores familiares, os assentados que entraram no PNPB, não são eles mesmos que plantam, tem um ou outro: eles arrendam seu lote pro fazendeiro plantar e foi usado o CPF dele.

Eu vejo assim: é exatamente aquele que está lá no assentamento, que não faz parte de nenhuma organização, não está trabalhando em projeto de sustentabilidade, projetos de diversificação e produção de alimentos. É um cara que está lá acomodado, ou até trabalhando, e eu conheço – são pessoas que possuem um lote em um assentamento e arrendam a área para o plantio de soja, para ganhar tantos sacos de soja por hectare, a parte do PNPB – e o CPF dele está sendo usado. Tem o incentivo todo, e ele mesmo está trabalhando lá de operador ou de funcionário do arrendador.

Quer dizer: é esse modelo de reforma agrária que eu questiono. E esse tipo de programa que vem aqui legitimar isso, e fazer com que essas pessoas sejam usadas – e elas nunca vão ter tempo de participar de uma reunião da associação, de uma reunião do sindicato.

Eu defendo um modelo de segurança alimentar, soberania alimentar. E para que se colocou o programa onde era uma fazenda, se dividiu, cortou em lotes e o grileiro colocou uma família lá e continua hoje plantando soja e ainda usa como funcionário o próprio assentado? É muito contraditória a questão, vai muito pela contramão um programa desses.

Entrevistador: Quais empresas de biodiesel procuraram e/ou chegaram à região?

Nilfo: São muitas empresas. Aqui em Lucas a que ganhou a maior parte desses produtores foi a FIAGRIL, que teve a melhor proposta. Teve um estudo de proposta de cada empresa e a maior parte dos contratos daqui é da FIAGRIL.

Entrevistador: A relação entre os “pequenos” e os “grandes” é voluntária ou forçada?

Nilfo: Não, eu acho que não é tão forçada depois que as pessoas começaram a ter um conhecimento maior dos benefícios e de todos os incentivos que são para repassar para o pequeno produtor que vai plantar e produzir a soja. E essa é uma questão que entra na negociação do contrato. Como é que uma empresa vai transferir esses incentivos para o pequeno produtor? Porque ele ganha um real a mais pela saca de soja e então vai ter o selo social. O governo dá um incentivo se ele cumprir com a questão dos 10%. Agora como é que vai negociar? Essa negociação eu percebi que é muito debatida, e cada cláusula foi muito bem discutida. Então eles (os pequenos produtores) ficaram mais espertos através da assessoria do técnico da FETAGRI, da CONTAG, e enfim, teve uma orientação melhor sobre o que ele tem direito.

Quando teve a informação que viria esse programa, a estratégia foi primeiro reunir os presidentes dos sindicatos. Aí todo esse incentivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da FETAGRI e da CONTAG, que têm o recurso para acompanhar isso, para liberar ou para bancar uma estrutura e poder implementar esse programa. Uma estratégia que eu percebi é que tem algumas associações além dos sindicatos.

Se criou uma cooperativa ali em Ipiranga, na questão do biodiesel, e os próprios produtores de lá querem administrar desde o programa do plantio, da produção, e eles mesmos comercializar. Eles buscam o recurso da assistência técnica, e se o lucro for dos insumos e da comercialização, é da cooperativa. Na última reunião, tanto a CONTAG quanto a FETAGRI falaram que os pequenos produtores se organizem em cooperativas. É uma estratégia para entrar no programa de forma mais organizada.

Entrevistador: Os contratos estão sendo cumpridos? Os 10% de previsão pela agricultura familiar estão sendo atingidos?

Nilfo: Olha, tem contratos que têm produtores que não cumpriram. Acho que nesses 1º ano, 2º ano, fizeram tudo para que eles atingissem essa meta de 10%. Eles foram buscar produtores, assentados e fizeram de tudo. Foi feito muita coisa para se atingir essa meta de 10%. Mas precisa a gente comprovar isso. Mas vai ter uma fiscalização do MDA, e alertaram nessa última reunião que vai ser uma fiscalização muito rigorosa.

Entrevistador: E sobre a assistência técnica?

Nilfo: Assistência técnica foi reclamada muito e a questão dos insumos também.

Eu não acompanhei essa última reunião aqui, da negociação do contrato, mas isso tudo estava na pauta. Então, se não era para melhorar isso, ninguém iria assinar contrato. É uma forma de pressionar todas as empresas. Outra inverdade é dizer que essa agricultura está empregando gente: antes uma fazenda que tinha quinze, vinte funcionários, com o avanço tecnológico tem cinco que faz tudo hoje.

Entrevistador: Quem impõe os preços de venda?

Nilfo: Esse ponto na pauta, na negociação, foi mais polêmico: a questão preço. E aí, as empresas não arriscam, e elas se dão muito bem entre elas. Nenhuma delas chega para fazer uma proposta para prejudicar o outro. Nós podemos chegar até o preço x na negociação, e dali ninguém passa. Então foi uma negociação, eles fizeram a primeira reunião no primeiro dia, uma coisa mais interna, os sindicatos, a FETAGRI e a CONTAG. No outro dia, com as empresas, foi no hotel, e aí as empresas pagaram o hotel e tudo. Já é uma forma de agradar melhor. Então, na verdade, nem um nem outro quer ceder, e aí a grande questão hoje é esse mercado: é exportação, é mercado mundial, a questão da Bolsa de Chicago, que depende de quanto colhem nos EUA e na Argentina, o nosso preço não pode passar disso, dizem as empresas. Então toda essa negociação, pelo que eu vi, você tem que chegar num consenso, ou não faz contrato. Quem controla o preço é o mercado internacional, então não tem como o governo brasileiro em cima disso estabelecer um preço.

Entrevistador: Quais as matérias-primas cultivadas pelo pequeno para o biodiesel?

Nilfo: A matéria-prima aqui, praticamente para o biodiesel é a soja. Pelo que eu vi, o pequeno, todos eles plantam soja para o biodiesel. Na verdade, o pequeno não vai ter condições de ele ter a tecnologia de plantar nesse solo, a tecnologia do cerrado. Então, o que pode aqui é a tecnologia do grande.

Entrevistador: Como os “pequenos” conseguem recursos para plantar soja?

Nilfo: É isso que eu questiono. Um assentado ou grupos de assentados compraram uma patrulha agrícola, por exemplo, um trator, mas não uma colheitadeira ou outra máquina. É um investimento muito alto. Então ele não tem todo esse equipamento, essa estrutura para ele poder plantar, que não vale a pena em 30, 40 hectares. E a dificuldade maior deles é querer se unir com o vizinho. Porque eles são pessoas que não estão numa organização, porque não deu certo, porque eles são muito individualistas,

não podem trabalhar em grupo, não confiam um no outro para em conjunto comprar uma máquina. Eles têm medo um do outro. Cada um tem um espacinho. Então por isso que quem planta é o produtor vizinho, o grande produtor, que tem todos os equipamentos. O pequeno vai arrendar para aquele lá por causa disso.

O agricultor familiar está vendendo a soja da sua DAP e é preciso comprovar que deu 40 sacas de soja o hectare, então ele completa com outras 30 sacas do fazendeiro. Essa denúncia tem que ser comprovada. Então usa aquela área e coloca mais soja que não é plantada naquela área, porque eles não tem máquinas, e quem vai plantar mesmo o lote do assentamento é o produtor: ele que vai lá com a máquina, com o trator, plantar com a plantadeira dele, ele que vai lá com a colheitadeira, colhe, leva para o caminhão, leva para a FIAGRIL... quer dizer, o pequeno até vai ganhar a diária para trabalhar em cima do trator, da máquina, para ajudar a plantar e colher. Ele ganha lá não sei quantos sacos de soja, dez, doze sacos de soja de arrendamento.

Quem veio do Sul, a grande maioria quer ficar rico, mas sem trabalhar e sem precisar levantar de madrugada e ficar trabalhando até a noite... porque num sítio diversificado, com produção diversificada, ele tem que trabalhar. Então a briga minha com os assentamentos de Ribeirão Grande foi que eles diziam que 100 ha era muito pouco. Eu questionava: para que você quer tanta terra? Hoje com 2 ou 4 hectares precisa quatro, cinco pessoas para trabalhar. Então por isso, depois que criou o assentamento, das 59 famílias, tem 22 trabalhando em projetos nossos. O resto tudo quer nem me ver morto. É bem desses que estão no Biodiesel.

Para um assentamento desses nós tiramos terra do produtor de soja, nós queríamos implantar outro modelo. Mas ele pega a terra e planta soja e entrega a terra de novo para o produtor de soja... Hoje 80 a 90% dos produtos hortifrutigranjeiros vêm de fora, do Paraná, de Goiás, de São Paulo. Por que esse assentamento que tem as 22 famílias, não pode produzir e comercializar aqui, em vez de soja?

Por que não vem outro programa, que nem o biodiesel, para outro tipo de cultura? Por que o Governo Federal impõe uma coisa de cima para baixo, que nem o Biodiesel, e aceita pelo que eu vi, a questão do licenciamento? O resto todo precisa licenciamento, desde instalar uma pequena agroindústria. Não sei porque não tem licenciamento, não pode comercializar porque não tem licenciamento. É muito ruim isso...

Recurso pode vir, porque é para o biodiesel... Em outros assentamentos há evasão porque não tem mais recursos, não tem mais PRONAF, por que não tem licenciamento. Agora, como é que num programa desses, ali sim, serve? É muito triste ver os

assentamentos na região amazônica hoje, muito triste a situação deles, por causa dessa questão do licenciamento.

Entrevistador: Qual é o papel das *tradings* na relação grande/pequeno?

Nilfo: A relação das empresas, especialmente da FIAGRIL, na região, diz respeito ao pacote. No contrato já se define a necessidade do pacote. Além dos insumos – adubos, defensivos, até diesel eles negociam... Então, no contrato tem tantos litros de diesel, tantos de veneno, tantos de adubo, tantos de semente, além de assistência técnica. E aí entrou uma questão interessante. Aconteceu que aquela soja não produziu o suficiente para pagar o pacote que ele adquiriu – a soja não rendeu, não choveu, ou choveu demais. Ele correu esse risco. Então ele ficou inadimplente... Me parece que a FIAGRIL fez uns acertos. Eles perdoaram, não sei, ou deram um prazo. Ele vai ter que pagar aquela dívida, mas vai plantar de novo. E aí diz o outro: é muito melhor ter 10, 12 sacas de soja de um hectare no bolso do que não sei quantas voando por aí...

Entrevistador: A vida dos agricultores familiares melhorou com a adesão ao PNPB?

Nilfo: Eu posso falar por aqueles que eu conheço, que entraram nesse programa. Eu conheço alguns do próprio assentamento que a gente criou ali, ajudou, que arrendaram, ou outros que plantaram. O que não melhorou, e que eles estão reclamando e começando a reconhecer, é que eles têm uma entrada de dinheiro por ano, enquanto o pessoal que tem uma diversificação toda semana está com um dinheirinho no bolso, para pagar sua energia, para poder comprar as coisas. Toda semana eles estão vendendo aqui em Lucas, Nova Mutum, trazendo para os supermercados, para as feiras. Eles têm o dinheiro deles, semanalmente.

O que eu vejo é o seguinte: ele está do mesmo jeito. Se ele quer ganhar um dinheirinho a mais ele tem que trabalhar de peão na fazenda. Hoje, o pequeno agricultor, na pequena propriedade tem um gasto mensal: é energia, alguma coisa que ele consome, que ele depende de mercado, transporte para ir à cidade, a roupa, é a filha e o filho, o estudo... Ele precisa, não adianta. Aí ele pega uma vez por ano – é isso que é a questão de monocultura.

Eu desafio esse pessoal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da CONTAG, da FETAGRI e dos Sindicatos. Eu quero que vocês me convençam de que é uma alternativa mesmo sustentável economicamente, ambientalmente, tudo; que é uma oportunidade para o pequeno produtor mesmo; que vai ajudar. Mas não ajudar a afundar ele e legitimar outros processos que estão acontecendo em Itanhangá, por exemplo.

Entrevistador: E você tem alguma sugestão para que o programa melhore, para que seja beneficiado maior número de pequenos produtores?

Nilfo: Se fosse um povo que tivesse consciência coletiva, e eles fossem usar 5 ou 6 ha para uma pastagem e fizessem uma diversificação... Eles iam empregar toda a família deles nos 5 ou 6 ha com frutas, verduras, legumes, frango caipira, porco, vaca de leite, tudo. Mas ia sobrar 25 ha... Se todo mundo pegasse os 25 ha (vamos dizer 20 famílias: são 500 ha) e eles juntos conseguissem as máquinas que cada pequeno produtor não pode pagar, mas de repente se vinte se juntam...: “Vamos plantar para o Biodiesel” e uma parte dessa soja vai ser ração para os nossos animais, outra parte vai ser milho...

Eu tinha esse sonho, de ser assentado e no mínimo dez famílias trabalharmos no coletivo. Mas eu estou acompanhando agora um projeto desses – e vamos ver se a gente viabiliza: é um assentamento em Cláudia, do MST (Movimento Sem-Terra). É uma cooperativa que possui 300 ha de reserva florestal. Eles têm 200 ha abertos. Ali não tem divisas, não tem lotes de fulano, ciclano, é de todos. São treze famílias. Esse é um projeto. Eles têm já a produção de farinha de mandioca, derivados de cana etc. Mas o resto eles tiveram que arrendar, porque eles não têm nenhum PRONAF. Aí o Altamiro, líder da comunidade, diz assim: como é triste você sentado aqui e você ver um fazendeiro “fia da mãe” lá sentando e tocando as nossas terras. E eu que tenho vontade de trabalhar não posso porque eu não tenho recurso.

Então é difícil. Para mim, o Programa do Biodiesel seria viável para quem trabalhasse dessa forma, coletivamente, mas com acesso a crédito, sem a necessidade de adquirir um pacote de determinada empresa. Produzir com seus insumos, seus equipamentos, sua mão de obra, e comercializaria a produção para a empresa que tivesse o melhor preço.